



República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
Gabinete de Estudos e Planeamento

**Segundo Plano de Acção Nacional
para o Ambiente - PANA II**



Cabo Verde 2004-2014



Volume V.6

**Plano de Gestão
dos
Recursos da Pesca**

Praia, 2004



**República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
Gabinete de Estudos e Planeamento**

Plano de Gestão dos Recursos da Pesca



**Elaboração: Direcção Geral das Pescas e
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas**

Joaquim Tenreiro de Almeida (Economista, consultor internacional)

Maria Auxília Correia (Economista, técnica do INDP)

Mecildes de Melo Tavares (Bióloga Marinha, técnica da DGP)

Oksana Tariche Pastor (Bióloga, técnica do INDP)

Teresa Paula Lopes de Barros (Oceanóloga, técnica da DGP)

Coordenação: Equipa de Coordenação para a elaboração do PANA II

Oumar Barry, DGASP

Margarida Maria Silva Santos Querido Varela, DGA

Maria Helena de Santa Rita Vieira, DGP

Isildo Gomes, INIDA

Maria Ivone Andrade Lopes, INDP

Assessoria Técnica: Petra Penninkhoff

Coordenação Geral: Fernando Jorge Leal Andrade, Director do GEP-MAAP

Financiamento: Governo dos Países Baixos

MAAP/GEP

Equipa de Coordenação para PANA II

C. P. 115; Praia

Tel/fax. 61 12 54; Email pana2@ma.gov.cv

Praia, 2004

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os técnicos da DGP e do INDP, pelos valiosos comentários e sugestões e pela colaboração prestada através do fornecimento de dados e outras informações.

Aos operadores e instituições ligadas ao sector das pescas, o nosso agradecimento pelas valiosas contribuições durante as entrevistas e reuniões realizadas.

Ao pessoal administrativo da DGP e do INDP, os nossos agradecimentos pelo apoio logístico.

Um especial agradecimento ao pessoal do FOPESCA, que amavelmente nos disponibilizou as instalações que nos permitiram trabalhar de forma confortável e concentrada, o que muito contribuiu para o plano fosse realizado com a qualidade e nos prazos desejados.

SIGLAS E ABREVIATURAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGEP	Comissão de Gestão dos Equipamentos de Pesca
CITI HABITAT	Centro de Investigação de Tecnologias Intermédias para o Habitat
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies em Perigo
CIPA	Centro de Investigação Haliêutica Aplicada
CMS	Convenção sobre as Espécies Migratórias
COPACE	Comité de Pescas para o Atlântico Centro Este
CPUE	Captura por Unidade de Esforço
CRODT	Centro de Pesquisa Oceanográfica de Dakar Thiaroye
CSRP	Comissão Sub-Regional das Pescas
CV	Cavalos
DCP	Dispositivo de Concentração de Pescado
DEPA	Departamento de Pesca Artesanal do Gabinete Fogo - Brava
DGP	Direcção Geral das Pescas
DGMP	Direcção Geral de Marinha e Portos
DOP ^{UAÇ}	Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores
ESCV	Escudo (moeda de Cabo Verde)
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FDP	Fundo de Desenvolvimento das Pescas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOPESCA	Fomento da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (cooperação Alemã)
GEP/ MTTM	Gabinete de Estudos e Planeamento do MTTM
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico
IDEPE	Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca artesanal
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIP	Instituto Nacional de Investigação das Pescas
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MFP	Ministério das Finanças e Plano
MORABI	Associação de Apoio à Auto - Promoção da Mulher no desenvolvimento
MPAAR	Ministério das Pescas, Agricultura e Animação Rural
MMAR	Ministério do Mar
MSY	Captura Máxima Sustentável
MTTM	Ministério do Turismo, Transportes e Mar
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONG	Organização não Governamental
PADESA	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão (cooperação holandesa)
PAIS	Plano Ambiental Intersectorial
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAPASA	Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em Santo Antão (cooperação holandesa)
PBEPGRP	Plano Bienal de Execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

PEAP	Projecto Especial de Apoio à Pesca
PGRP	Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM	Programa Regional de Conservação Marinha
PROMOTOR	Projecto de Motorização da Pesca Artesanal
SCAPA	Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal
SEP	Secretaria de Estado das Pescas
SUD/ UIL	União de Sindicatos do Trabalho / Sul (ONG Italiana)
TAB	Toneladas de Arqueação Bruta
TM	Toneladas Métricas
UE	União Europeia
USD	Dólares Americanos
ZEE	Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica constituído por dez ilhas, com uma população residente em 2000 de 434.624 habitantes e uma área total de 4.033 km². A sua localização na zona saheliana e os efeitos acumulados, desde há várias décadas, de secas cíclicas, provocam um défice de produção agrícola que vem sendo compensado pela ajuda externa, que cobre cerca de 40% das importações alimentares. Esta situação contribui fortemente para a existência de uma balança comercial deficitária, na qual o valor das exportações apenas cobre 4% do das importações. Em 2000, o PIB *per capita* de Cabo Verde foi estimado em 1.281 USD, superior à média dos PMA, apesar de desemprego ser de 17% e a pobreza afectar 29% da população. O país enfrenta ainda fraquezas estruturais próprias de uma economia muito dependente da ajuda externa e das remessas dos seus emigrantes, os quais atingiram em 2000, 12% e 12-14% do PIB, respectivamente.

I. Introdução

1. As Pescas de Cabo Verde. A actividade de pesca vem prestando uma modesta contribuição na formação do PIB (2% no início dos anos 90 e apenas 1% em 2000). Não obstante, o seu papel social e na economia do país tem sido mais importante do que o reflectido por este indicador, contribuindo para o emprego, o equilíbrio da balança de pagamentos e a segurança alimentar.

Apesar da vasta ZEE de Cabo Verde, com os seus 734.265 km², e dos seus 1.020 km de linha de costa, o potencial anual de recursos haliêuticos de Cabo Verde – que são um dos raros recursos naturais do país – é estimado em apenas 36.000 a 44.000 tons. A fraca extensão da plataforma insular, com 5.394 Km² até a isobática de 200 metros, a natureza vulcânica das ilhas, a ausência de fenómenos de *up-welling*, o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas na região, para além da ausência de cursos de água e da raridade das chuvas, são os factores que explicam este modesto potencial.

Os recursos haliêuticos são explorados por uma *frota artesanal*, composta em 1999 por 1.267 botes, dos quais 929 motorizados e 162 à vela ou a remos, de comprimento entre 3,5 e 8 m e com meios de segurança deficitários. O número de embarcações artesanais encontra-se actualmente em diminuição. Ao contrário, a taxa de motorização encontra-se em franco progresso. O rendimento que ultrapassou o limite dos 40 kg por viagem em 2000 sofreu uma queda para 36 kg por viagem em 2001.

As capturas actuais não ultrapassam as 9.000 a 10.000 tons por ano, sendo cerca de 64% originadas na pesca artesanal e as restantes 36% na pesca industrial. As principais espécies capturadas na *pescaria artesanal* são os grandes pelágicos (41%), os pequenos pelágicos (40%), os demersais (13%) e as lagostas (0,5%). Em 1999 a pesca artesanal empregava 4.283 pescadores, dos quais 3.899 exclusivos. Os rendimentos da pesca são normalmente divididos pelo sistema de partilha, atingindo em média entre 2.200\$00 e 4.400\$00 semanais por pescador.

A *frota industrial*, é composta por um conjunto heterogéneo de embarcações, cujo comprimento varia entre 6 e 25 metros, a potência do motor interno entre 15 e 500 CV e a arqueação entre 2,5 e 121 TAB, tripulados por 5 a 14 pescadores. Em 2000, o número de embarcações industriais registado pela autoridade marítima era de 167, das quais apenas 75 activas (45% de taxa de inoperacionalidade). O esforço de pesca, medido em dias de mar triplicou entre 1990 e 1999 mas diminuiu em 2000 e 2001. Ao contrário, o rendimento vem apresentando uma tendência inversa, tendo sido de uma tonelada diária por dia de mar em 2001.

A *indústria transformadora* de pescado em Cabo Verde sofreu diversas evoluções ao longo do tempo, sem que os constrangimentos enfrentados se tivessem alterado

significativamente. A produção de conservas e derivados, sua principal actividade, manteve-se relativamente estável durante a década de 90, variando entre 217 e 390 tons (237 em 1999).

A *comercialização* dos produtos da pesca originados nas capturas artesanais é realizada quase exclusivamente no mercado interno, enquanto as capturas industriais visam principalmente a transformação e/ou exportação.

No mercado interno, o peixe é normalmente vendido fresco, só uma parte reduzida (menos de 3%) é comercializado seco, salgado ou em salmoura. A comercialização é feita por peixeiras, de porta em porta ou nos mercados municipais.

A exportação dos produtos da pesca representa uma fonte de divisas que contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos. Os principais produtos comercializados são o atum e o peixe congelado e fresco/refrigerado e, em menor quantidade, as conservas e as lagostas. Até 1993, os produtos da pesca representavam uma parte considerável das poucas exportações totais do país (63%). Apesar das exportações nas pescas terem continuado a aumentar até 1997, a sua contribuição em volume e valor das exportações totais do país foi diminuindo, devido ao aparecimento e um grande aumento de novas indústrias. Nos últimos quatro anos, as exportações das pescas diminuíram devido à perda do mercado da cavala para isco e ao embargo da União Europeia em 2000, representando apenas 8% das exportações totais do país.

O consumo de peixe fresco representa a principal proteína animal mais consumida pela população. O peixe congelado, salgado e/ou seco é também consumido. O consumo *per capita* de pescado vem aumentando nos últimos anos, tendo atingido em 2000 os 26,2 kg por habitante.

Em 2000, o *emprego nas Pescas* representava cerca de 5,2% da população potencialmente activa e 2,1% do total da população.

2. Esforços realizados com vista ao desenvolvimento das Pescas. O sector das pescas foi talvez o único sector produtivo que não herdou do sistema colonial um mínimo de estrutura administrativa.

Os esforços de desenvolvimento após a independência nacional centralizaram-se nas seguintes linhas de acção : a criação de uma administração das Pescas, a elevação consumo de pescado *per capita*, com base na pesca artesanal, o aumento das exportações, a criação de infra-estruturas de apoio em terra e o desenvolvimento das frotas costeira e oceânica para garantir a exploração dos recursos da ZEE. Para dispor de suporte técnico-científico para a implementação dos programas, foram desencadeadas acções para se conhecer o potencial haliêutico.

Os sucessivos planos de desenvolvimento materializaram-se através de programas e projectos de desenvolvimento, com a intervenção de diversos financiadores, dentre os quais o Japão, a Itália, a Islândia, a Alemanha, a Holanda, a França, o PNUD, a FAO, a CEE, o BAD, o FIDA, O BADEA e os Fundos Nórdicos.

No que respeita aos esforços tendentes à *gestão e aproveitamento dos recursos haliêuticos*, logo após a independência nacional, Cabo Verde produziu um vasto corpo de diplomas normativos, dos quais o mais importante foi o que definiu os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos (Decreto-Lei nº 17/87) e vários diplomas complementares.

Uma das primeiras iniciativas regulamentares da pesca, foi o estabelecimento dos limites das águas territoriais, águas arquipelágicas e ZEE (Lei nº 14/75 de 13 de Dezembro, sucedido pelo Decreto-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro, Lei nº 60/IV/92, de 21 de Dezembro). Neste domínio foi ainda aprovado o tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal (Resolução nº 29/IV/93 de 16 de Julho).

Seguindo a tendência mundial, que então começava a despontar, de preservação dos patrimónios marinhos nacionais, Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei nº17/III/87).

Parte desta legislação não foi regulamentada, o que limitou a aplicação efectiva destes esforços de gestão e aproveitamento dos recursos pesqueiros.

3. Quadro institucional do sector das Pescas. A administração das Pescas está hoje inserida no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Constatase que as atribuições dos departamentos e instituições afectos às Pescas não se alteraram ao longo das sucessivas remodelações ocorridas nos ministérios de tutela.

O departamento responsável pela administração das Pescas é a Direcção Geral das Pescas (DGP) à qual estão cometidas atribuições de concepção, coordenação e execução das políticas das Pescas e dos recursos marinhos.

Várias instituições intervêm na fiscalização, além da DGP : a Direcção Geral da Marinha e Portos que estabelece medidas de prevenção contra a depredação dos patrimónios aquático e subaquático e que, através das Capitánias dos Portos, supervisiona a inscrição marítima e faz o policiamento e fiscalização das praias e zonas costeiras; e a Guarda Costeira Nacional participa regularmente com a Direcção Geral das Pescas em acções de patrulha e fiscalização da ZEE.

Sob a tutela do Ministro da Alimentação, Agricultura e Pescas, encontra-se ainda o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), que tem competências específicas nas áreas de investigação haliêutica, na promoção do desenvolvimento das pescas, nos estudos e projectos e na aquacultura.

O Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP) apoia através da concessão de incentivos a realização de projectos e empreendimentos que visem o desenvolvimento das Pescas.

II. Os Recursos Haliêuticos

4. O ambiente marinho. Cabo Verde localiza-se numa zona de transição de massas de água, sob forte influência da circulação oceânica de larga escala. A temperatura da água do mar, sob forte influência da corrente fria das Canárias, varia de 28°C a 21°C, consoante a época do ano. A termoclina está situada entre 30 e 120 metros. A salinidade mostra também uma grande influência das massas de água, sendo superior a 36‰ na zona oeste do arquipélago e inferior na zona leste. As principais zonas de pesca localizam-se sobre as montanhas submarinas, nos declives submarinos e à volta das ilhas

5. O estado de exploração dos recursos da ZEE. Ver o quadro na página seguinte.

6. Acesso a outras áreas de pesca. No âmbito das relações de cooperação com outros países, Cabo Verde estabeleceu de alguns anos a esta parte acordos de pesca afim de poder aceder a outras áreas de pesca. Neste contexto existem acordos de reciprocidade com o Senegal, a Guiné e a Guiné-Bissau, mas o único que vem funcionando é o existente com o Senegal.

Quadro 0-1 Potencial haliêutico e disponibilidades, por grupos de espécies

Recursos	Potencial estimado (tons)	Captura média aproximada no período 1997-2001 (tons)	Disponibilidade conhecida (tons)
Tunídeos	25.000	6.000 ¹	19.000
Pequenos pelágicos	7.500 – 9.300	2.860	Aprox. 4500-6500
• cavala preta	5.000 – 6.000	2.000	3000-4000
• chicharro	1.000 – 1.500	800	200-700
• arenque	1.500 – 1.800	60	1440-1940
Demersais de fundos de areia até 50 m, na plataforma de Maio-Boavista	700 – 2.800	1.222 ²	Desconhecida, patamares a definir
Demersais de fundos rochosos dos bancos de Boavista, João Valente, Tarrafal e Bancona	3.000 – 6.500		Desconhecida, patamares a definir
Lagosta rosa	50 – 75	17 ³	Desconhecida
Lagostas costeiras (verde)	40	13 ⁴	Desconhecida
Recursos de profundidade	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecida, pesca experimental como prioridade
Totais arredondados	36.000-44.000	Cerca de 10.000 ⁵	26.000 – 34.000

III. Fundamentação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

7. Problemas gerais a serem resolvidos. O potencial haliêutico de Cabo Verde é globalmente subexplorado, não obstante alguns recursos haliêuticos encontrarem-se num estado de sobreexploração ou de exploração intensa.

A actual capacidade de gestão das pescarias não parece ter ainda atingido o nível requerido. Este problema traduz-se mais concretamente por um *insuficiente desempenho e interligação* entre a investigação, administração e fiscalização, em virtude da informação actual sobre o estado de exploração dos recursos e a situação das pescarias não permitir uma eficaz actuação por parte do sistema de gestão das pescarias e, ainda, por a coordenação não sistemática entre os esforços de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento não terem atingido os níveis requeridos para se alcançarem os objectivos de cada uma das pescarias em particular e do sector das Pescas em geral.

¹ Incluídos os desembarques da frota nacional e a estimativa das capturas da frota estrangeira

² Capturas de demersais de fundos arenosos e de fundos rochosos

³ 1996-97 a 1997-02

⁴ 1996-97 e 1997/2002

⁵ Inclui outros não especificados

As *condições insuficientes de transporte* entre os principais centros de pesca e destes com os principais centros de consumo e exportação são um problema geral do sector.

As *deficientes condições das infraestruturas de apoio em terra e as dificuldades de abastecimento em gelo*, são outro grande problema que afecta principalmente os armadores industriais.

Em alguns casos, as *condições sanitárias das instalações de apoio não respondem às normas exigidas por lei* e comprometem a viabilidade de algumas exportações.

Deve referir-se como um problema geral a *deficiente forma de tomada das decisões de investimento*, nem sempre precedida por uma avaliação adequada. Esta questão é ainda mais pertinente para os investimentos públicos em infraestruturas de apoio ou para outros que, pela sua dimensão, sejam considerados estratégicos (renovação da frota, por exemplo)

A viabilidade das actividades de pesca é afectada pela *dependência em relação a factores externos* fora do controle nacional, dos quais o principal é o *alto custo dos insumos importados*.

8. Enquadramento do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca encontra o seu fundamento no Programa de Governo da VI Legislatura (2001-05), em As Grandes Opções do Plano, no Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05 e no Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II - Estratégico).

O Programa de Governo da VI Legislatura (01-05) enuncia as linhas de força prioritárias da acção política, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento económico e às Pescas em particular. Tendo em conta estas referências, o Programa do Governo define como objectivo mais geral do sector das Pescas “*a maximização dos benefícios económicos e sociais que se podem esperar do sector*”.

Desta formulação decorrem os principais objectivos atribuídos ao sector das Pescas: contribuir para a melhoria dos níveis da segurança e qualidade alimentar das populações e o equilíbrio da Balança de Pagamentos e gerar emprego, aos quais o presente Plano de Gestão procura dar vazão, através da definição de objectivos específicos a cada pescaria e de medidas de gestão, bem como pistas de desenvolvimento, para alcançar esses mesmos objectivos.

9. Aspectos metodológicos e de estratégia. A pescaria é a unidade de gestão e desenvolvimento. A pescaria é um sistema no qual um conjunto de elementos de natureza diversa – biológicos, ambientais, tecnológicos e socio-económicos – interagem através da acção de pesca exercida por um grupo de pessoas pertencentes a uma ou mais comunidades sociais.

Foram identificadas três pescarias industriais: tunídeos e afins com linha/vara, pequenos pelágicos com rede de cerco e lagosta de profundidade com covos.

Foram ainda identificadas cinco pescarias artesanais: demersais e tunídeos com linha de mão, pequenos pelágicos com rede de cerco, pequenos pelágicos com rede de emalhar, pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia e lagostas costeiras de mergulho.

Tendo em conta estas considerações, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP) foi concebido com base numa análise de contexto das pescarias. Esta abordagem faz com que, a par das medidas de gestão necessárias para se atingirem os objectivos económicos e sociais definidos para cada pescaria, sejam realçadas as medidas de desenvolvimento requeridas com vista ao desejado aproveitamento dos recursos da pesca.

Tratando-se de plano de gestão das pescarias, apenas as medidas de gestão foram aprofundadas, tendo sido classificadas em: *imediatas*, quando se considerou existir suficiente fundamentação para a sua adopção ou análises sumárias, sendo por isso

feitas propostas concretas; e *a prazo*, a serem conduzidas pelas entidades constituintes do sistema de gestão das pescarias (investigação, administração e fiscalização), carecendo de estudos mais aprofundados. As medidas de gestão imediatas foram ainda divididas em de *conservação* (focalizadas no recurso) e de *gestão* (abrangendo os restantes aspectos) da pescaria.

Sempre que se detectem efeitos prejudiciais que resultem das medidas propostas ou antevistas, adiantam-se medidas mitigadoras com vista à sua atenuação

O PGRP é projectado para o horizonte abrangido pelo PANA II – dez anos, de 2004 a 2014. É por isso um plano indicativo, o que pressupõe que serve de guia para a formulação de planos executivos, de prazo mais curto.

O horizonte do PGRP e o facto de intervir num ambiente complexo, com metas definidas, mas sem ser possível determinar (senão especulativamente) a evolução nas diversas pescarias, não permite que se realize uma estimativa credível dos recursos financeiros requeridos e qual o prazo para a sua utilização.

Da análise de contexto realizada, são igualmente identificados factores externos, que deverão ocorrer para que o PGRP produza os seus efeitos (resultados e objectivos).

A definição de indicadores de medida do grau de realização do PGRP não foi realizada para um prazo tão longo, devendo ser considerados ao nível dos instrumentos de execução de prazo menos longo.

IV. Objectivos do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

10. Objectivo geral. O objectivo geral ou de longo prazo encontra-se expresso nos documentos programáticos de referência, no PND e no PANA II Estratégico. Tendo em conta estas referências, este objectivo é formulado como segue:

“Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras, traduzido num sector das Pescas desenvolvido de forma a proporcionar uma utilização durável dos recursos haliêuticos, em termos de resultados económicos e sociais constantes máximos”.

O grupo alvo ao nível do objectivo geral é a população de Cabo Verde, num horizonte de, pelo menos, dez anos.

11. Objectivos específicos. Os objectivos específicos decorrem igualmente dos documentos programáticos de referência, já referidos. Estes objectivos são formulados como segue:

“As Pescas de Cabo Verde contribuindo crescentemente para o aumento do valor da produção nacional, a diminuição do défice da Balança de Pagamentos, para o aumento da segurança alimentar e a qualidade dos produtos da pesca e o aumento do emprego”.

O grupo alvo é a população de Cabo Verde em geral, mas são igualmente beneficiários, os armadores, os pescadores artesanais, os proprietários das indústrias de transformação e os trabalhadores das Pescas em geral.

12. Componentes do Plano. Conforme já foi referido, as pescarias identificadas foram oito – três industriais e cinco artesanais. Acrescentam-se (ou equiparam-se-lhes) a pesca estrangeira e a pesca amadora. Pela íntima relação que têm com as actividades de pesca em geral, são ainda referidas, a par das componentes pescarias, as novas oportunidades de pesca e as espécies ameaçadas. Um conjunto de questões transversais, devido à sua influência sobre o sucesso do presente PGRP, é igualmente tido em consideração.

V. As pescarias

13. Pescarias industriais

13.1 *Pescaria industrial de linha/vara de tunídeos e afins.* A pescaria mais antiga de Cabo Verde, nela opera uma frota heteróclita em termos de comprimento, arqueação e potência dos motores das embarcações, que divide o esforço de pesca entre a linha propriamente dita e a pesca à vara com isco vivo de tunídeos e afins. Podem pescar também demersais com linhas de mão. O número de pescadores é actualmente inferior a 600. O número de embarcações activas é actualmente de cerca de 66. Os desembarques realizam-se principalmente em S. Vicente, S. Nicolau e Santiago, onde se localizam as facilidades portuárias e as unidades de transformação.

As principais espécies capturadas na pescaria são albacora e gaiado. Em 2001 as capturas atingiram 836 tons.

Apesar das apreensões em relação ao estado geral dos stocks de tunídeos no Oceano Atlântico, estima-se que o potencial disponível na ZEE permita um desenvolvimento adicional gradual do esforço na pescaria.

Os principais problemas a resolver na pescaria são a sobreexploração dos tunídeos a nível do Oceano Atlântico, o acompanhamento insuficiente da pescaria, as insuficientes medidas de gestão até agora tomadas, a concorrência da frota estrangeira, a fiscalização pouco actuante, a baixa produtividade da frota devido aos métodos de pesca dependentes do isco, aos hábitos de pesca pouco produtivos, ao custo/disponibilidade de meios de apoio em terra e ao mau estado de conservação da frota, a reduzida capacidade financeira e falta de organização dos armadores, as dificuldades na comercialização interna, nomeadamente devido à reduzida diversificação da indústria e aos baixos preços de compra pela indústria, as dificuldades na comercialização externa, devido ao embargo da EU, à reduzida capacidade de abastecimento do mercado e ao custo elevado e à pouca fiabilidade dos transportes.

O objectivo da pescaria é definido como sendo o seguinte: *Uma pescaria em gradual e constante desenvolvimento para o aproveitamento económico do potencial na ZEE e na região vizinha, aproveitando as oportunidades proporcionadas por acordos e parcerias, através da valorização do produto da pesca, contribuindo para a redução do défice do comércio externo de Cabo Verde.*

São propostas as seguintes medidas de gestão para a pescaria:

- Medidas imediatas de *conservação dos recursos e de gestão da pescaria*:
 - Manter a proibição de captura de exemplares de albacora e patudo com menos de 3,2 kg;
 - Reforçar a legislação relativa ao fornecimento pelas embarcações de dados estatísticos de capturas;
 - Reforçar a necessidade de obtenção de licenciamento.
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Avaliações periódicas dos recursos alvo e da pescaria (investigação);
 - Alargamento da recolha estatística aos dados económicos (investigação);
 - Realização de estudos socio-económicos regulares sobre a pescaria (investigação);
 - Melhoria das capacidades existentes em matéria de avaliação de stocks haliêuticos (investigação);
 - Realização de um estudo sobre a existência de isco nas zonas de maior concentração de tunídeos (investigação);
 - Formação de observadores de bordo (administração);

- Implementação do programa de observação do espadarte (administração);
- Acompanhamento das recomendações do ICCAT e tradução em medidas de gestão (administração);
- Realizar acções de fiscalização regulares e aplicação de sanções em caso de não respeito da lei (fiscalização);

13.2 Pescaria industrial de cerco de pequenos pelágicos. A pesca de pequenos pelágicos em Cabo Verde começou a desenvolver-se por volta dos anos 30 devido à necessidade de obtenção de isco vivo para a pesca de atum com salto e vara. Esta pesca é feita com rede de cerco por embarcações com um comprimento a partir de 6,5 metros, tendo operado cerca de 71 embarcações no período de 1994 a 2000. A análise da informação sobre as embarcações activas nesta pescaria permitiu constatar que no referido período cerca de 60% operaram sem a devida licença.

As embarcações industriais de cerco são normalmente polivalentes e pescam diversos recursos em função da disponibilidade. As principais espécies capturadas são a cavala preta (*Decapterus macarellus*), a cavala branca (*Decapterus punctatus*) e o chicharro (*Selar crumenophthalmus*). No período 1997 – 2001 a pescaria contribuiu em média com 49% para a captura total da pesca industrial.

Os problemas a resolver na pescaria são o acompanhamento não sistemático da pescaria, uma fiscalização deficiente, uma frota com problemas técnicos e financeiros, a inexistência de medidas de gestão para a pescaria, dificuldades de comercialização e deficiente funcionamento das infra-estruturas de apoio em terra.

O objectivo da pescaria é definido como sendo o seguinte: *Uma pescaria desenvolvida cautelosamente no que respeita às capturas de pequenos pelágicos, proporcionando um resultado económico máximo sustentável, através da valorização do produto da pesca (transformação e comercialização), contribuindo para a redução do défice da Balança de pagamentos e para a segurança alimentar da população de Cabo Verde.*

São propostas as seguintes medidas de gestão para a pescaria:

- Medidas imediatas de conservação dos recursos e de gestão da pescaria:
 - Expansão cautelosa do esforço de pesca através do controle das licenças de pesca.
 - Reserva da pescaria a embarcações nacionais.
- Medidas de gestão, a prazo:
 - Estudo da pertinência do estabelecimento do período de defeso para algumas das espécies de pequenos pelágicos, com prioridade para a cavala preta e o chicharro (investigação).
 - Estudo para a implementação do tamanho mínimo das diferentes espécies de pequenos pelágicos capturados para isco e comercializadas para consumo, bem como as dimensões das malhas de rede de cerco para a pescaria (investigação).
 - Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e de armazenagem dos dados referentes aos pequenos pelágicos (investigação).
 - Preenchimento dos formulários de bordo pelos mestres/armadores e sua recepção atempada pela investigação (investigação).
 - Actualização dos estudos sobre a avaliação do estado do stock das principais espécies, pelo menos de três em três anos, e seguimento com as informações anuais (investigação).
 - Alargamento do sistema de recolha de dados estatísticos para outros parâmetros de natureza sócio-económica (investigação).

- Elaboração de estudos sócio-económicos para a pescaria industrial de pequenos pelágicos (investigação).
- Análise das recomendações recebidas da investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão (administração).
- Preparação da proposta de regulamentação das capturas do isco para uso nacional e para exportação (administração).
- Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade e sua execução (fiscalização).

13.3 Pescaria industrial de covos de lagosta de profundidade. Apesar da sua pequena dimensão é uma pescaria de grande importância económica. A pesca é efectuada através de covos em caçadas.

A espécie alvo desta pescaria é a lagosta rosa, espécie endémica do arquipélago.

A evolução das capturas, esforço de pesca e captura por covo lançado evoluiu em três fases : na primeira fase (1982-90) a captura atingiu um máximo de 39 tons e o rendimento 3-4 kg por covo ; na segunda fase (1991 e 1992) com a realização de campanhas de pesca experimental o esforço aumentou drasticamente e o rendimento baixou para 2.4 e 1.8 kg; na terceira fase, a partir de 1993, apesar do esforço ter descido gradualmente, o rendimento continuou a decrescer até 1,2 kg.

Existem 4 navios de 15 a 22 m comprimento na pescaria. A pesca decorre entre Outubro e Junho do ano seguinte, com um período de defeso de três meses de Julho a Setembro. Os rendimentos da pesca são mais altos de Outubro a Dezembro, médios de Janeiro a Março e mais fracos de Abril a Junho.

As medidas de gestão em vigor constam do estabelecimento de um tamanho e peso mínimos de 20 cm de comprimento total e de 500 g, um período de defeso de Julho a Setembro, a proibição de captura de fêmeas ovadas.

Os *problemas a resolver na pescaria* são o acompanhamento não sistemático da pescaria, uma fiscalização deficiente, parte da frota estar em más condições técnicas e ser inadequada para o aproveitamento da fauna acompanhante, dificuldades de comercialização e a infraestruturas de apoio em terra inadequadas e ainda a pesca ilegal.

O objectivo específico da pescaria é o seguinte: *Uma pescaria proporcionando um resultado correspondente a uma produção económica máxima, traduzindo-se numa maior contribuição para a redução do défice da balança de pagamentos de Cabo Verde.*

São propostas as seguintes medidas de gestão para a pescaria:

- Medidas *imediatas de conservação dos recursos e de gestão da pescaria*:
 - Fixação do período de defeso da lagosta rosa de Julho a Novembro;
 - Fixação do comprimento mínimo de 24 cm (comprimento total) para a lagosta capturada;
 - Eliminação da proibição de pesca de lagostas ovadas;
 - Confirmação da reserva da pescaria aos navios nacionais.
 - Fixação em quatro do número de licenças a conceder para a campanha a iniciar em 2004
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Aperfeiçoamento do sistema de amostragem (investigação);
 - Avaliações do estado do stock e da pescaria pelo menos de três em três anos (investigação);
 - Análise da evolução do esforço de pesca nos últimos três anos e recomendações em forma de fixação do número máximo de licenças a conceder para as campanhas seguintes (investigação e administração);

- Estudos biológicos sobre lagosta rosa e espécies acompanhantes (investigação);
- Estabilização e formação investigadores (investigação);
- Preenchimento dos formulários de bordo e recepção atempada pela investigação (administração);
- Análise das recomendações emitidas pela investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão (administração);
- Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade (fiscalização);

14. Pescarias artesanais

14.1 Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tunídeos e demersais. *É a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, representando 63% da captura total da pesca artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal. Em 1999, a frota era constituída por 1.229 botes de boca aberta de 3 a 9 m de comprimento e motor fora de bordo.*

As espécies alvo são os tunídeos (albacora e serra), que predominam nas capturas, os peixes demersais (garoupa, moreias, salmonete, esmoregal e sargos) e o chicharro. A estratégia de pesca consiste em geral em alternar a pesca de tunídeos e demersais.

Em algumas zonas, existe um potencial de demersais passível de ser explorado mas noutras os indícios de sobreexploração são evidentes. No entanto, quanto aos tunídeos, existe um potencial disponível.

Entre 1995 e 2001, as capturas mostraram uma tendência para o aumento. Constata-se que a duração média das viagens aumentou de 7 para 10 horas.

Os *principais problemas a resolver* na pescaria são a existência de indícios de sobreexploração de peixes demersais em algumas zonas, devido a uma alta pressão de pesca e ao facto de se tratar de recursos muito vulneráveis; a falta de medidas de gestão por a pescaria ser insuficientemente acompanhada; os recursos de atum não serem objecto de uma maior exploração, devido aos métodos de pesca limitativos utilizados e às embarcações serem pouco seguras para alcançar as zonas de pesca; dificuldades de comercialização interna e de aprovisionamento em equipamentos e materiais; conflitos com outras embarcações, outros tipos de pesca e outras actividades na orla marítima; os operadores disporem de recursos financeiros reduzidos, devido a uma insuficiente capacidade de gestão, difícil acesso ao crédito e os rendimentos da pescaria serem reduzidos; falta de organização da classe e necessidade de clarificação entre o conceito da pesca artesanal e pesca industrial.

O objectivo atribuído à pescaria é: *Uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, em especial no que respeita aos demersais, visando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local.*

- Medidas imediatas de *conservação e gestão*:
 - Manter a proibição de captura de exemplares de albacora e patudo de menos de 3,2 kg (já indicada para a pescaria industrial de linha/vara);
 - Reserva de uma zona exclusiva para as actividades das pescarias artesanais no interior das 3 milhas náuticas.
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Aperfeiçoamento do sistema estatístico actual para recolha de dados sobre esforço dirigido (investigação);
 - Alargamento da recolha estatística aos dados económicos (investigação);
 - Compilação e tratamento das informações socio-económicas sobre a pescaria (investigação);

- Estudo para a implementação de um sistema sustentável de amostragem em todas as ilhas das principais espécies de demersais capturadas (investigação);
- Estudo para clarificação dos critérios de definição da pesca artesanal e industrial (administração e investigação);
- Regulamentação da delimitação das zonas de pesca reservadas à pesca artesanal (administração);
- Realização de estudos sócio-económicos complementares sobre a pescaria (investigação);
- Informação/Sensibilização sobre a legislação das pescas (administração);
- Reforço da fiscalização e aplicação de sanções em caso de não respeito da legislação (fiscalização).

14.2 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco. É uma arte que foi introduzida em Cabo Verde através de alguns projectos de apoio à pesca artesanal, tendo contribuído para reduzir a pesca com explosivos. Depois de uma expansão houve uma diminuição do número de redes de cerco artesanal que são actualmente 24. As embarcações que utilizam esta arte têm 9 a 10 m de comprimento e motor fora de bordo.

As espécies alvo são os pequenos pelágicos : cavala preta e chicharro, podendo ainda aparecer nas capturas pequenos tunídeos.

O potencial de pequenos pelágicos permite ainda uma expansão razoável desta pescaria.

As capturas apresentaram uma evolução positiva até 2000, tendo diminuído para 752 tons em 2001.

Os *principais problemas a resolver* na pescaria são a falta de medidas de gestão por a pescaria ser insuficientemente acompanhada, a pouca segurança das embarcações, as dificuldades de aprovisionamento em materiais e equipamentos, as dificuldades de comercialização interna ligadas ao deficiente funcionamento das infra-estruturas de apoio e a reduzida organização das comunidades de pesca.

O objectivo atribuído à pescaria é: *Uma pescaria desenvolvida cautelosamente, a níveis sustentáveis, proporcionando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local, contribuindo para a segurança alimentar.*

São propostas as seguintes medidas de gestão:

- Medidas imediatas de *conservação dos recursos e de gestão da pescaria*:
 - Não se propõem visto que se considera que os conhecimentos actuais sobre a pescaria são insuficientes.
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Aperfeiçoamento do sistema estatístico actual e do tratamento das informações (investigação);
 - Actualização das avaliações sobre os stocks alvo e proposta de recomendações de gestão (investigação);
 - Alargamento da recolha estatística aos dados socio-económicos (investigação);
 - Estudo para definição e implementação de tamanhos mínimos das espécies a capturar e da malha das redes a utilizar (investigação e administração);
 - Estudo socio-económico sobre a pescaria (investigação);
 - Estudo sobre pertinência de estabelecimento de período de defeso para a cavala preta e o chicharro (investigação);
 - Estabilização e formação dos investigadores que acompanham a pescaria (investigação);
 - Proposta de medidas regulamentares de gestão a partir da análise dos resultados dos estudos efectuados pela investigação (administração);
 - Estabelecimento de acções programadas de fiscalização (fiscalização).

14.3 *Pescaria artesanal de emalhar de pequenos pelágicos.* A divulgação da rede emalhar foi realizada pelo extinto IDEPE a partir de 1987. Trata-se de um engenho de pesca muito selectivo no que se refere à espécie alvo e ao seu tamanho. O número de redes tem vindo a expandir-se, representando actualmente um pouco mais de 50% do número total de redes, contra apenas cerca de 15% em 1990.

A principal espécie capturada é a dobrada que representa 85% das capturas. Nos últimos cinco anos (1997-2001), a maioria das capturas com redes de emalhar são originadas na ilha de Santiago (82%) e S. Vicente e Sto. Antão, que contribuíram com 9%. No período, o rendimento médio nacional variou entre 78 e 149 kg por viagem. A ilha de Santiago apresenta o melhor rendimento médio do período (154 kg por viagem).

Os *problemas a resolver* na pescaria são o acompanhamento deficiente da pescaria por parte da investigação, a ausência de quaisquer medidas de gestão específicas para a pescaria, devido ao fraco conhecimento sobre a mesma, o difícil aprovisionamento em materiais e aprestos de pesca, a utilização de meios artificiais (garrafas) como auxílio na localização dos cardumes, dificuldades de comercialização interna, os recursos financeiros reduzidos dos armadores e a sua falta de organização.

O objectivo específico da pescaria é definido como sendo: *Uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, visando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local.*

São propostas as seguintes medidas de gestão:

- Medidas imediatas de *conservação e gestão*:
 - Não são propostas quaisquer medidas devido à falta de estudos específicos sobre a pescaria.
- Medidas de gestão, a prazo:
 - Preparação de um programa para a gradual eliminação do uso das garrafas.
 - Reforço do sistema de amostragem para as espécies alvo (investigação);
 - Realização de estudos de selectividade para determinar a abertura de malha mais apropriada e emissão de recomendações para regulamentar o tamanho (investigação);
 - Realização de estudos sócio-económicos para caracterizar a pescaria (investigação);
 - Formação e reciclagem regular dos investigadores que acompanham a pescaria (investigação);
 - Análise das recomendações emitidas pela investigação e discussão com os intervenientes sobre os possíveis efeitos (administração);
 - Preparação, apresentação a decisão e publicação do diploma legal de regulamentação da pescaria (administração);
 - Acções de fiscalização realizadas de acordo com um programa regularmente estabelecido (fiscalização);

14.4 *Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia.*

É também uma arte de pesca muito antiga, desde sempre praticada na captura de isco. O número de redes encontra-se em diminuição, tendo passado de 50 em 1999 contra 64 em 1997.

As espécies alvo são o chicharro, que é dominante nas capturas, a dobrada, o arenque e a cavala branca. Embora se saiba que uma parte das capturas é constituída por juvenis, não se conhecem dados detalhados. As capturas que eram de 101 tons em 1997 aumentaram para 327 em 2000. Para além da sua utilização

como isco, uma parte das capturas são destinadas ao auto consumo e à comercialização local.

Os *principais problemas a resolver* são: o provável impacto negativo sobre as espécies alvo resultante da captura de juvenis, a falta de medidas de gestão devido à ausência de acompanhamento e conhecimento sobre a pescaria, a falta de fiscalização e os conflitos que gera com outros tipos de pesca e outras actividades da orla marítima.

O objectivo da pescaria é formulado como segue: *Uma pescaria mantida a um nível de exploração que não ponha em causa a estabilidade em geral dos recursos alvo, comuns a outras pescarias, adequadamente acompanhada, contribuindo para o fornecimento de isco a outras pescarias.*

São propostas as seguintes medidas de gestão:

- Medidas imediatas de *conservação e gestão*:
 - Congelamento do número actual de redes de arrasto até que se apure qual o impacto sobre os stocks das espécies alvo.
 - Fixação de tamanho mínimo para isco por reposição da circular de 12 de Outubro de 1972.
- Medidas de gestão, a prazo:
 - Introdução de um sistema de amostragem para as principais espécies capturadas (investigação);
 - Estudo para determinação dos tamanhos mínimos para as diferentes espécies de isco e para comercialização (investigação);
 - Estudo do impacto da captura de juvenis sobre o estado dos stocks alvo, em particular chicharro (investigação);
 - Estabilização e formação de investigadores ligados ao acompanhamento da pescaria (investigação);
 - Regulamentação da pescaria (administração);
 - Acção programada de fiscalização da pescaria (fiscalização).

14.5 Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho. A pescaria desenvolveu-se com o incremento do turismo, tendo como espécies alvo as lagostas costeiras, búzio cabra, peixes demersais, polvos e chocos.

Normalmente a pesca de mergulho em apneia é realizada por 2-4 pescadores apoiados por um bote, a profundidades de até 23 m, durando a pesca 1-2 dias e tendo os mergulhos uma duração diária de 4-5 horas por pescador. A pesca de mergulho é feita igualmente com meios artificiais de respiração, por 2 mergulhadores, em média com 6 garrafas, apoiados por embarcações de 9-10 m motorizadas, podendo as capturas semanais atingir 70-80 kg de lagostas.

Há ainda pescadores que praticam a pesca de lagostas costeiras com redes de emalhar e com pequenos covos e de búzio cabra com draga.

Existem fortes indícios de sobreexploração de lagostas costeiras em algumas zonas, nomeadamente nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, evidenciada pela redução do comprimento médio dos exemplares capturados e a redução das capturas. Indícios semelhantes manifestam-se em relação ao búzio cabra através da redução do comprimento médio dos exemplares capturados, diminuição dos níveis de abundância e o aumento da profundidade de captura que passou dos 5-10 m para 20 m ou mais.

Em 2001, a captura total da pescaria foi de 104 tons de captura, das quais 19 tons lagostas costeiras, 41 tons de demersais e 38 tons de búzio cabra. Foram realizadas 3.868 viagens que proporcionaram uma média de 27 kg por saída.

As medidas de gestão em vigor constam do estabelecimento para as lagostas de um tamanho e peso mínimos de 20 cm de comprimento total e de 500 g de peso, um período de defeso de Julho a Setembro e a proibição de captura de fêmeas ovadas.

Os *problemas a resolver na pescaria* são a existência de indícios de sobreexploração dos stocks de lagostas costeiras e búzio cabra, o acompanhamento não sistemático da pescaria, existirem dúvidas sobre adequação das normas de gestão vigentes, uma fiscalização deficiente e a utilização de meios de respiração artificial que têm um efeito nocivo sobre a saúde dos mergulhadores e sobre os recursos.

O objectivo específico é formulado como segue: *Uma pescaria com os stocks em franca recuperação, mantida a um nível de exploração sustentável, adequadamente acompanhada, fazendo uso de métodos de mergulho sem recurso à respiração artificial e a outros métodos de pesca alternativos.*

São propostas as seguintes medidas de gestão:

- Medidas imediatas de *conservação e gestão*:
 - Congelar, até finalização de estudos específicos, as medidas vigentes relativas ao período de defeso, ao tamanho mínimo e à proibição de captura de fêmeas ovadas;
 - Congelar o esforço de pesca ao nível existente actualmente na pesca de mergulho;
 - Congelar o esforço de pesca ao nível existente actualmente na pesca de búzio cabra com draga e circunscrevê-lo às comunidades de S. Pedro e Tarrafal de Santiago;
 - Confirmação da reserva da pescaria aos nacionais.
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Aperfeiçoamento do sistema de amostragem (investigação);
 - Realização de estudos referentes a defeso, comprimentos e pesos mínimos e lagostas ovadas capturadas (investigação);
 - Realização de estudos sobre o defeso, comprimentos e pesos mínimos de búzios capturado (investigação);
 - Realização de estudos da biologia das lagostas costeiras e búzio cabra (investigação);
 - Promover avaliações regulares e o seguimento do estado dos stocks de lagostas costeiras e do de búzio cabra e emissão de recomendações de gestão (investigação);
 - Experimentação de métodos alternativos ao mergulho e preparação de um programa para a sua gradual desactivação (investigação);
 - Estabilização e formação dos investigadores (investigação);
 - Estudos tendo em vista a tomada de decisão sobre a reserva de áreas de pesca para comunidades de pescadores artesanais (investigação).
 - Análise das recomendações emitidas pela investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão (administração);
 - Limitação do número diário de garrafas por mergulhador (administração);
 - Revisão e regulamentação das formas de licenciamento na pescaria (administração);
 - Análise das propostas tendo em vista a gradual desactivação da pesca de mergulho com recurso a meios artificiais de respiração (administração);
 - Interdição da pesca de mergulho na ilha do Sal (administração);
 - Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização (fiscalização);
 - Esclarecimento aos operadores sobre a ilegalidade da instalação de compressores de enchimento de garrafas a bordo das embarcações de apoio aos pescadores e realização de fiscalização específica (fiscalização).

15. Pesca estrangeira. A frota estrangeira opera com base em acordos ou contratos de pesca com a UE, Japão e Senegal. Os navios licenciados são caneiros, cercadores e palangreiros e as espécies alvo visadas são principalmente os tunídeos e os tubarões.

Durante o ano 2002, foram licenciadas 106 embarcações estrangeiras (das quais 96 da UE e 8 do Japão) mas apenas cerca de 9% destas embarcações declararam as suas capturas. Em 2002, as embarcações da UE capturaram 852 tons de tunídeos, espadarte e tubarões e as embarcações do Japão 199 tons de tunídeos, espadarte e outras espécies de bico.

Os *principais problemas a resolver* na pescaria são a falta de acompanhamento da pesca por parte da investigação e da administração, a fiscalização deficiente, a aparente concorrência que se estabelece com a frota nacional; o não respeito das condições estabelecidas nos acordos e a não existência de uma estratégia definida para a pesca estrangeira.

O objectivo específico da pesca estrangeira é o seguinte: *Uma pescaria utilizando as disponibilidades não aproveitadas pela frota nacional, gerida e fiscalizada de forma eficaz, proporcionando um resultado económico máximo sustentável, traduzindo-se numa maior contribuição para a redução do défice da balança de pagamentos.*

São propostas as seguintes *medidas de gestão*:

- Medidas imediatas de *conservação e gestão*:
 - Manter a proibição de captura de exemplares de albacora e patudo com menos de 3,2 kg de peso;
 - Eliminação da possibilidade da pesca de isco vivo pela frota estrangeira a partir das linhas de base, devendo ser concedido para além das 12 milhas náuticas a partir das linhas de base;
 - Proibição de pesca de demersais pela frota estrangeira;
 - Proibição da captura de exemplares de espadarte com menos de 125 cm de comprimento;
 - Interditar em toda a ZEE de Cabo Verde a prática da pesca de tubarões para se retirar apenas as barbatanas;
 - Fixar previamente o número máximo de licenças anuais a serem concedidas nas negociações dos acordos e contratos de pesca;
 - Implementar mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos de pesca;
 - Exigir o envio dos formulários de capturas de todas as embarcações.
- Medidas de gestão, a prazo:
 - Introduzir um sistema de seguimento da pescaria através dos formulários, confrontados com informações colhidas nas instituições de investigação congêneres, junto da ICCAT, e nos relatórios dos observadores de bordo e inspectores de pesca (investigação);
 - Acompanhar a pescaria de espadarte (investigação);
 - Realizar um estudo para avaliação da ocorrência ou não de aves marinhas nas pescarias pelágicas de palangre a fim de determinar a necessidade de implementação de um programa nacional para redução da sua captura accidental (investigação);
 - Acompanhar as capturas de tubarões a fim de facilitar a recolha de informação necessária para se traçar a estratégia de conservação e gestão dos stocks de tubarões (investigação);
 - Auscultar regularmente a investigação, analisar as recomendações e sua tradução em diplomas legais (administração);
 - Criar o corpo de observadores de bordo e reforçar o seu programa de formação (administração);
 - Criar um corpo de inspectores de pesca (administração);

- Implementar um sistema que permita a vistoria regular das embarcações estrangeiras antes de iniciarem as operações na ZEE de Cabo Verde (administração);
- Colocar observadores em pelo menos 25% das embarcações licenciadas (administração);
- Promover acções de formação visando a melhoria das capacidades de gestão das pescarias (administração);
- Estabelecer e executar um programa de fiscalização concertado com as entidades concernentes (fiscalização e administração).
- Formação dos administradores visando a melhoria das capacidades de gestão estratégica dos recursos da pesca.

16. Pesca amadora. Os engenhos de pesca mais utilizados são as linhas, cana e anzol para a pesca de superfície, de deriva e corrico; para a caça submarina geralmente levam garrafas como meio de respiração artificial. São ainda utilizados o arpão, fiska, ganchos, facas tridentes, vareta e espingarda de caça submarina. Embora exista uma lei para a pesca amadora, a actividade não está regulamentada pelo que vem sendo exercida sem licenciamento.

As principais espécies alvo são os peixes demersais e os grandes pelágicos. Na pesca submarina são igualmente alvos importantes as lagostas costeiras e os polvos.

Os *principais problemas detectados* são os seguintes: a administração e investigação não acompanham esta pesca e não existem dados sobre a mesma, a fiscalização não é efectuada, a pesca amadora gera inúmeros conflitos com outros tipos de pesca, a actividade não está regulamentada e os seus praticantes comercializam as capturas.

O objectivo para a pesca amadora é estabelecido da seguinte forma: *Uma actividade desenvolvida de forma compatível com as outras modalidades de pesca e servindo como factor de atracção turística.*

São propostas as seguintes medidas de gestão:

- Medidas imediatas de conservação e gestão:
 - Aprovação do novo diploma que regulamenta a pesca amadora;
 - Interdição completa da comercialização directa ou indirecta dos produtos da pesca desta modalidade;
 - Proibição do uso de meios de respiração artificial para a pesca amadora;
 - Definição urgente e implementação de um sistema de licenças de pesca amadora.
 - Estabelecimento de um sistema de articulação/coordenação entre a administração das pescas e a administração turística para acompanhamento da actividade.
- Medidas de *gestão, a prazo*:
 - Introdução de um sistema de acompanhamento da pesca amadora e organização dos dados básicos em termos de capturas e espécies (investigação);
 - Análise das recomendações emitidas pela investigação, reflexão com os intervenientes dos possíveis efeitos e sua regulamentação (administração);
 - Realizar as acções de fiscalização regular (fiscalização);

17. Factores externos

A fim de se atingir os objectivos específico atribuídos às diversas pescarias, é necessário que ocorram conjuntamente com os resultados referidos um conjunto de factores externos, dos quais se destaca, *um maior engajamento por parte das*

instituições envolvidas em geral no sistema de gestão das pescarias, a necessidade de uma coordenação/articulação da acção de fiscalização das actividades de pesca, o aumento dos recursos atribuídos pelo Governo à função de fiscalização, administração e investigação, os proprietários dos navios e das instalações de terra se empenhem na melhoria das suas condições técnicas e higio-sanitárias, os armadores se empenhem na constituição de poupanças para aplicação em investimentos nas pescas, e na aplicação cabal dos recursos que lhes são concedidos no sector, uma maior motivação por parte dos armadores e pescadores para uma maior organização e cooperação no sentido de juntos ultrapassarem os constrangimentos da classe, uma maior cooperação entre a administração e a classe de operadores para juntos ultrapassarem os problemas da pesca., uma motivação por parte das instituições financeiras no sentido da disponibilização de recursos, os armadores dos navios de pesca industrial assumam uma atitude colaborante em relação à informação a prestar sobre as suas actividades de pesca e condições técnicas e sanitárias das suas embarcações, melhoria das principais vias de acesso a algumas comunidades e dos transportes entre as ilhas, melhorias nas condições de regularidade, disponibilidade de condições e fiabilidade dos transportes aéreos e marítimos em relação aos produtos da pesca., os pescadores assumam uma atitude colaborante em relação às medidas que vierem a ser adoptadas nas pescarias.

18. Espécies marinhas ameaçadas e protegidas

Devido à sua insularidade e ao clima tropical seco, Cabo Verde tem um número reduzido de espécies de pequenas populações e limitada diversidade genética, daí a necessidade de protegê-las da interferência das actividades económicas e, neste caso específico, da pesca. As tartarugas marinhas, os cetáceos, as aves marinhas estão protegidas através da legislação nacional. Outras espécies há que necessitam de ser contempladas, como os corais, os cones e os seláceos.

19. Aproveitamento de novas oportunidades

Alguns dos principais recursos pesqueiros estão sendo pescados perto ou para além dos limites sustentáveis de exploração. Existem contudo recursos pouco ou não explorados que poderiam ser alvo de pescarias alternativas e/ou complementares às existentes. O aproveitamento dessas oportunidades deverá ser encarado como uma necessidade e uma prioridade de desenvolvimento do sector. Nesta perspectiva, a prospecção de novos recursos e a vulgarização de engenhos não utilizados poderão ser uma importante alternativa de desenvolvimento, numa tentativa de aliviar a pressão exercida sobre os recursos tradicionalmente explorados pela via da diversificação da pesca e do aproveitamento pleno dos recursos marinhos existentes. Várias alternativas a serem testadas se configuram como por exemplo o aproveitamento de tunídeos e espécies afins com palangre, rede de cerco e corrico, e o aproveitamento de espécies demersais (peixes e crustáceos) de grande profundidade com palangre e covos que em zonas similares à nossa tem proporcionado excelentes resultados.

VI. Aspectos transversais ao Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

20. Aspectos gerais. No presente capítulo encontram-se reunidos alguns aspectos que influenciam o sucesso da implementação do PGRP, a saber: questões relacionadas directamente com a investigação e a administração, que são básicas para que os objectivos visados pela gestão das pescarias sejam alcançados com sucesso; questões específicas que são importantes para o sucesso de algumas opções em termos de sustentabilidade e desenvolvimento da pesca artesanal, nomeadamente a co-gestão, as questões ambientais e as relações internacionais; e

questões relacionadas com o desenvolvimento das Pescas, designadamente de infraestruturação, transformação, comercialização, crédito e formação.

21. Aspectos de base para a investigação haliêutica, ambiental e análises socio-económica das pescarias. As investigações haliêuticas e ambientais e os estudos sócio-económicos são um instrumento de grande importância para o desenvolvimento das Pescas.

A melhoria e manutenção do *banco de dados* das Pescas em geral é a actividade de base da investigação em geral sem a qual não é possível produzir recomendações assentes em bases científicas, quer em relação à gestão dos recursos haliêuticos, quer em relação à gestão das pescarias. Abrange não apenas os *dados biológicos, ambientais, de pesca e socio-económicos*, proporcionados pelo sistema de amostragem biológica, de inquirição estatística da pesca artesanal e da colheita dos dados da pesca industrial, e ainda pelos censos da pesca, mas igualmente os dados obtidos em cruzeiros de investigação e os recolhidos junto de organizações internacionais e em terceiros países.

Sendo actividades de rotina essenciais para a investigação, os recursos financeiros para a sua realização deveriam ser assegurados com prioridade pelo Estado.

A *recolha de dados ambientais* na ZEE de Cabo Verde pressupõe, em princípio, a disponibilidade de um navio de investigação. O N/I “Islândia”, a aguardar reparação, carece de completar o equipamento necessário para a colheita de dados oceanográficos físicos, químicos e biológicos. A prioridade deverá ser atribuída aos dados físicos, precedida da constituição de uma equipe de um oceanógrafo e dois técnicos, sem a qual será muito difícil a colheita e manutenção de uma base de dados e a sua análise.

A *estabilidade dos investigadores e outros técnicos* ligados ao acompanhamento das pescarias e a disponibilidade de orientação científica (em parte consequência daquela) é uma questão crucial. O aprofundamento das causas desta situação e a sua resolução são essenciais para que a investigação haliêutica realize a sua parte no sistema de gestão de pescarias e este assente em bases sólidas. Dada a exiguidade de recursos humanos, esta situação aconselha a que sejam estabelecidas claramente as prioridades em termos de acompanhamento do estado de exploração dos stocks e das pescarias.

O *sistema estatístico* vigente foi consolidado ao longo de mais de uma década e constituiu um importante sucesso do trabalho desenvolvido neste domínio. O âmbito das estatísticas de pesca deve no entanto ajustar-se às exigências decorrentes do PGRP, já sentidas de resto antes da sua formulação. É necessário que, pelo menos, as estatísticas permitam a sua agregação por ilha, porto ou local do desembarque (pelo menos os principais e secundários e os principais terciários), espécies capturadas, zonas de pesca e a repartição do esforço de pesca das embarcações licenciadas pelas diferentes pescarias e zonas de pesca. É ainda indispensável que o sistema estatístico estenda a sua colheita aos dados sócio-económicos, em particular no que respeita às pescarias artesanais, para que seja possível estimarem-se os rendimentos dos pescadores e peixeiras e alcançar uma percepção sobre a origem desse rendimento das diferentes actividades de pesca (pescarias) e de outras para além das de pesca, evidenciando as estratégias de sobrevivência individual e das diferentes comunidades de pescadores.

A *avaliação económica das pescarias*, em termos de Rendimento Nacional (já mencionada igualmente a respeito do processo de tomada de decisões sobre investimento público), carece de dados que devem ser recolhidos no âmbito da melhoria das estatísticas. A preparação de bioeconomistas é indispensável para a sua efectivação, em particular quando se trate da elaboração de modelos dinâmicos para se estimarem os efeitos de medidas alternativas de gestão das pescarias.

22. Actividades de base da administração pesqueira. O *licenciamento das actividades de pesca e conexas da pesca* constitui a base do trabalho da administração. O tratamento da informação decorrente do licenciamento é igualmente uma actividade de base da administração.

As responsabilidades em relação ao processamento da informação operacional das embarcações licenciadas deverão ser objecto de uma repartição entre a investigação e a administração.

A administração tem responsabilidades directas sobre parte dessa informação, nomeadamente no que respeita ao preenchimento dos formulários de bordo, sua entrega atempada. Devem ser igualmente consideradas, as informações relativas às exportações de produtos de pesca, às actividades da indústria de transformação de pescado, às actividades das instalações de apoio em terra (frigoríficos e dos cais de pesca) e as informações sobre as actividades desenvolvidas pela fiscalização e a inspecção de pescado.

Deveria encarar-se a eventualidade de divulgar igualmente esta informação (desde que não confidencial) no Boletim Estatístico.

Estas tarefas, que constituem a rotina de trabalho da administração, devem ser asseguradas e os recursos financeiros requeridos para a sua realização são prioritários.

Algumas questões do âmbito da administração deverão merecer uma análise e eventualmente originar ajustamentos, alguns deles já em curso: o sistema de licenciamento, tal como se encontra previsto na lei em vigor, carece de ser ajustado para que incida mais directamente sobre o esforço de pesca efectivo em cada pescaria; as normas vigentes em termos de medidas de gestão das pescarias deveriam ser revistas, nomeadamente quanto à fixação das características das artes de pesca e das embarcações de pesca, a algumas medidas de conservação, ao esforço de pesca a aplicar cada ano nas pescarias e à fixação dos TACs (totais admissíveis de captura) para as diferentes espécies alvo; e, por fim, a classificação da frota de pesca, à luz de critérios de promoção do desenvolvimento, deveria ainda ser ponderada.

Quanto à co-gestão, que se traduz numa delegação de competências de gestão, é indispensável que a lei abra possibilidades legais para a sua implementação, sem que isso signifique de imediato a sua regulamentação detalhada.

23. A co-gestão. No Cap. V a par de medidas de gestão para algumas pescarias artesanais que têm por alvo espécies sedentárias foi sugerido a realização de um estudo para a implementação de esquemas de co-gestão.

A co-gestão é uma parceria entre o governo e uma comunidade de utilizadores de recursos da pesca, com destaque para os pescadores, que partilha a responsabilidade e a autoridade em relação à tomada de decisões sobre a gestão de determinadas actividades de pesca.

Estes arranjos de co-gestão têm graus diferentes: vão da simples consulta à comunidade pelo governo até à tomada de decisão dos pescadores, com aconselhamento do governo, sobre a gestão de determinadas actividades de pesca.

Antes de se concederem direitos de co-gestão, deveria proceder-se a um levantamento das tradições de gestão da pesca na comunidade beneficiada as quais a existirem poderão ser eventualmente integradas no regime a estabelecer. Os arranjos a estabelecer poderão variar de comunidade para comunidade e evoluir de modo diferente.

Os esquemas de co-gestão poderiam ser úteis em situações onde se verifica a exploração intensa de recursos sedentários em relação aos quais existe uma grande dependência por parte de comunidades de pescadores artesanais. A inserção destes

recursos sedentários em esquemas de co-gestão ligados a essas comunidades poderia vir a ter um efeito de contenção da sua depredação.

Poderiam ser abrangidos por estes esquemas de co-gestão os peixes demersais e lagostas e, eventualmente, os pequenos pelágicos capturados para servirem como isco. Deveria ainda analisar-se a possibilidade de estes recursos serem exclusivamente afectos à pesca artesanal e limitados ao abastecimento do mercado interno, incluindo o representado pelo turismo.

Cada esquema de co-gestão deveria evoluir gradualmente para a afectação destes recursos numa determinada área marinha – da linha de costa até, por exemplo, 3 milhas náuticas e até limites a estabelecer com as comunidades vizinhas.

24. A Promoção do desenvolvimento das Pescas. A análise da situação realizada no âmbito da preparação da proposta de Plano de Gestão dos Recursos da Pesca proporcionou um conjunto de reflexões acerca das medidas de desenvolvimento que se considerou importante não perder.

A separação entre gestão e desenvolvimento das pescarias não tem necessariamente que ser feita. Embora sendo tecnicamente possível esta separação, o certo é que sendo os objectivos atribuídos ao sector, em geral, e às pescarias, em particular, de natureza sócio-económica, a gestão das pescarias não se pode desligar deste contexto. Deveria pois, futuramente, discutir-se a alternativa de se definirem planos conjuntos de gestão e desenvolvimento, embora separando com clareza aquilo que compete a cada um dos sistemas

A experiência aconselha a que concentrem os esforços de desenvolvimento na resolução dos *problemas fundamentais* e aguardar que, com a sua superação, se resolvam outros que deles dependem directamente. Esta estratégia deveria ser acompanhada de esforços para se assegurar a *utilização mais vantajosa dos recursos disponíveis* para o desenvolvimento das Pescas

Para que seja possível adoptar uma tal abordagem, é indispensável estabelecer uma *visão da estrutura da pesca* tal como hoje se apresenta em Cabo Verde. No país, existem *três centros principais* de pesca industrial (onde também têm base actividades de pesca artesanal): a Praia, o Mindelo e a Palmeira.

Outros *centros secundários*, onde predomina largamente a pesca artesanal (e, por vezes secundariamente, a pesca industrial) assumem alguma importância pelas fortes ligações que mantêm com aqueles três centros principais: Porto Novo, Monte Trigo/Tarrafal, Tarrafal de S. Nicolau, mais ligados a Mindelo, Sal Rei em relação à Palmeira, e Tarrafal de Santiago, Ribeira da Barca, Pedra Badejo, Vila de Maio, S. Filipe e Furna, em relação à Praia.

Um outro conjunto de centros de pesca que denominaremos de *centros terciários*, localizados em todas as ilhas, estão quase exclusivamente dedicados a actividades de pesca artesanal.

Muito embora se encontrem fortemente ligados aos mercados locais de consumo de pescado e, na medida das disponibilidades, de aprovisionamento, possuem fortes ligações – e são em grande medida deles subsidiários – com os centros secundários e, por vezes directamente com os principais, para onde, ou através dos quais, canalizam excedentes e obtêm insumos.

Num contexto de insularidade, as ligações aéreas e, principalmente, as marítimas, devem ser encaradas como o equivalente, num Estado continental, à rede primária de vias transporte. Em Cabo Verde, estas ligações aéreas e marítimas da rede primária cobrem e unem entre si os centros principais de pesca e estes aos secundários.

Os centros secundários estão ligados entre si pela rede de transportes que poderíamos denominar de secundária (numa classificação que tem como referência

as Pescas), a qual, se exceptuarmos a extensão territorial de Santiago, é também quase sempre aérea ou marítima.

Finalmente, uma rede de transportes, que denominaremos de terciária (também numa classificação que tem como referência as Pescas), liga os centros terciários de pesca aos secundários – a maior parte das vezes – por estrada.

A insuficiente frequência e regularidade do transporte nestas redes primária e secundária, tantas vezes assinaladas pelos armadores e pescadores, é uma das questões que determina que as actividades económicas – e não apenas as de pesca – se não desenvolvam mais harmoniosamente ao longo de todo o território nacional e permitam que se atinja mais facilmente a viabilidade nas actividades económicas.

Esta questão, sendo de transcendente importância para toda a economia em geral, somente pode ser tratada nos planos de desenvolvimento do país. Nesta acepção, é um factor externo às Pescas, devendo considerar-se num contexto das prioridades nacionais. Não obstante, da melhoria da rede primária dos transportes marítimos e aéreos dependerá a circulação dos excedentes da pesca industrial para os mercados de consumo nacionais e externos.

Uma *visão estratégica em relação às infraestruturas de apoio em terra* deveria basear-se nesta mesma estrutura do sector das Pescas.

No que respeita à *pesca industrial*, não será possível obter quaisquer resultados positivos se as questões da disponibilidade de instalações frigoríficas operacionais e gelo em quantidade suficiente. Estes serviços devem obedecer aos requisitos sanitários estabelecidos por lei. A sua resolução na Praia, Mindelo e Palmeira é prioritária e, tal como para os transportes, o Governo deverá encontrar soluções urgentes que correspondem à sua política de desengajamento das actividades produtivas.

No caso da *pesca artesanal*, é igualmente indispensável definir-se um conceito ou estratégia para a resolução dos problemas de infraestruturas de apoio que a afectam. Sem prejuízo de uma reflexão que poderia fazer-se e das lições que daí sejam aprendidas, a questão da *produção e abastecimento de gelo* deverá ser solucionada de forma mais concentrada. A produção de gelo poderia ser concentrada na rede secundária de centros de pesca (que muitas vezes coincide com o local de colocação dos excedentes) e esperar-se que, tal como o pescado circula na sua direcção com a intervenção de intermediários, o mesmo aconteça no sentido inverso com o gelo. Esta maior concentração da produção de gelo (e em alguns casos de capacidade de conservação frigorífica) possibilitaria a utilização destas instalações para outras finalidades para as viabilizar mais facilmente.

A *tomada das decisões sobre investimento público*, nomeadamente em infraestruturas de apoio, deverá ter como base a realização de uma avaliação económica, em termos de valores de Rendimento Nacional. Só esta abordagem permite estimar em que medida o novo investimento poderá gerar um rendimento acrescido para a comunidade. Nesta perspectiva são considerados como benefícios e custos, para além dos directamente derivados do investimento infraestrutural, todos aqueles induzidos pelo investimento sejam eles tangíveis ou intangíveis. Todos os investimentos que se verifique que não contribuam para o aumento do Rendimento Nacional deverão ser, em princípio, rejeitados, mesmo que financiados por donativos externos e ser priorizados aqueles que proporcionem uma contribuição positiva

A *transformação e a comercialização* são ramos de actividade que se situam a jusante da captura e que influenciam a tendência de evolução daquela, pelo grau de rendimento acrescentado retirado da exploração dos recursos. Essa influência torna-se ainda mais preponderante num país onde os recursos haliêuticos são relativamente reduzidos, como é o caso de Cabo Verde.

A reduzida diversificação da indústria nacional de transformação é um factor limitativo da expansão do sector da produção, pelo que importa promovê-la. No entanto, existem algumas oportunidades de comercialização a nível nacional não aproveitadas, resultantes da subida verificada nas importações de produtos da pesca, nomeadamente para o turismo. As acções de promoção deveriam por isso centrar-se ao nível da comercialização interna.

No que respeita ao *crédito*, ao longo dos anos estes foram concedidos pelas instituições financeiras nacionais, projectos de desenvolvimento e ONGs e visaram a aquisição de embarcações e motores, a preparação de campanhas de pescas e a expansão da indústria transformadora.

Parte dos créditos concedidos pela banca não foram recuperados. A situação de incumprimento levou a um descrédito do sector das Pescas perante a banca, com consequências para o financiamento de novos projectos proposto por operadores. A questão deveria merecer uma ampla reflexão a nível do sector das Pescas, para se repensar o sistema de crédito e se definir uma estratégia ajustada às condições das actividades do sector.

O desenvolvimento de formas de captação de fundos nomeadamente sistemas mutualistas de poupança e crédito para o auto financiamento e uma melhor organização nas comunidades de pescadores, já em promoção, poderão ajudar na resolução do problema embora somente ao nível da pesca artesanal.

A *formação* tem sido um aspecto eleito sistematicamente como eixo do desenvolvimento do país, conforme expresso nos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento.

Ao longo dos anos foram ministradas centenas de acções de formação, organizadas por diferentes instituições no país e no exterior, dirigidas a pescadores, mestres, motoristas, peixeiras e outros e referentes às tecnologias de pescado e da pesca, manutenção e reparação de motores, segurança e sobrevivência no mar, legislação marítima, navegação e detecção de pescado, planificação etc. Verificou-se igualmente uma dinâmica de formação direccionada aos técnicos das instituições ligadas à pesca, nomeadamente em avaliação de stocks haliêuticos, oceanografia, controle de qualidade, valorização dos produtos da pesca, gestão de infraestruturas de pesca, economia da pesca, segurança no mar, técnicas de detecção de pescado, entre outras.

Não obstante esta dinâmica, uma maior articulação entre instituições que vêm intervindo em diferentes áreas de formação (INDP, DGP, ISECMAR, Câmaras Municipais, ONGs, para além de vários projectos) seria de molde a tornar os esforços de formação mais eficientes.

25. Relações internacionais. Desde a independência, Cabo Verde vem mantendo *relações de cooperação* a nível bilateral e multilateral no domínio das pescas com vários países e instituições de apoio ao desenvolvimento.

Cabo Verde é membro de várias organizações internacionais e regionais, das quais se destacam a Organização das nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Sub regional das Pescas (CSRP), a Conferência Haliêutica dos Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico e a Conferência de Ministros Responsáveis pelas Pescas, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT),

Ao longo desses anos a cooperação com outros países foi desenvolvida por via do estabelecimento de acordos de pesca (Senegal, Guiné, Guiné-Bissau e União Europeia) e outros acordos de cooperação no domínio das pescas e áreas a ela concernentes firmados com Angola, Mauritânia, Senegal, Portugal e Guiné-Bissau.

Cabo Verde subscreveu diversas convenções internacionais, entre as quais se destaca a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Convenção

Internacional para Prevenção da Poluição pelos Navios e aderiu ainda ao Programa Regional de Conservação Marinha e sua estratégia de gestão integrada das áreas marinhas protegidas e zonas costeiras dos países da sub-região oeste-africana.

O estabelecimento das relações de cooperação à escala bilateral, sub-regional, regional e internacional deverá ser encarado como um meio de alargar os conhecimentos e as possibilidades de intervenção do país a nível das próprias pescarias nacionais. Para tal, Cabo Verde deve reactivar e dinamizar as suas relações de cooperação através do estabelecimento de parcerias e de intercâmbios.

26. Questões ambientais. Existe uma *estreita relação entre a pesca e o ambiente*. Esta relação é recíproca.

O impacto ambiental da pesca traduz-se na sobreexploração dos recursos e consequente redução dos stocks explorados, desgaste da cadeia trófica pela pesca, consistindo na redução de outros recursos ligados a um recurso explorado, normalmente através de interacções de natureza trófica, remoção de espécies, com a substituição por outras de níveis tróficos inferiores, redução da população adulta de uma espécie, induzindo mudanças no *pool* genético e afectando a biodiversidade, destruição dos habitats, através de práticas nocivas, pesca de fauna acompanhante da espécie alvo, frequentemente descartadas para o mar e pesca com engenhos perdidos.

O impacto ambiental da aquacultura traduz-se numa perda alimentar, devido às quantidades maiores de recursos naturais (adequados para a alimentação humana) que usa para produzir uma menor quantidade de alimentos, nos efeitos nocivos sobre o ambiente, na introdução de espécies exóticas com consequências imprevisíveis sobre o ambiente e biodiversidade.

Por sua vez, as principais questões ambientais que afectam as Pescas são a extracção de inertes é a principal causa de impactos negativos do ambiente sobre a pesca, cujos impactos se manifestam através da destruição dos fundos marinhos em zonas frequentemente de crescimento de juvenis, retirada de areia das praias o que prejudica o arrasto de embarcações para terra e lhes causa danos, a poluição do ambiente marinho com hidrocarbonetos e óleos fertilizantes e pesticidas usados, esgotos e resíduos industriais lançados ao mar sem tratamento.

Estes aspectos são objecto da atenção do PANA em pelo menos dois planos ambientais intersectoriais (PAIS): “Pescas e ambiente”, e “Conservação, gestão e uso durável da biodiversidade”.

No Plano de Gestão das Pescarias é importante ter em conta o contexto legal em questões ambientais afectando a pesca, o impacto da pesca no ambiente e as medidas imediatas, de médio e de longo prazo que, no seu âmbito, são requeridas para mitigar esses efeitos. A tendência actual é de substituir uma gestão baseada numa espécie haliêutica ou numa pescaria por formas de gestão ecossistémicas. Esta abordagem reconhece a necessidade de se preservar a integridade dos ecossistemas e ambiente que suportam as pescarias, onde o recurso haliêutico é uma das componentes.

Em situações de interacção entre estes factores que provoquem desequilíbrios, a simples gestão de uma espécie haliêutica ou de uma pescaria pelos processos tradicionais não serão suficientes. Será necessário recorrer a formas de gestão ecossistémicas na qual a avaliação e os modelos mono específicos incluem as interacções tróficas entre as espécies, o impacto dos engenhos de pesca no habitat e ecossistema e outras variáveis ambientais

VII. Implementação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

27. O Sistema de gestão das pescarias. A existência de um sistema de gestão das pescarias eficaz é uma pré-condição da implementação do PGRP. Um sistema de gestão das pescarias é genericamente constituído por três componentes: a investigação, a administração e a fiscalização.

A investigação tem por objectivo produzir a informação básica e as pescarias em geral e formular recomendações de medidas de gestão baseadas no estado dos stocks..

A administração tem por objectivo zelar para que o estado de exploração dos recursos haliêuticos se realize em bases sustentáveis e definir as condições de acesso a esses recursos.

A fiscalização tem por objectivo assegurar o cumprimento por parte dos operadores de pesca das leis e regulamentos referentes às condições de acesso aos recursos haliêuticos.

Para atingir o seu objectivo, a *investigação* recolhe os dados requeridos para a avaliação do estado dos recursos haliêuticos e da pescaria em geral, avalia o estado de exploração dos recursos haliêuticos e a situação da pescaria em geral e emite recomendações para a administração destinadas a assegurar que a exploração dos recursos se realize em bases sustentáveis tendo em vista alcançarem-se os objectivos estabelecidos as pescarias.

Para atingir o seu objectivo, a *administração* analisa as recomendações emitidas pela investigação, incorpora-lhes a sua própria experiência e tradu-las – se for esse o caso – em propostas de leis, regulamentos e normas de gestão, licencia as actividades de pesca e conexas da pesca, certifica sanitariamente os meios de pesca e conexas da pesca, instalações de manuseamento, armazenagem e transformação dos produtos da pesca e os próprios produtos da pesca, decide em relação a sanções por infracção das leis, regulamentos e normas pesqueiras, transmite à fiscalização as informações pertinentes ao exercício da sua actividade e negocia acordos internacionais sobre a pesca em geral.

Para atingir o seu objectivo, a administração deverá *estender a sua presença a todo o território nacional*, nomeadamente através da delegação de competências nas Capitánias e delegações marítimas. Será no entanto aconselhável que a sua presença efectiva seja estendida aos três centros principais de pesca – Praia, Palmeira e Mindelo.

Para atingir o seu *objectivo*, a fiscalização realiza acções de controlo e verificação das condições das embarcações de pesca e das artes de pesca e das actividades de pesca e conexas da pesca na ZEE, procede a inspecções sanitárias das embarcações de pesca, conexas da pesca, das instalações de apoio em terra e de transformação de produtos da pesca, assim como dos próprios produtos da pesca, realiza o levantamento de autos e à preparação de processos por infracções detectadas.

À semelhança do que se passa com a administração, as suas atribuições para a pesca artesanal poderão continuar a ficar delegadas nas Capitánias e delegações marítimas

Como se pode verificar, a administração ocupa uma *posição central* no sistema de gestão das pescarias pois articula-se correntemente com a investigação e a fiscalização. Em contrapartida, a investigação e a fiscalização não mantém, por regra, relações correntes. À investigação é muito importante que a sua relação com os operadores seja considerada neutra e independente da fiscalização.

Estas circunstâncias colocam a administração numa posição que lhe permite assegurar mais facilmente a coordenação do sistema de gestão das pescarias

Independentemente da transmissão da informação da investigação à administração se realizar de forma corrente, é importante estabelecer um momento – por exemplo, em meados do ano – no qual as componentes do sistema realizem um balanço do estado das pescarias. Nessa oportunidade, a investigação poderá transmitir à administração e à fiscalização as suas conclusões sobre o *estado de exploração dos recursos haliêuticos e da situação das pescarias*, assim como, as recomendações daí resultantes.

Na actual situação, as responsabilidades de fiscalização estão disseminadas entre as Pescas (que é contudo a entidade competente, representada pela DGP), as Capitánias e suas delegações marítimas e a Guarda Costeira. A coordenação entre estas entidades poderia ser feita através do estabelecimento de uma “comissão conjunta” coordenada por uma Inspeção das Pescas cuja criação foi já decidida em base de estreita relação com a administração.

A existência de uma ligação formal entre o sistema de gestão das pescarias e os operadores em geral é importante para canalizar as suas opiniões e aspirações para o interior do sistema e para que o sistema disponha de canais de consulta aos operadores sobre questões fulcrais ou sensíveis (planos e medidas de gestão de recursos e pescarias, leis e regulamentos pesqueiros, programas de atribuição de quotas, planos de fiscalização, qualidade dos produtos, etc.).

A forma institucional para o fazer poderá ser através do previsto “Conselho Nacional das Pescas” em sessão especializada ou ordinária, conforme for mais conveniente. A representatividade dos interesses dos operadores no Conselho deverá ser ampla e sempre que possível assegurada por representantes de associações. As sessões dedicadas às questões de gestão das pescarias deveriam ser realizadas anualmente em período pré-determinado e extraordinariamente sempre que justificado.

A questão do *peso relativo* do sistema de gestão das pescarias (bem como do sistema de promoção do desenvolvimento) é vital para se assegurar a sua sustentabilidade.

Será em princípio admissível que o custo total de funcionamento dos dois sistemas não ultrapasse 5% do valor da produção global do sector. Sendo Cabo Verde um país com um pequeno sector das Pescas e existindo potenciais haliêuticos disponíveis para ulterior desenvolvimento, poderá admitir-se, à partida, uma relação percentual maior

Para além da preocupação de redução gradual dessa percentagem, a sustentabilidade do sistema poderá alcançar-se gradualmente através da “consignação” para o seu funcionamento das receitas geradas pelos serviços dos sistemas de gestão e de promoção do desenvolvimento. Nesta abordagem, as receitas provenientes das licenças de pesca, da certificação da qualidade, de projectos e acordos de cooperação poderiam, no todo ou em parte, ser canalizadas para financiar o funcionamento dos sistemas, com prioridade para as suas actividades de base.

28.Procedimentos de coordenação entre o PGRP 2004-14 e os diversos instrumentos de planificação de prazo mais curto

Planos bianuais de execução do PGRP 2004-14. A *implementação do PGRP 2004-14* deverá ser realizada através de *planos de execução bianuais*, sendo o primeiro referente a 2004-05. O primeiro dos anos deverá ser de execução obrigatória e o seguinte perspectivado, sendo o processo repetido anualmente.

Os sucessivos planos executivos deverão concretizar os objectivos e resultados indicativos do PGRP, devendo para o efeito estabelecer objectivos e resultados a dois anos, definir os recursos necessários à sua implementação, indicar os factores externos e definir os indicadores de medida dos efeitos produzidos com o plano.

O conhecimento prévio do valor aproximado dos recursos financeiros disponíveis é indispensável a um bom exercício de planificação.

Os planos de execução deverão pelo menos conter três programas: “Investigação haliéutica”, Administração pesqueira” e “Fiscalização pesqueira”.

A formulação de planos de execução bianuais deve ser devidamente articulada com outros instrumentos de planificação: planos, programas e orçamentos de promoção do desenvolvimento, que executam o PND 2002-05, planos intersectoriais voltados para questões ambientais, projectos específicos para a pesca, patrocinados por entidades nacionais ou estrangeiras.

Programa de concessão de licenças. No quadro deste plano indicativo, tendo em conta as informações existentes, apenas foi possível definir um programa para algumas pescarias:

- Pescaria industrial de lagosta rosa com covos: congelamento imediato das licenças para quatro embarcações;
- Pescaria artesanal de lagosta costeiras, búzio e demersais de mergulho – Para as lagostas costeiras: congelamento imediato do número de garrafas de ar comprimido e restrição do uso de um número máximo por mergulhador; para o búzio cabra: congelamento imediato do número de dragas existentes a sua circunscrição às duas comunidades que a utilizam (S. Pedro e Tarrafal).
- Pescaria artesanal de rede de arrasto de praia: congelamento imediato do número de redes existentes.

Para as restantes pescarias propõe-se o livre acesso, mediante concessão de licenças, enquanto não se puder dispor de informação que hoje ou não existe ou não se encontra explícita entre os *outputs* do sistema estatístico actual. A sua obtenção decorre tanto de um processamento e de uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos pela investigação, em particular com a identificação das zonas de pescas e a quantificação do esforço por espécies ou grupos de espécies, como das actividades **qualificadas de rotina da administração** : o **licenciamento em novos moldes**, incidindo por pescaria e sobre o esforço ; o **acompanhamento das actividades operacionais** das embarcações, em particular através da recolha atempada dos formulários de bordo das embarcações industriais licenciadas.

VIII. Acompanhamento, revisões e avaliação do PGRP.

A dimensão e efeitos esperados do PGRP justificam a existência de um coordenador permanente. Para além de realizar o acompanhamento do PGRP, a este coordenador caberá a facilitação da sua execução e a ligação com o coordenador do PANA II (a existir).

No primeiro trimestre de cada ano, o coordenador deverá apresentar um relatório anual de acompanhamento. Este relatório deverá permitir identificar: o grau de realização do plano de execução bianual, os progressos alcançados na direcção dos objectivos do PGRP e as propostas de orientação para o plano de execução bianual do período seguinte.

Da apreciação deste relatório e das propostas nele apresentadas, as entidades governamentais enquadradoras decidirão em relação às orientações e prioridades das acções de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento subsequentes. É por isso indispensável a participação de responsáveis ligados ao sistema de promoção do desenvolvimento.

No decorrer da duração do PGRP 2004-14 deverão realizar-se duas revisões: em 2006 e 2010, coincidindo, em princípio, com novas legislaturas do Governo. Estas revisões deverão, nomeadamente, avaliar em que medida a execução já realizada no

quadro do PGRP produziu os efeitos esperados e em que medida estes contribuíram para se alcançar o seu objectivo específico, a contribuição dada para se atingir o objectivo geral do PGRP e da pertinência dos objectivos estabelecidos face à política do governo. Face às conclusões, recomendar ajustamentos ao PGRP para o período que resta até ao seu termo.

No penúltimo ano de duração do PGRP – em 2013 – deverá proceder-se à sua avaliação através de uma equipe de consultores independentes.

INDICE

AGRADECIMENTOS	2
SIGLAS E ABREVIATURAS	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
I. INTRODUCAO	36
1. As Pescas de Cabo Verde	36
2. Esforços realizados com vista ao desenvolvimento das Pescas	49
2.1 Esforços de desenvolvimento	49
2.2 Esforços de Gestão	54
3. Quadro institucional do país	57
II. OS RECURSOS MARINHOS	63
4. O meio ambiente marinho	63
5. O estado de exploração dos recursos haliêuticos da ZEE de Cabo Verde	64
6. O acesso a outras áreas de pesca.....	73
III. FUNDAMENTAÇÃO DO PGRP	75
7. Problemas gerais a serem resolvidos	75
8. Enquadramento do PGRP	77
9. Aspectos metodológicos e de estratégia	82
IV. OBJECTIVOS DO PLANO DE GESTÃO dos recursos da pesca	86
10. Objectivos de longo prazo	86
11. Objectivos específicos	86
12. Componentes do Plano de Gestão das Pescarias	87
V. As pescarias.....	89
13. As pescarias industriais	89
13.1 Pescaria industrial de tunídeos e afins com linha e vara	89
13.2 Pescaria industrial de pequenos pelágicos com rede de cerco	102
13.3 Pescaria industrial de lagosta rosa com covos.....	109
14. As pescarias artesanais	118
14.1 Pescaria de demersais, tunídeos e afins com linha de mão	118
14.2 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco.....	131
14.3 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de emalhar	137
14.4 Pescaria de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia.....	146
14.5 Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho.....	152
15. A pesca estrangeira	162
16. A pesca amadora.....	173
17. Factores Externos	177
18. Espécies marinhas ameaçadas e protegidas	178
19. Aproveitamento de novas oportunidades	183
VI. ASPECTOS TRANSVERSAIS	187
20. Aspectos gerais	187
21. Aspectos de base relacionados com as investigações haliêutica e ambiental e análises socio-económica das pescarias.....	187
22. Actividades de base da administração das pescarias	191
23. A co-gestão – a gestão baseada na comunidade.....	192
24. A promoção do desenvolvimento das pescas.....	193
25. Relações internacionais.....	198
26. Questões ambientais	200
VII. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA	204
27. O sistema de gestão das pescarias e ajustamentos requeridos – a investigação, a administração e a fiscalização.....	204

28. Procedimentos de coordenação entre o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 e os diversos instrumentos de planificação de prazo mais curto
207

VIII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA	210
BIBLIOGRAFIA	211

LISTA DE FIGURAS

Figura I-1 <i>Evolução dos meios de captura na pesca artesanal</i>	38
Figura I-2 <i>Evolução das capturas por grupos de espécies na pesca artesanal</i>	39
Figura I-3 <i>Evolução do esforço e dos rendimentos na pesca artesanal</i>	40
Figura I-4 <i>Evolução das características médias das embarcações activas na pesca industrial</i>	41
Figura I-5 <i>Evolução das capturas por grupos de espécies na pesca industrial</i>	42
Figura I-6 <i>Evolução do esforço e do rendimento da pesca industrial</i>	42
Figura I-7 <i>Evolução da contribuição das pescas para as exportações totais do país</i>	46
Figura I-8 <i>Evolução das exportações das pescas em volume (toneladas)</i>	46
Figura I-9 <i>Evolução das exportações de pescado em valor (milhares de escudos)</i> ...	47
Figura I-10 <i>Evolução do consumo de pescado por habitante (kg/habitante)</i>	48
Figura I-11 <i>Organigrama do quadro institucional do sector</i>	58
Figura I-12 <i>Estrutura orgânica do INDP</i>	61
Figura V-1 <i>Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de S. Vicente em 2001</i>	93
Figura V-2 <i>Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de S. Nicolau</i>	93
Figura V-3 <i>Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de Santiago em 2001 em 2001</i>	93
Figura V-4 <i>Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em S. Nicolau em 2001</i>	94
Figura V-5 <i>Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em S. Vicente em 2001</i>	95
Figura V-6 <i>Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em Santiago em 2001</i>	95
Figura V-7 <i>Evolução dos desembarques (tons) das campanhas de pesca</i>	111
Figura V-8 <i>Evolução do esforço (covos) e da CPUE (Kg/covos)</i>	112
Figura V-9 <i>Evolução das capturas da linha de mão por grupos de espécies</i>	121
Figura V-10 <i>Evolução da captura, esforço e rendimento da linha de mão</i>	121
Figura V-11 <i>Evolução das capturas de tunídeos pela linha de mão</i>	123
Figura V-12 <i>Evolução da captura de demersais pela linha de mão</i>	123
Figura V-13 <i>Evolução do número de redes de cerco na pesca artesanal</i>	131
Figura V-14 <i>Evolução comparativa das redes de praia, de cerco e de emalhar</i>	138
Figura V-15 <i>Evolução do número de redes</i>	139
Figura V-16 <i>Evolução da composição das capturas com rede de emalhar (1992 a 2001)</i>	140
Figura V-17 <i>Evolução da captura, esforço e rendimento (1992 a 2001)</i>	141
Figura V-18 <i>Evolução dos desembarques com rede de arrasto de praia de 1997 a 2001</i>	147
Figura V-19 <i>Evolução do esforço e da CPUE da rede de arrasto de praia</i>	148
Figura V-20 <i>Capturas declaradas pela frota estrangeira entre 1997 e 2002</i>	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 0-1 <i>Potencial haliêutico e disponibilidades, por grupos de espécies</i>	1
Quadro I-1 <i>Evolução da produção e venda de conservas e produtos derivados (ton)</i>	45
Quadro I-2 <i>Evolução do número de exportadores activos</i>	47
Quadro I-3 <i>Evolução do emprego directo nas pescas</i>	48
Quadro I-4 <i>Recursos Humanos da DGP</i>	59
Quadro I-5 <i>Recursos humanos afectos ao INDP</i>	60
Quadro II-1 <i>Potencial haliêutico e disponibilidades, por grupos de espécies</i>	73
Quadro V-1 <i>Evolução do número de embarcações activas por regiões</i>	90
Quadro V-2 <i>Evolução das capturas, do esforço e do rendimento da pesca industrial com linha/vara</i>	91
Quadro V-3 <i>Evolução das capturas da pesca industrial de linha/vara</i>	92
Quadro V-4 <i>Capturas da pesca industrial de linha/vara tunídeos em 2001, por regiões</i>	92
Quadro V-5 <i>Evolução do número de pescadores activos na pesca industrial</i>	97
Quadro V-6 <i>Evolução do número de embarcações licenciadas e activas na pesca industrial</i>	97
Quadro V-7 <i>Evolução das licenças de pesca industrial de cerco entre 1990 e 2000</i>	102
Quadro V-8 <i>Captura industrial de pequenos pelágicos no período 1997-2001</i>	104
Quadro V-9 <i>Comparação das capturas, do esforço e da CPUE por ilhas em 2001</i>	122
Quadro V-10 <i>Evolução das capturas e da CPUE da pescaria artesanal de rede de cerco</i>	132
Quadro V-11 <i>Capturas mensais (em kg) nos últimos cinco anos</i>	140
Quadro V-12 <i>Captura e rendimento por ilha nos últimos cinco anos</i>	141
Quadro V-13 <i>Tentativa de identificação das espécies constantes das capturas da frota da União Europeia e japonesa</i>	163
Quadro V-14 <i>Evolução do número de licenças concedidas de 1997 a 2002</i>	165
Quadro V-15 <i>Evolução das capturas (ton) declaradas pela frota estrangeira</i>	166
Quadro V-16 <i>Evolução do número de navios estrangeiros que declararam suas capturas</i>	166

I. INTRODUCAO

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica constituído por dez ilhas, das quais nove são habitadas. De acordo com a posição em relação aos ventos dominantes, os ventos alísios, as ilhas de Sto. Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boavista e Santa Luzia (não habitada) pertencem ao grupo de Barlavento, enquanto que as outras (Santiago, Maio, Fogo, Brava), pertencem ao grupo de Sotavento. Com uma área de 4.033 Km² e uma população residente total estimada pelo Recenseamento de 2000 em 434.624 habitantes, o país encontra-se na zona saheliana, sofrendo, desde há várias décadas, o efeito de secas cíclicas.

Em decorrência da fraca e irregular pluviosidade, aliada à alta propensão para a erosão dos solos, a agricultura é pouco desenvolvida, cobrindo apenas 10% das necessidades em cereais da população (MFP, 2001). O défice da produção agrícola é em grande parte compensado pela ajuda externa alimentar, que representa 40% das importações alimentares.

A estrutura económica apresenta um sector terciário com um peso importante (65,8% do PIB em 2000), que absorve 66% do emprego, o que a aproxima das estruturas dos países desenvolvidos. Em 2000, o sector primário representava 14% do PIB. A taxa de inflação em 2000 era de 1,9% e a taxa de crescimento económico de 7,3%, o que permite que o país tenha um PIB *per capita* superior ao dos PMA, estimado em 1.281,4 USD (Anónimo, 2003). No entanto, todos estes dados escondem fraquezas estruturais, pois que a economia é muito dependente dos recursos externos, da ajuda externa e das remessas dos emigrantes, que representavam em 2000, 12% e entre 12 e 14% do PIB. A balança comercial é deficitária, as exportações cobrindo apenas 4% das importações. O desemprego era de 17,3% em 2000 e a pobreza afectava 29% da população. Nos últimos anos a dívida externa aumentou de forma significativa, tendo atingido 301,3 milhões de dólares em 2000.

1. As Pescas de Cabo Verde

Apesar de uma fraca contribuição na formação do PIB, a pesca tem desempenhado um papel importante na economia do país, contribuindo para a criação de emprego, para o equilíbrio da balança de pagamentos, em particular através das exportações, e para a segurança alimentar, pois que representa uma fonte acessível e barata de proteínas de origem animal. A participação do sector na formação do PIB, que era de 2% no início dos anos 90, diminuiu para 1% em 2000 (MFP, 2001). A maioria do valor acrescentado bruto das pescas é representado pela pesca artesanal, que contribui para 64% do valor acrescentado bruto total do sector em 2000.

Os recursos. O sector das pescas em Cabo Verde representa um dos raros recursos naturais do país e uma fonte de desenvolvimento. Apesar de se situar numa zona de produtividade primária importante e de possuir uma vasta zona económica exclusiva (734.265 Km²), o potencial em recursos haliêuticos é reduzido. A fraca extensão da plataforma continental, de natureza vulcânica, a ausência de sistemas de *up-welling*, o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas, para além da ausência de cursos de água e a raridade das chuvas são factores que podem explicar esse reduzido potencial. A extensão da plataforma continental foi estimada por Bravo de Laguna (1985) em 5.394 Km² até a isobática de 200 metros e em 7.650 Km² até a isobática de 500 metros, para um comprimento de linha de costa de 1.020 Km. As espécies apresentam uma variedade significativa, mas com

abundância relativamente fraca. Os principais recursos do país estão representados pelos grandes pelágicos oceânicos (atuns, serra, etc.), pelos pequenos pelágicos costeiros (chicharro, cavala, etc.), pelos peixes demersais (garoupa, sargo, etc.) e pelas lagostas (de fundo e de superfície). São ainda exploradas algumas espécies de moluscos, de cefalópodes, de tubarões e de tartarugas marinhas.

Actualmente o potencial em recursos explorados está estimado entre 26.000 e 44.000 toneladas. Os recursos são explorados por uma frota artesanal, composta por embarcações de tamanho diverso, motorizadas ou não, e por uma frota industrial ou semi-industrial, composta por embarcações de tamanho maior com motor interno. As capturas actuais não ultrapassam as dez mil toneladas métricas por ano.

A pesca artesanal. O sector da pesca artesanal, actividade de grande tradição em todas as ilhas, representa uma fonte importante de emprego e, para algumas ilhas, uma das principais bases produtivas e eixo de desenvolvimento. A nível deste sector operam pescadores exclusivos e também pescadores tempo parcial que provêm de outros ramos de actividade. A pesca artesanal constitui muitas vezes uma alternativa durante os maus anos agrícolas. Por exemplo, em 1999, que foi um ano chuvoso e com uma boa actividade agrícola seguindo um longo período de seca, houve uma redução importante do número de pescadores artesanais, em inversão da tendência anterior que era de aumento.

Em 1999 o sector empregava 4.283 pescadores, dos quais 3.899 exclusivos e 384 em tempo parcial, cifras que se têm adoptado para os anos mais recentes, pois que desde essa data não foi efectuado nenhum outro levantamento. Os pescadores em regime exclusivo provêm de famílias onde a profissão é exercida de pai a filho, as embarcações pertencendo às famílias. Os rendimentos da pesca são normalmente divididos pelo sistema de partilha, cabendo uma parte à embarcação (proprietário), uma ao motor e a outra sendo dividida entre os pescadores. Os rendimentos são relativamente fracos (em média 2.200\$00 à 4.400\$00 semanais por pescador), o que não lhes permite fazer economias, sobretudo porque possuem famílias numerosas (5 a 7 elementos), falta de tradição de poupança e um fraco nível escolar (o antigo nível primário para a maioria). A idade média dos pescadores situa-se entre os 25 e os 34 anos, mas possuem uma vasta experiência profissional visto que começam a exercer a profissão bastante cedo. Os pescadores encarregam-se unicamente da captura, não desempenhando nenhum outro papel na cadeia de produção e aproximadamente a metade não pertence a qualquer estrutura ou grupo organizado (Monteiro, 1998).

A frota de pesca artesanal é composta por pequenas embarcações, os botes, de comprimento variando entre 3,5 e 8 metros e de largura de 1,5 a 2,5 metros, podendo ser motorizadas ou não. A potência dos motores varia de 5 a 25 CV e podem ser utilizados conjuntamente com remos (normalmente em Sotavento) ou velas (normalmente em Barlavento). As embarcações de Barlavento são normalmente maiores que as de Sotavento. Essas embarcações, construídas localmente pelos carpinteiros navais, não possuem meios de segurança e têm uma capacidade de acção e uma autonomia reduzida, apesar de várias se deslocarem de uma ilha a outra para a faina da pesca, numa tentativa de rentabilização económica (por exemplo os botes de Santiago pescam frequentemente no Maio e os de S. Vicente em Sta. Luzia).

Em 1999, a frota era composta por 1.267 botes, dos quais 929 embarcações com motor fora de borda e 162 embarcações sem motor (INDP, 1999) com uma média de 3 pescadores por embarcação. O número de embarcações artesanais que tinha

aumentado entre 1990 e 1994, de 1.369 para 1.455, está em diminuição. Ao contrário, a taxa de motorização encontra-se em franco aumento, tendo passado de 47% em 1990 para 73% em 1999. É necessário mencionar que existem disparidades assaz significativas entre as ilhas. Por exemplo, a ilha de Santiago, que concentra 40% dos botes, possui uma taxa de motorização (63%) inferior à nacional, enquanto que a ilha de S. Vicente que concentra apenas 9% dos botes possui uma taxa de motorização de 99%.

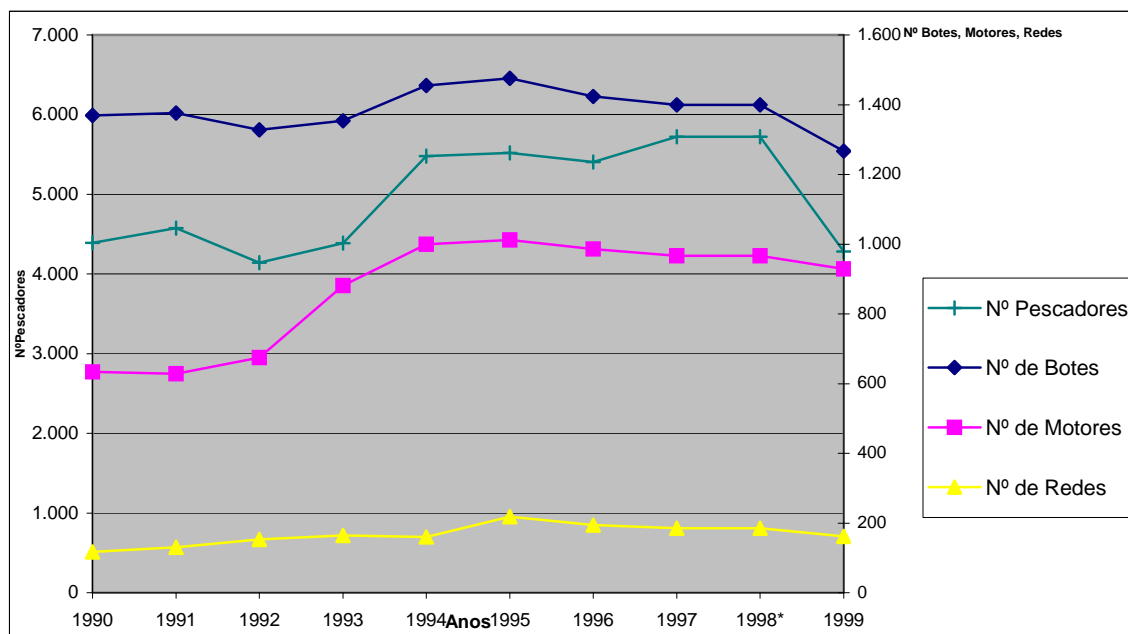


Figura I-1 *Evolução dos meios de captura na pesca artesanal*

Os botes fazem a pesca de tunídeos, demersais e pequenos pelágicos à linha e também de pequenos pelágicos com cerco, rede de emalhar e rede de praia. Outros métodos de pesca são ainda utilizados, como o mergulho para a captura de lagostas e cefalópodes. A linha, cujo rendimento médio em 2001 foi de 27 kg/viagem, é o engenho mais utilizado, tendo contribuído para 67% do total das capturas artesanais desse ano. Mas o cerco é o engenho mais eficiente, com um rendimento médio de 274 kg/viagem, apesar de ter contribuído para apenas 17% das capturas totais. Para além disso, a linha está sujeita à existência de isco, o que obriga à realização de esforços suplementares. O cerco é mais utilizado em Barlavento (S.Vicente e Sto. Antão) do que em Sotavento (em Santiago não foi recenseado nenhum em 1999). No mesmo ano, a rede de emalhar, com um rendimento médio de 130 kg/viagem, contribuiu para 10% das capturas.

Na década de noventa, as capturas totais da pesca artesanal, apresentavam uma tendência para o aumento, tendo atingido as 6.977 toneladas em 2000. No entanto, em 2001 sofreram uma diminuição importante passando a 5.649 toneladas, tendo representado 64% das capturas totais. Os grandes pelágicos eram o grupo mais representado nas capturas (até 42% das capturas totais), mas verificou-se uma inversão a favor dos pequenos pelágicos que em 2000 representavam 42% das capturas totais (31,5% para os grandes pelágicos e 17,5% para os demersais). No ano de 2001, em que houve uma diminuição significativa das capturas, os grandes pelágicos (2.355 toneladas), representaram 41% das capturas, seguidos dos pequenos pelágicos (1.849 toneladas, 33%) e dos demersais (1.042 toneladas, 18%). As capturas são estimadas através de um sistema de amostragem dos desembarques; existem variações importantes dos desembarques de uma ilha a outra, tendo sido desembarcado em 2.000 36% das capturas totais.

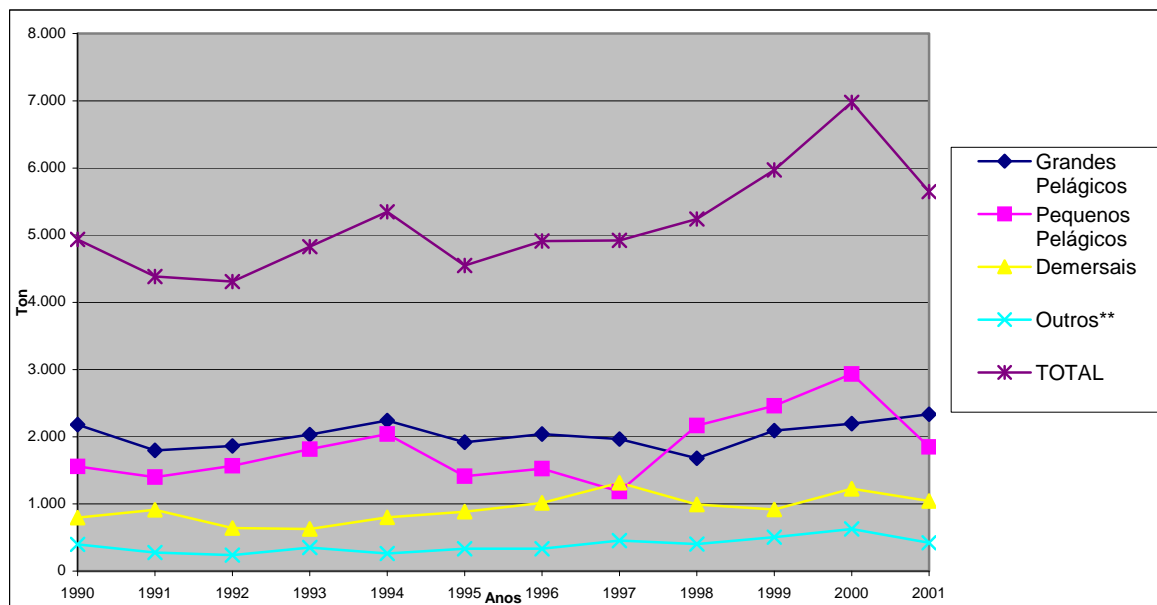


Figura I-2 *Evolução das capturas por grupos de espécies na pesca artesanal*

O esforço de pesca, estimado em número de viagens, apresentava uma tendência para o aumento na década de noventa, tendo passado de 112.737 viagens em 1992 a 173.856 viagens em 2000, apesar do número de embarcações ter diminuído. No entanto, em 2001 o esforço diminuiu para 154.407 viagens, o que poderia estar na origem da redução das capturas. O rendimento por embarcação que, pela primeira vez em uma década, ultrapassou o limite dos 40 kgs/viagem em 2000, conheceu em 2001 uma queda passando a 36,6 kgs/viagem. Para 2000, como a percentagem de utilização de engenhos mais produtivos não aumentou, tendo mesmo diminuído para o cerco (de 3% para 2%) e a rede de arrasto de praia (de 2% para 1%), poder-se-ia eventualmente estabelecer uma relação com o facto que a diminuição do número de pescadores deveu-se sobretudo à saída de pescadores em tempo parcial que, tendo menor experiência de pesca, eram provavelmente menos produtivos. Poder-se-ia ainda apontar a possibilidade de redução das externalidades por redução do número de embarcações, conduzindo ao aumento dos rendimentos. Poder-se-ia ainda pensar na influência dos parâmetros ambientais favoráveis a um aumento da produtividade das águas (1999 foi um ano chuvoso o que provocou provavelmente um enriquecimento das águas). Ou ainda à conjugação de todos estes factores.

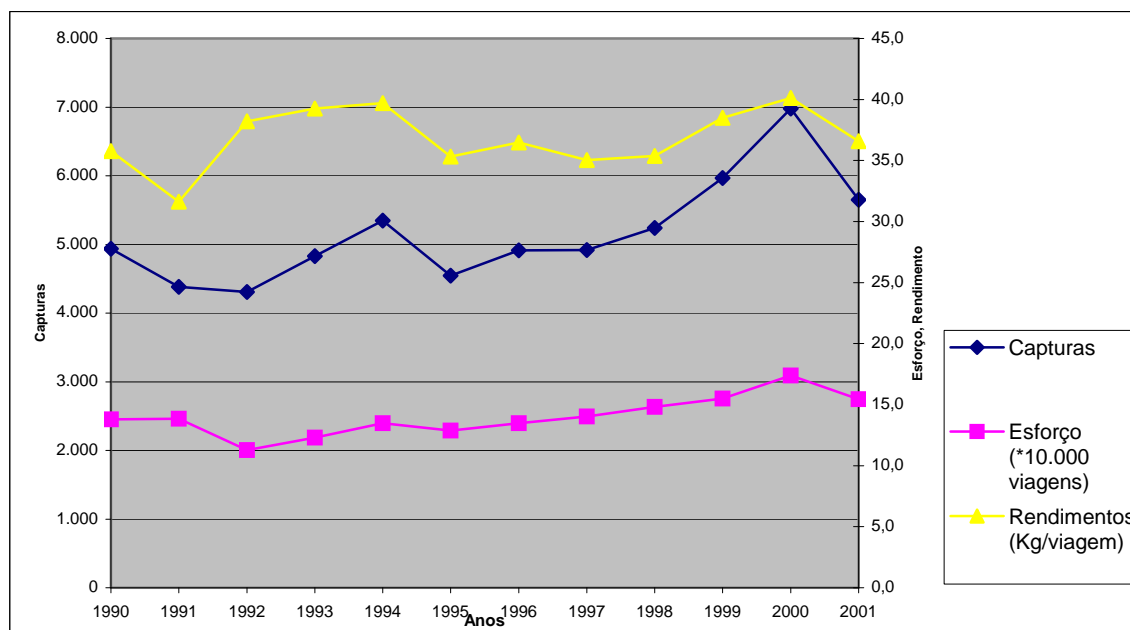


Figura I-3 Evolução do esforço e dos rendimentos na pesca artesanal

Relativamente ao rendimento mais uma vez se constata que existem variações importantes de uma ilha a outra. Assim Santiago e Fogo, ilhas onde o esforço foi mais elevado (61.689 e 19.962 respectivamente), tiveram rendimentos fracos (27 e 22 kgs/viagem respectivamente), enquanto que S. Vicente apresentou um rendimento 2,5 vezes superior (67 kgs/viagem). Isto estaria relacionado com o maior tamanho das embarcações, com a maior taxa de motorização (99% para S. Vicente), com os engenhos utilizados (S.Vicente utiliza muito a rede de cerco) e ainda provavelmente com os recursos que seriam mais escassos na zona de Santiago e Fogo, onde a plataforma continental é mais reduzida.

A pesca industrial. A pesca industrial e semi-industrial, que se concentra sobretudo nas ilhas de S. Vicente e Santiago, é de menor importância que a pesca artesanal, tanto em termos de efectivo como de capturas. Apesar da colheita de dados neste sub-sector ser exaustiva, persistem fraquezas, que impedem que de um ano para o outro as características das embarcações sejam preenchidas de maneira completa e que as capturas sejam contabilizadas na íntegra. Para além disso não há praticamente informação disponível sobre o sub-sector, nem sobre as suas características socio-económicas.

Sob a designação de pesca industrial e semi-industrial encontramos um conjunto heterogéneo de embarcações, cujo comprimento varia entre 6 e 25 metros, a potência do motor entre 15 e 500 CV e a arqueação entre 2,5 e 121 TAB, que podem transportar entre 5 e 14 pescadores, e cuja única característica comum é o facto de possuírem motor interno. Assim, só analisámos a evolução das características médias da frota.

Em 2001, a frota activa era composta por 66 embarcações, a maioria com comprimento de 10 a 12 metros, uma arqueação de 20 a 25 TAB, uma potência de motor de 150-200 CV e empregando entre 10 e 12 pescadores por embarcação. Constata-se que, duma maneira global, as características médias da frota industrial praticamente não evoluíram entre 1996 e 2001. Efectivamente, a introdução de embarcações realizada no quadro do projecto BAD/FIDA (embarcações de 11 metros) foi anterior a este período. Já em 1995, 43% da frota

industrial tinha menos de cinco anos e 18% entre 5 e 9 anos, enquanto que apenas 22% tinha mais de 20 anos (Tavares, 1999). Apesar disso, o número total de embarcações activas tem tido tendência a diminuir. Provavelmente terá havido a desactivação das embarcações mais obsoletas, a frota encontrando-se portanto hoje bastante renovada. Existem no entanto problemas técnicos (falta de manutenção, falta de mecânicos, falta de peças sobressalentes) que impedem a operacionalidade do total da frota do país. Assim, em 2000, o número de embarcações de pesca industrial registadas na Direcção Geral da Marinha e Portos era de 167 (INDP, não publicado), tendo nesse ano estado activas apenas 75, o que perfaz uma taxa de inoperacionalidade de 45%.

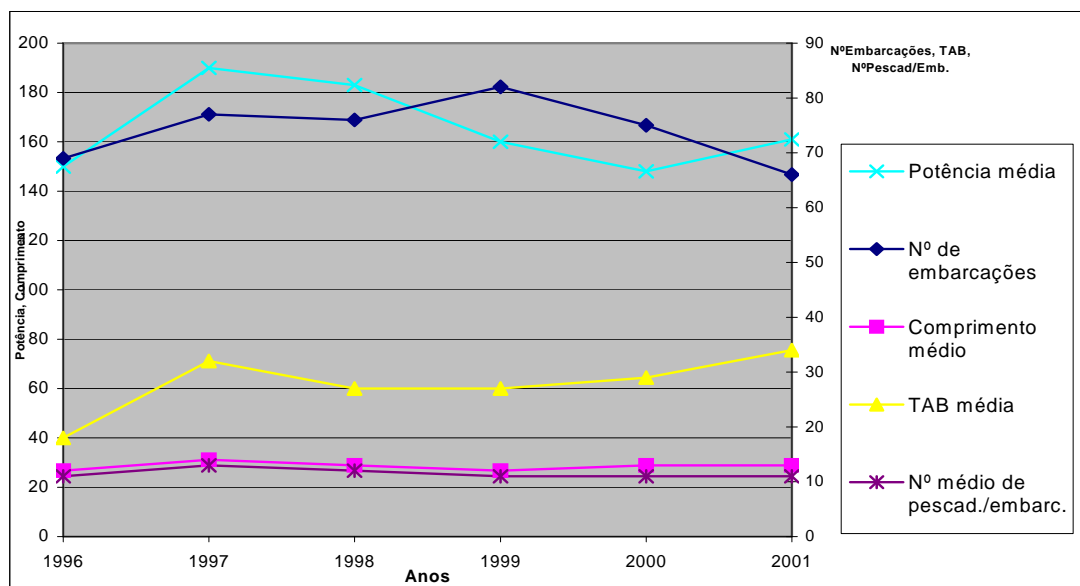


Figura I-4 *Evolução das características médias das embarcações activas na pesca industrial*

As embarcações de maior porte utilizam a linha, dedicando-se principalmente à pesca de tunídeos, mas elas podem ainda utilizar o cerco para pequenos pelágicos, que servem ulteriormente como isco na pesca de tunídeos. Outras embarcações, sobretudo as de 11 metros, utilizam sobretudo o cerco para a pesca de pequenos pelágicos, apesar de poderem também capturar à linha tunídeos e demersais. Existem outras embarcações que se dedicam fundamentalmente à pesca da lagosta rosa, mas que podem também dedicar-se a outro tipo de pesca.

Como tínhamos dito acima, a introdução de diferentes embarcações permitiu aumentar o rendimento da pesca industrial em detrimento da pesca artesanal. Assim, de 25% das capturas totais em 1990, ela passou a representar 49% em 1997. Mas após esse ano, as capturas industriais começaram a diminuir e em 2001, com 3.241 toneladas, elas representavam 36,5% do total das capturas. Os pequenos pelágicos são o grupo mais representado nas capturas da pesca industrial (1.734 toneladas, ou seja 54% em 2001), seguido dos tunídeos (1.284 toneladas, ou seja 40%). Até 1991, os tunídeos eram o grupo mais representado nas capturas (84%), mas a partir desta data, por causa da perda do maior mercado de exportação do atum de Cabo Verde, a Argélia, da assinatura em 1992 de contratos de venda de cavala a duas empresas japonesas, da entrada na pescaria de embarcações de 11m utilizando o cerco de pequenos pelágicos, este grupo ganhou importância, tendo chegado a representar em 1997 69% do total das capturas contra 26% para os tunídeos. Os demersais e as lagostas aparecem em quantidades

reduzidas (2% e 1% respectivamente). Constatase ainda que as capturas de lagostas que conheceram um pico importante em 1992 (106 toneladas), estão em franca diminuição (26 toneladas em 2001). Trata-se provavelmente dum indicador da sobreexploração sofrida pelo stock.

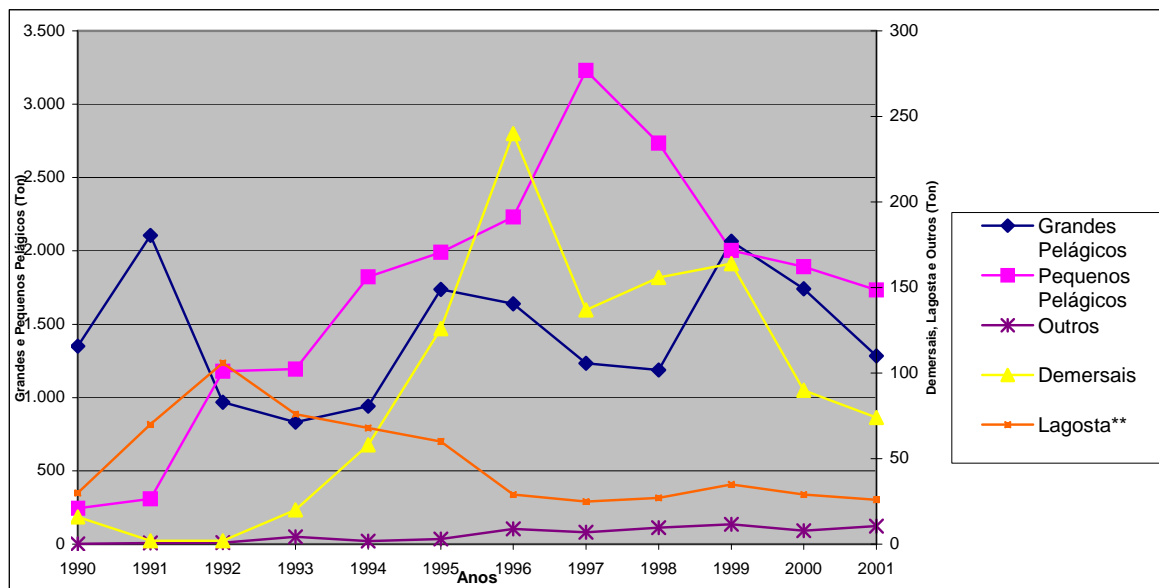


Figura I-5 Evolução das capturas por grupos de espécies na pesca industrial

O esforço de pesca, medido em dias de mar, estava em franco aumento, tendo triplicado entre 1990 e 1999 (2.021 e 5.949 dias de mar respectivamente). No entanto em 2000 e 2001, por razões provavelmente ligadas à diminuição do número de embarcações activas na pescaria, o esforço diminuiu, tendo sido de 3.450 dias de mar em 2001. O rendimento vem apresentando uma tendência inversa, tendo passado de 0,7 toneladas/dia de mar em 1999 a 1 tonelada/dia de mar em 2001. As explicações para esse fenómeno poderiam ser as mesmas que as indicadas para explicar o aumento do rendimento constatado na pesca artesanal em 2000.

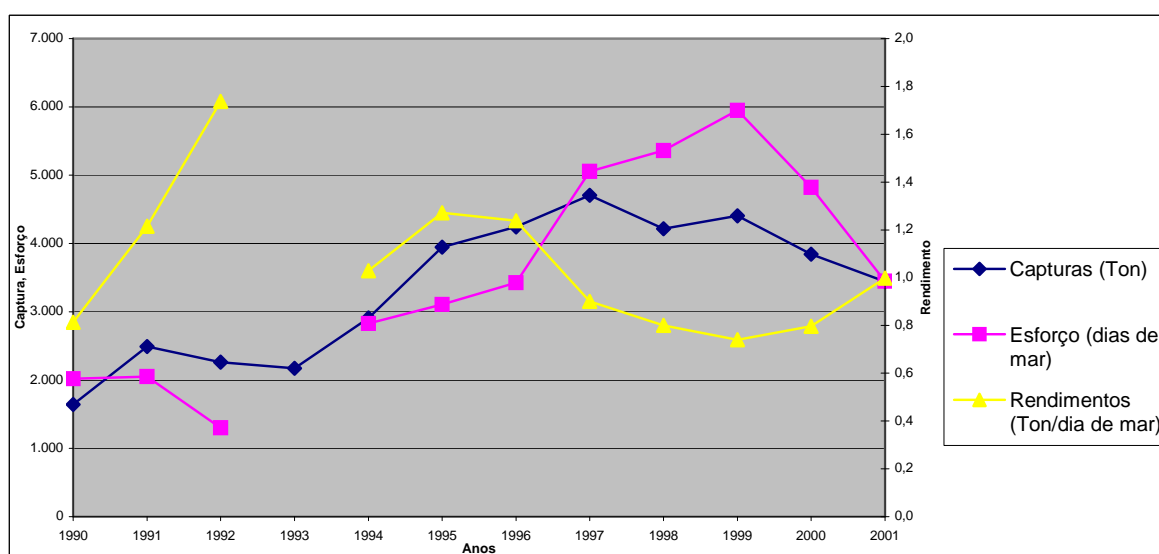


Figura I-6 Evolução do esforço e do rendimento da pesca industrial

A transformação. A indústria transformadora do pescado em Cabo Verde sofreu sucessivas evoluções ao longo do tempo. No entanto, em termos de constrangimentos não houve alterações. Assim, analisando diversos documentos que falam da pesca e da indústria de transformação nos anos 50, vemos indicados como principais constrangimentos desta indústria: a falta de abastecimento em matéria-prima, a necessidade de conquista de novos mercados para colocação dos produtos, a falta de diversificação da indústria e a falta de organização da classe profissional (*in* Cabo Verde, 11 (123), 1959). Paralelamente mencionam-se alguns constrangimentos da pesca ligada às indústrias de transformação, dentre as quais: a falta de responsabilização dos patrões das embarcações, a falta de produtividade e os hábitos de pesca prejudiciais dos pescadores, a falta de aprovisionamento em equipamentos e materiais de pesca. São esses mesmos constrangimentos que subsistem no sector, passados cinquenta anos durante os quais se implementaram várias estratégias de desenvolvimento e incentivo e foram investidas somas importantes na construção de infra-estruturas.

Já no primeiro quartel do século XX, Cabo Verde exportava peixe seco para a Guiné e S. Tomé e Príncipe. Essa exportação expandiu nos anos trinta para o Congo Belga. As primeiras indústrias apareceram nos anos trinta. Produziam atum em azeite enlatado e em salmoura, atum salgado e seco e farinha, a partir de restos de peixe. A presença dessas indústrias marcou o início da pesca industrial em Cabo Verde. Em 1945 existiam 7 empresas que se dedicavam à produção e comercialização de peixe seco e/ou de atum em conserva localizadas na Praia, Sal Rei, Santa Maria, Palmeira, Tarrafal de S. Nicolau, Carriçal e Tarrafal de Monte Trigo. Nos finais da década de 50 e nos anos sessenta instala-se uma importante capacidade de conservação de pescado sob frio com a implantação da Sociedade Frigorífica e, mais tarde, da Companhia de Pesca e Congelação – Congel (Lima, 1985).

Após a independência foi criada a Comissão de Gestão dos Equipamentos da Pesca que se encarregou de gerir os bens patrimoniais da Congel. A partir dessa comissão, nasce em 1979 a INTERBASE que adquire os direitos de propriedade relativos aos bens móveis e imóveis da Congel, e da SAPLA, a ulterior SALMAR.

Em 1985, o país dispunha de seis unidades de produção de conservas (com uma capacidade nominal global de absorção de 3200 tons/ano e uma taxa média de utilização real a volta dos 18 % (*in* Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990). Essas unidades encontravam-se localizadas em S. Nicolau, Sal, Santiago, Boa Vista, e Maio. Das seis, apenas quatro encontravam-se em actividade regular, tendo produzido em 1985, 211 toneladas de conservas, o que gerou um valor monetário que rondou os 26.258 contos. A indústria de conservas neste período dedicava-se essencialmente à laboração do atum. A produção total de farinha de peixe neste período foi de 106 tons totalizando 3.178 contos. Essa produção era destinada a fabricação de rações e vendida ao mercado interno. A salga e seca eram outros métodos de conservação do pescado praticados no país embora de uma forma bastante artesanal. Na época existia no País sete unidades de salga e seca de peixe, com capacidade de 38,5 tons/dia distribuídos pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Maio, Santiago, Fogo e Brava. Inicialmente essas unidades foram criadas com o objectivo de absorver os excedentes da pesca artesanal e destinar o produto final tanto ao mercado interno como o mercado externo. Tais objectivos não foram alcançados na medida em que essas unidades funcionaram aquém das suas potencialidades (INDP, não publicado).

Na década de 1990, com a entrada em vigor na maioria dos países do mundo e sobretudo a nível da União Europeia de normas mais rigorosas relativas à produção e colocação no mercado de produtos da pesca as indústrias existentes, que já se

debatiam com problemas financeiros e de abastecimento em matéria-prima, revelaram-se obsoletas. Apenas a SUCLA de S. Nicolau e J.A. Nascimento na ilha do Sal continuaram a laborar. Foi realizado um estudo para a modernização destas duas fábricas e para a fábrica Ultra (já encerrada) na Boavista. Essa modernização não se realizou por falta de recursos financeiros. Nessa década verificou-se um interesse por parte de privados nacionais e estrangeiros em investir neste tipo de indústria e surgiram novas unidades de produção de conservas localizadas na ilha de S. Vicente, nomeadamente:

- a FISHPACKERS que entrou em funcionamento em 1995, começou com o processamento e transformação de anchovas com uma capacidade de laboração de 1800 toneladas. A unidade por razões financeiras acabou por paralisar as suas actividades em finais de 1997 e actualmente encontra-se completamente extinguida;

- a IBERMAR que é uma empresa nacional de transformação de pescado cuja actividade principal é a transformação da cavala. Iniciou em 1999 e vinha funcionando dentro das instalações da INTERBASE em Mindelo, mas actualmente encontra-se com actividades suspensas;

- a FRESCOMAR Lda., com um pavilhão de 2.700m² de área é uma empresa franca com escritório e instalações localizadas na zona industrial do Mindelo. As suas instalações foram recentemente construídas e entrou em funcionamento em Março do ano 2000. A área de transformação é de aproximadamente 1.200-1.500 m², preparada essencialmente para transformação de cavala e atum. A sua capacidade de produção anual é de 928 toneladas por ano. Os principais mercados desta empresa são os Estados unidos da América, a CEDEAO e o mercado nacional. Os seus produtos são conservas de filetes e pedaços de atum, filetes de melva e filetes e pedaços de cavala. A empresa possui em média 68 trabalhadores dos quais 39 efectivos. Essa empresa beneficia actualmente de um certificado sanitário de exportação para a UE e outros mercados;

- a La Tradicional, também sediada na ilha de S. Vicente, entrou em funcionamento em 2001, tendo realizado algumas exportações, mas por diversas falhas a nível da estrutura, do funcionamento e dos manuais de boas práticas, não beneficia ainda de um certificado sanitário de exportação para a UE.

A SUCLA, na ilha de S. Nicolau, na sequência do estudo acima mencionado obteve recentemente um financiamento para a modernização e adaptação às normas higio-sanitárias. Essa empresa tem actualmente uma capacidade de produção de 750 toneladas por ano e emprega em média 150 trabalhadores. Os seus produtos (postas, filetes, pedacinhos, sangacho e pasta de atum e filetes de cavala) estão destinados essencialmente ao mercado nacional.

Na ilha do Sal, a SALSESIMBRA dedica-se essencialmente à comercialização de lagostas vivas e de peixe fresco em filetes, essencialmente destinados ao mercado da UE. A J. A. NASCIMENTO que produzia conservas de atum em óleo vegetal fechou as portas, estando prevista na Palmeira a construção de uma nova unidade moderna e adaptada às normas higio-sanitárias. A BOM PEIXE, empresa que adquiriu as antigas instalações da SALMAR não iniciou ainda a sua laboração.

Constata-se que a produção de conservas em toneladas manteve-se relativamente estável durante a década de 90.

Quadro I-1 *Evolução da produção e venda de conservas e produtos derivados (ton)*

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Conservas	212	283	223	302	243	332	372	217	237
Derivados	153	56	85	88	103				
TOTAL	365	339	308	390	346	332	372	217	237

Fonte:DGP, INE, GEP, INDP

A comercialização. Os produtos da pesca são comercializados tanto no mercado interno como no mercado externo, através das exportações. De uma forma geral, as capturas artesanais destinam-se ao mercado interno, enquanto que as capturas industriais destinam-se à transformação e à exportação, tendo também servido nos últimos anos ao abastecimento do mercado interno.

No mercado interno, o peixe é normalmente consumido fresco, só uma parte reduzida (menos de 3%) podendo ser comercializada seca, salgada ou em salmoura. A fumagem praticamente não é utilizada. Quando o peixe é desembarcado é entregue às vendedoras, que vão se encarregar da venda. Aproximadamente um terço dessas vendedoras são esposas de pescadores e vendem esse peixe às rabidantes profissionais ou, mais raramente, directamente ao consumidor. As vendedoras profissionais vendem o pescado nos mercados municipais, onde pagam uma pequena taxa diária para um pequeno balcão em pedra que serve à exposição do pescado, ou podem ainda fazer a venda ambulatória de porta em porta. Existem ainda vendedoras que fazem a comercialização entre as ilhas, transportando o pescado nos barcos, de Maio, Brava e S. Vicente para a Praia, onde o mercado é mais remunerador. A margem de benefícios das vendedoras profissionais é elevada, 10 a 35%, existindo uma diferença significativa entre o preço de aquisição e o preço de venda do pescado ao consumidor (Monteiro, 1998). O rendimento médio diário que no entanto não é elevado estaria entre 150 e 550\$00. Quando disponíveis, as vendedoras conservam o peixe no gelo, em recipientes de plástico ou caixas isotérmicas (alugadas ou compradas). O peixe em excedente pode ser conservado nos entrepostos frigoríficos. As vendedoras profissionais têm em média entre 25 e 44 anos e têm um fraco nível de instrução, a metade aproximadamente não sabendo ler nem escrever. A maioria são mulheres chefes de famílias compostas por 5 a 7 elementos, que possuem habitação própria. Elas têm uma vasta experiência profissional, mais de dois terços não exercendo qualquer outra actividade económica. Metade dessas vendedoras não possui nenhum parente no sector das pescas e aproximadamente dois terços pertence a uma estrutura ou um grupo organizado. Em 2000, estimou-se o número de vendedoras em 3.500.

Em algumas ilhas (Santiago, S. Vicente) já há uma comercialização significativa de pescado que é feita a nível dos supermercados. Essa comercialização diz respeito tanto à produção nacional como às importações. A oferta e a procura variam muito de ilha para ilha. Há ilhas onde a oferta é excedentária (Sto. Antão, Maio, Boavista, Brava), enquanto que noutras é o contrário (Santiago, Sal). O preço do pescado varia de acordo com a oferta e a procura e, em 1999, o preço médio nacional estimado pelo INE era de 238\$00/kg. Os preços mais elevados registam-se na Cidade da Praia, onde a procura é muito elevada, sendo em média 20% superiores aos preços praticados no Mindelo.

A exportação dos produtos da pesca representa uma fonte de divisas que contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos. Até 1993, os produtos da pesca representavam uma parte considerável das exportações totais do país (63%) (ver quadro em anexo). Apesar das exportações nas pescas terem continuado a aumentar até 1997, a sua contribuição em volume e valor das exportações totais do

país foi diminuindo, em particular porque houve o aparecimento e um grande aumento de novas indústrias, como a indústria do calçado e do vestuário, que deram um grande impulso às exportações totais. Nos últimos quatro anos as exportações das pescas diminuíram, em particular devido à perda do mercado da cavala. Em 2000, o embargo da União Europeia, contribuiu para acentuar essa diminuição, tendo as exportações da pesca, estimadas em 100.135 contos, representado apenas 8% das exportações totais do país.

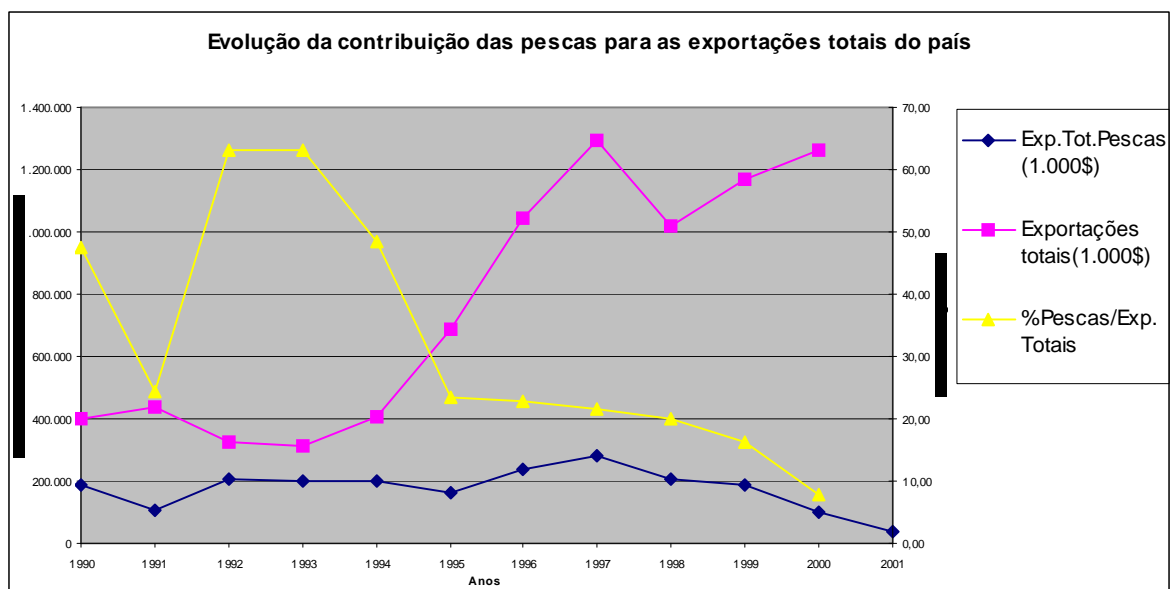


Figura I-7 Evolução da contribuição das pescas para as exportações totais do país

Os principais produtos exportados em volume são atum e peixe congelado e fresco/refrigerado e, em menor quantidade, as conservas de peixe e lagostas. São ainda exportados outros produtos como as conservas de atum, o peixe salgado/seco e filetes de atum/peixe.

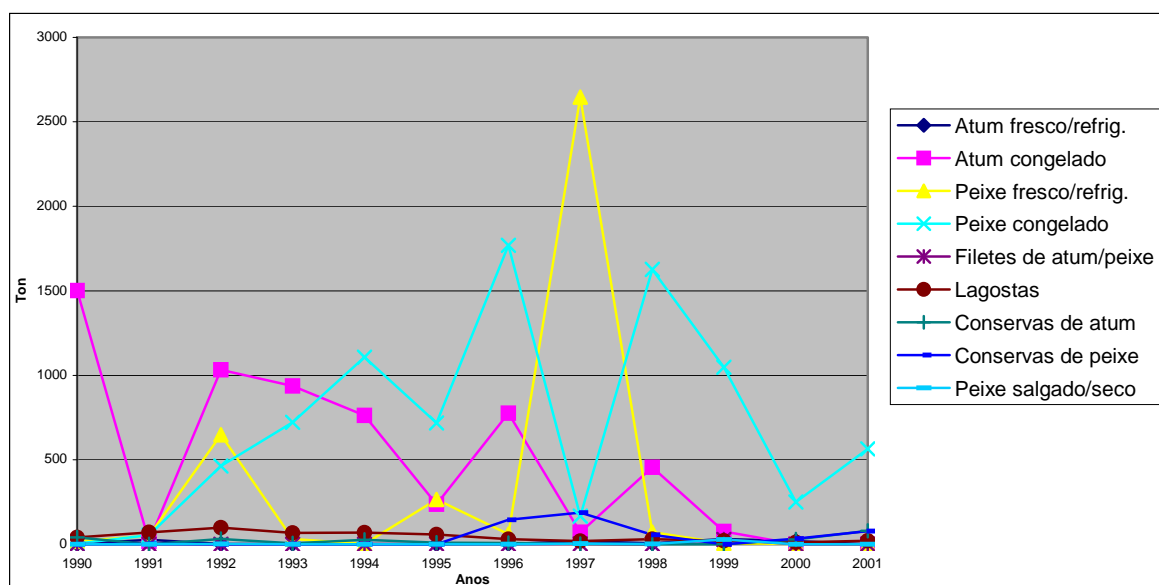


Figura I-8 Evolução das exportações das pescas em volume (toneladas)

Em termos de valor os principais produtos são as lagostas, o peixe congelado, as conservas de peixe e o atum congelado.

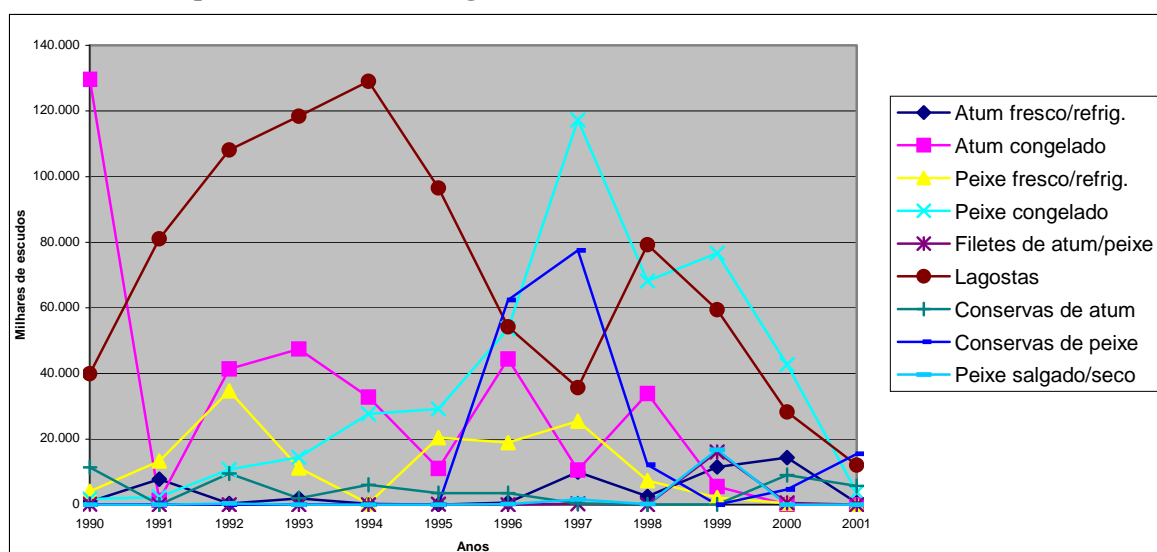


Figura I-9 *Evolução das exportações de pescado em valor (milhares de escudos)*

Até 1999, as exportações destinavam-se sobretudo aos países da União Europeia como Portugal, Espanha, Itália, França e Países Baixos, a maioria das exportações concentrando-se a nível dos dois primeiros países. Com a imposição do embargo em 2000, os exportadores procuraram mercados alternativos para os seus produtos, em particular os Estados Unidos da América e outros países africanos. Uma das consequências deste facto foi a diminuição do valor das exportações, pois que estes mercados revelam-se menos remuneradores.

O número de exportadores activos conheceu um franco aumento a partir de 1995. Em particular a política de incentivos das pescas e de abertura ao investimento externo, com a adopção de diversas estratégias de promoção, como a isenção fiscal, conduziu à criação de um número considerável de sociedades individuais ou colectivas nacionais e mistas, que podem trabalhar num ou simultaneamente em vários ramos da actividade, desde a captura à comercialização, passando pela transformação. Aproximadamente 90% dessas sociedades concentram-se nas ilhas do Sal, de S. Vicente e Santiago. Na sua maioria, esses exportadores, à excepção das empresas de transformação, empregam menos de 20 trabalhadores.

Quadro I-2 *Evolução do número de exportadores activos*

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Exportadores activos	7	7	14	4	4	5	10	13	15	12	8	15

Fonte: DGP

Consumo. O peixe fresco representa a principal proteína animal consumida pela população. O peixe congelado, salgado e/ou seco é também consumido. A fumagem praticamente não existe. O consumo *per capita* de pescado vem aumentando nos últimos anos, tendo atingido os **26,2 kg/hab** em 2.000, o que ultrapassa o consumo a nível dos países africanos. De salientar que esse aumento do consumo está ligado ao aumento da produção que se verificou nos últimos anos, com um

máximo de 10.821 toneladas em 2000, à diminuição das exportações e também ao aumento das importações que em 2000 ultrapassaram as exportações.

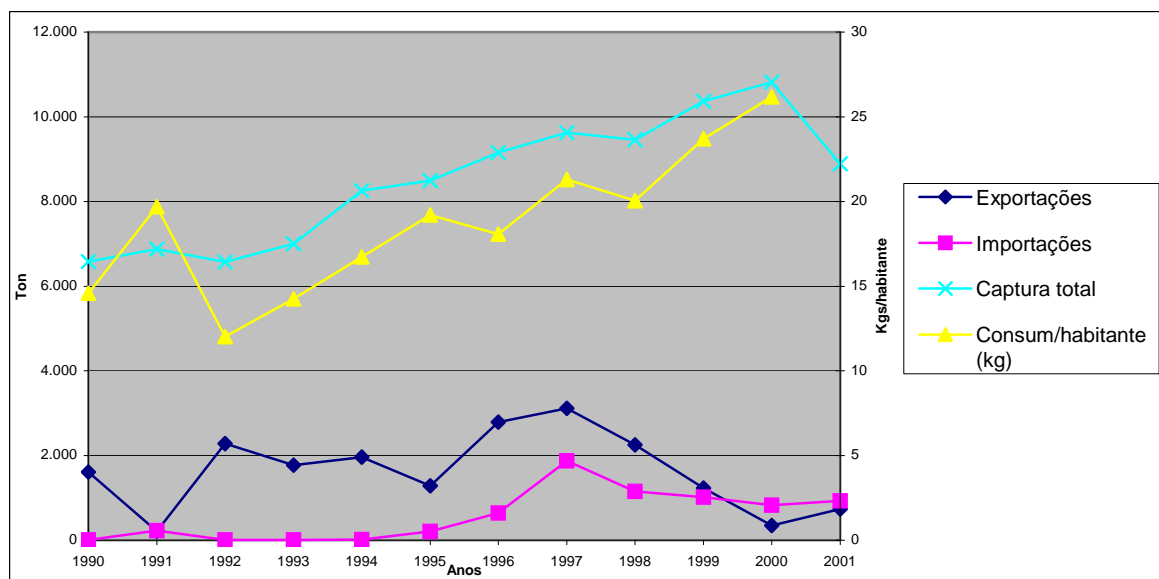


Figura I-10 *Evolução do consumo de pescado por habitante (kg/habitante)*

Existem no entanto variações do consumo *per capita* de uma ilha para outra. Em particular, para certas zonas encravadas, as dificuldades relativas ao escoamento e à distribuição reduzem esse consumo.

O emprego nas pescas. Em 2000 estimava-se que 5,2% da população potencialmente activa e 2,1% do total da população trabalhava directamente no sector. O emprego nas pescas teve um fraco aumento no último decénio, pois que houve uma redução dos empregados administrativos e dos empregados industriais, devido à redução de actividade e ao encerramento de algumas conservarias. No entanto, o emprego no sector da comercialização conheceu um aumento significativo. A percentagem de população activa no sector diminuiu, mas esta redução está ligada ao aumento considerável da população activa que duplicou nos últimos dez anos.

Quadro I-3 *Evolução do emprego directo nas pescas*

	1989	1995	2000
População total	336.610	385.957	434.624
População activa	95.186	137.958	174.664
Pescadores artesanais	4.258	5.521	4.283
Pescadores industriais	710	452	996
Vendedoras	1.500	2.100	3.500
Empregados industriais e	-	-	166
Empregados administrativos	453	445	120
Total do emprego nas pescas	6.921	8.468	9.075
Emprego pescas/população activa	7,3	6,1	5,2
Emprego pescas/população total	2,1	2,2	2,1

A pesca contribui também para a economia do país através das taxas pagas para as licenças de pesca, tanto pelos nacionais como pelos estrangeiros. Para além disso, são negociados contratos de pesca com armadores e/ou organizações de armadores de várias nacionalidades, para os quais são pagos, para além das taxas das licenças, montantes de compensação. Os acordos de pesca representam também outra fonte importante de rendimentos, dos quais o mais remunerador é o acordo com a União Europeia cujo protocolo anexo e contrapartida financeira são negociados de quatro em quatro anos. Essa contrapartida é composta por um montante de compensação, que entra para as receitas totais do Estado, e por um fundo para financiamento de programas de investigação/formação e desenvolvimento das pescas.

Os acordos bilaterais assinados com os países da sub-região prevêm possibilidades de pesca nas Z.E.E. respectivas.

2. Esforços realizados com vista ao desenvolvimento das Pescas

2.1 Esforços de desenvolvimento

O sector das pescas foi talvez o único sector produtivo que não herdou do sistema colonial um mínimo de estrutura administrativa, pelo que tudo teve que ser criado do zero absoluto (Bettencourt Santos, 1982).

Após um levantamento e análise da situação do sector começaram a definir-se as linhas orientadoras da acção do Governo que ficaram consignadas nos chamados Programas e Projectos de 1ª geração elaborados em 1977. Esse programa propôs como objectivos:

- Elevar o consumo nacional de pescado *per capita*, orientando a produção artesanal para o abastecimento da população residente e criando circuitos de comercialização até à data inexistentes.
- Elevar as exportações e criar infra-estruturas de apoio e prestações de serviços em terra.
- Desenvolver a frota costeira e oceânica para garantir a exploração dos recursos da ZEE.

Para dispor de suporte científico-técnico para a implementação do programa, foram desencadeadas algumas acções no sentido de se conhecer o potencial haliêutico do país, através de algumas missões científicas e técnicas, e instalou-se um sistema de levantamento de dados estatístico para o sector, semelhante ao usado nos países costeiros do Atlântico Centro Este (COPACE).

A nível do sub-sector da pesca artesanal foi criado um organismo público em 1977, a SCAPA, encarregue de apoiar as actividades dos pescadores artesanais.

Não obstante haver na altura da independência alguma actividade a nível da pesca industrial, as empresas herdadas não se encontravam em situação saudável pelo que, em 1977 foi extinta a companhia de pesca “Congel” e criada a “Comissão de Gestão dos Equipamentos de Pesca” (CGEP), que foi encarregada de gerir os bens patrimoniais da Congel.

Em 1979 foi criada a “Interbase” (Empresa Caboverdeana das Infra-estruturas de Pesca), que veio assumir todas as responsabilidades e compromissos da CGEP, os

direitos de propriedade relativos aos bens móveis e imóveis que pertenciam à Congel e à SAPLA hoje SALMAR.

Ao “Programa e Projectos de 1ª geração”, seguiu-se o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1982 – 1985), que tentou consolidar o primeiro programa estabelecido. Dentre as acções levadas a cabo durante esse período, destaca-se a construção das instalações frigoríficas da “Intermar” (1981), com capacidade para 6000 toneladas e ainda a aprovação do acordo de empréstimo com os Fundos Árabes para construção de 4 atuneiros de 16 metros e 4 de 22 metros que chegaram ao país em 1985-1986.

O 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1986 – 1990) – Durante a vigência desse Plano, foi extinta a SCAPA e criado o IDEPE que ficou encarregado da promoção do desenvolvimento da pesca artesanal. Simultaneamente o INIP, criado na mesma ocasião, foi encarregado da investigação aplicada às pescas. De destacar neste período o início em 1988 do projecto BAD/FIDA de desenvolvimento da pesca artesanal, financiado por essas duas instituições

O 3º Plano Nacional de Desenvolvimento (1992 – 1996) definiu o sector das pescas como prioritário e estabeleceu como objectivos:

- a introdução de novas embarcações, com maior autonomia e garantia de maior segurança no mar.
- a construção de infra-estruturas, nomeadamente de um porto de pesca e de um entreposto frigorífico na Praia para facilitar as operações de desembarque e conservação de pescado.
- a introdução de novos engenhos de pesca visando aumentar a produção.
- o aumento da motorização e do aprovisionamento em materiais de pesca diversos.
- a dinamização de uma política de crédito adequada ao sector.
- o incentivo à criação de jovens empresários no sector.
- a implementação de um sistema de venda de pescado em lotas.
- a valorização do papel da componente formação nos vários aspectos ligados à pesca.

De realçar neste período a criação do Fundo de Desenvolvimento das Pescas (F.D.P.), instituição vocacionada para a gestão de vários tipos de incentivos (Bonificação das taxas de juro para empréstimos contraídos junto da banca comercial, subsídio do gelo, subsídio a fundo perdido, comparticipação nos juros relativos à dívida dos armadores com o BCV), no quadro da gestão do programa para o relançamento do sector. Ainda a mencionar a criação das empresas Fishpackers, Expomar e Pesca Norte-Sul, Lda.

Durante o 4º Plano Nacional de Desenvolvimento ou seja o Plano Nacional de Desenvolvimento 1997 – 2000 ficou definido que o papel do Estado no sistema deveria ser o de:

- Incentivar a iniciativa privada
- Encorajar a melhoria da qualidade
- Definir um quadro legislativo e regulamentar e implementá-lo
- Desenvolver a investigação científica e o profissionalismo no sector
- Difundir as informações.

Este Plano definiu como objectivos fundamentais:

- Aumentar o ritmo de crescimento anual das capturas dentro dos limites de sustentabilidade dos recursos.
- Expandir progressivamente a área de actividade, para além da ZEE nacional
- Aumentar a produção industrial

- Aumentar as exportações no sector
- Aumentar o emprego no sector

Assim, foram levadas a cabo várias acções salientando-se as seguintes:

- Criação do Centro de Informação do Atum em Mindelo encarregado de fornecer informações úteis às operações diárias das frotas.
- Realização de campanhas experimentais fundamentalmente destinadas à divulgação de redes de emalhar e de palangre.
- Instalação de vários Dispositivos de Concentração de Pescado (D.C.P.).
- Foram concebidos, confeccionados e testados modelos de caixas isotérmicas para conservação de pescado.
- Construção e colocação de 24 faróis com vista a melhorar a segurança no mar.

A mencionar ainda a criação da empresa Frescomar envolvida na actividade de captura e transformação.

Foram desenvolvidas várias acções no âmbito do processo de adaptação das empresas nacionais às normas higio-sanitárias da União Europeia tendo-se criado ainda a Autoridade Competente para a inspecção sanitária e controle de qualidade dos produtos da pesca. Foi também publicado um conjunto de dispositivos legais para regulamentar essa problemática.

Os sucessivos Planos de Desenvolvimento foram traduzidos em programas e projectos de desenvolvimento cuja execução não está confinada ao horizonte temporal de um determinado PND. De forma sintetizada os seguintes projectos de desenvolvimento foram implementados:

- Em 1981 deu-se início à execução do projecto ajuda japonesa de motorização da pesca artesanal “PROMOTOR”, que forneceu dois barcos de 16 metros para pesca e transporte de pescado, 600 motores fora de borda, um stock importante de peças sobressalentes, equipamentos para 2 oficinas centrais de manutenção de motores e 9 pequenas oficinas periféricas, materiais de pesca para ensaiar novas técnicas e um mestre de pesca.
- Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (BAD/FIDA), com arranque em 1988, inicialmente previsto para ser executado em 36 meses, portanto com data prevista de término para 1991/1992. O Projecto entretanto foi sucessivamente prorrogado até Dezembro de 2000. Este projecto propôs como objectivos, a melhoria do abastecimento do pescado a nível do país, a manutenção dos níveis de exportação do pescado com vista a evitar uma redução dos rendimentos em termos de divisas e a melhoria das condições de vida nas comunidades piscatórias. As componentes do projecto visavam a modernização da frota artesanal efectuada através da introdução de 20 embarcações de 11 metros, em polyester reforçado com fibra de vidro e 16 embarcações de 6,5 m a 8 m construídas nos estaleiros nacionais. Através da componente motorização foi possível colocar 1060 motores (5, 8, 15, 25, e 40 CV) nas diferentes ilhas do país. Por outro lado o projecto importou materiais de pesca diversos que foram disponibilizados aos operadores sob a forma de venda directa ou a crédito. Outra componente integrante deste projecto são as infra-estruturas de pesca materializada na construção de um entreposto frigorífico no porto da Praia e de centros técnico-sociais (construção em Porto Mosquito, Achada Ponta e Pedra Badejo, reabilitação em R^a da Barca e Chão Bom).
- Em 1992, no âmbito da cooperação com o Japão foi construído o cais de pesca da Praia com 55 metros de comprimento e 24,5 metros de largura, e

- com capacidade de acostagem simultânea para três embarcações de dimensão média.
- Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal de Santo Antão (PAPASA), financiado pela Holanda, cujos objectivos foram o melhoramento das condições de vida dos operadores , o aumento da produção de pescado, o melhoramento das condições e de comercialização do pescado fresco e processado. O projecto foi implementado em três fases sendo a primeira de 1980 a 1985, a segunda de 1986 a 1988 e a terceira de 1989 a 1993. As actividades do projecto centraram-se na infraestruturação tendo-se construído centros de pesca em Ponta do Sol, Porto Novo e Tarrafal, dotados de câmaras frigoríficas e máquinas de gelo, arrastadores, sala de transformação de pescado e uma oficina de construção naval bem como a construção da estrada que dá acesso ao cais de Ponta do Sol, do varadouro na Cruzinha e da estrada de Janela. O projecto importou e disponibilizou aos pescadores artesanais 57 motores e ainda introduziu 5 embarcações (uma de 14 m, duas de 7 m, uma de 6,2 m e uma de 5,5 m).
 - Projecto Especial de Apoio à Pesca Artesanal – PEAPA. Com o término das actividades do projecto PAPASA e a sua privatização foi criado o PEAPA, financiado pela Associação dos Municípios de Santo Antão/Gabinete técnico Inter-Municipal, que veio preencher a lacuna deixada pelo PAPASA. De entre as acções levadas a cabo por este projecto destaca-se a concessão de crédito aos operadores artesanais, destinado às embarcações, à aquisição de materiais de pesca e motores fora de borda, bem como para a aquisição de caixas isotérmicas para a conservação do pescado e ainda às oficinas de carpintaria naval.
 - Projecto SUD/UIL – Com financiamento do Governo italiano este projecto operou de 1987 a 1993 nas ilhas do Maio e S. Nicolau. Os objectivos preconizados pelo mesmo foram construir infra-estruturas de apoio à pesca e melhorar os existentes, apoiar a comercialização de pescado, melhorar os meios de transporte marítimo e terrestre com o propósito de promover a comercialização do pescado, a formação dos operadores na área de gestão das infra-estruturas e em outras áreas tendo em vista o aumento da produção e o desenvolvimento da pesca artesanal. A implementação do projecto conduziu à introdução de dez embarcações melhoradas de 6,5 metros em fibra de vidro, com convés fechado e motor interno, à aquisição e instalação de máquinas de gelo e câmaras frigoríficas nas duas ilhas afectas, à reestruturação e dinamização da unidade de conserva da ilha do Maio, à construção do centro multifuncional de Tarrafal de S. Nicolau, à importação e comercialização de materiais de pesca e motores fora de borda.
 - Projecto de Promoção da Pesca Artesanal em Fogo e Brava – FOPESCA. O projecto, financiado pelo Governo alemão, teve início em Setembro de 1992 e desenvolveu-se por fases, sendo a 1ª fase de 1992 a 1994 e a 2ª fase de 1995 a 1998 e 3ª fase de 1998 a 2001. Face aos resultados positivos alcançados entendeu-se oportuno estender o projecto a outras ilhas do país e actualmente opera também em Santiago e Maio. De entre os objectivos propostos pelo projecto, de salientar o aumento da produção artesanal nas ilhas do Fogo e da Brava e a melhoria das condições e dos circuitos de comercialização do pescado nas ilhas do Fogo e da Brava. Várias actividades foram desenvolvidas de entre as quais se destaca a introdução de botes com maior autonomia, a diversificação dos engenhos de pesca, o fomento à iniciativa privada e organização dos pescadores para além de operarem na área de crédito, comercialização e construção de infra-estruturas de apoio à pesca.

- Projecto de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (GCP/CVI/033/NET), financiado pela Holanda, teve início em 1995 após uma fase de preparação, e prolongou-se até 2000. O objectivo principal do projecto pode ser resumido no aumento das vantagens económicas e sociais proveniente da exploração dos recursos haliêuticos. O projecto foi essencialmente de apoio institucional, dirigido à preparação de um programa de investigação haliêutica e de promoção do desenvolvimento do sector.
- Projecto de Desenvolvimento da Pesca Industrial com início em 1995, ainda em execução, possui uma componente modernização da frota através da qual começou já a ser introduzido 10 embarcações de 26 metros e uma componente institucional que incluiu a construção da sede do INDP, apoio à célula de execução e assistência técnica em matéria de crédito marítimo, comercialização, acompanhamento e avaliação de projecto.
- Projecto Integrado de Desenvolvimento das Pescas, financiado pelos Fundos Nórdicos e Islândia, com várias componentes, a saber, uma componente de apoio institucional, a componente dirigida a um centro de treinamento de pesca, a componente Centros de Isco/Centro de informação do Atum e a componente desenvolvimento de infra-estruturas e a componente investigação. Através deste projecto foi reforçada a capacidade técnica do INDP, construído o centro de treinamento de pesca no ISECMAR, vocacionado para formar profissionais da pesca, foi implementada uma experiência piloto de centro de isco, operacionalizou-se um Centro de Informação do Atum com informações úteis às actividades da frota, foram adquiridas três unidades de fabrico de gelo, caixas isotérmicas e instalado um cais flutuante em Ribeira da Barca.
- O estudo de viabilidade para a construção de cinco cais de pesca nas localidades de Ponta do Sol, Carriçal, R^a da Barca, Rincão e Tarrafal de Santiago, financiado pelo BAD.
- A partir de 1997 deu-se início ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza que integra alguns projectos de apoio ao sector artesanal.
- O Programa para os meios de existência duráveis na pesca (PMED), em curso, foi financiado pelo Reino Unido, é executado pela FAO e beneficia 25 países da costa oeste africana. O objectivo do programa é o desenvolvimento do capital humano e social da pesca artesanal visando a utilização sustentável dos recursos.
- Cais de pesca Mindelo – o complexo de pesca de Mindelo foi financiado pelo Governo do Japão sob a forma de donativo e inclui um cais de pesca com um comprimento total de 120 metros e um quebra-mar de 100 metros. Foi inteiramente executado entre os anos de 1999 e 2000.
- Extensão cais de pesca Praia, financiado pelo Governo do Japão, teve início em 2002 e está prevista a sua conclusão para Dezembro de 2003.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002 – 2005, em curso, define como orientações estratégicas:

- A definição e implementação de uma política de protecção e defesa do ambiente, nas suas diversas componentes (recursos naturais, legislação, organização e desenvolvimento institucional).
- A adequação da legislação e dos instrumentos de promoção ao novo contexto de desenvolvimento.
- A articulação e estabelecimento de sinergias entre os diversos sub-sectores
- A exploração dos recursos orientado por um plano estratégico.
- A renovação e modernização de estruturas produtivas
- A adequação da capacidade técnica e organizacional dos operadores para que possam assumir o papel de agentes fundamentais do desenvolvimento

- A definição e a implementação de formação e de investigação orientados para a resolução dos problemas identificados e capazes de potenciar o desenvolvimento e a modernização.

Dentre as medidas estratégicas para o período destaca-se:

- A elaboração e implementação de um plano estratégico de gestão do sector, por forma a manter uma exploração sustentada dos recursos
- A modernização das estruturas produtivas (frota, conservarias e infra-estruturas de apoio) associada à introdução de modelos adequados de gestão.
- Capacitação dos operadores do sector como agentes catalisadores do desenvolvimento
- Revisão e adequação do sistema de incentivos e do figurino institucional por forma a responder aos desafios identificados
- Reforço das capacidades institucionais
- Dinamização das comunidades piscatórias através da diversificação das actividades e da integração dos programas e projectos numa perspectiva de desenvolvimento integrado.
- Desenvolvimento da capacidade de investigação e o reforço das sinergias entre a investigação e a produção
- Definição e implementação de um sistema de informação, suporte para a elaboração de políticas e gestão dos recursos.

2.2 Esforços de Gestão

No quadro dos desafios que se impõem ao desenvolvimento sustentável de um país, a gestão representa a pedra de toque. Nesta perspectiva, a administração do sector tem procurado dotar o país de um quadro normativo de suporte a todas as actividades ligadas à pesca.

Antes da independência do país, os esforços de gestão exercidos pelo país colonizador já tinham conduzido à definição de um conjunto de normas relativas ao estatuto dos pescadores, à regulamentação da pesca das espécies mais vulneráveis como o coral, a baleia, a esponja e a lagosta. Estabeleceram-se também normas para as concessões do sector industrial, regulamentando mesmo a concorrência através da definição do número de fábricas de conservas que podiam existir em cada ilha. Foi ainda estabelecida uma diferenciação entre as embarcações de pesca costeira e de pesca do alto.

Com a independência nacional, as pescas passaram a ser vistas como um sector estratégico de desenvolvimento para um país do Sahel com uma vasta extensão marítima que se pensava então rica em recursos haliêuticos.

Uma das primeiras iniciativas dignas de realce logo após a independência nacional, é o estabelecimento do limite das águas territoriais através da Lei nº 14/75 de 13 de Dezembro, sucedido pelo Decreto-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro que estabelece os limites do mar territorial, águas arquipelágicas e ZEE. Seguindo a tendência mundial de preservação do património marítimo nacional que então começa a despontar, Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, através da Lei nº 17/III/87. Por sua vez a Lei nº 60/IV/92, de 21 de Dezembro, com maior detalhe, vem delimitar as áreas marítimas da República de Cabo Verde e revoga o Decreto-Lei nº 126/77, bem como todas as disposições legais contrárias. Sobre esta matéria foi

ainda aprovado, através da Resolução nº 29/IV/93 de 16 de Julho, o tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal. De notar que ainda não está negociado a delimitação da ZEE, na zona de intercessão com a Mauritânia.

Na sequência da ratificação da convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1987, Cabo Verde produz nesse ano um vasto corpo de diplomas normativos, dos quais podemos destacar o mais importante, o Decreto-Lei nº 17/87, que define os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos. O decreto-lei afirma a soberania nacional definindo os recursos marinhos como património haliêutico nacional e estabelecendo o princípio da exclusividade no acesso aos recursos. Os princípios de base estão difusamente expressos no preâmbulo : eficiência, equidade, pesca responsável.

O decreto faz a distinção entre os diferentes tipos de pesca : amadora, comercial e de investigação. Exprime a necessidade de preservação dos recursos através da proibição do uso de explosivos e substâncias tóxicas, e do estabelecimento de zonas e actividades de pesca reservadas. Estabelece a titularidade das embarcações diferenciando as embarcações nacionais, estrangeiras e estrangeiras baseadas em Cabo Verde. E, sobretudo, subordina a gestão dos recursos a planos de gestão. Prevê mesmo a gestão participada através da criação dos Conselhos Locais de Pesca. A possibilidade de acesso à exploração dos recursos é regulamentada através da concessão de licenças de pesca. Aqui algumas normas são definidas: a intransmissibilidade das licenças; o pagamento de emolumentos e taxas para nacionais; sujeição a revogação e suspensão por motivo de gestão; possibilidade de interposição de recurso, pagamento de direitos de pesca e contrapartidas para estrangeiros definido através de negociação; salvaguarda da concessão de autorizações excepcionais pelo membro do governo responsável pelo sector, a possibilidade do estabelecimento de acordos de pesca.

No seu artigo 51, o decreto estabelece as regras provisórias de gestão dos recursos, dizendo, numa tradução clara do princípio da aproximação cautelosa, que estas deverão ser adoptadas em consonância com o nível de conhecimentos sobre os recursos e com o grau de capacidade e de planificação do departamento responsável pelas pesca.

Regulamenta ainda a fiscalização dos recursos no seu capítulo III; em particular define quem são os agentes de fiscalização e quais são os seus poderes; define as infracções de pesca e as respectivas sanções, aqui é mencionada a responsabilidade solidária do proprietário da embarcação e do armador; diz quais são os casos em que pode haver suspensão e revogação da licença. Constata-se que o montante das multas está desactualizado. Fala ainda do processamento das infracções, definindo o auto de notícia, quais são as autoridades competentes para julgamento das infracções; estabelece a possibilidade de interposição de recursos e de aplicação de legislação subsidiária.

Podemos concluir que o decreto-lei é abrangente e que contem em si os princípios de base que devem reger a exploração dos recursos. Constata-se no entanto que não se procedeu a toda a regulamentação inicialmente prevista. Mas o problema principal desta legislação continua sendo a sua falta de aplicação efectiva.

Ainda em 1987 foram publicados vários diplomas complementares visando o desenvolvimento e a regulamentação duma verdadeira frota nacional: o Decreto nº 97/87 – Define as normas que possibilitam a execução de certas disposições do Decreto-Lei 17/87, define as embarcações de pesca artesanal e industrial,

estabelece normas de acesso aos recursos, de protecção de certos recursos como a lagosta, tartarugas marinhas, tunídeos, medidas de conservação e de regulamentação e de fiscalização das actividades da pesca; a Portaria nº 58/87 – Aprova a tabela dos emolumentos e taxas a cobrar na emissão de licenças de pesca a embarcações de pesca industrial e artesanal.

Ulteriormente foram publicados o Decreto nº55/90, de 14 de Julho, que define regras a observar no quadro do princípio de identificação das embarcações de pesca industrial, autorizadas a operar no espaço marítimo sob jurisdição nacional, tendo em conta as especificações técnicas recomendadas a esse propósito pela FAO; o Decreto nº 65/90, que regulamenta o exercício da pesca amadora.

Com a implantação da IIª República, a abertura ao investimento externo vai conduzir à alteração de alguns artigos do Decreto-lei nº 17/87 através do Decreto-Lei nº 72/92, que revê nomeadamente a definição relativa às embarcações de pesca nacionais e estrangeiras, as zonas e actividades de pesca reservadas, a punição das infracções de pesca e entidades competentes para aplicação de sanções. Vai ser ainda publicado um vasto leque de legislações criando novos incentivos ao desenvolvimento das pescas (Decreto-Lei nº 25/94-FDP, Decreto-Lei nº 26/94-SIAI, Decreto-Lei nº27/94-Caixa de Crédito Rural, Portaria nº74/94 – regulamenta o Decreto-Lei nº 26/94).

A imposição de barreiras comerciais pela União Europeia através da publicação das directivas relativas ao controle da qualidade dos produtos da pesca conduz à publicação do D-L 18/98 que define as atribuições da autoridade competente para a inspecção sanitária e o controle da qualidade dos produtos da pesca, regulamentado pelas portarias 27/98 e 6/01 que definem as normas sanitárias. No conjunto dos diplomas relativos ao controle da qualidade podemos citar : a Portaria nº 6 / 2001, que aprova o regulamento das normas de higiene, salubridade e de inspecção sanitária dos produtos da pesca; o Decreto-Lei nº 9 / 2002, que define as atribuições da Autoridade Competente para a inspecção, controlo sanitário e certificação dos produtos da pesca; a Portaria nº 9 / 2002, que fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos produtos da pesca destinados ao consumo humano, métodos de recolha de amostras e de análise para o controle oficial; e a Portaria nº 10 / 2002, que regulamenta as condições de atribuição de autorização e licenças sanitárias a estabelecimentos de preparação e transformação dos produtos de pesca destinados a consumo humano, às embarcações de pesca e navios fábrica, visando a comercialização no mercado interno, exportação e importação.

A política de redução da frota da União Europeia vai fazer com que os armadores caboverdeanos, em colaboração com armadores europeus, importem essas embarcações, o que conduz à publicação do Decreto-Lei nº 42/98 sobre o afretamento de navios a casco nu que apesar de ser relativa à marinha mercante era aplicada também aos navios de pesca. Posteriormente o Decreto-Lei nº 19/2003 estabeleceu o regime jurídico de afretamento de embarcações de pesca estrangeiras.

Portaria nº 34/98 – Regulamenta a pesca de mergulho a título comercial e proíbe o uso de compressores no exercício deste tipo de pesca, salvaguardando a vida humana e garantindo o equilíbrio e a continuidade da fauna marinha.

Decreto-Lei nº 09/99 de 8/03/99 – Cria um Fundo de Fiscalização da ZEE, cuja finalidade essencial é o financiamento das actividades navais e aéreas desenvolvidas pela Guarda Costeira na patrulha, protecção, fiscalização e vigilância

do espaço aéreo e das águas marítimas sob jurisdição de Cabo Verde e do meio ambiente marinho.

O maior problema é que toda esta série de legislações não foram regulamentadas, como inicialmente previsto, pelo que estes esforços de gestão não tiveram aplicação efectiva. O facto que os recursos atribuídos à fiscalização são poucos e a não existência de um corpo de inspectores de pesca agrava a situação. No domínio da vigilância e fiscalização das actividades de pesca na ZEE nacional, algumas operações de patrulha aérea e marítima foram realizadas em parceria com a Guarda Costeira Nacional mas é de se reconhecer que não é suficiente tanto mais que a ZEE é extremamente vasta.

Outros diplomas regulamentando actividades de incidência directa ou indirecta sobre o sector das pescas foram igualmente produzidos, dentre os quais se pode destacar:

- Decreto nº 104/80 de 20/12/80 – Regulamenta a extracção de areias nas praias.
- Decreto-Legislativo nº 14/97 de 01/07/97 – Desenvolve as normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente e estabelece os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente contra todas as formas de degradação.
- Decreto-Lei nº 69/97 de 03/11/97 – Proíbe a extracção e a exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores.

Os três instrumentos jurídicos acima referidos contêm normas que visam evitar a exploração descontrolada de inertes e proteger os ecossistemas a ele associados.

Decreto-Regulamentar nº 7/2002 de 30/12/2002 – Estabelece medidas de conservação e protecção de algumas espécies, nomeadamente Répteis marinhos e Mamíferos Marinhos.

Decreto-Lei nº 3/2003 de 24/02/2003 – Estabelece o regime jurídico de alguns espaços que merecem uma protecção especial, ficando integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

3. Quadro institucional do país

Inicialmente, logo após a independência, criou-se a Direcção Nacional das Pescas que foi depois transformada na Direcção Geral das Pescas, e que funcionaram junto ao Ministério da Economia. Em 1983 foi criada dentro do Ministério da Economia uma Secretaria de Estado das Pescas (SEP), que tinha como departamentos a Direcção Geral das Pescas, o Gabinete de Estudos e Planeamento, a Direcção dos serviços administrativos, os Serviços Regionais e a Direcção de Biologia Marítima, esta última com autonomia administrativa e financeira e encarregada da investigação no sector. A SEP, fazia o controlo administrativo e dos recursos, prestava assistência técnica, apoiava material e financeiramente os operadores, tutelava directamente duas empresas públicas - a SCAPA que actuava no âmbito da comercialização de pescado e no fornecimento de artes e apetrechos de pesca; e a INTERBASE que dedicava à pesca do atum, exportação de atum e de lagostas para exterior e prestação de serviços de frio na ilha de São Vicente. Ainda tutelava o PROMOTOR que era um projecto vocacionado para o apoio à pesca. Em 1986, na sequência de uma remodelação governamental, a SEP passou a integrar o Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas. Em 1987 foram extintas a SCAPA e

a INTERBASE. Em substituição desta última foram criadas duas empresas, a INTERBASE, empresa de comercialização de produtos do mar, e a PESCAVE, empresa encarregue da captura. No mesmo ano criou-se o IDEPE, o instituto de promoção do desenvolvimento da pesca artesanal, e o INIP, o instituto nacional de investigação das pescas, em substituição da Direcção de Biologia Marítima. Em 1991, com a II República, a Secretaria de Estado das Pescas foi integrada no Ministério da Agricultura e Pescas. Procedeu-se na mesma altura à criação do INDP, o instituto nacional de desenvolvimento das pescas, que resultava da fusão do INIP e do IDEPE, e que foi sediado em S. Vicente, numa tentativa de aproximação do quadro institucional dos operadores económicos. No ano seguinte procedeu-se à extinção da PESCAVE e a frota pública pertencente à empresa foi alienada. Ulteriormente, querendo-se dar uma maior importância ao sector das pescas, o antigo ministério foi transformado no Ministério das Pescas, Agricultura e Animação Rural. Sempre nesse desejo de dar ao mar o lugar que, achava-se, deveria ocupar dentro da estratégia de desenvolvimento do país, foi criado em 1995 o Ministério do Mar que detinha sob a sua alçada o sector das pescas e o sector da marinha e portos. Esse mesmo ministério viria a ser transformado depois, em 1998, no Ministério do Turismo, Transportes e Mar. Achava-se que a riqueza que o mar poderia trazer para o país estaria mais ligada à prestação de serviços e sobretudo ao desenvolvimento turístico. Com a mudança de Governo, e a entrada na III República, os serviços e instituições ligados ao sector das pescas regressaram ao Ministério da Agricultura e Pescas.

A administração das pescas está hoje inserida no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. O diploma orgânico do actual Ministério, que substitui o Ministério da Agricultura e Pescas, foi publicado em Fevereiro de 2002. Constata-se que as atribuições dos departamentos e instituições afectos às Pescas não se alteraram ao longo das sucessivas remodelações sofridas pelo Ministério de tutela.

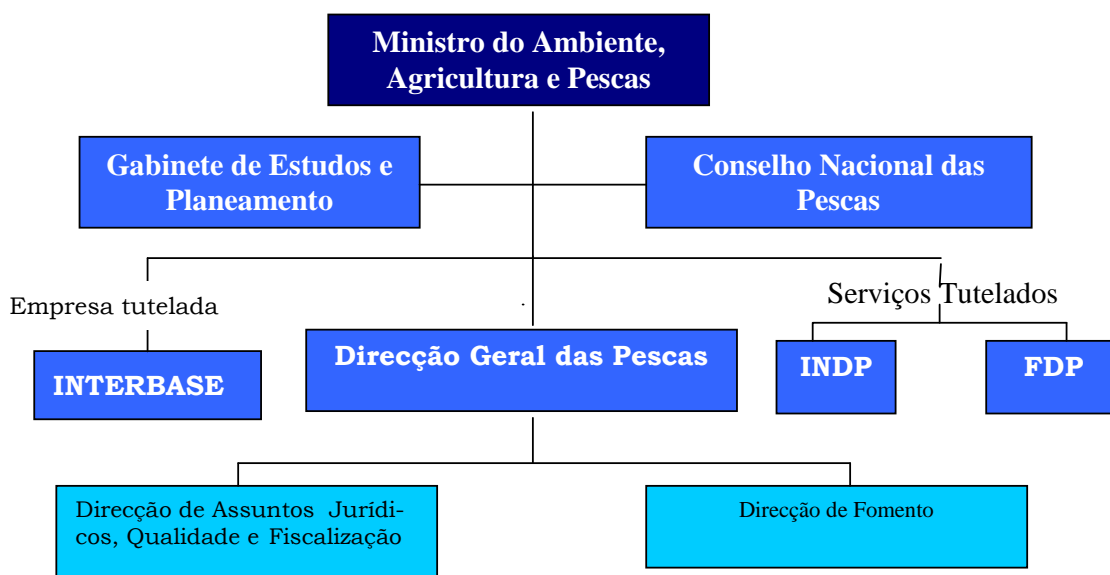


Figura I-11 Organigrama do quadro institucional do sector

A grande inovação deste novo diploma orgânico reside na criação do Conselho Nacional das Pescas, órgão de natureza consultiva, que tem por finalidade assegurar a articulação de políticas e a cooperação entre as entidades e organizações públicas ou privadas nacionais que directa ou indirectamente

intervêm no domínio das pescas. Um diploma regulamentar definirá ulteriormente a composição, as atribuições e as competências, bem como as normas de organização e funcionamento do Conselho.

O departamento orgânico responsável pelo sector das pescas é a Direcção Geral das Pescas. Esta Direcção Geral, que tem como atribuições a concepção, a coordenação e a execução das políticas das pescas e dos recursos marinhos, organiza-se em duas direcções de serviços, a Direcção de Fomento e a Direcção de Assuntos Jurídicos, Qualidade e Fiscalização. A Direcção Geral apoia o membro do Governo na definição da Política Nacional das Pescas, designadamente em matéria de gestão e aproveitamento dos recursos vivos marinhos, coordena a execução das funções de fiscalização e o controle do exercício das actividades pesqueiras, assegura o controlo e a fiscalização da qualidade dos produtos da pesca, bem como o controlo das actividades pesqueiras do país, em particular através da emissão de licenças de pesca a embarcações nacionais, e fomenta o desenvolvimento das actividades ligadas à pesca.

A DGP dispõe de um efectivo de 16 funcionários, dos quais 8 técnicos superiores e 4 médios. A DGP conhece problemas organizacionais, materiais e de recursos humanos. Excepto no que concerne o domínio sanitário que conheceu uma evolução significativa nos últimos anos, com a criação da Autoridade Competente e a aquisição de dois inspectores sanitários, a DGO não exerce as atribuições de inspecção da pesca que lhe são cometidas, em particular por não possuir um corpo de inspectores. A falta de espaço físico dificulta a estruturação e o funcionamento normal dos serviços. E ainda os quadros não beneficiaram dos mecanismos de progressão e promoção normalmente previstos na lei.

Quadro I-4 Recursos Humanos da DGP

<i>Área de Formação</i>	<i>Nível de formação</i>	<i>Efectivo</i>
Biólogo	Superior	1
Biólogos marinhos	“	3
Oceanólogo	“	1
Jurista	“	1
Economistas	“	2
Planificadores pesqueiros	Médio	3
Estatístico	“	1
Administrativos	-	4

Várias instituições intervêm no controle e fiscalização. A DGP participa na elaboração de leis e regulamentos; a Direcção Geral da Marinha e Portos estabelece medidas de prevenção contra a depredação do património nacional aquático e subaquático e, através das Capitánias dos Portos, supervisiona a inscrição marítima e faz o policiamento e fiscalização das praias e zonas costeiras; a Guarda Costeira Nacional participa, regularmente, com a Direcção Geral das Pescas em acções de patrulha e fiscalização da ZEE.

Sob a tutela do Ministro da Alimentação, Agricultura e Pescas, encontramos ainda o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, com autonomia administrativa, financeira e património próprio. O Instituto tem a sua sede na cidade do Mindelo e

possui uma Direcção Regional em Santiago. Em todas as ilhas possui inquiridores/extensionistas que fazem a recolha de dados e a vulgarização. Em 1995, o INDP passou por um processo de reforma e em 1998 foi publicada a nova orgânica, ainda em vigor. No quadro desse diploma, foram atribuídas competências específicas ao INDP na área de investigação haliêutica, na promoção do desenvolvimento das pescas e na aquacultura.

O INDP dispõe de um efectivo total de 94 funcionários, dos quais 59 afectos à sede central em S.Vicente e 35 à Direcção Regional de Sotavento. O quadro do pessoal é considerado pesado, sobretudo a nível da Direcção Regional onde o pessoal administrativo representa cerca de 67% do efectivo total.

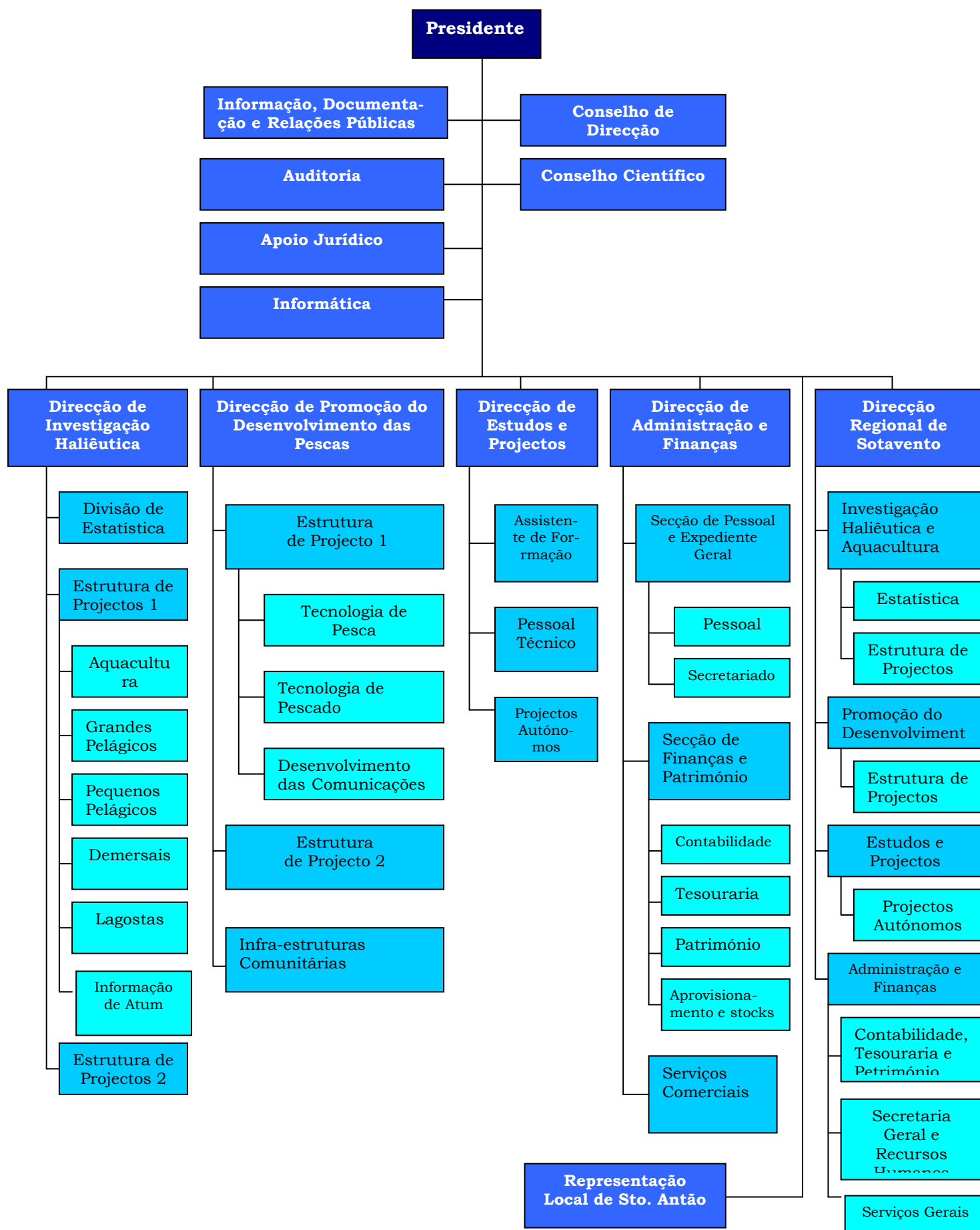
Quadro I-5 Recursos humanos afectos ao INDP

Categoria	Efectivos							Efectivos INDP
	GP	DIHA	DPD	DEP	DAF	CD	DR	
Técnicos Superiores Princ.		1	2	1				4
Técnicos Superiores Prim.		3				1	1	5
Técnicos Superiores	2	4	2	4	1	1	3	17
Técnicos Adjuntos	1	1	1				2	5
Oficiais Principais					2		2	4
Oficiais Administrativos					2		1	3
Assistentes Administrativos					5		3	8
Auxiliares Administrativos		3			1		4	8
Técnicos Profissionais 1ª		1	3				4	8
Técnicos Profissionais 3ª		8					9	17
Técnicos Profissionais Auxiliares		1						1
Telefonistas/Recepcionistas					1		1	2
Ajudantes Serviços Gerais		1			2		2	5
Motoristas					3		2	5
Guardas					1		1	2
TOTAL	3	23	8	5	18	2	35	94

GP – Gabinete do Presidente; DIHA – Dep. Investigação Haliêutica e Aquacultura; DPD – Dep. Promoção do Desenvolvimento; DEP – Dep. Estudos e Projectos; DAF – Dep. Administração e Finanças; CD – Centros Diversos; DR – Direcção Regional

Fonte: As Pescas em Cabo Verde, Diagnóstico Sectorial, Setembro de 2001

De acordo com a legislação vigente o INDP tem receitas próprias que provêm das dotações do Estado e da venda de bens e serviços, numa percentagem das taxas cobradas pela concessão do direito de exploração da Zona Económica Exclusiva. Constata-se no entanto que, apesar da situação ter vindo a melhorar, existe uma grande discrepância entre o orçamento e as realizações. Isso afecta directamente as actividades do INDP e põe em causa a sustentabilidade da instituição. A nível da gestão de suas infra-estruturas, existem dificuldades relacionadas com a falta de cumprimento dos contratos e/ou protocolos assinados entre o INDP e as Câmaras Municipais, provocando a degradação dessas infra-estruturas e de equipamentos. Devido à insuficiência de verba, têm-se verificado dificuldades na gestão do navio «Islândia».

**Figura I-12** Estrutura orgânica do INDP

O FDP tem como atribuições, promover o fomento e o desenvolvimento das pescas, apoiar através da concessão de incentivos a realização de projectos e empreendimentos que visem o desenvolvimento do sector e gerir o SIAI (sistema integrado de apoio ao investimento).

O FDP é administrado por um conselho de administração, presidido pelo presidente do INDP por inerência de funções. A gestão diária do FDP é confiada a um director executivo que conta com a colaboração de 2 ou 3 administrativos e não dispõe de quadro técnico próprio apesar das complexas tarefas que lhe são atribuídas. O FDP enfrenta problemas de insuficiência de meios humanos e financeiros, o que limita o seu funcionamento normal e autofinanciamento.

II. OS RECURSOS MARINHOS

4. O meio ambiente marinho

Sob forte influência da circulação oceânica de larga escala, Cabo Verde localiza-se perto duma zona de transição de massas de Águas Centrais (Arhan e al., 1994), no bordo sul do Giro Subtropical do Atlântico Norte e no limite norte da Contra Corrente Equatorial, estes dois últimos sistemas afectando a circulação da camada superficial nas suas variações sazonais (Siedler e Stramma, 1988).

Não existem análises actualizadas sobre as estruturas termohalinas das águas que normalmente apresentam variações de grande gama no espaço e no tempo. Algumas campanhas de investigação mais antigas: “Baldaque da Silva” (1957, 1958, 1959); “Dr. Fridjof Nansen” (1981), “Capricorne” (1973, 1983, 1984) e “Fengur” (1984, 1985 e 1988); procederam ao levantamento dos dados oceanográficos da ZEE. Mais recentemente o “Capricórnio” (1997) procedeu também ao levantamento de algumas características oceanográficas da ZEE.

Temperatura. A partir da análise dos dados das campanhas mais antigas, Almada (1994) procedeu a uma síntese das características termohalinas. Segundo este autor, na época quente, que vai de Julho a Novembro, a temperatura superficial das águas varia de 26° a 28 °C, existindo uma diminuição de 4°C, mais acentuada nas zonas de pesca situadas a Barlavento devido à influência da corrente fria das Canárias, cujas águas abrangeriam, a partir do mês de Outubro, as zonas septentrionais das ilhas Brava, Fogo e Santiago.

Quanto à distribuição vertical da temperatura, na camada até os 200 metros, as temperaturas máximas registrar-se-iam nas zonas de pesca das proximidades de S.Nicolau, canal de S.Vicente e banco do Noroeste, enquanto que as temperaturas mínimas registrar-se-iam nas zonas de pesca das proximidades de Santiago, do Sul do Maio e do Noroeste da Brava. A termoclina estaria situada entre 30-60m até 100-120m. É normalmente a este nível que se dá a migração vertical dos peixes e onde existem as maiores concentrações.

As conclusões de Almada foram confirmadas pelas conclusões da campanha do Capricórnio (Julho a Agosto de 1997). Segundo o relatório da campanha, a distribuição de temperatura durante esta época caracteriza-se por uma ausência de camada homogénea superficial e uma forte estratificação nos primeiros 100 metros. A termoclina, cuja espessura seria de aproximadamente 100 m, estaria localizada por debaixo da camada de mistura que, com temperaturas próximas de 25°C, varia entre os 25 e 40 metros. O gradiente térmico da termoclina seria de 0,1°C/m e as temperaturas na base de 15°C a 16°C. O gradiente térmico diminuiria consideravelmente a partir dos 100-150 m, sendo as temperaturas a 500 m de 10°C e a 1.000 de 6°C aproximadamente. Constataram ainda uma alteração do núcleo da termoclina no sentido noroeste, estando esse núcleo a maior profundidade (superior a 50 m) na zona a Sul de S.Vicente e, conseqüentemente, aí a camada homogénea seria mais espessa, enquanto que a norte de Santiago estaria situado por volta dos 30-40 m.

Segundo Almada (1994), na época fria, de Dezembro a Junho, a temperatura varia entre os 21°C e 22°C. As zonas mais quentes estariam a sudeste, enquanto que as mais frias estariam a noroeste. Relativamente à distribuição vertical, até os 200 m, as temperaturas mais elevadas estariam no norte do arquipélago, nomeadamente nas zonas de pesca de S. Nicolau e S.Vicente. Constatou ainda que as variações de temperatura, mais acentuadas na camada dos 50 a 150 m, são mais amplas na

época quente, o que seria devido à forte insolação que provoca um aquecimento das águas superficiais em relação às camadas inferiores. Nas zonas dos bancos, como o de João Valente, essas variações não se verificariam devido à constante subida das águas das camadas inferiores (efeito up-welling).

Salinidade. Ainda segundo o mesmo autor, a variação superficial da salinidade durante a época quente mostra uma grande influência da massa de água norte atlântica de salinidade superior a 36‰, que abrange as zonas de pesca nas proximidades das ilhas de S. Antão, S. Vicente, S. Nicolau e na parte ocidental das ilhas do Sal, do Fogo e da Brava. As outras ilhas, Santiago, Maio e Boavista, bem como a parte oriental do Sal estariam sob a influência das águas equatoriais de salinidade inferior a 36‰. Na época fria existiria uma menor influência da água norte atlântica que abrangeria apenas as ilhas de S. Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Santa Luzia e Sal. Nota-se ainda a existência do fenómeno de up-welling costeiro durante a época quente. Este fenómeno verificar-se-ia ainda a nível de alguns bancos de pesca, como o de João Valente, provocando aí a concentração de peixes.

As principais zonas de pesca localizam-se sobre montanhas submarinas nos declives submarinos e à volta das ilhas. Esses bancos localizam-se quase todos na zona arquipelágica e no mar territorial ou um pouco fora destes (Vieira, 1993). Os nomes referenciados são Noroeste de Santo Antão, Tarrafal de Monte Trigo, Ilhéu Raso, Tarrafal de S. Nicolau, Lago de S. Nicolau, Ponta da Vermelharia, Sul de S. Nicolau, Fiura, Nova Holanda, BoaVista, Baixo de João Valente, Noroeste do Maio ou Bancona, Sul do Maio, Noroeste de Santiago, Tarrafal de Santiago, Sul do Fogo, Ilhéu Rombo, Oeste e Sul da Brava.

5. O estado de exploração dos recursos haliêuticos da ZEE de Cabo Verde

O potencial global dos recursos pesqueiros de Cabo Verde é estimado em cerca de 36.000-44.000 tons¹. Esta estimativa não inclui recursos importantes, de potencial desconhecido, como o serra, espécies de bico, tubarões e outros pelágicos oceânicos, os peixes demersais de fundos rochosos², os recursos de águas profundas, os cefalópodes, o búzio cabra e outros moluscos, os percebes e as algas, entre outros.

Tendo em conta que a captura total média no período de 1990 a 2001 é estimada em aproximadamente 9.000 tons, poderia considerar-se que, na sua globalidade, os recursos pesqueiros de Cabo Verde são explorados abaixo dos níveis óptimos de captura e muito aquém das suas potencialidades.

No entanto, deve notar-se que mais da metade deste potencial corresponde a tunídeos, constituindo por isso as pescarias que os têm como alvo as que maiores potencialidades de desenvolvimento, à partida, apresentam. Por outro lado, o aproveitamento deste potencial encontra-se dependente de os empreendimentos que visem o seu aproveitamento serem financeiramente viáveis, circunstância que ultrapassa, por vezes, a simples vontade e capacidade técnica dos armadores.

¹ O potencial difere do anterior, estimado em 33.000-37.000 tons, sendo actualizado após avaliação da cavala preta (Almada, 1997) e de demersais de fundos rochosos (Odsson e Monteiro, 1998).

² A excepção dos demersais de fundos rochosos da área de Bancona, Banco de Tarrafal, João Valente e Boavista, para os quais existem estimativas, ainda que muito preliminares.

Em relação aos outros recursos, as possibilidades de expansão ou desenvolvimento parecem ser bastante limitadas para algumas espécies, como é o caso das lagostas e dos peixes demersais, cujos estoques mostram claros indícios de exploração intensa, embora mais numas zonas do que noutras.

A evolução histórica das capturas e os resultados das investigações no domínio haliêutico, tem mostrado que, apesar da relativa grande dimensão da ZEE de Cabo Verde, os recursos pesqueiros marinhos em geral são limitados, representados por populações relativamente pequenas, sensíveis a altas pressões de pesca e com capacidade relativamente baixa de recuperação.

A estimativa deste potencial geral de Cabo Verde carece pois de ser estimado regularmente na sequência dos progressos que forem alcançados na sua avaliação.

Grandes pelágicos oceânicos. No grupo dos grandes pelágicos oceânicos capturados em Cabo Verde são incluídos os tunídeos e espécies afins, cujas principais espécies presentes são a albacora (*Thunnus albacares*), o gaiado (*Katsuwonus pelamis*), o patudo (*Thunnus obesus*), a merma (*Euthynnus alletteratus*), o judeu (*Auxis thazard*) e o serra ou ilhéu (*Acanthocybium solandri*). Neste grupo inclui-se, também, o lobo ou dourado (*Coryphaena hippurus*) e as espécies de bico (ISTIOPHORIDAE, XIPHIIDAE).

Os desembarques deste grupo de espécies efectuados pela frota nacional rondaram, em média, à volta das 3500 tons no período de 1997 a 2001. Nesse período, a albacora representou cerca de metade dos desembarques, apresentando uma tendência de incremento gradual. O gaiado representou em média 22% dos desembarques, sendo as quantidades desembarcadas relativamente estáveis. O serra e a merma representaram, respectivamente, 15 e 9% dos desembarques.

As zonas à volta das ilhas, as montanhas submarinas e os declives de relevos submarinos, principalmente na zona de transição da plataforma dos 200 metros para o talude, apresentam as maiores concentrações destas espécies. Sendo espécies migratórias oceânicas, com passagens sazonais pelas águas de Cabo Verde, a estimativa do seu potencial somente pode ser feita ao nível de todo o Oceano Atlântico. A ICCAT¹ é a organização internacional que promove a avaliação dos stocks de atuns e similares, presentes no Oceano Atlântico, e formula recomendações para a sua conservação e gestão, tendo em vista uma exploração sustentável.

Em relação à *albacora*, os estudos realizados concluíram pela existência de um único estoque em todo o Atlântico, o qual se encontra intensamente explorado. A principal zona de reprodução situa-se no Golfo da Guiné, estendendo-se a principal época de desova de Janeiro a Abril. Em 1996, Hallier e Vieira avançaram a hipótese de que as ilhas de Cabo Verde constituiriam uma das vias de passagem da albacora nas suas migrações transatlânticas.

No que respeita ao gaiado, as avaliações recentes promovidas no quadro do ICCAT apontam para uma situação de possível sobreexploração como consequência da introdução de DCPs² pelos diversos países e frotas. Como medida de precaução foi aplicado em 1997 e 1998 um 'Plano Voluntário de Protecção dos Tunídeos' o qual se espera que tenha resultado numa redução das capturas de gaiado associadas a

¹ International Commission for the Conservation of the Atlantic Tunas, em Português, Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico, com sede em Madrid.

² Dispositivos de Concentração de Pescado

DCP's. Nas águas de Cabo Verde, situa-se uma importante zona de reprodução do stock, com um pico anual referenciado e bem marcado no período que vai de Julho a Agosto.

No caso do patudo, considera-se que existe um stock único para todo o Atlântico, sendo o golfo de Guiné uma importante zona de crescimento dos juvenis desta espécie. Em Cabo Verde esta espécie é capturada em quantidades mínimas. É este o stock de tunídeos que levanta maiores preocupações pois encontra-se a ser explorado para além do nível sustentável. Em consequência disso, o ICCAT recomenda a diminuição das capturas desta espécie no Atlântico.

Na estimativa do potencial de tunídeos na ZEE de Cabo Verde, Fonteneau e Diouf utilizaram a produtividade média para as pescarias de superfície nas zonas ricas intensamente exploradas do Atlântico Oriental. Em 1985, o primeiro daqueles investigadores estimou o potencial para a ZEE de Cabo Verde em 35.000 tons métricas, correspondendo 12.000 tons à zona costeira. A estimativa de Diouf, realizada em 1992, foi mais baixa e próxima da realizada por Fonteneau: 25.000-30.000 tons.

Em 1996, Hallier avaliou o potencial explorável de tunídeos para a zona do largo em 13.000 tons por ano e assumiu a estimativa de Fonteneau para as águas costeiras, chegando assim a um potencial total de 25 000 tons. A média das capturas da frota nacional no período de 1990 a 2001 foi de aproximadamente 3500 tons, visivelmente aquém do potencial estimado. Segundo Hallier (1996) as capturas da frota internacional nunca ultrapassaram as 3.000 tons, mas admite-se a hipótese que, mesmo assim, se encontrem muito subestimadas.

Por outro lado, desconhece-se a verdadeira magnitude da captura da frota estrangeira em anos mais recentes. Em 1997, Hoogesteger fez uma estimativa da actividade da frota atuneira estrangeira na ZEE de Cabo Verde de 1992 a 1995. Nos quatro anos analisados operaram palangreiros de profundidade de Japão (1992-1995), Taiwan (1993-1994), Espanha (1994-1995), Coreia e Portugal (1995), assim como cercadores espanhóis, cercadores e caneiros de França e da frota FIS (França, Costa do Marfim e Senegal), todos estes nos anos 1994 e 1995. Estima-se que, no período de 1992 a 1995, a frota estrangeira capturou anualmente em média cerca de 3.165 tons anuais, das quais cerca de 38% correspondeu a albacora (1.211 tons), 31 % a capturas de gaiado (990 tons), 29% a capturas de patudo (903 tons) e 2% a capturas de espadarte (58 tons). Deste modo constata-se que para os anos analisados as capturas anuais estrangeiras ultrapassaram as da frota nacional (Hoogesteger, 1997), estimadas, em média, em 3.133 tons.

Assumindo o potencial de 25.000 tons estimado por Hallier, tendo em conta que a média das capturas nacionais nos últimos cinco anos ronda as 3000 tons e que as capturas estrangeiras deverão ter atingido anualmente cerca de 3.000 tons, estima-se que haja na ZEE de Cabo Verde um potencial disponível de tunídeos de cerca de 19.000 tons. Apesar de o estado de exploração das principais espécies de tunídeos no Atlântico variar de um estado de intensamente explorado a sobrexplorado, pode considerar-se que as capturas na ZEE de Cabo Verde se encontram aquém do potencial estimado e que, por essa razão, o seu desenvolvimento não terá qualquer efeito sensível ao nível do Oceano Atlântico.

Para as outras espécies de tunídeos e grandes pelágicos oceânicos, o potencial é desconhecido. Apenas para o caso do serra foram realizados estudos pontuais sobre a sua biologia.

Pequenos pelágicos e outros pelágicos costeiros. Os stocks de pequenos pelágicos caracterizam-se de um modo geral pela variabilidade da sua abundância, estreitamente relacionada com as oscilações dos parâmetros ambientais e do recrutamento. Deste modo, os potenciais de produção destes recursos podem variar ampla e muito rapidamente e, por estas razões as suas estimativas devem ser tomadas com grande precaução.

Neste grupo incluem-se seguintes espécies: arenque ou sardinha (*Sardinella maderensis*), bonito (*Caranx crysos*), cavala preta (*Decapterus macarellus*), cavala branca (*Decapterus punctatus*), chicharro (*Selar crumenophthalmus*), dobrada (*Spicara melanurus*), pampo ou corcovado (*Selene dorsalis*) e voador (EXOCOETIDAE).

Nas águas de Cabo Verde têm sido pescadas habitualmente quatro espécies principais de pequenos pelágicos: a cavala preta, o chicharro, a cavala branca e o arenque. Nos últimos anos, assistiu-se ao rápido incremento das capturas de dobrada, que passou a constituir, conjuntamente com a cavala preta e o chicharro, o grosso das capturas de pequenos pelágicos. No período de 1997 a 2001, as capturas de pequenos pelágicos e de outros pelágicos costeiros foi, em média, de aproximadamente 4.000 tons. A cavala preta representou, em média, aproximadamente 57% dos desembarques deste grupo de espécies, seguido do chicharro e a dobrada que representaram cerca de 20 e 17% respectivamente, atingindo em conjunto cerca de 94% dos desembarques.

Neste mesmo período, constata-se que os desembarques de cavala preta mostram uma crescente tendência de diminuição, enquanto que os desembarques de chicharro tendem a aumentar e ainda que os de dobrada aumentaram rapidamente até 2000 e diminuíram consideravelmente em 2001.

Se bem que explorados em toda a ZEE de Cabo Verde, estes recursos concentram-se sobre a plataforma das ilhas, no limite até 200 m de profundidade. As zonas costeiras abrigadas, nomeadamente as baías e enseadas, constituem zonas de concentração e crescimento de juvenis. São ainda desconhecidos os padrões migratórios destes recursos nas águas de Cabo Verde, se bem que se admite que possam constituir stocks únicos a nível do arquipélago. Exclui-se a possibilidade de que ultrapassem a região de África Ocidental.

As primeiras pesquisas datam da segunda metade da década dos setenta. Durante as campanhas do navio “Ernst Haeckel”, em 1976, foi realizada uma primeira análise qualitativa dos recursos de pequenos pelágicos, tendo sido identificados a ilha da Boavista e o Banco de João Valente como zonas de interesse para a sua captura (Anónimo, 1976).

Como resultado da campanha do navio de investigação “Fridjof Nansen”, em 1981, a biomassa das espécies pelágicas foi avaliada através de rasteio acústico em 65.000 toneladas, correspondendo cerca da metade a espécies do género *Decapterus*. Por outro lado, 75% dessa quantidade estaria localizada na plataforma do Sal/Boavista/Maio. (Stromme *et al.*, 1982) Em 1992, Diouf, baseado nos dados desta campanha de 1981 e aplicando uma taxa de exploração moderada, estimou um potencial anual de 10.000-12.000 tons para os pequenos pelágicos.

Dada a sua relativa maior representatividade nos desembarques, (perto de 57 % dos desembarques totais de pequenos e outros pelágicos costeiros entre 1997 e 2001) a cavala preta tem sido alvo de estudos mais frequentes e aprofundados.

Em 1995, Moniz e Caramelo procederam a uma primeira avaliação dos stocks de cavala preta e chicharro, utilizando o modelo estrutural de R. Jones, tendo obtido uma estimativa de potencial de captura anual para a cavala preta de 2000-3000 tons e de 1.000-1.500 para o chicharro. Além disso, concluíram que a mortalidade por pesca estaria próxima do ponto de referência biológico F_{max} mas que variações até 10% do esforço de pesca não deveriam provocar mudanças apreciáveis nas capturas e nos volumes de biomassa a longo prazo. (Moniz e Caramelo, 1995) Ainda em 1996, Moniz, com base nos dados da campanha de 1981, na revisão da estimativa feita por Diouf e na comparação das proporções nas capturas, estimou um potencial anual de arenque em 1.500-2000 tons.

Em 1995, Jardim concluiu que a pescaria da cavala preta se estava a aproximar dos níveis sustentáveis e que já tinha sido ultrapassado a captura correspondente à mortalidade de referência $F_{0.1}$. Aplicando o modelo estrutural baseado em composições de comprimento (VPA-Jones) e o baseado em idades (Pope), o potencial anual foi desta vez estimado em 1.500-1.800 tons (Jardim, 1995).

Em 1997, Almada utilizando séries de dados mais longas e métodos mais avançados e consistentes, nomeadamente a estimativa da relação stock desovante/recrutamento, e ainda análises de risco, realizou uma nova avaliação do stock de cavala preta, estimando em 5.000-6.000 tons o seu potencial de captura anual e a biomassa total em 19 000 toneladas. Concluiu que a pescaria poderia suportar um aumento de 2.000-3.000 tons sem pôr o stock em risco (Almada, 1997).

No mesmo ano, foi realizada pelo INDP e o IPIMAR¹ uma campanha de oceanografia e avaliação de pequenos pelágicos por métodos acústicos na ZEE de Cabo Verde tendo sido estimada uma bioamassa total de 14.700 tons de cavala preta. (IPIMAR, INDP) Esta cifra poderá, no entanto, estar subestimada, uma vez que não foram cobertas algumas zonas perto da costa. Os resultados desta avaliação directa estão em consonância com os obtidos por Almada através de métodos indirectos. Deste modo, poderá aceitar-se como volume de referência uma biomassa de cavala preta entre 14.700 e 19.000 tons e, tendo em conta os últimos desenvolvimentos na pescaria, considerar-se que o recurso permite ainda uma exploração adicional desde que o aumento do esforço de pesca seja realizado em patamares e os stocks sujeitos a acompanhamento do estado de exploração.

Em 1996, Moniz, com base nos dados da campanha de 1981, na revisão da estimativa feita por Diouf e na comparação das proporções nas capturas, estimou um potencial anual de arenque em 1.500-1.800 tons.

Assumindo os potenciais estimados por Almada para cavala preta, por Moniz e Caramelo para chicharro e por Moniz para arenque, e tendo em conta a media das capturas para os ultimos cinco anos, estima-se que haja uma disponibilidade de 4500 a 6500 toneladas de pequenos pelágicos, correspondendo 3000-4000 a cavala preta, 200 – 700 a chicharro e cerca de 1400-1900 ao arenque.

Peixes demersais. Os recursos de peixes demersais incluem um variado grupo de espécies que vivem associadas ao fundo. Caracterizadas por um crescimento individual e populacional relativamente lento, estas espécies são altamente vulneráveis a situações de sobrexploração. No caso específico de Cabo Verde, os peixes de fundo fazem parte de ecossistemas de ambiente tropical seco e habitam

¹ Instituto Português de Investigação Marinha

numa plataforma insular limitada, o que faz com que as populações sejam relativamente pequenas e a biomassa reduzida.

Segundo as características do fundo em que habitam, os stocks de peixes demersais são divididos em dois grandes grupos: os de fundos arenosos e os de fundos de rocha. O grupo dos *demersais de fundos arenosos* inclui variadas espécies. As mais representativas nos desembarques são os sargos em geral, sobretudo o sargo de areia (*Lithognathus mormyrus*); barbo (*Galeoides decadactylus*), salmonete (*Pseudopeneus prayensis*), fotche (*Mullus surmulletus*), façola (PRIACANTHIDAE), besugo (*Pomadasyss incisus*), entre outras.

Os demersais de areia foram alvos de vários estudos, principalmente nas zonas arrastáveis do arquipélago, localizadas maioritariamente na plataforma de Sal/Boavista/Maio e ao sul da comunidade pesqueira de São Pedro, na ilha de S. Vicente. As campanhas de avaliação foram feitas utilizando o arrasto de fundo como arte de pesca e o método da área varrida para a estimativa da biomassa. Em 1984-85, Magnússon e Magnússon estimaram a biomassa total de demersais de areia em 49.000 tons e uma captura sustentável da ordem das 7.000-8.000 tons, sendo 3.000-4.000 tons de peixes com interesse comercial.

Em 1988, Pálsson utilizou um esquema de amostragem estratificada e estimou a biomassa total das espécies de valor comercial das zonas arrastáveis de Cabo Verde em 14.700 tons, estabelecendo a captura sustentável em pouco menos de 5.000 tons.

Em 1989, Thorsteinsson e Barros, comparando os resultados das campanhas mencionadas anterior-mente e analisando os resultados de experiências com rede dinamarquesa, estimaram uma biomassa total de demersais de areia em 14.000-16.000 tons e uma captura sustentável de 4.000-5.000 tons.

Em 1994, Thorsteinsson *et al* estimaram para a plataforma de Boavista/Maio uma biomassa total de espécies de valor comercial. até profundidades de 50 m, de 6.000-12.000 tons, situando a captura sustentável em 700-2.800 tons.

Tendo em conta as anteriores estimativas e que a média das capturas de arrasto no período 1994-98 foi de 54 tons, com um máximo de 158 tons em 1998 (Tariche, 2000) parece existir um potencial de peixes de fundo em zonas arrastáveis, maioritariamente de fundos de areia, que está sendo pouco explorado. Deste modo, tudo parece indicar que a exploração dos stocks de peixes demersais de areia, principalmente na plataforma de Boavista/Maio, oferece oportunidades de aproveitamento seja com o arrasto de fundo, ou preferencialmente, dado o impacto do arrasto no ecossistema marinho, com artes de pesca alternativas. A concessão de licenças de pesca deverá ser precaucional, por patamares e em função da arte escolhida.

As avaliações de *demersais de fundos rochosos* levanta maiores desafios e dificuldades do que para os demersais de fundos arenosos em virtude do carácter disperso deste tipo de pesca e a selectividade da arte utilizada (linha e anzol). Este grupo inclui espécies como garoupa (*Cephalopholis taeniops*), moreias (MURAENIDAE), goraz (*Lutjanus sp*), dobradão (*Apsilus fuscus*), bica de rocha (*Lethrinus atlanticus*), ruta (*Spondilosoma cantharus*), entre outros.

As primeiras tentativas de avaliação foram feitas em 1995-97 por Oddson e Monteiro e apontavam, como situação geral, para possibilidades extremamente limitadas de aumento das capturas artesanais de demersais de fundos rochosos. Alguns bancos e zonas anteriormente pouco explorados, sobretudo os mais

pequenos e costeiros, começavam já a dar sinais de uma exploração não sustentável. Estão neste caso os bancos da ilha da Boavista, João Valente, Tarrafal e Bancona cujo potencial anual foi estimado em 3.000-6.500 tons (Oddsson, e Monteiro, 1998).

Dado o seu elevado valor comercial e representatividade nos desembarques de todas as ilhas ao longo de todo o ano – cerca de 7% dos desembarques da pesca à linha no período de 1997 a 2001 – a garoupa (*Cephalopholis taeniops*) foi alvo de maiores esforços de investigação. Em 2003, Tariche avaliou o estado do stock de garoupa na plataforma de São Vicente/Sta Luzia/São Nicolau, concluindo que, nos últimos anos, o esforço de pesca se terá situado à volta do ponto de referência $F_{0.1}$ e que futuros incrementos do esforço de pesca não deveriam levar a grandes aumentos das capturas. (Tariche, 2003) Sendo a garoupa uma das espécies predominantes, o estado do seu stock poderá servir de indicador do estado de exploração de outras espécies de demersais na zona estudada. Será, contudo, inadequado extrapolar os resultados para as outras zonas de pesca de demersais do arquipélago. Apesar de não existirem avaliações para outras zonas de pesca, as capturas evidenciam sinais de decrescimento e de serem constituídas por indivíduos de tamanho cada vez menor, nomeadamente na ilha de Santiago onde os indícios de se estar perante uma sobreexploração ou exploração intensa destes recursos até a batimétrica de 200 m, tradicionalmente explorada pela pesca artesanal à linha, são por demais evidentes.

Assim, deverá ser adoptada a mesma abordagem precaucional, por patamares, e por mananciais, sempre que possível, em função dos indícios disponíveis sobre o estado de exploração dos stocks.

Lagostas. As lagostas são consideradas espécies muito sensíveis a altas pressões de pesca, devido aos seus hábitos sedentários, duração de vida relativamente longa, que dificulta a recuperação do seu stock, e vulnerabilidade, principalmente durante o processo de muda.

Segundo a profundidade em que habitam, as lagostas de Cabo Verde podem ser divididas em dois grupos: as lagostas de profundidade e as costeiras. O primeiro grupo inclui uma única espécie, endémica do arquipélago, que habita profundidades entre 100 e 350 m: a lagosta rosa (*Palinurus charlestoni*). Integram o grupo das lagostas costeiras, a lagosta verde (*Panulirus regius*), a lagosta castanha (*Panulirus echinatus*) e a lagosta pedra (*Scyllarides latus*), que habitam profundidades de até 50 metros.

A lagosta rosa foi a única destas espécies que foi objecto de vários estudos de avaliação. Em 1992, foi realizada uma campanha de pesca experimental a bordo do navio “Muncreca”, calculando-se uma produção máxima de equilíbrio entre 100 e 150 toneladas anuais. (Latrouite e Carvalho, 1992). No mesmo ano Almada Dias concluiu que o stock de lagosta rosa se encontrava numa situação de subpesca de crescimento do recurso, em que a captura máxima sustentável poderia atingir as 70 tons para os machos e as 34 para as fêmeas, pelo que a pesca poderia estar numa fase de crescimento. Dias recomendava o aumento do esforço de pesca, levando em consideração não apenas aspectos económicos mas também as limitações biológicas do manancial. Nesse sentido, o nível de pesca não deveria ser aumentado em mais do que 20%, aumento este que deveria proporcionar uma captura global de 52 tons.

Em 1996 Eide fez uma avaliação bioeconómica da pescaria de lagosta rosa, estimando a captura máxima sustentável em 50-75 tons anuais, à qual

corresponderia um esforço de 35.000-50.000 covos lançados. A produção económica máxima poderia contudo ser alcançada apenas com metade desse esforço – ou seja entre 17.500 e 25.000 covos lançados – sendo a participação da pescaria no rendimento nacional em termos líquidos estimada em 25 a 40 milhões de ECV.

Em 2002, Medina, Correia e Tariche realizaram um diagnóstico preliminar da pescaria da lagosta rosa baseados nos dados oficiais de esforço e captura de 1986 – 2000 e utilizando uma variante do modelo global de Fox, que assume uma situação de pseudo - equilíbrio . Assumiu-se, ademais, uma evolução anual do esforço de pesca igual a 5%. Esta avaliação mostrou que o stock se encontra sobre-explorado, mas dando alguns sinais de lenta recuperação. A captura máxima sustentável (MSY) foi estimada em cerca de 41 toneladas, correspondendo a 17% da biomassa virgem. Concluiu-se que para atingir essa captura seria necessária uma diminuição do esforço de pesca (f) em aproximadamente 40% do praticado em 1999, correspondendo o f_{MSY} a uns 12000 covos lançados. (Medina *et al.*, 2002)

No período entre 1987 e 1991, a média das capturas rondou os 33 tons, mas com a realização de uma campanha de pesca experimental em 1992, o esforço quadruplicou e a média das capturas chegou a atingir até 1995 as 64 tons. Entretanto, no período de 1995 até 2002, a média das capturas desceu para as 19 tons. Estudos realizados mostram que, a partir de 1992, a pescaria de lagosta rosa deverá ter entrado numa fase de sobreexploração económica e, muito possivelmente, biológica também. A não existência de avaliações recentes do estado do stock, não permitem que se conclua encontrar-se em gradual recuperação. Assim, dado que a recuperação dos stocks de lagostas é muito lento e até que se disponha dessa informação, não é conveniente que se proceda a qualquer aumento o esforço de pesca e da captura.

Das *lagostas costeiras* existe apenas uma estimativa de potencial para a lagosta verde, que é largamente maioritária nos desembarques.

Nos finais da década de 80, a pesca de lagostas costeiras terá atingido um nível de sobreexploração na ilha do Sal, circunstância que terá obrigado os mergulhadores que viviam da sua colecta a transferirem-se para outras ilhas (Dias, 1993), em especial para a vizinha Boavista.

A falta de informação sobre a pesca de lagostas costeiras impossibilitou a realização de estudos sobre a dinâmica populacional destas espécies. Somente em 1996, Reis e Caramelo realizam pela primeira vez uma avaliação do stock de lagosta verde, tomando como base dados recolhidos junto de restaurantes dos principais centros urbanos do país, tendo estimado a captura sustentável em aproximadamente 42 tons por ano e concluindo que o nível médio de mortalidade por pesca se encontrava próximo do ponto de referência $F_{0.1}$. Analisando os dados oficiais de captura, constata-se que a média dos desembarques de lagostas costeiras entre 1992 e 2002 foi de aproximadamente 14 tons, mas que, após um pico de 30 tons observado na campanha de 1994-95, a média dos anos seguintes se situou nas 10,5 tons. Parece ser consenso geral que as lagostas costeiras parecem estar sobreexploradas nas zonas próximas dos centros de consumo e de saída das exportações mas que, nas regiões mais afastadas, poderão estar ainda sendo exploradas a níveis intensos ou até mesmo moderados.

Analogamente ao que se passa com a lagosta rosa, a não existência de avaliações recentes do estado de exploração do stock de lagostas costeiras, não permite retirar conclusões definitivas sobre a sua situação real. Por outro lado, como não foram

tomadas quaisquer medidas para diminuir o esforço de pesca, é muito possível que a situação se tenha agravado. Assim, até que se disponha de informações mais consistentes, não é conveniente que se proceda a qualquer aumento o esforço de pesca e da captura.

Outros recursos. Existem outros recursos, alguns dos quais se pensa serem importantes, cujo potencial é desconhecido. Neste grupo incluem-se *corais*, o *búzio cabra*, os *percebes* e as *lapas*, que tradicionalmente têm sido alvo de colecta mais ou menos pesca intensa sem que tenham sido realizados estudos ou feito qualquer acompanhamento.

Outros recursos, como a *lula* e afins e o *polvo*, ocorrem nas águas de Cabo Verde mas desconhece-se a sua distribuição e se os stocks existentes viabilizam uma pesca que lhes seja dirigida.

Os tubarões de superfície, raias e grandes pelágicos de bico ocorrem igualmente em águas de Cabo Verde e são esporadicamente capturados. Dado que não existe uma pesca que lhes seja dirigida e não existindo dados estatísticos oficiais sobre as capturas, é de supor que se encontrem subexplorados. Contudo, o facto de que na sub-região Oeste Africana estes recursos se encontram intensamente sobreexplorados e de ocorrerem operações de pesca ilegal na ZEE de Cabo Verde por parte de navios de pesca estrangeiros, introduz um elemento de incerteza em relação aquela conclusão.

As espécies de águas profundas, tais como a gata (*Centrophorus* sp), as espécies dos grupos dos charrocos e fanhamas e moreias, poderão representar um potencial para exploração, se bem que limitado. Uma campanha de exploração com palangre de fundo, realizada no ano 2000, mostrou que entre os 300 e 600 m de profundidade existem recursos demersais com algum potencial, alguns deles com alto valor comercial no mercado internacional. Contudo, é sabido que estes recursos não poderão suportar grandes pressões de pesca. (Menezes et al, 2001).

Poderá ainda existir a possibilidade de exploração de *recursos a maiores profundidades*, na faixa de profundidades dos 1.500 até 2.000 m, como é o caso dos caranguejos e camarões de profundidade e peixes como o tamboril (*Lophius vaillanti*) e o *peixe-espada preto* (*Aphanopus carbo*).

A prioridade em relação a estes recursos é a de promoção de pesca exploratória e experimental e, sendo possível, através da concessão de licenças de pesca em regime comercial em número cauteloso, fortemente vinculadas a uma colaboração com a investigação.

No quadro a seguir encontra-se sintetizada a informação sobre o potencial dos diversos recursos que foram objecto de estudos de avaliação, as capturas que sobre eles incidiram nos últimos anos, incluindo as capturas declaradas por frotas estrangeiras licenciadas para operar na ZEE de Cabo Verde, e a disponibilidade de recursos que poderá ainda ser aproveitada desde que as condições económicas das operações de pesca o viabilize.

Quadro II-1 *Potencial haliêutico e disponibilidades, por grupos de espécies*

Recursos	Potencial estimado (tons)	Captura média aproximada no período 1997-2001 (tons)	Disponibilidade conhecida (tons)
Tunídeos	25.000	6.000 ¹	19.000
Pequenos pelágicos	7.500 – 9.300	2.860	Aprox. 4500-6500
• cavala preta	5.000 – 6.000	2.000	3000-4000
• chicharro	1.000 – 1.500	800	200-700
• arenque	1.500 – 1.800	60	1440-1940
Demersais de fundos de areia até 50 m, na plataforma de Maio-Boavista	700 – 2.800	1.222 ²	Desconhecida, patamares a definir
Demersais de fundos rochosos dos bancos de Boavista, João Valente, Tarrafal e Bancona	3.000 – 6.500		Desconhecida, patamares a definir
Lagosta rosa	50 – 75	17 ³	Desconhecida*
Lagostas costeiras (verde)	40	13 ⁴	Desconhecida*
Recursos de profundidade	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecida, pesca experimental como prioridade
Totais arredondados	36.000-44.000	Cerca de 10.000 ⁵	26.000 –34.000

* O recurso foi sobreexplorado nos anos anteriores. É possível que ainda não se tenha recuperado totalmente. Nos anos recentes não foi actualizada a estimativa do potencial.

6. O acesso a outras áreas de pesca

O exercício da pesca na ZEE de outros países, só é possível quando existem acordos de pesca. Cabo Verde é signatário da Convenção Sub-Regional das Pescas que reúne 6 países oeste-africanos, a saber, Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné e Cabo Verde. No quadro da cooperação estabelecida a este nível, adopta-se o princípio da reciprocidade no acesso aos recursos dos respectivos países. No entanto para aceder efectivamente aos ditos recursos é sempre necessário a existência de um acordo entre as partes contratantes e o estabelecimento anual do número de licenças outorgado pelas mesmas.

Nos inícios da década de oitenta Cabo Verde, através da frota pública, operou na ZEE de Angola (1981 e 1982), S. Tomé (1983) e Açores (1983 e 1984), com três atuneiros congeladores de 36 metros. Em Angola a captura, composta por albacora,

¹ Incluídos os desembarques da frota nacional e a estimativa das capturas da frota estrangeira

² Capturas de demersais de fundos arenosos e de fundos rochosos

³ 1996-97 a 1997-02

⁴ 1996-97 e 1997/2002

⁵ Inclui outros não especificados

patudo e gaiado atingiu um total de 458 toneladas em 1981 e 450 toneladas em 1982. Em S. Tomé os resultados foram muito fracos (4,4 toneladas de albacora e gaiado em 1983) o que desencorajou qualquer nova deslocação. Nos Açores as capturas totalizaram 165 toneladas em 1983 e 110 toneladas em 1984, representadas por albacora, patudo, atum voador e atum vermelho que são espécies mais cotadas no mercado internacional.

Nos anos que se seguiram não houve continuidade das experiências de pesca em outras ZEE. As embarcações de 36 metros, capazes de exercer pesca longínqua foram vendidas e foi adquirida uma frota de oito embarcações sendo quatro de 16 metros e quatro de 22 metros, podendo estas últimas operar para além da nossa ZEE.

De alguns anos a esta parte, Cabo Verde estabeleceu acordos de pesca com o Senegal (Março de 1985), com a Guiné (Abril de 1989 e 1993) e com a Guiné Bissau (Junho de 1995). Aos acordos de pesca são anexados os protocolos de aplicação mediante os quais são negociados anualmente o número e as modalidades de licença. O único acordo que vem funcionando regularmente é o existente com o Senegal, embora desde 1999 o comité paritário que deve reunir-se anualmente para balanço das acções e determinação das licenças a serem acordadas não se tenha reunido. Por outro lado a reciprocidade pressupõe a igualdade de aplicação das condições e do tratamento para os nacionais das partes contratantes. Isto tem constituído algum embaraço para os nossos armadores que são confrontados com taxas a pagar no Senegal muito superiores às aplicadas em Cabo Verde, pelo que se sentem em desvantagem em relação aos parceiros senegaleses que pagam uma quantia irrisória em Cabo Verde. Naturalmente que a regulamentação nacional das taxas a cobrar precisa ser actualizada.

Os acordos com os outros dois países nunca chegaram a ser implementados.

Enquadrado no pacote de incentivos gerido pelo FDP funcionou um programa de internacionalização da pesca do atum com a atribuição de um subsídio de quinhentos contos a quatro barcos de pesca industrial (Xavier, 2000); o programa visava incentivar o aproveitamento dos acordos de pesca.

Existe um protocolo de cooperação no Domínio das pescas com Angola assinado em Setembro de 1995 e uma Convenção no domínio marítimo com a República Islâmica da Mauritânia assinada em Novembro de 1995, mas esses dois instrumentos não dão direito de acesso aos recursos dos respectivos países.

Nos últimos três anos, a embarcação caboverdeana “Noroeste” vem operando no Senegal, no quadro do Acordo de pesca existente (Borges, com. pessoal). Em 2001, pescaram 76 toneladas de pescado para uma empresa senegalesa, mas o negócio não se mostrou rentável por falta de cumprimento da outra parte pelo que não deram continuidade ao mesmo; resolveram mudar de estratégia, passando a capturar isco no Senegal e transportá-lo para capturar atum na nossa ZEE. Assim, em 2002 realizaram 13 viagens ao Senegal tendo pescado uma média de 380 kg/viagem de isco. No corrente ano 2003, realizaram 6 viagens com captura idêntica de 380 Kg de isco por viagem. Nota-se contudo que a partir do mês de Junho, esses juvenis atingem maior tamanho pelo que não se justifica a deslocação, pois já não servem como isco vivo.

De referir que nessa zona a captura de tunídeos com vara seria facilitada pelo facto de abundar o isco, diminuindo-se portanto o tempo que seria gasto na procura do mesmo e aumentando o tempo efectivo de pesca. Entretanto os operadores afirmam que na ZEE senegalesa não encontram atum e preferem transportar o isco para pescar em Cabo Verde.

III. FUNDAMENTAÇÃO DO PGRP

7. Problemas gerais a serem resolvidos

O potencial de recursos haliêuticos de Cabo Verde vem sendo, em termos gerais, explorado abaixo do seu total estimado, não significando esta afirmação que a exploração de todos eles se esteja a realizar abaixo do respectivo potencial. Na realidade, a par dos recursos cujo potencial se encontra estimado e se encontram a ser explorados abaixo desse nível, como são os casos dos tunídeos e dos pequenos pelágicos, outros há, igualmente com o seu potencial estimado, mas que cuja exploração atingiu níveis de grande intensidade, ou mesmo de sobreexploração, como são os casos dos demersais de fundos rochosos e das lagostas de profundidade e costeiras, se não em todo o país, pelo menos nalgumas zonas de pesca. Por outro lado, existem ainda recursos cujos potenciais não são conhecidos mas que poderão, eventualmente, representar oportunidades para o desenvolvimento de novas pescarias, tais como alguns cefalópodes (lulas) e os recursos de peixes e crustáceos de grande profundidade.

A exploração destes recursos haliêuticos coloca questões de diferente natureza, que não dependem exclusivamente das condições internas da pesca mas, igualmente, de condições externas, fora do controle de Cabo Verde, entre as quais as condições do mercado internacional é talvez o factor mais determinante.

A existência de capacidades ou sistemas de *gestão das pescarias* e de *desenvolvimento das Pescas* em geral, adequados aos desafios que se colocam ao sector em cada estágio da sua evolução, são *aspectos prévios* a serem assegurados para que se consiga o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos recursos haliêuticos. Isto pressupõe o adequado desempenho e interligação entre a *investigação*, a *administração* propriamente dita e a *fiscalização*, actuando em consonância para atingirem determinados objectivos de desenvolvimento estabelecidos pelo Governo para o sector em geral e para as diversas pescarias em particular.

Estes sistemas devem, no entanto, ser ajustados à dimensão da produção pesqueira do país e disporem dos recursos necessários a assegurar a sua funcionalidade. De uma forma geral, todos as entidades contactadas no decurso da realização do presente estudo referem a necessidade de ajustar o sistema actual, principalmente o que diz respeito à gestão das pescarias, para que possa efectivamente desempenhar mais eficazmente o seu papel.

Consideradas as características naturais do país, em relação a cada pescaria, a disponibilidade de recursos haliêuticos é uma condição necessária mas não suficiente à sua efectiva exploração. Àquela condição básica há que acrescentar as *condições do exercício da pesca*, respeitantes às infraestruturas de apoio em terra e às embarcações (conservação de pescado, aprovisionamento de gelo, manutenção dos equipamentos e aprovisionamento dos diversos insumos), à eficiência dos pescadores e armadores e às condições de transporte e de comercialização dos produtos da pesca. Da forma como estes factores se combinam, resulta uma maior ou menor produtividade das operações de pesca.

Face às *condições externas*, de que os preços de mercado internacional são o principal mas não exclusivo factor externo, resulta, por fim, o grau de viabilidade e de rentabilidade da exploração dos diferentes recursos haliêuticos.

A situação de exploração dos diferentes recursos nas diferentes pescarias é diversa. Não obstante, existem problemas a serem resolvidos que são prioritários e comuns

às diversas pescarias industriais e artesanais¹. Estes podem ser apresentados numa abordagem que encerra em si mesma algumas opções a ter em conta para se encontrarem as soluções de aproveitamento mais adequadas.

O primeiro grande problema a ser resolvido relaciona-se com as *condições insuficientes de transporte*, com prioridade para o encaminhamento de excedentes de pescado destinados ao consumo interno e à exportação. Este problema afecta principalmente os armadores industriais cuja actividade gera os maiores volumes de excedentes e está na origem de praticamente todas as exportações através do Sal e de S. Vicente. Mas afecta igualmente as ligações entre os principais centros de pesca artesanal e os maiores centros de consumo, para onde convergem igualmente excedentes. A ligação entre estes centros de pesca artesanal mais importantes é particularmente importante, em especial com a Praia, que dá acesso ao maior mercado nacional de pescado que é Santiago.

O segundo grande problema prende-se com as *deficientes condições das infraestruturas de apoio em terra*. No que respeita à pesca industrial², os armadores cabo-verdianos desenvolveram estratégias de pesca que os conduziram a pescar diferentes recursos através de diferentes métodos de pesca ao longo do ano, em conformidade com as vantagens relativas das diferentes actividades de pesca.

A sua mobilidade é hoje assinalável e manifesta-se não apenas na procura das melhores oportunidades de pesca mas igualmente na colocação do produto e na busca dos serviços de apoio requeridos para operarem, principalmente de fornecimento de gelo e de conservação do pescado. Estes serviços são em larga medida insatisfatórios em qualquer dos três centros de pesca principais (e bases de pesca industrial) e são responsáveis pela perda de um número importante de dias de pesca³. Assim, a disponibilidade de serviços de produção de gelo e de conservação frigorífica de pescado nesses três centros principais constitui um problema prioritário a ser resolvido e que terá o maior impacto na produtividade das frotas de pesca, em especial industriais e semi-industriais.

No entanto, a existência de instalações de apoio em terra operacionais, por si só, não será suficiente para resolver as questões que a sua actual situação motiva. Pelas implicações que tem sobre o acesso ao mercado europeu e, consequentemente, sobre os preços obtidos, a adequação dessas instalações e das embarcações de pesca às *condições sanitárias exigidas pelas leis sobre a qualidade e as condições sanitárias em vigor* constitui um terceiro grande problema a ser resolvido.

Embora estes três problemas principais não esgotem o conjunto de problemas a resolver ao nível da pesca industrial, acredita-se que, não obstante, da sua resolução poderia resultar a gradual atenuação de outros problemas que têm sido persistentemente mencionados, dos quais se destacam a débil situação financeira dos armadores de pesca que é uma das causas das dificuldades na obtenção de financiamentos, o mau estado técnico da frota e outros.

No que respeita à pesca artesanal, seria importante que se realizasse uma reflexão sobre os esforços de desenvolvimento promovidos até ao presente e se retirassem as correspondentes *lições a serem aprendidas* a fim de se encontrarem as formas mais eficientes e eficazes de apoiar o seu desenvolvimento.

¹ Os problemas mais específicos de cada pescaria são abordados, a serem resolvidos, são indicados no capítulo V do presente documento.

² No presente documento utiliza-se a classificação vigente de dois tipos de pesca – artesanal e industrial. As correntemente designadas muitas vezes como embarcações de pesca semi-industrial são assim englobadas na classe das industriais.

³ Seria interessante realizar estudos sobre as causas de inoperacionalidade das frotas, principalmente industriais, nas diferentes pescarias.

Sem prejuízo de uma tal iniciativa, os problemas prioritários para serem resolvidas a nível da pesca artesanal têm igualmente a ver com o exposto anteriormente para a pesca industrial em relação ao transporte de pescado e à obtenção de gelo e não tanto – pelo menos na generalidade dos casos – em relação à necessidade de conservação frigorífica do pescado e às condições sanitárias exigidas pela lei vigente.

Tal como já foi referido anteriormente, estes dois problemas não esgotam o conjunto de problemas que a pesca artesanal enfrenta. Mas tal como para a pesca industrial, acredita-se que a sua solução facilitaria a superação de outros que deles dependem em grau maior ou menor e que têm sido profusamente referidos em todos os diagnósticos, embora, nem sempre acompanhados de uma graduação relativa e de uma relação entre eles de causa-efeito.

Para além destas constatações de problemas, parece importante referir a *forma de tomada das decisões de investimento*, promovidos ou apoiados pelo Governo, sejam eles referentes a infraestruturas e a renovação das frotas. Os investimentos, principalmente aqueles em infraestruturas, não têm normalmente sido decididos em função das conclusões proporcionadas por uma análise económica que entre em conta com todos os custos e benefícios que induzem. Os investimentos financiados por donativos e créditos externos deveriam igualmente ser incluídos numa tal abordagem pois, em princípio, são financiados por recursos que poderão ter aplicações alternativas.

Parte dos problemas prioritários que urge resolver são assim, em grande medida, do foro do desenvolvimento e não estritamente da gestão das pescarias. Mas nem por isso a gestão das pescarias será menos importante.

Conforme já foi referido no início deste parágrafo, a existência de stocks haliêuticos estáveis, explorados em condições de sustentabilidade, são uma condição sem a qual não é possível extrair os melhores resultados económicos e/ou sociais das pescarias e, conseqüentemente, proporcionar aos operadores industriais e artesanais condições para a rentabilização das suas actividades.

8. Enquadramento do PGRP

O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca encontra a sua pertinência nos instrumentos programáticos e de planificação do desenvolvimento estabelecidos pelo Governo, nomeada-mente no que se refere às Pescas. São eles:

- O Programa de Governo da VI Legislatura
- As Grandes Opções do Plano
- O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05, e
- O Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II)

O Programa de Governo da VI Legislatura. No Programa de Governo para a VI Legislatura, que deverá decorrer no período 2001-05, são indicadas as seguintes políticas e linhas de força da acção governativa como prioritárias: a estabilidade macroeconómica, o aumento do emprego e a erradicação da pobreza absoluta, a educação, adoptada como um grande designio nacional, o prosseguimento da reestruturação do sector empresarial do Estado, voltado para o reforço do empresariado nacional, a melhoria da capacidade competitiva do tecido empresarial cabo-verdiano, a promoção de medidas que levem a que o turismo continue a contribuir para o crescimento da economia nacional, a promoção de Cabo Verde como pólo de atracção de investimentos, o reforço do municipalismo, a independência da justiça, a cultura como factor de reforço da identidade nacional e de afirmação da sociedade e do Estado cabo-verdiano no Mundo e a conservação e o

desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas, traduzida numa orientação política de carácter horizontal e na sua consideração nas políticas sectoriais.

Na parte do Programa dedicado à segurança alimentar¹, esta questão é considerada a pedra angular do processo de desenvolvimento sócio-económico. Dadas as razões de natureza estrutural prevaletentes em Cabo Verde, a sua resolução constitui um imperativo radicado no direito fundamental à alimentação e um desafio porque não será fácil, face aos recursos e condições naturais do país, assegurar sustentadamente o acesso aos alimentos por parte dos cidadãos, sobretudo das camadas mais vulneráveis. Nesta perspectiva, o Programa de Governo para a alimentação e segurança alimentar abrangerá um conjunto de programas visando uma situação de abastecimento durável e executando as políticas de rendimentos e preços, de melhoria do acesso aos serviços sociais e de base, de integração social, emprego e formação profissional, de promoção do sector privado e de gestão sustentável dos recursos naturais.

No que respeita especificamente à política económica, o Governo propõe-se realizar um desenvolvimento com equidade e justiça social, sustentado, compatível com a solidariedade social, regional e inter-regional, consentânea com a durabilidade ambiental, assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade e gerador de emprego que minimize a pobreza e a exclusão social.

Especificamente em relação às Pescas, o Programa refere alguns problemas: a fraca consolidação da classe empresarial devido a uma política de crédito pouco adequada, apesar dos avultados investimentos públicos realizados; a falta de uma definição clara em relação dos circuitos de comando, decisão, execução e controle nas instituições do sector; a política de aproveitamento dos recursos haliêuticos não se encontra balizada por princípios orientadores fundamentais, que permitam uma gestão criteriosa e responsável, agravado pelo facto de não existir um quadro legal que sirva de suporte às negociações dos acordos de pesca e à actuação do sistema de gestão das pescarias (acompanhamento, controle e, muito particularmente, fiscalização).

Tendo em conta o que acima se encontra referido, o Programa de Governo define da seguinte forma o objectivo fundamental do sector das Pescas: *“A maximização dos benefícios económicos e sociais que se pode esperar do sector”*.

Desta enunciação geral decorrem os principais objectivos específicos atribuídos ao sector das Pescas: *contribuir para a melhoria dos níveis de segurança alimentar e de qualidade alimentar das populações, para o equilíbrio da balança de pagamentos e gerar emprego*.

A estratégia para se alcançar uma melhoria dos níveis de segurança alimentar e de qualidade alimentar das populações passa por se realizar uma gestão dos recursos em termos sustentáveis, aumentar e diversificar a produção, melhorar a qualidade dos produtos da pesca, melhorar os circuitos de distribuição de pescado e promover a indústria de transformação de pescado.

A estratégia para que as Pescas contribuam para o equilíbrio da balança de pagamentos passa por promover as exportações e valorizar os produtos com vista à comercialização no mercado interno e externo.

A estratégia para aumentar o emprego nas Pescas pressupõe que se promovam os investimentos no sector e se realizem investimentos em empreendimentos subsidiários e/ou alternativos à captura.

¹ Cap. III, paragrafo 3.5, “Alimentação e segurança alimentar – um direito fundamental”

As medidas políticas decorrentes para as Pescas são as seguintes: privilegiar-se o exercício efectivo de promotor e regulador do sistema por parte do Estado; promover o investimento externo no sector das Pescas; incentivar a poupança como via de criar capacidades financeiras para o investimento e a liquidação de compromissos assumidos; fomentar a iniciativa empresarial privada, capacitar os organismos de controlo sanitário e de qualidade; promover a organização de associações profissionais; promover uma abordagem integrada e participativa no que respeita ao reforço do papel da mulher na comercialização e transformação de pescado, a transferência de tecnologias, a protecção da diversidade biológica marinha e das capacidades humanas e institucionais; desenvolver mecanismos que facilitem uma intervenção concertada da administração, da investigação, dos operadores da pesca e dos municípios com vista a uma gestão equilibrada dos recursos; adaptar a legislação do sector às novas exigências nacionais e internacionais em matéria de exploração e preservação dos recursos; acompanhar o exercício da pesca estrangeira a fim de se assegurar a maximização dos benefícios económicos e sociais dela decorrente; actualizar a informação sobre o estado dos recursos; enquadrar os acordos e contratos de pesca no aproveitamento a longo prazo dos recursos; adaptar o quadro institucional do sector às exigências em termos de investigação para responder às necessidades de gestão das pescarias; prosseguir a análise da pertinência, adequação, enquadramento e sustentabilidade do INDP; sistematizar a difusão dos resultados da investigação e estudos sócio-económicos; promover um programa de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal; promover uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos; desenvolver programas de pesca experimental de novos recursos e novas artes de pesca; contribuir para a valorização dos recursos humanos em geral, dos quadros do sector em particular, pelo reforço do ensino técnico-profissional e a transferência de tecnologias apropriadas, aproveitando os meios existentes no ISECMAR; privilegiar a educação ambiental, nomeadamente quanto à preservação da biodiversidade; valorizar as infraestruturas de pesca existentes e investir em novas infraestruturas; implementar modalidades de gestão e funcionamento adequados; criar zonas marinhas protegidas; reforçar a integração das Pescas no contexto global de gestão dos ecossistemas; e reforçar a cooperação regional, sub regional e internacional em matéria de exploração e preservação dos recursos haliêuticos.

No que se refere à indústria transformadora onde se incluem as unidades conserveiras e de processamento de pescado, as orientações estabelecidas no Programa de Governo devem igualmente ser analisadas e aplicadas de acordo com as especificidades do sector das Pescas.

As Grandes Opções do Plano. As Grandes Opções definem um quadro de referência para os esforços de desenvolvimento promovidos pelo Governo através do Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05 e de outros esforços de desenvolvimento económico e social.

Nas Grandes Opções, o Governo projecta para Cabo Verde a seguinte visão de futuro que se pretende partilhada por toda a Nação cabo-verdiana e que servirá de referência geral aos esforços de desenvolvimento económico e social: *“Um país aberto ao Mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante, dotada de um desenvolvimento humano durável, solidária, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”.*

Tendo em conta esta visão de futuro, as Grandes Opções elegem como valores essenciais do desenvolvimento nacional a independência nacional e a

institucionalização da democracia pluralista, a valorização dos recursos humanos, a valorização da mulher e a cultura.

Os princípios orientadores do desenvolvimento nacional devem salvaguardar os equilíbrios locais, através da extensão do desenvolvimento a todas as ilhas, o combate contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento económico e social do meio rural, a boa governação e a resposta efectiva às aspirações nacionais de desenvolvimento.

As grandes opções para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05, decorrentes desta visão futura de longo prazo e da estratégia global para a alcançar são, assim, (1ª) Desenvolver infraestruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado, (2ª) Promover uma política global de luta contra a pobreza e reforçar a coesão e solidariedade sociais, (3ª) Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento, (4ª) Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reforçando a cidadania a democracia, (5ª) Promover a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva, e (6ª) Assegurar a estabilidade macroeconómica para favorecer o investimento.

A 5ª opção – Promover a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva – prende-se mais directamente com o desenvolvimento das Pescas. De acordo com as Grandes Opções, sendo Cabo Verde um país com fracos recursos, o alargamento da base produtiva e a produção de bens e serviços competitivos constituem os aspectos cruciais para se atingir uma melhoria das condições de vida da população. Tendo em conta a situação actual, os sectores de actividade mais viáveis são o turismo, os transportes, as telecomunicações, a indústria ligeira e a pesca.

Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05. Constituindo os documentos programáticos anteriormente mencionados a referência para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-05 (PND), este documento retoma a visão futura e os objectivos neles expostos para o desenvolvimento de Cabo Verde.

O PND resume da seguinte maneira as questões chave que constituem as prioridades para o desenvolvimento de Cabo Verde: a boa governação, a elevação da capacidade competitiva do país, a capacitação dos recursos humanos e sua articulação com as necessidades do país, a criação de emprego e o combate à pobreza, a infraestruturização e a segurança alimentar estrutural.

A política económica do Governo visa um desenvolvimento compatível com a solidariedade social, regional e inter-regional, consentâneo com a durabilidade ambiental, assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade, gerador de emprego e que minimize a pobreza e a exclusão social. Em relação às Pescas o PND retoma os objectivos anteriormente enunciados pelo Programa de Governo para a VI Legislatura e as Grandes Opções do Plano, materializados através de programas de desenvolvimento.

Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II). A preparação de um Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) encontra a sua justificação na fragilidade da ecologia e nos fracos recursos naturais de Cabo Verde. Por estas razões, é necessário que sejam definidas orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas.

O PANA II é formulado em duas fases: uma primeira, em que foi produzida uma estratégia ambiental (PANA II Estratégico), destinada a proporcionar as linhas estratégicas de acção para um número limitado de áreas ambientais prioritárias de intervenção, as quais puderam ser integradas no PND 2002-05; uma segunda fase, na qual é preparado o PANA II Estruturante que resulta do envolvimento dos diversos parceiros de um processo de desenvolvimento sustentável, num ambiente sadio, pela consideração das questões ambientais de forma harmoniosa.

O objectivo geral do PANA para o período de 2002-12, enquanto plano de políticas ambientais “é o de definir as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais, bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas, para que o desenvolvimento económico e social seja sustentável e, portanto, conseguido dentro dos limites permitidos pelas dinâmicas e comportamentos naturais.”

Assim, o PANA define as principais orientações políticas e estratégias para o ambiente e a gestão dos recursos naturais, identifica as oportunidades e prioridades de desenvolvimento e as acções para a utilização dos recursos com o maior grau de eficácia e eficiência, define o quadro institucional e os mecanismos de coordenação intersectorial, promove a integração das preocupações ambientais na planificação do desenvolvimento económico e social e, ainda, a melhoria das condições de vida das populações em matéria de qualidade e disponibilidade de recursos e tecnologia básicos em termos de conforto, higiene, salubridade e segurança alimentar.

Especificamente, o PANA visa promover a utilização eficaz e eficiente dos recursos nacionais, com destaque para a energia, a água, o solo, o mar e as componentes da biodiversidade no geral; maximizar as potencialidades de desenvolvimento através da orientação da função e utilização recursos; promover a adopção de tecnologias mais eficientes e menos poluentes de utilização dos recursos naturais; promover a participação e o engajamento da população na utilização sustentável dos recursos naturais e conservação do ambiente; assegurar uma gestão sustentável da biodiversidade; e contribuir como instrumento de orientação política para a segurança alimentar das populações.

A Visão Estratégica do Ambiente para Cabo Verde, de longo prazo, é expressa no PANA nos termos seguintes: *“Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinadas a utilizar os recursos naturais de maneira durável”*.

As prioridades relativamente aos recursos oceânicos – nomeadamente dos recursos haliêuticos – são definidas no PANA como sendo as seguintes: a optimização das actividades económicas já desenvolvidas no país, como são os casos da pesca, turismo transporte marítimo e produção de água e sal, e a promoção de novas actividades, como são os casos da aquacultura e o aproveitamento da energia das ondas, marés e gradientes térmicos; e a preservação contra os riscos de poluição e as más práticas de pesca.

As estratégias propostas para a gestão dos recursos oceânicos são orientadas no sentido da promoção das actividades económicas que podem proporcionar maior aproveitamento dos potenciais existentes e a pesquisa e experimentação das actividades de aquacultura e produção de energia do mar.

No que respeita ao sector das Pescas são apontados como objectivos estratégicos: (i) o aumento do VAB na formação do PIB; (ii) o aumento da contribuição do VAB na melhoria da balança de pagamentos; (iii) o aumento do emprego e da produção industrial dentro dos limites da sustentabilidade; (iv) a melhoria dos níveis dos níveis de segurança e qualidade alimentar e promoção de um sistema integrado de controlo de qualidade.

Para tal prevê a expansão da pesca industrial na ZEE, sub-região e região do CEDEAO, melhorar a fiscalização, promover a elaboração de um plano de gestão das pescas, promover a modernização das frotas industrial e artesanal, da indústria de transformação e conservação, das infraestruturas, promover um sistema de informação das pescas e melhorar o enquadramento legal e institucional das actividades do sector e promover a investigação científica, a formação profissional do pessoal do sector e a divulgação de tecnologias adaptadas.

9. Aspectos metodológicos e de estratégia

Os objectivos de desenvolvimento estabelecidos para o sector das Pescas na presente legislatura encontram-se expostos nos diversos instrumentos programáticos e de planificação cujo conteúdo foi referido em detalhe no parágrafo 8 deste capítulo.

Estes objectivos são de natureza económica e social. Sendo a pesca a base de todas as actividades do sector e esta exercidas nas diferentes pescarias, é nesta categoria que se deverão procurar materializar os objectivos de desenvolvimento atribuídos às Pescas. As pescarias deverão assim ser condicionadas no sentido de, tendo em conta as suas próprias características e condições, darem a sua contribuição para a prossecução daqueles objectivos.

A pescaria é, assim, considerada a unidade de gestão para efeitos de desenvolvimento. A prossecução dos objectivos económicos e sociais enunciados transcende, por isso, a simples a gestão de um recurso ou conjunto de recursos haliêuticos, visando normalmente a manutenção da sua exploração a níveis sustentáveis. A introdução de objectivos de natureza económica e social influencia a determinação do ponto de referência para que sejam atingidos os objectivos de cada pescaria.

No presente documento de Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, a pescaria é definida como um sistema no qual um conjunto de elementos de diferente natureza – biológicos, tecnológicos e socio-económicos – interagem através da acção de pesca exercida por um grupo de pessoas pertencentes a uma ou mais comunidades.

Analisando o contexto em que a pesca se pratica em Cabo Verde, constata-se que as diferentes frotas de pesca desenvolveram estratégias de pesca que as fazem capturar diferentes recursos, ao longo do ano, por vezes mesmo através de métodos de pesca diferentes. É possível que esta estratégia se tenha mesmo acentuado nos últimos anos, após a entrada em operação da frota de embarcações de 11m, o que terá constituído, dessa forma, um importante passo na busca das formas mais eficientes e eficazes de pesca.

Embora esta polivalência das frotas não facilite a definição das diferentes pescarias, na realidade também a não impede, pois as embarcações de pesca são em princípio concebidas para uma determinada pescaria mas permitem a sua adaptação mais ou menos eficiente a outras pescarias.

Por exemplo, as embarcações industriais de lagosta rosa pescam durante o período da campanha respectiva, entre Setembro e Maio, durante o defeso da lagosta e até Novembro pescam atum com linha de mão e, um pouco por todo o ano, demersais com linhas de fundo. As embarcações industriais de pesca de cerco de pequenos pelágicos têm igualmente, nas épocas mais propícias, o gaiado e outros pequenos tunídeos como alvo, mas pescam albacora e demersais com linha de mão nas alturas mais propícias ao longo do ano. Considerações similares se poderiam fazer para as frotas artesanais que, frequentemente, dividem a utilização do bote entre, por exemplo, a pesca à linha de demersais ou atuns e a pesca com rede de emalhar.

Desta forma, embora a unidade de base para efeitos de gestão seja a pescaria, a apreensão da dimensão e dinâmica de cada uma delas implica que seja possível olhá-la através de diferentes ângulos: de cada um dos os grupos ou comunidades que nela participam, dos portos e outros locais de desembarque, das ilhas que lhe estão ligadas, das zonas de pesca onde são exercidas as actividades de pesca, das embarcações que nela participam e dos métodos de pesca que utilizam e do recurso ou recursos alvo e as espécies acompanhantes capturadas, auto-consumidas, utilizadas como isco ou ao mar.

A avaliação do potencial ou do estado de exploração de um recurso haliêutico constitui o aspecto principal a ter em tem consideração em relação a cada pescaria. Não obstante, o conhecimento das zonas de pesca onde são exercidas as actividades de pesca e das embarcações envolvidas são informações importantes a tomar em consideração no quadro das recomendações com vista a se assegurar a estabilidade do estado de exploração de um stock ou a sua recuperação.

Nesta fase, a tecnologia da pesca poderá dar um contributo importante, nomeadamente, na definição das unidades standard de esforço de pesca, na identificação das zonas de pesca e na análise das alternativas em termos de métodos de pesca.

Aos estudos sociológicos e económicos interessará, em primeiro lugar, o conhecimento exaustivo da pescaria em relação à situação dos grupos de interesses e comunidades que dependem da pescaria, as informações respeitantes aos portos e outros locais de desembarque, a ligação da pescaria às diferentes ilhas e as condições económicas de funcionamento da frota. Em segundo lugar, as conclusões dos investigadores sobre o potencial ou o estado de exploração do recurso e as recomendações daí derivadas cujas implicações e alternativas devem ser analisadas.

As recomendações finais, referentes às medidas de gestão a serem adoptadas, devem resultar da conjugação destas diferentes abordagens, as quais entrarão em vigor depois de traduzidas em propostas de leis, regulamentos ou simples normas de gestão pela administração e aprovadas pela instância de decisão adequada.

Com base nestas considerações de base, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca foi concebido a partir de uma análise de contexto geral das Pescas e de cada uma

das pescarias em particular. Ele contém o conjunto de medidas de gestão requeridas para que, face à situação actual da pescaria, os objectivos que lhe estão atribuídos sejam alcançados, sendo, no entanto, indicadas as medidas de aproveitamento (isto é, de desenvolvimento) que lhes são complementares e, sem as quais não será possível alcançar-se plenamente os respectivos objectivos.

As medidas de gestão foram retiradas desta análise de contexto a que foi submetida cada uma das pescarias, na qual foram identificados os problemas e as soluções. As medidas de gestão foram classificadas em imediatas e a prazo.

As medidas imediatas são aquelas em relação às quais se pensa que existe um conhecimento suficiente para as adoptar muito embora, por vezes, careçam de uma análise final para as precisar melhor. As medidas a prazo são aquelas que deverão ser desenvolvidas pela investigação, administração e fiscalização a fim de se procurar conduzir os resultados da pescaria, por um período mais ou menos longo, para os objectivos que lhe estão atribuídos no contexto do desenvolvimento do sector das Pescas.

Sendo, por vezes, as implicações das medidas imediatas de gestão prejudiciais, em termos imediatos, para determinados grupos de interessados na pescaria, prevêem-se, sempre que possível, medidas mitigadoras desses efeitos.

O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca tem uma natureza indicativa sendo o horizonte correspondente ao período de dez anos – de 2004 a 2014 – *prazo* para o qual se perspectiva o PANA II. No entanto, a possibilidade de se alcançar os objectivos específicos do Plano de Gestão depende de que sejam alcançados os objectivos das diferentes pescarias. Estas têm situações distintas no que respeita ao estado de exploração dos recursos alvo e condições técnicas, sociais e económicas. Por outro lado, as medidas de gestão requeridas para se alcançarem os objectivos de cada pescaria – que são de natureza social e económica – carecem de ser complementadas com iniciativas de desenvolvimento.

Ambas dependem de recursos financeiros e humanos para e realizarem, os quais somente podem ser proporcionados pelos recursos nacionais canalizados através dos orçamentos anuais do Governo e pela ajuda internacional de cooperação para o desenvolvimento.

Por estas razões, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, embora não constituindo um plano de desenvolvimento, não pode deixar de considerar o contexto geral do desenvolvimento do sector das Pescas. Estas medidas de desenvolvimento são referenciadas na análise da situação feita em relação a cada pescaria, a par das medidas de gestão, enquanto resultados e actividades requeridas à sua produção.

Dado que grande parte das medidas futuras depende da realização de avaliações e estudos do estado dos stocks e da pescaria em geral e dos resultados obtidos com as medidas de gestão e de desenvolvimento implementadas, a sua estimativa não seria nunca possível para toda a extensão do prazo de execução do Plano de Gestão. Embora fosse preocupação inicial realizar uma estimativa dos custos financeiros que as medidas de gestão propostas pressupõem num futuro próximo, as condições do trabalho e de tempo não permitiu que este aspecto fosse tratado no momento da preparação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

Não obstante esta dificuldade, fazem-se algumas considerações sobre a delimitação dos custos financeiros do funcionamento dos sistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento em Cabo Verde e das receitas fiscais ou compensações financeiras que gera, como forma de ajustar a sua dimensão à importância da produção pesqueira e se procurar soluções para a sua mais fácil sustentabilidade.

Ainda que da análise realizada sobre a situação de cada pescaria são identificados e retirados os factores externos os quais, estando fora das possibilidades de intervenção no âmbito do sector das Pescas, influenciam no entanto a produção dos resultados e objectivos que se espera sejam alcançados na pescaria através das intervenções de gestão e que, por isso, deverão ser objecto de atenção durante a execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

Refira-se que os indicadores que permitem medir o grau de sucesso em relação à realização dos objectivos de cada pescaria, não puderam igualmente ser estabelecidos para um tão longo período. Sê-lo-ão para períodos mais curtos aquando da planificação da execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

Finalmente, do grau de realização dos objectivos de cada pescaria dependerá o grau de realização dos objectivos do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

IV. OBJECTIVOS DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA

10. Objectivos de longo prazo

Os objectivos gerais do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca têm a sua fundamentação nos diversos documentos programáticos da acção governamental.

No que respeita especificamente às Pescas, o Programa de Governo refere qual o objectivo fundamental que lhe é atribuído como sendo: *A maximização dos benefícios económicos e sociais que se pode esperar do sector.*

O *objectivo geral de mais longo prazo* referido para o desenvolvimento de Cabo Verde encontra-se expresso nas Grandes Opções do Plano, sendo retomado pelo PND: *Um país aberto ao Mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante, dotada de um desenvolvimento humano durável, solidária, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.*

O PANA II Estratégico (2004-14), abordando horizontalmente a questão ambiental, precisa esta visão para o ambiente nos seguintes termos: *Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinadas a utilizar os recursos naturais de maneira durável.*

O Plano Nacional de Desenvolvimento projecta-se na direcção destas visões, procurando contribuir para implementá-las dentro do seu alcance quinquenal (2002-05).

Tendo em conta estas diversas referências, o *objectivo geral* do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca é enunciado da forma seguinte:

Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras, traduzido num sector das Pescas desenvolvido de forma a proporcionar uma utilização durável a longo prazo dos recursos haliêuticos, em termos de resultados económicos e sociais constantes máximos.

O *grupo alvo* ao nível do objectivo geral é a população actual, num horizonte temporal de, pelo menos, dez anos.

11. Objectivos específicos

Do objectivo geral acima enunciado decorrem os seguintes objectivos específicos para o sector das Pescas: *Contribuir para a melhoria dos níveis de segurança alimentar, da qualidade dos alimentos consumidos pela população e para o equilíbrio da balança de pagamentos e gerar emprego.*

O PANA II Estratégico retoma estes objectivos específicos e acrescenta o seguinte: *O aumento do VAB na formação do PIB.*

Assim, o *objectivo específico* do PCGDP é definido como segue:

As Pescas de Cabo Verde contribuindo crescentemente para o aumento do valor da produção nacional, a diminuição do défice da balança de pagamentos, o aumento da segurança alimentar e a qualidade dos produtos da pesca consumidos no país e o aumento do emprego.

O *grupo alvo* ao nível do objectivo geral é a população cabo-verdiana em geral. São, no entanto, beneficiários ao nível deste objectivo, os armadores, pescadores artesanais, os empresários das indústrias de transformação e os trabalhadores em geral do sector das Pescas.

12. Componentes do Plano de Gestão das Pescarias

De acordo com as práticas aceites internacionalmente e consagradas no *Código de Conduta para uma Pesca Responsável*, as medidas de conservação e de gestão devem ser de tal ordem que sejam capazes de evitar que o esforço de pesca seja mantido a níveis que viabilizem a actividade de pesca, as condições económicas vigentes favoreçam uma pesca responsável, os interesses dos pescadores artesanais sejam tomados em consideração, a diversidade biológica dos habitats e dos ecossistemas aquáticos sejam protegidos, os estoques ameaçados possam ser recuperados, os efeitos sobre o meio ambiente prejudiciais aos recursos aquáticos sejam avaliados e corrigidos e, ainda, reduzidos ao mínimo a poluição, o desperdício, os resíduos, as capturas por artes abandonadas ou perdidas e as capturas ou efeitos prejudiciais sobre espécies animais ou vegetais que não sejam alvo da pesca.

Uma tal abordagem ultrapassa a simples actividade de pesca e pressupõe uma visão integrada onde os aspectos biológicos, ecológicos, demográficos, tecnológicos e sócio-económicos ganhem expressão própria e interajam com os restantes. A abordagem em termos de pescaria permite esta integração de elementos e é, por isso, adoptada como a componente de base do plano.

De acordo com a situação na pescaria, em especial o estado de exploração do(s) recurso(s) alvo, as medidas poderão visar a sua conservação ou a gestão e/ou desenvolvimento da pescaria a fim de orientar os seus resultados para os objectivos que lhe estão atribuídos no plano.

As pescarias identificadas foram classificadas em industriais e artesanais, sendo o critério adoptado o que decorre da legislação actualmente em vigor aplicável às actividades de pesca¹.

As *pescarias industriais* são as seguintes: vara/linha de atum e afins, cerco de pequenos pelágicos e covos de lagosta rosa.

As *pescarias artesanais* são: linha de demersais e atum, cerco de pequenos pelágicos, emalhe de pequenos pelágicos, rede de praia de pequenos pelágicos e demersais, mergulho de lagostas costeiras, búzio e demersais.

Para além destas pescarias, são englobadas como componentes a pesca estrangeira, a pesca amadora (recreativa e desportiva), a questão das espécies ameaçadas e as novas oportunidades de pesca.

¹ Em DL N.º xxx/87

Finalmente, um conjunto de questões transversais à gestão das pescarias, pela influência que têm no sucesso do presente Plano de Gestão das Pescarias, são igualmente tomadas em consideração.

V. AS PESCARIAS

13. As pescarias industriais

13.1 Pescaria industrial de tunídeos e afins com linha e vara

13.1.1 Situação da pescaria

Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcações. Historicamente é uma pescaria com grande importância sócio-económica, graças ao seu contributo no abastecimento das conservas e na redução do défice da balança comercial através das exportações e também pelo número importante de pessoas engajadas nesta actividade.

Os principais engenhos utilizados neste tipo de pescaria são as linhas com anzóis e as varas para a captura de tunídeos. O tipo de vara e a forma e as dimensões dos anzóis são escolhidos em função das espécies e dos tamanhos a capturar (Martins, 1985). Antes de proceder à pesca propriamente dita procedem à captura do isco vivo com redes de cerco. O isco é depois retirado com enxalvares e colocado nos viveiros. O isco pode ainda ser capturado com rede de praia e de sacada (Monteiro, 1994). A mortalidade do isco nos viveiros é um factor que diminui a produtividade da frota, pois que pode atingir os 50%, consoante a espécie e a forma como foi capturada. Sendo o isco pouco abundante e difícil de capturar, a frota perde muito tempo na procura do isco (20-60% da duração total da operação de pesca) (Monteiro, 1994). As principais espécies utilizadas como isco são a cavala preta, a cavala branca e o chicharro. Sobretudo para a pesca do gaiado, a falta de correspondência entre a espécie visada e o tamanho do isco vivo disponível dificulta ainda mais as operações da frota. Tudo isso pode por vezes conduzir à paralisação da frota.

Pensa-se que terá sido a partir dos anos trinta, com a instalação das conservas para produção de atum em azeite enlatado e em salmoura, atum salgado e seco e farinha de restos de peixe, que se desenvolve o conceito de pesca industrial em Cabo Verde (Seca, 1945), que esteve sempre ligada às capacidades em terra de conservação, transformação e exportação do pescado. Em 1945 atinge-se o ponto culminante com a existência de sete empresas de pesca que se dedicavam à produção e comercialização de peixe seco e/ou de atum em conserva (Lima, 1985). A partir dos finais da década de cinquenta e durante a década de sessenta, instala-se uma importante capacidade de produção de frio, com as empresas Sociedade Frigorífica e Companhia de Pesca e Congelação, e introduzem-se embarcações de maior porte e autonomia, em particular 3 atuneiros congeladores de 38m (Pedra Badejo, Mordeira e Salamansa).

A utilização do Porto do Mindelo pela frota japonesa de pesca (34 embarcações em 1965, 149 em 1969) deu um impulso ao desenvolvimento da pesca industrial.

No período pós independência, com as empresas já em crise, o governo recentemente em posse decidiu apostar fortemente nas pescas, de maneira a torná-la uma importante componente do sector produtivo do país. Os atuneiros congeladores da INTERBASE dedicaram-se à pesca de tunídeos, tanto em águas nacionais como em águas de outros países (Angola, Açores, S.Tomé). As novas embarcações dedicaram-se à pesca de tunídeos e também de pequenos pelágicos (com cerco) nas águas nacionais. O produto da pesca era destinado sobretudo às unidades de frio e conservas existentes nas ilhas de S. Vicente, Sal, S. Nicolau, Boavista e Santiago (Lima, 1985).

Em 1985 registavam-se 69 embarcações de pesca industrial com comprimento entre os 7 – 39 metros, e a maioria com tonelagem de arqueação bruta não superior a 25 TAB. Das embarcações registadas 67% exerceram efectivamente a actividade pesqueira neste ano. A frota era constituída na sua maioria por atuneiros sendo uma boa parte obsoleta e com idade média bastante avançada, o que originava longos períodos de paralisação e proporcionava elevados custos de manutenção. Por outro lado eram embarcações pouco adequadas ao tipo de pesca que praticavam e com fraca capacidade de aprovisionamento de combustível, gelo, água, com deficientes meios de segurança e comunicação, em suma com pouca autonomia (*in* Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986-1990).

Na década de noventa a frota da pesca industrial sofreu renovações importantes, com a introdução de 20 novas embarcações. Para além disso houve uma desactivação paulatina das embarcações mais velhas. Assim, em 1995, apenas 25% da frota tinha mais de 15 anos, enquanto que 43% tinha menos de 5 anos. Houve também uma diminuição do comprimento médio das embarcações, passando a predominar as embarcações de 10 a 14 metros (51%) (Tavares, 1996). O número de embarcações activas na região de Barlavento era muito superior ao da região de Sotavento, devido às facilidades de conservação e comercialização que se concentravam a nível daquela região. Mas, com a melhoria das facilidades portuárias, das facilidades de conservação do pescado, com o aumento da procura de pescado na região por aumento populacional, a frota da região de Sotavento entrou em franco desenvolvimento.

Quadro V-1 *Evolução do número de embarcações activas por regiões*

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nº de embarcações	64	80	69	77	77	82	75	66
Barlavento	40	43	33	36	36	41	33	31
Sotavento	24	37	36	41	41	41	42	35

Fonte: Boletins estatísticos do INDP

Em 2001 todas as embarcações da pesca industrial activas utilizaram a linha/vara, tendo operado um total de 66 embarcações. Essa frota é polivalente, adoptando diferentes estratégias de pesca ao longo do ano em função das disponibilidades dos recursos, podendo dedicar-se ainda à pesca de pequenos pelágicos com redes de cerco. Assim a pescaria industrial de tunídeos com linha/vara só se torna realmente significativa, com capturas importantes, entre os meses de Setembro a Novembro, apesar de se realizarem capturas durante o ano inteiro.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. As principais espécies visadas por esta pescaria são a albacora (*Thunnus albacares*), o patudo (*Thunnus obesus*), o gaiado (*Katsuwonus pelamis*), a merma (*Euthynnus alletteratus*), o judeu (*Auxis thazard*), o serra (*Acanthocybium solandri*). Do ponto de vista do potencial disponível para pesca em Cabo Verde, são as espécies mais representativas.

O nível de exploração do recurso alvo desta pescaria está muito aquém do máximo sustentável pelo que a sua exploração adequada poderá vir a constituir um importante eixo de desenvolvimento da economia nacional. A gama de comprimentos de albacora pescada à linha (tanto na pesca industrial como artesanal), registados entre 1987 e 1995, é bastante alargada, de 36 a 178 cm,

sendo a maioria de 60 a 120 cm, o que corresponde a uma fase pré-adulto da espécie. Esta distribuição seria atípica do Atlântico Este e poderia ser devida ao facto que Cabo Verde estaria na via de passagem das migrações transatlânticas do albacora (Vieira, 1999). A gama de comprimentos do patudo é também semelhante à do albacora, de 40 a 178 cm, a maioria de 80 a 122 cm, estando também na fase de pré-adulto. Para o serra a gama de comprimentos está entre 90 e 170 cm.

As principais zonas de pesca são as montanhas submarinas e os declives submarinos à volta das ilhas.

Capturas actuais e CPUE. As estatísticas oficiais actuais de pesca agregam a pesca industrial feita com linha e com vara numa única pescaria, sob a designação de pesca industrial de linha. Os desembarques da pescaria são feitos nas ilhas de S. Vicente, S. Nicolau, Sal e Santiago. Os desembarques realizados na ilha do Sal não aparecem contabilizados nas estatísticas. Esta omissão estaria ligada a problemas de falta de inquiridor na zona de desembarque da pesca industrial na ilha (Palmeira).

Na década de oitenta as capturas eram importantes, tendo atingido um pico em 1987, com 2994 toneladas. A partir daí houve uma diminuição importante das capturas totais. É interessante notar que as variações das capturas totais e da CPUE parecem estar mais associadas às variações de captura do gaiado. As capturas de albacora não chegam a 1.000 toneladas, excepto para o ano de 1986 (1.315 toneladas). De realçar que a captura de gaiado nesse ano foi extremamente reduzida.

O esforço sofreu uma redução progressiva, tendo passado de 3.281 dias de mar em 1981 a 1.198 dias de mar em 1992. A diminuição marcada das capturas em 1992 está ligada à perda do mercado de exportação de tunídeos da Argélia e também ao facto que houve uma deslocação da frota para a pescaria industrial de pequenos pelágicos, que passaram a ser vendidos como isco para a frota baseada nas ilhas Canárias.

Quadro V-2 Evolução das capturas, do esforço e do rendimento da pesca industrial com linha/vara

Anos	Alb	Gai	Pat	Ser	Mer + Jud	Total (toneladas)	Esforço (dias de mar)	CPUE (toneladas/ dia de mar)
1981	826	1411	13	26	1	2277	3281	0,69
1982	716	1440	137	25	6	2328	3154	0,74
1983	943	1337	147	26	4	2457	1790	1,37
1984	854	1006	19	25	1	1905	1703	1,12
1985	747	1961	32	13	9	2762	2013	1,37
1986	1315	447	31	11	0	2204	1994	1,11
1987	907	2052	10	27	1	2994	2141	1,40
1988	471	1350	6	13	0	1840	1246	1,48
1989	885	934	1	31	3	1854	1464	1,27
1990	502	767	3	78	2	1352	1397	0,97
1991	660	1309	64	20	41	2094	1870	1,12
1992	224	727	3	36	2	991	1198	0,83

Fonte: Vieira, 1994

Continuando a tendência de diminuição, as capturas da década de noventa são inferiores às dos anos oitenta, provavelmente sempre devido à deslocação da frota para a pescaria de pequenos pelágicos. Entre 1991 e 1994, as capturas da região Barlavento, que eram 5 vezes superiores às da região Sotavento, sofreram baixas significativas (ligadas ao gaiado e ao albacora) sobretudo em 1992, não tendo depois aumentado. A região Sotavento teve uma tendência inversa para esse período, apesar de ter havido no entanto uma baixa de gaiado e albacora que foi compensada pela captura de patudo, merma e judeu (Vieira, 1999). Infelizmente, não foi possível obter dados sobre o esforço na pescaria, pelo que não pode se aprofundar a análise para esses anos.

Quadro V-3 *Evolução das capturas da pesca industrial de linha/vara*

<i>Capturas (toneladas)</i>	<i>1993</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>
Linha		554	615	498	575	469	392
Vara		589	653	362	611	594	444
Capturas linha/vara	832	1.143	1.268	860	1.186	1.063	836

Fonte: Divisão de Estatísticas do INDP

Em 2001, a captura de gaiado foi de 444 toneladas (53%) e a de albacora foi de 303 toneladas (36%). Capturou-se ainda 41 toneladas de serra (5%). Encontram-se ainda representadas nas capturas quantidades ínfimas de chicharro (2%) e alguns demersais. Em 2001, as capturas da pesca à linha representaram 26% das capturas totais da pesca industrial, enquanto que o esforço desta arte representou 41% do total do esforço desenvolvido pela pesca industrial. A albacora capturada pela linha representou 96% da captura total de albacora da pesca industrial, e o gaiado 62%. O rendimento desta arte foi de 610 Kg/dia de mar, o que é inferior aos rendimentos dos anos 80 e ao de outras artes utilizadas na pesca industrial, como a rede de cerco. A diminuição do rendimento em relação aos anos oitenta poderá estar relacionada com a diminuição do tamanho médio das embarcações.

Em 2001 as capturas da região de Barlavento foram três vezes superiores às de Sotavento e são representadas unicamente por tunídeos, enquanto que para a região de Sotavento vamos encontrar também, bem que em proporções muito inferiores, o chicharro (8%) e demersais (7%), para além de outras espécies (5%). Estas espécies, capturadas entre os meses de Janeiro a Julho, não apareciam nas estatísticas de captura até 1992, sendo estas compostas apenas por tunídeos. No entanto, não podemos dizer com precisão quando é que começaram a aparecer, pois que as estatísticas a partir de 1992 deixaram de fazer a separação entre a pesca industrial à linha/vara e a pesca industrial com rede.

Quadro V-4 *Capturas da pesca industrial de linha/vara tunídeos em 2001, por regiões*

<i>Ilhas</i>	<i>Albacora</i>	<i>Gaiado</i>	<i>Serra</i>	<i>Chicharro</i>	<i>Demersais</i>	<i>Total (Kgs)</i>	<i>Esforço (dias de mar)</i>	<i>C.P.U.E. (kgs/dia de mar)</i>
S. Vicente	34%	62%	-	-	-	490.385	612	801
S. Nicolau	11%	88%	-	-	-	133.970	85	1576
Santiago	57%	11%	10%	8%	7%	210.585	701	300
Total (kgs)	302.536	443.984	40.725	15.980	16.109	835.940	1.398	610

Fonte: Boletim estatístico nº10

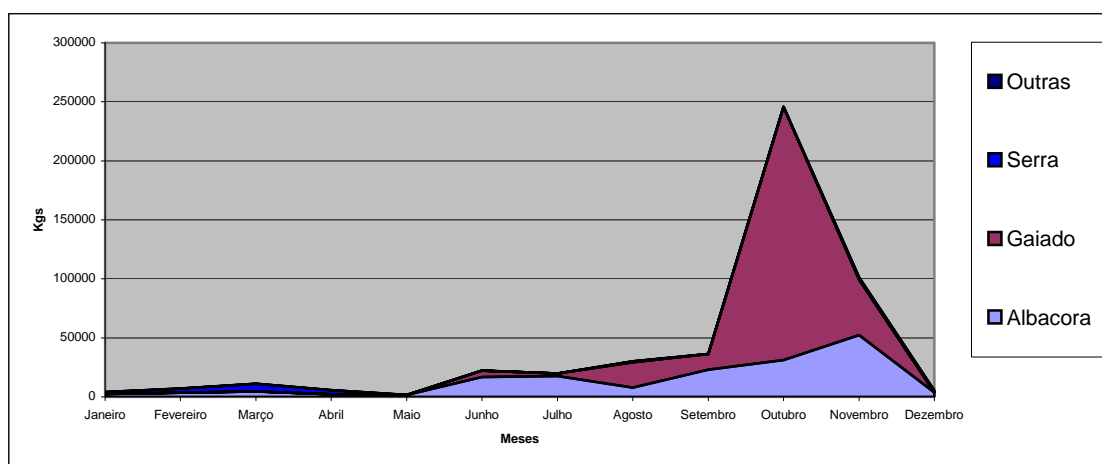


Figura V-1 Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de S. Vicente em 2001

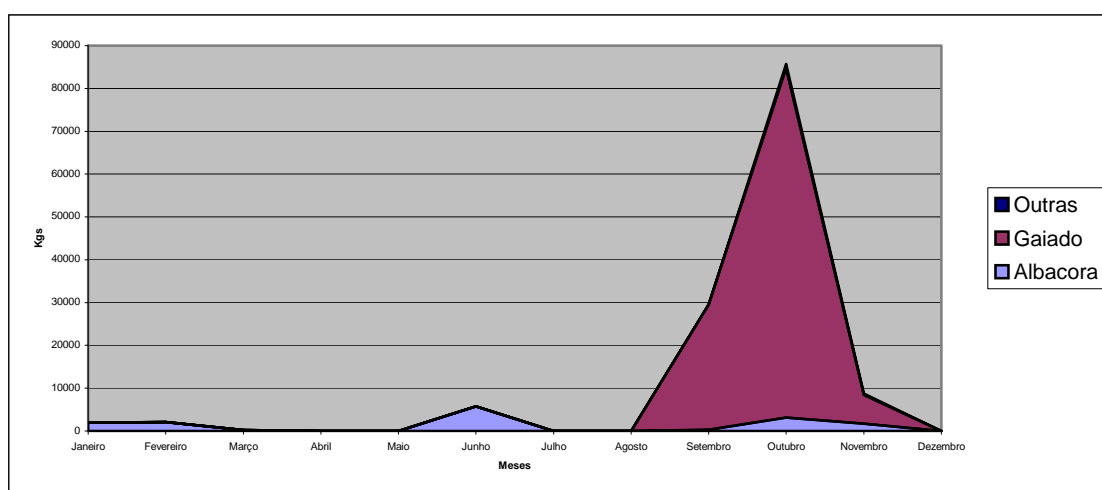


Figura V-2 Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de S. Nicolau

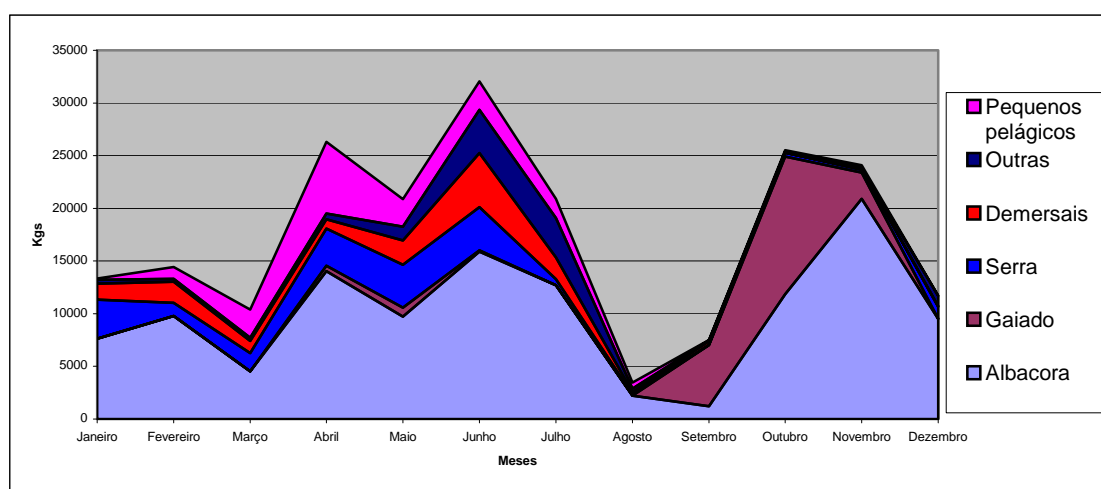


Figura V-3 Variação mensal das capturas da pesca industrial de linha/vara na ilha de Santiago em 2001

As proporções das diferentes espécies de tunídeos capturadas variaram também entre essas duas regiões. Em Barlavento capturou-se muito mais gaiado do que albacora, enquanto que para Sotavento foi o inverso.

Podemos constatar também que em termos de estratégias de pesca houve diferenças significativas entre as duas regiões, e mesmo de ilha para ilha. Sendo a C.P.U.E. o indicador mais acessível da abundância do stock, da análise das figuras 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, poderíamos concluir que os meses de maior disponibilidade de tunídeos seriam os meses de Maio a Julho e os meses de Setembro a Novembro, que corresponderiam aos meses em que os tunídeos na sua rota de migração passam por Cabo Verde, juntando-se assim a uma população secundária residente que estaria disponível o ano inteiro. As capturas da frota estrangeira de 1993 e 1994 parecem confirmar essa sazonalidade da disponibilidade, com picos em Maio a Junho e Agosto a Setembro para os cercadores e em Maio a Junho e Setembro a Novembro para os caneiros (Hallier, 1999).

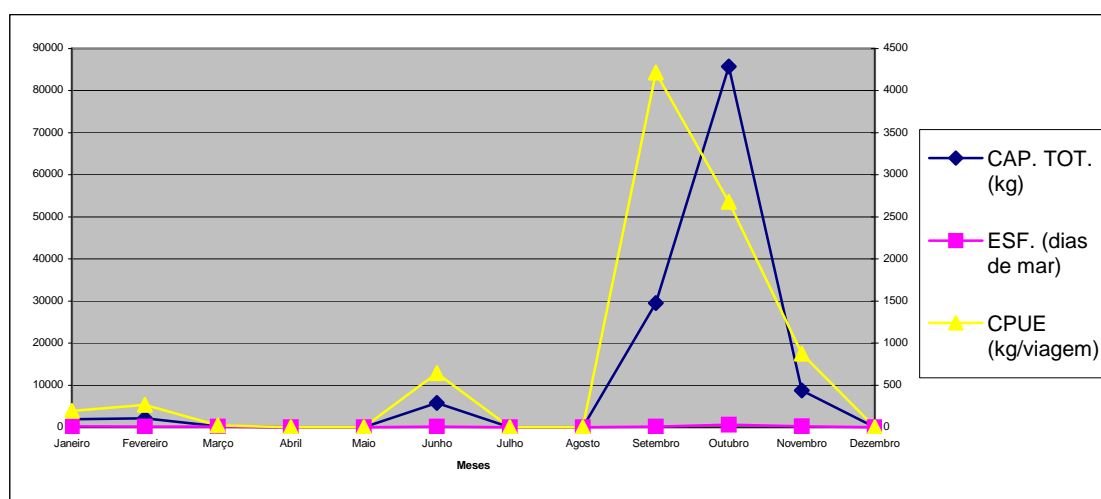


Figura V-4 Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em S. Nicolau em 2001

Assim, na ilha de S. Nicolau escolheram alguns meses apenas para operar, correspondentes aos meses de maior disponibilidade dos tunídeos (Setembro a Novembro; Janeiro a Março; e Junho), obtendo assim um rendimento excepcional (1.500 kgs/dia de mar). Em S. Vicente pescou-se durante o ano inteiro, mas aumentou-se o esforço em Junho e sobretudo em Outubro e Novembro.

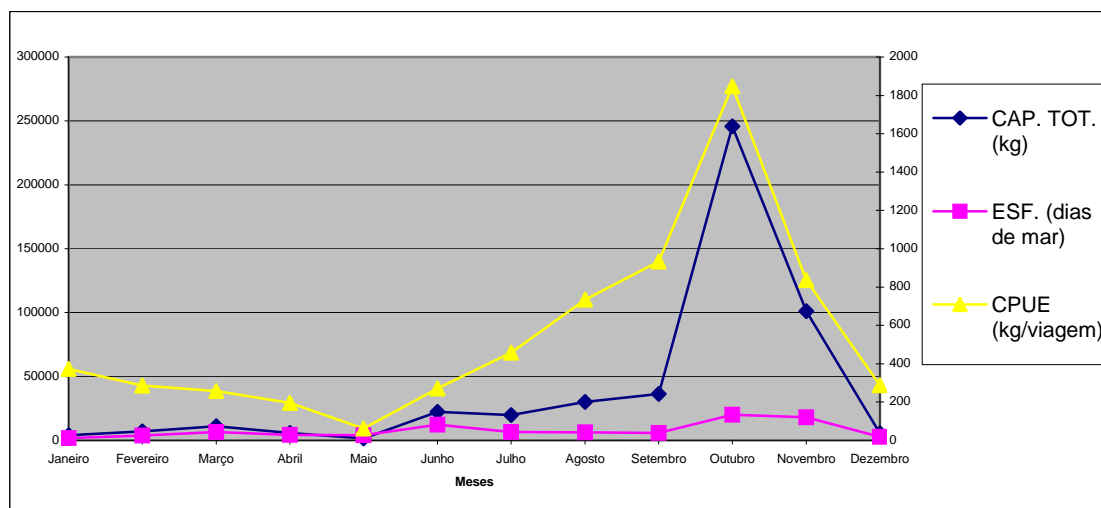


Figura V-5 Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em S. Vicente em 2001

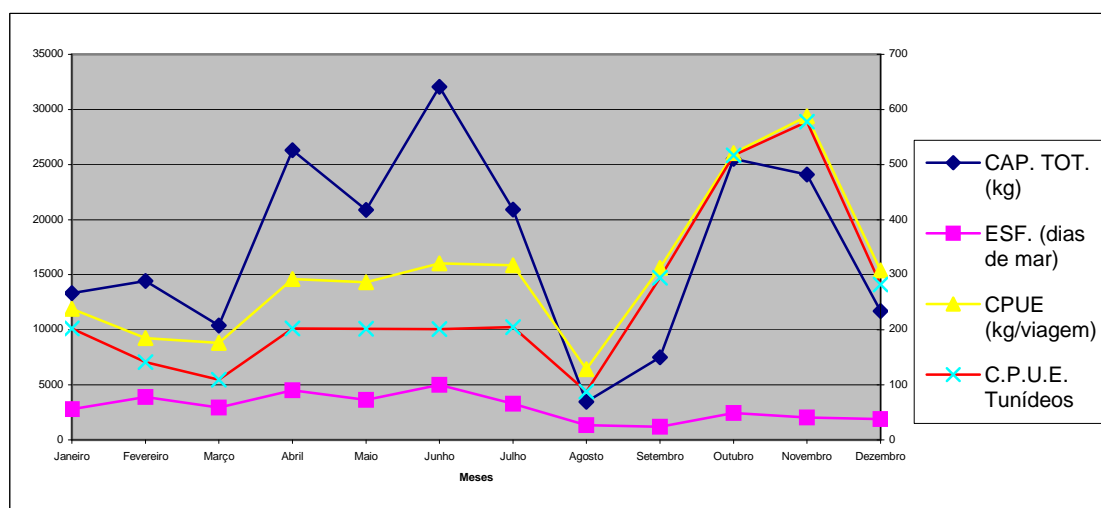


Figura V-6 Variação mensal da captura, esforço e rendimento da pesca industrial de linha/vara em Santiago em 2001

Em Santiago pescou-se durante o ano inteiro, sendo o esforço maior de Outubro a Novembro. Parece assim que a estratégia de pesca desta última ilha difere das outras, realizando-se pescas acessórias de demersais e pequenos pelágicos nos meses em que os tunídeos estão menos disponíveis. Esta estratégia poderia estar ligada à própria abundância do stock residente de tunídeos nas zonas de pesca utilizadas pelos armadores desta ilha, que seria reduzida, o que parece ser confirmado pelo fraco rendimento obtido (300 kg/dia de mar). Mas só poderíamos confirmar esta análise se tivéssemos dados mensais de outros anos, bem como dados sobre os bancos de pesca utilizados por esta pescaria.

A pescaria é em parte condicionada pelo factor isco, concretamente no que se refere à captura do gaiado que tradicionalmente é feita com vara e isco vivo. Nas nossas águas as espécies utilizadas como isco são pouco abundantes e quando aparecem os tamanhos não são adequados para a pescaria. Para o gaiado e os juvenis de albacora e patudo, o isco ideal deve ter 6 a 13 cm, enquanto que para os adultos e

pré-adultos de albacora e patudo deve ser maior que 13 cm (Monteiro, 2000). O isco mais abundante é a cavala preta, muito utilizada como isco morto, enquanto que a cavala branca e o chicharro, menos abundantes, são utilizados como isco vivo (op. cit.).

Comercialização. O pescado capturado é destinado ao mercado interno, mais particularmente ao abastecimento das conservarias, ou para as exportações. Efectivamente alguns dos armadores da pesca industrial exercem ainda a profissão de exportadores, enquanto que outros vendem os seus produtos às conservarias. Para além disso, algumas conservarias possuem as suas próprias embarcações de pesca industrial (Monteiro, 1998).

Quanto ao mercado externo, o atum tem sido exportado fresco/refrigerado, congelado e em conservas. Até 1999 as exportações dos produtos da pesca eram dirigidas principalmente para os países da Europa, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália, França, Países Baixos e outros. Com o embargo decretado pela União Europeia registou-se uma queda acentuada tanto nas quantidades como no valor das exportações do atum. Os operadores viram-se forçados a procurar outras alternativas de mercado internacional, nomeadamente os Estados Unidos da América e, mais recentemente, a África do Sul. Há indícios de algum sucesso desta tentativa apenas no que concerne os produtos em conserva.

No mercado interno os armadores apontam alguns problemas com as conservarias que muitas vezes lhes oferecem um preço muito reduzido que não permite rentabilizar as operações e também com os meios de conservação e o gelo que nem sempre estão disponíveis. Segundo os armadores, o excedente de pescado resultante do embargo seria a causa principal da diminuição dos preços oferecidos no mercado interno, mas a própria dependência financeira dos armadores em relação às conservarias que muitas vezes lhes financiam as campanhas de pesca, faz com que estas se permitam oferecer-lhes preços mais baixos para compra do pescado.

Armadores e Pescadores. Os armadores, proprietários das embarcações, que operam nesta pescaria, na sua maioria participam da faina da pesca. No entanto existe uma categoria diferenciada, que são normalmente proprietários de conservarias ou empresários com outras actividades no sector, que não participam da faina. Não existem dados sobre os rendimentos para este tipo de pesca, o que poderia ser obtido tanto pelo alargamento da amostragem estatística a factores económicos como o preço de primeira venda do pescado e os preços dos factores de produção (combustível, lubrificante, tripulação, etc.), como através de estudos socio-económicos sobre a pescaria. Normalmente, do total das receitas da pesca subtraem-se as despesas com combustível, lubrificante, gelo, alimentação e outras despesas correntes, e o montante restante é dividido em duas partes iguais, uma para o armador e a outra para os pescadores (Lopes, 1994). Os armadores associam-se muito pouco entre si. Apesar de existirem duas associações de armadores da pesca industrial, estas são pouco funcionais. Foram concedidos créditos pelas instituições financeiras nacionais e internacionais ao sector produtivo (captura e transformação) e ao da comercialização dos produtos do mar. O endividamento dos armadores desta pescaria é muito elevado. A existência da situação de incumprimento é justificada pelos mesmos com o marasmo e os problemas que vêm minando o sector, tais como embarcações obsoletas com tecnologias inadequadas, falta de isco e de gelo e problemas relacionados com a comercialização do pescado (INDP, não publicado). A situação de incumprimento leva a que hoje existam sérias dificuldades na possibilidade de obtenção de créditos pelo sector.

Os pescadores que operam nesta pescaria são normalmente especializados nesta arte de pesca, sendo embarcados pelos armadores na altura da faina ou podendo ainda ser proprietários das suas próprias embarcações. Por exemplo, as embarcações da Interbase na altura da faina deslocavam-se a S. Nicolau para embarcar os pescadores. Normalmente os mestres de pesca beneficiam de um salário e também de uma prima de pesca consoante a quantidade de pescado capturada. Os pescadores ganham de acordo com o volume das capturas efectuadas (Lopes, 1994).

Em relação ao número de pescadores, os dados que apresentamos a seguir são o resultado de uma projecção feita a partir da evolução da frota cruzada com a tripulação média para as embarcações de pesca industrial. Existem também a este nível algumas fraquezas estatísticas, pois que de um ano para outro, os boletins estatísticos do INDP nunca trazem as características completas de todas as embarcações, nem o número de tripulantes por embarcação. Assim apenas pudemos estimar essas informações. Pudemos constatar que existe uma tendência de diminuição do número de embarcações activas, bem como de pescadores.

Quadro V-5 *Evolução do número de pescadores activos na pesca industrial*

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nº de embarcações activas	69	77	76	82	75	66
Nº médio estimado de pescadores/embarcações	11	13	12	11	11	11
Nº estimado de pescadores activos	759	1001	912	902	825	726

Fonte: Boletins estatísticos do INDP

Medidas de gestão estabelecidas. As embarcações nacionais normalmente só devem pescar com licença. Comparando a evolução das embarcações activas nesta pescaria com a do número de licenças concedidas constata-se que uma média de 60% dos navios operaram sem licença, entre 1990 e 2001.

Quadro V-6 *Evolução do número de embarcações licenciadas e activas na pesca industrial*

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Embs licenciadas	36	29	9	11	11	11	23	19	16	17	21
Embs. Activas	nd	nd	64	80	69	77	76	82	75	66	nd

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Prevalecem ainda nesta pescaria as medidas de gestão relativas às espécies-alvo, o albacora e o patudo, que não podem ser capturadas com menos de 3,2 kgs.

Problemas a resolver na pescaria

(Neste ponto pretende-se referir de forma sucinta os problemas que se encontram mencionados ao longo do texto do parágrafo anterior)

Os principais problemas a resolver na pescaria são os seguintes:

- *O stock-alvo está sobreexplorado a nível do Atlântico*, devido às altas pressões de pesca exercidas pelos países que partilham o stock e pelas frotas estrangeiras que pescam na região. O facto da fiscalização nacional ser pouco actuante não ajuda na atenuação do problema. Para além disso, a pesca estrangeira legal e ilegal entra em concorrência com a frota nacional na captura deste recurso
- *A investigação não faz o acompanhamento desejável* em relação à pescaria, o que dificulta a obtenção de conhecimentos suficientes sobre a situação do stock a nível da nossa ZEE e não facilita a proposta de medidas de gestão a nível nacional. Constatase que mesmo a nível estatístico o acompanhamento da frota é deficiente, não existindo dados separados para a pescaria, excepto para o ano de 2001. Isso aliás dificultou a análise da situação da pescaria
- *A administração não faz o acompanhamento/controle desejável* para a pescaria, constatando-se em particular que as embarcações operam na sua grande maioria sem licenças de pesca.
- *A frota nacional apresenta uma baixa produtividade* devido ao mau estado técnico de conservação e ao facto que os métodos de pesca utilizados são muito dependentes da captura do isco, recurso pouco disponível no país. Os hábitos de pesca dos nacionais, pouco inclinados a uma visão mais produtiva da frota e a reduzida disponibilidade dos meios de conservação, bem como os preços considerados elevados pelos armadores pioram a situação. Esta frota não aproveita também de forma devida as possibilidades de pesca oferecidas pelos acordos, em particular no que concerne o acordo com o Senegal, talvez porque as condições técnicas e de mercado não o permitem. Isso é agravado pelo facto que alguns dos acordos não beneficiaram de uma redinamização por parte das administrações pesqueiras dos países implicados.
- *A reduzida capacidade financeira dos armadores* é outro problema importante da pescaria, que é agravado pela falta de organização e associação da classe para ultrapassar os seus constrangimentos
- *As dificuldades de comercialização interna*, ligados aos preços reduzidos do mercado e à reduzida diversificação da indústria de transformação e do consumo, complicam a situação. A nível externo os problemas de comercialização são ainda maiores, devido à reduzida capacidade em abastecer o mercado com as quantidades desejáveis, à irregularidade, à reduzida fiabilidade e ao elevado preço das vias aéreas e marítimas, bem como ao embargo imposto pela UE aos produtos da pesca de Cabo Verde

13.1.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria industrial de tunídeos com linha/vara é o seguinte:

Uma pescaria em gradual e constante desenvolvimento para o aproveitamento económico do potencial na ZEE e na região vizinha, aproveitando as oportunidades proporcionadas por acordos e parcerias, através da valorização do produto da pesca, contribuindo para a redução do défice do comércio externo de Cabo Verde.

O grupo-alvo a nível do objectivo específico é a população de Cabo Verde.

13.1.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados a seguir enumerados, os quais, por sua vez são produzidos mediante a realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) *A investigação acompanhando de forma sistemática/eficaz a pescaria*

Actividades requeridas:

- 1.1 Realização de estimativas periódicas dos stocks através da utilização das informações do ICCAT
- 1.2 Recolha, tratamento, análise e utilização de dados adicionais para avaliação da situação na ZEE
- 1.3 Confrontação e controle dos dados da frota estrangeira
- 1.4 Realização de estudos socio-económicos periódicos sobre a pescaria
- 1.5 Melhoria da recolha de dados junto à frota industrial
- 1.6 Formação/aquisição de capacidade de avaliação dos stocks

2) *Melhorada a produtividade da frota*

Actividades requeridas:

- 2.1 Promoção da formação de mecânicos para a realização da manutenção regular da frota
- 2.2 Promoção da utilização de técnicas de conservação de isco vivo
- 2.3 Promoção/sensibilização para a melhoria dos hábitos de pesca/pescadores no sentido de se tornarem mais produtivos
- 2.4 Promoção da utilização de técnicas alternativas mais adequadas à situação do isco

3) *Reforçadas as capacidades dos armadores em aproveitar as oportunidades de modernização*

Actividades requeridas:

- 3.1 Promoção de acções para a associação de operadores para aquisição ou implementação de um sistema de operacionalização das embarcações de 26 metros
- 3.2 Promoção de acções de formação em gestão, poupança e crédito
- 3.3 Promoção de acções para a organização e operacionalidade das associações de armadores

4) *Apoiados os esforços de recuperação do stock alvo a nível do Atlântico*

Actividades requeridas:

- 4.1 Actuação efectiva dos meios de fiscalização existentes e fiscalização eficaz do cumprimento das medidas de gestão existentes
- 4.2 Adopção e fiscalização da aplicação efectiva das medidas de gestão existentes a nível do Atlântico

5) *Apoiada a melhoria das condições de comercialização interna*

Actividades requeridas:

- 5.1 Promoção da diversificação da indústria de transformação e do consumo
- 5.2 Promoção da transferência da gestão e da manutenção dos meios de conservação/produção de gelo para operadores do sector

6) *Controlada a concorrência da frota estrangeira com a frota nacional*

Actividades requeridas:

- 6.1 Fiscalização efectiva e eficaz da ZEE
- 6.2 Realização de inspecções regulares da frota estrangeira a licenciar e licenciada

7) *Apoiada a melhoria das condições de comercialização externa*

Actividades requeridas:

- 7.1 Promoção de reflexões conjuntas com o sector dos transportes aéreo e marítimo para a exportação dos produtos da pesca a custo acessível e com regularidade e fiabilidade
- 7.3 Promoção da adaptação das embarcações e das instalações de conservação e transformação às normas higio-sanitárias
- 7.4 Inspecções periódicas às embarcações e instalações de conservação e transformação

13.1.4 Medidas de gestão***Medidas imediatas de conservação e gestão para a pescaria*****1) Medidas de conservação:**

- 1.1 *Manter a proibição de capturas de exemplares de albacora e de patudo de menos de 3,2 kgs*

A ICCAT recomenda que para o albacora e o patudo sejam tomadas as medidas necessárias para proibir qualquer captura ou desembarque de exemplares de peso inferior a 3,2 kg (recomendação 72-1 e 79-1), aceitando no entanto uma margem de tolerância de 15% de indivíduos de peso inferior sobre o total do número de indivíduos desembarcados. Essa recomendação já está integrada na actual lei das pescas e deve ser mantida e a fiscalização da sua aplicação efectiva ser feita.

2) Medidas de gestão:

- 2.1 *Regulamentar/Reforçar os artigos 25 do 17/87 e 27 do 97/87 relativos ao fornecimento de dados estatísticos de capturas pelas embarcações da pesca industrial*

Esta medida justifica-se porque se constata uma clara evidência da falta de entrega atempada dos dados estatísticos de captura e do preenchimento dos diários de bordo por parte dos armadores da pesca industrial

2.2 Reforçar a necessidade de obtenção de licenciamento para a operação da frota

Em complemento a esta medida seria necessário rever o sistema de licenciamento, de maneira a que as licenças sejam concedidas separadamente por recursos. Assim para cada recurso-alvo que uma embarcação quisesse explorar ela deveria solicitar uma licença e pagar por esta a devida taxa. Isso evitaria o problema de dar licenças conjuntamente para vários recurso-alvo que depois não são explorados e permitiria um acompanhamento mais dirigido da pescaria.

Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão da pescaria

3) Da investigação

3.1 Realizações de avaliações periódicas da situação da pescaria utilizando os dados estatísticos disponíveis, bem como os dados da ICCAT

3.2 Alargamento do sistema de recolha estatístico actual à colecta de dados relativos à primeira venda do pescado

Esta medida permitiria aprofundar os conhecimentos sobre a pescaria e avaliar a sua rentabilidade e a sua importância e valor, bem como acompanhar de perto a evolução dessa rentabilidade. Trata-se de uma acção que era realizada de maneira rotineira nos anos anteriores e que foi abandonada, podendo ser perfeitamente retomada.

3.3 Realização de estudos socio-económicos sobre a pescaria.

Trata-se da pescaria sobre a qual existem menos informações e não foi feito nenhum estudo de cariz socio-económico. Esta medida viria na sequência da medida acima indicada e permitiria completar o banco de dados com outras informações socio-económicas relevantes.

3.4 Melhoria das capacidades existentes em avaliações

Esta medida visa a que os investigadores que trabalham com a pescaria aperfeiçoem e actualizem periodicamente os seus conhecimentos

3.5 Realização de um estudo sobre a existência de isco nas zonas de maior concentração de tunídeos, nomeadamente junto dos grandes bancos oceânicos

4) Da administração

4.1 Formação dos observadores para aquisição de capacidades que lhes terminam o desempenho cabal das suas funções

A ICCAT recomenda que os observadores tenham experiência suficiente para identificar as espécies e os engenhos, tenham capacidades de navegação, um conhecimento suficiente das medidas de conservação da ICCAT, a capacidade para realizar tarefas científicas elementares como recolha, observação e registo de amostras, um conhecimento satisfatório da língua do país da bandeira do navio no qual estão trabalhando (recomendação 99-1, 1999).

4.2 Implementação do programa de observação do espadarte

A ICCAT recomenda que para o espadarte se façam esforços no sentido de registar as capturas, as capturas por tamanho (por sexo se possível) e se produzam estatísticas anualmente, mesmo quando não se prevêem avaliações analíticas do stock (recomendação 96-7, 1997).

4.3 *Realização de acções de fiscalização regulares e aplicação de sanções em caso de não respeito da legislação.*

Em particular no que diz respeito ao envio atempado de formulários de captura e de diários de bordo pelos armadores.

4.4 *Acompanhar as recomendações emitidas pela ICCAT e traduzi-las sob a forma de medidas de gestão quando adaptáveis à situação do país*

13.1.5 Medidas de mitigação

Não se prevêem reacções negativas relativamente às medidas de gestão propostas para esta pescaria, por isso não são propostas quaisquer medidas de mitigação.

13.2 Pescaria industrial de pequenos pelágicos com rede de cerco

13.2.1 Situação da pescaria

13.2.1.1 Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcações. A pesca de pequenos pelágicos com cerco em Cabo Verde remonta, muito provavelmente, aos anos 30, devendo ter surgido com a necessidade de obtenção de isco vivo para a pesca de salto de vara de atum. A pesca industrial é feita por embarcações com comprimento a partir dos 6,5 metros. Em 1994-95 foram introduzidas 20 embarcações de fibra de vidro de 11 m equipadas com rede de cerco que contribuíram em grande medida para a expansão da pescaria.

De acordo com o levantamento feito pelo INDP, no período de 1994 à 2000, em média, cerca de 71 embarcações exerceram a actividade de pesca de cerco. Comparando o número das potenciais embarcações activas nesta pescaria entre 1994 e 2000 com a do número de licenças concedidas constata-se que, em média, 80% operaram sem licença.

Quadro V-7 *Evolução das licenças de pesca industrial de cerco entre 1990 e 2000*

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Nº de Licenças concedidas	9	11	11	11	23	19	23
Nº de Embarcações activas na pesca	55	73	69	74	77	81	73

Fonte: DGP/INDP

As redes de cerco utilizadas têm 20-35 braças de altura, 200-350 braças de comprimento, e malha 26 milímetros, conforme declarações dos armadores contactados. As embarcações industriais de cerco são normalmente polivalentes e

adoptam uma estratégia de pesca ao longo do ano que as levam a pescar diversos recursos em função da sua disponibilidade, nomeadamente pequenos tunídeos, fazendo uso da mesma rede de cerco, e demersais e tunídeos com linhas de mão.

Até 1991 a pescaria industrial de cerco de pequenos pelágicos não tinha muita expressão quanto às quantidades capturadas (as cifras não ultrapassavam as 300 tons/ano). Eram, não obstante, de grande importância devido à utilização dos pequenos pelágicos como isco na pesca do atum.

Em 1992, com o início do licenciamento de navios frigoríficos estrangeiros para comprar cavala preta à frota nacional para posteriormente a exportarem para ser utilizada como isco pelas frotas palangreiras de atum no Atlântico, as capturas quase que triplicaram em relação ao ano anterior. A partir de 1994, com a introdução da frota de embarcações de 11 metros apetrechada com rede de cerco, as capturas de cavala preta intensificaram-se ainda mais, mantendo uma tendência crescente até 1997. Neste ano, as capturas de pequenos pelágicos representaram 69% da captura total industrial.

De 1998 a 2001, registou-se um abrandamento das capturas industriais de pequenos pelágicos, motivada pela redução da captura da cavala preta que se sucedeu à perda do mercado de isco das Canárias provocado pela má qualidade da conservação do produto exportado, tamanhos inadequados e ao surgimento de cefalópodes capturados em grandes volumes nas águas das Malvinas e vendidos a preços muito baixos.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. A pesca industrial com rede de cerco visa principalmente a captura de pequenos pelágicos, sendo as principais espécies exploradas a cavala preta (*Decapterus macarellus*), a cavala branca (*Decapterus punctatus*), o chicharro (*Selar crumenophthalmus*). Nas capturas de pequenos pelágicos por embarcações industriais predominam a cavala preta e o chicharro, que são pescados durante todo o ano, com maior incidência nos meses mais quentes.

Os recursos de pequenos pelágicos distribuem-se por toda a ZEE de Cabo Verde, embora as suas maiores concentrações ocorram dentro dos limites da plataforma inferiores a 200 metros e a probabilidade de serem encontrados em zonas mais profundas ser pequena. Os recursos são normalmente pescados em áreas abrigadas, como baías, onde são mais abundantes (Carvalho e Caramelo 1996).

Desde o início dos anos 80, foi estabelecido um sistema de amostragem de tamanhos de pequenos pelágicos no mercado municipal da Praia e no porto do Mindelo. Posteriormente foram introduzidas melhorias no sistema e foram alargadas as amostragens a outros portos de desembarque. Paralelamente, vários investigadores têm estudado os recursos de pequenos pelágicos e avaliado o seu estado de exploração. Pode-se assim avaliar o seu potencial anual em 6.500-8.300 tons: 4.000-6.000 tons de cavala preta, 1.500 tons de chicharro e 1.500-1.800 tons de arenque e cavala branca.

Capturas actuais e CPUE. Entre 1997 e 2001, a pescaria contribuiu com cerca de 39-53% (média 49 %) para a captura total da pesca industrial. Neste período, é de salientar uma alteração na estrutura das capturas com uma tendência de decrescimento da cavala preta e o crescimento das capturas de chicharro e cavala branca, conforme mostra o quadro a seguir. Mais de 50 % das capturas são feitas na região de Barlavento, uma vez que a maioria das embarcações de pesca industrial estão aí baseadas e ainda porque as ilhas de S. Vicente e Sal ofereceram

no passado as melhores condições de conservação e de escoamento para os mercados externos. Na região de Sotavento, apenas na ilha de Santiago se registam desembarques de pequenos pelágicos originados nas embarcações industriais de cerco, os quais se destinam ao abastecimento da população.

Quadro V-8 *Captura industrial de pequenos pelágicos no período 1997-2001*

<i>Espécies</i>	<i>1997</i>		<i>1998</i>		<i>1999</i>		<i>2000</i>		<i>2001</i>	
	tons	%	tons	%	tons	%	tons	%	tons	%
Cavala preta	2.194	47	1.882	45	1.662	37	1.075	28	849	26
Chicharro	260	6	267	6	377	9	407	11	537	17
Cavala branca	0	0	49	1	32	1	33	1	179	6
Arenque	29	1	38	1	0	0	0	0	23	1
Dobrada	0	0	0	0	0	0	0	0	52	2
Pelombeta	0	0	0	0	0	0	0	0	55	2
Bonito	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Pampo	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0
Total capturas industriais de cerco	2.483	53	2.236	53	2.031	46	1.515	39	1.705	53
Total das capturas industriais	4.707	100	4.218	100	4.403	100	3.844	100	3.241	100

Fonte INDP

Comercialização. Os problemas enfrentados no mercado interno são, por um lado, os baixos preços praticados, principalmente pelas conservarias, o que de certo modo tem desencorajado a actuação dos armadores interessados na pescaria, e, por outro, as dificuldades de transporte inter-ilhas (pouco frequentes e a custo elevado), de conservação do pescado e de aprovisionamento em gelo, que limitam a captura e a distribuição do pescado com maior potencialidade de consumo.

As principais infra-estruturas de apoio em terra encontram-se nas ilhas de S. Vicente ('Interbase' e complexo de pesca da Cova d'inglesa), de Santiago (cais de pesca da Praia e o respectivo Entrepasto frigorífico), e do Sal (Entrepasto frigorífico 'Bom Peixe' e 'Sal-Sesimbra'). O funcionamento das instalações frigoríficas, incluindo a produção e distribuição de gelo, da 'Interbase' e da 'Bom Peixe' é, em geral, deficiente, constituindo um dos principais estrangulamentos sentidos pelos armadores da pescaria.

Armadores e pescadores. Estima-se em 1.400 postos de trabalho entre tripulantes das embarcações industriais de cerco (com uma média de 12 tripulantes por embarcação) e pessoas para apoiar as actividades em terra (média de 5 por embarcação).

O sistema de remuneração dos factores de produção não difere muito entre as embarcações, predominando a seguinte norma: retirados alguns custos de exploração¹, o rendimento é repartido em duas partes, sendo 50% para a tripulação e 50% para o armador. Na maioria dos casos, os cozinheiros, os motoristas e os mestres de pesca auferem uma remuneração fixa que varia entre os 20-60 mil escudos.

Medidas de gestão estabelecidas. As únicas medidas de gestão remontam ao período colonial e dizem respeito à captura de juvenis para isco. A competência de condicionamento das actividades de pesca encontrava-se então atribuída à

¹ De acordo com inquéritos feitos aos armadores, os custos como juros de financiamento, salários fixos, encargos sociais e amortizações físicos dos meios de produção não são deduzidas antes da repartição dos rendimentos. Estes custos são suportados exclusivamente pelos armadores.

Capitania dos Portos. Assim, uma circular de 12 de Outubro de 1972, emanada do Capitão dos Portos, estabelecia que os exemplares de isco vivo, destinados a serem utilizados na pesca de salto e vara de atum, deveriam ter um comprimento mínimo de 6 cm medidos entre a raiz da cauda e a outra extremidade. A mesma circular fixava ainda um período anual de veda da pesca do chicharro pequeno (melãozinho) entre 1 de Julho e 15 de Agosto e proibia mesmo a sua captura, desde que não fosse destinado a isco.

Após a Independência, estas normas deixaram de ser aplicadas de facto. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 17/87 de 18 de Março referente aos princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, o qual define as competências em relação ao estabelecimento de medidas de gestão, aquelas medidas deixaram de ser aplicadas *de jure*.

13.2.1.2 Problemas a resolver na pescaria

- *Investigação não acompanha sistematicamente a pescaria* (insuficiente conhecimento em matéria de avaliação, deficiência nas amostragens, não obrigatoriedade no preenchimento de fichas de bordo, estudos sobre a situação da exploração e conservação das espécies desactualizadas, fracos conhecimentos socio-económicos da pescaria);
- *Inexistência de medidas de gestão* para a pescaria (não existe nenhuma medida regulamentar que apoia a gestão das espécies alvo da pescaria);
- *Frota com problemas técnicos e financeiros* (algumas peças sobressalentes inexistente no mercado, fraca capacitação de operadores para manutenção, sistema de crédito não funcional);
- *Problemas de comercialização interna* (baixos preços praticados, dificuldade de transporte, escassez de gelo, produto com baixo valor acrescentado)
- *Dificuldades de exportação da cavala preta* (perda do principal mercado, fraca qualidade do produto);
- *Deficiente funcionamento das infra-estruturas de apoio* em terra.

13.2.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria industrial de pequenos pelágicos é o seguinte:

Uma pescaria desenvolvida cautelosamente no que respeita às capturas de pequenos pelágicos, proporcionando um resultado económico máximo sustentável, através da valorização dos produtos da pesca (transformação e comercialização), contribuindo para a redução do défice da Balança de pagamentos e para a segurança alimentar da população de Cabo Verde.

O grupo-alvo ao nível do objectivo específico é a população de Cabo Verde.

13.2.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados, os quais, por sua vez, são produzidos pela realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) A investigação produzindo avaliações periódicas da pescaria industrial de pequenos pelágicos com rede de cerco

Actividades requeridas:

- 1.1 Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e de conservação dos dados.
- 1.2 Preenchimento dos formulários de bordo pelos mestres/armadores e sua recepção em devido tempo pela administração e investigação.
- 1.3 Estabilização dos investigadores que realizam o acompanhamento da pescaria (avaliação do estado do stock, engenheiros de pesca, sociólogos e economistas).
- 1.4 Realização de estudos sobre o estado de exploração das diferentes espécies de pequenos pelágicos.
- 1.5 Emissão anual de recomendações relativas à gestão da pescaria, baseadas na avaliação, pelo menos cada três anos, do estado de exploração do stock de pequenos pelágicos e a sua avaliação económica.
- 1.6 Estabelecimento de um sistema de acompanhamento das capturas destinadas ao isco que permita estimar eventuais rejeições.

2) Estabelecidas e fiscalizadas as medidas de gestão para a pescaria de pequenos pelágicos

Actividades requeridas:

- 2.1 Estudo sobre os tamanhos mínimos das diferentes espécies a serem comercializadas.
- 2.2 Estudo sobre a pertinência do estabelecimento do período de defeso em relação às diferentes espécies de pequenos pelágicos.
- 2.4 Reforço dos meios humanos e materiais atribuídos à fiscalização (capitanias dos portos ou, alternativamente, criação de um corpo de agentes de fiscalização das Pescas)
- 2.5 Estabelecimento de uma coordenação entre as Pescas, as Capitanias dos Portos e a Guarda Costeira no que se refere à fiscalização das actividades de pesca.

4) Melhoradas as condições técnicas da frota industrial

Actividades requeridas:

- 3.1 Promoção de acções de melhoramento técnico da frota industrial a realizar pelos respectivos armadores.
- 3.2 Apoio na obtenção pelos armadores de recursos financeiros
- 3.3 Realização de cursos de formação técnico-profissional.

5) Melhoradas e adequadas as condições das instalações de apoio em terra

Actividades requeridas:

- 4.1 Promoção de acções para o melhoramento das instalações de conservação.
- 4.2 Promoção de acções para o aumento da produção de gelo.
- 4.3 Promoção de acções para a adequação das instalações de terra às condições sanitárias exigidas a nível nacional.

6) Melhoradas as condições de comercialização

Actividades requeridas:

- 5.1 Promoção de reflexões conjuntas com o sector dos transportes com vista a uma melhoria das vias de acesso a algumas comunidades, e dos meios de transporte marítimo e aéreo.

13.2.4 Medidas de gestão

13.2.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

1) Medidas de conservação:

Não se prevêem medidas de conservação imediatas para a pescaria

Por se considerar as informações disponíveis relativamente a pescaria industrial de cerco para pequenos pelágicos insuficientes, não se recomenda medidas de conservação de aplicação imediata.

2) Medidas de gestão:

2.1 Expansão cautelosa do esforço de pesca através do controle das licenças de pesca

Em virtude de ser uma pescaria sensível a grandes pressões de pesca, aliada ao facto de serem espécies com um ciclo de vida curto que faz com que a sua biomassa sofra flutuações significativas num curto espaço de tempo, as avaliações deverão ser feitas com regularidade. Posto que a última avaliação data de 1997, entende-se que não é oportuno uma expansão significativa do esforço de pesca, até se dispor de avaliação mais recente.

2.2 Reserva da pescaria a embarcações nacionais

Pelas razões acima apontadas e pelo facto que este grupo de espécies serve também como isco na pesca de tunídeos, recomenda-se a reserva deste recurso aos nacionais. Para além disso, existem no país conhecimentos suficientes para operar eficazmente a pescaria, não sendo em princípio requerido qualquer contribuição tecnológica adicional.

13.2.4.2 Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão da pescaria

3) Da investigação:

3.1 Estudo da pertinência do estabelecimento de período de defeso na época reprodutiva para algumas das espécies de pequenos pelágicos, com prioridade para a cavala preta e o chicharro.

O período de desova da cavala preta decorre de Abril a Setembro com um pico em Junho (Almada E. 1997). De acordo com alguns operadores, nesta altura a espécie é extremamente vulnerável, por não se movimentar.

3.2 Estudar a implementação do tamanho mínimo das diferentes espécies de pequenos pelágicos capturadas para isco e comercializadas para consumo, bem como as dimensões das malhas de rede de cerco para a pescaria.

As condições estabelecidas no passado relativamente a tamanhos mínimos das espécies capturadas para isco, conforme a circular do Capitão dos portos de Cabo Verde de 1972, deveriam ser analisadas à luz da situação

actual destes recursos.

3.3 *Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e de armazenagem de dados referentes aos pequenos pelágicos*

3.4 *Preenchimento dos formulários de bordo pelos mestres/armadores e sua recepção atempada pela investigação.*

Esta medida poderá ter que ser precedida de acções de formação junto dos responsáveis pelo preenchimento da informação. A articulação entre a investigação e a administração em relação aos atrasos na entrega pelos armadores e a penalização pela administração dos armadores que incorram em infracções persistentes de prazo de entrega é uma condição para a sua efectiva aplicação.

3.4 *Actualização das avaliações sobre o estado do stock das principais espécies e da pescaria industrial de rede de cerco, pelo menos de três em três anos, e seguimento com as informações anuais*

As avaliações deverão seguir-se da emissão de recomendações de medidas a enviar anualmente em datas pré-fixadas à administração.

3.5 *Alargamento do sistema de recolha de dados estatísticos para outros parâmetros de natureza sócio-económica*

3.6 *Elaboração de estudos sócio-económicos sobre a pescaria.*

Esta medida complementar os conhecimentos sobre a pescaria e apoiará na tomada de decisões por parte da administração.

4) Da administração:

4.1 *Análise das recomendações recebidas da investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão para a tomada final de decisão pelo nível competente.*

De acordo com as competências legais, a administração decidirá ou submeterá à entidade competente as medidas de gestão propostas. Esta acção poderá ser precedida de consultas aos grupos de interessados na pescaria de pequenos pelágicos, nomeadamente associações de armadores e de exportadores, administração marítima, órgãos do governo responsáveis pertinentes e fiscalização pesqueira.

4.2 *Preparação da proposta de regulamentação das capturas do isco para uso nacional e exportação.*

Analogamente à medida anterior, a administração submeterá ao nível competente a proposta de regulamentação.

5) Da fiscalização:

5.1 *Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade e sua execução*

Ajustamentos institucionais para o reforço da coordenação entre a administração das Pescas, as capitánias e a guarda costeira e a disponibilização de maiores recursos financeiros poderão ser requeridos como condições prévias à sua realização.

13.2.5 Medidas mitigadoras

Não se considera necessário desencadear quaisquer medidas mitigadoras em relação aos efeitos das medidas de gestão imediatas ou a prazo.

13.3 Pescaria industrial de lagosta rosa com covos

13.3.1 Situação da pescaria

Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcações. O início da pescaria de lagosta rosa (*Palinurus charlestoni*) remonta a 1963, quando três navios franceses, saídos da pescaria da Mauritânia, que então atravessava dificuldades, descobriram o recurso nas imediações das ilhas de Boavista e Maio. A partir de 1966, navios portugueses iniciaram a pesca em substituição dos anteriores. Após a Independência Nacional em 1975, cinco armadores cabo-verdianos tomaram a seu cargo as actividades de pesca com sete pequenas embarcações de comprimentos entre 10 e 18 m.

A pesca é realizada em campanhas semanais de 4-5 dias, com caçadas de 25 covos, podendo ser manipuladas diariamente entre 10 a 13 caçadas (250 a 325 covos) os quais permanecem de 16 a 48 horas no mar. Cada navio opera com um número total de covos variável, de acordo com o seu porte, mas que oscila, segundo as informações obtidas directamente de dois dos armadores, entre 750 e 1200. A perda de covos é relativamente elevada, podendo ascender a cifras da ordem dos 10% por semana, o que faz com que este custo alcance níveis importantes no custo total e exija dos armadores um esforço financeiro elevado que nem sempre estará ao seu alcance.

Alguns armadores fazem referência à presença de navios estrangeiros a pescar ilegalmente lagosta rosa com redes de emalhar.

Actualmente, operam na pescaria 4 navios de 15 a 22 m de comprimento. Estes navios pertencem a três armadores – a ‘Sal-Sesimbra’ e o armador Toi d’Bilinha, baseados no Sal, e a ‘Indopesca’ de S. Vicente. Os respectivos desembarques realizam-se na Palmeira e no Mindelo, respectivamente. Alguns destes navios são antigos e encontram-se em deficiente estado técnico.

Desde o início da década de 80, altura em que começaram a ser colhidos os dados da pesca, as capturas vêm evoluindo diferentemente ao longo do tempo:

- Entre 1982 e 1990 a pescaria caracterizou-se por uma grande estabilidade, com o número de navios a situar-se num máximo de sete, a produção a não ultrapassar as 39 tons, o esforço de pesca a situar-se nos 8.000-10.000 covos lançados por campanha¹ e a captura por covo lançado da ordem de 3-4 kg.
- Em 1991 e 1992, devido à realização de uma campanha de pesca experimental, o esforço de pesca subiu para 35.000 e 44.000 covos nas duas campanhas, tendo a captura atingido volumes recordes de 84 e 77 tons, embora a captura por covo descesse para 2.4 e 1.8 kg respectivamente.
- A partir de 1993, o esforço baixou para níveis da ordem dos quase 30.000 covos, numa primeira fase em 1993/94 e 1994/95, e para 13.000-22.000 covos por campanha numa segunda fase entre 1995/96 e 1998/99²; contudo, a captura não foi além das 46-48 tons, primeiro, e 14-31 tons, depois, tendo a captura por covo baixado para níveis de 1-1.7 kg, evidenciando uma situação de crise na pescaria.

¹ Tratava-se de covos do tipo tradicional utilizados individualmente, de maior porte que os actualmente utilizados em caçadas.

² Os dados a partir da campanha de 1999/00 apresentam algumas incongruências e não podem ser utilizados antes de uma verificação.

Os primeiros meses da campanha, entre Outubro e Dezembro são os de maiores rendimentos. A época mais fraca é no fim da campanha, entre Abril e Junho. As capturas intermédias ocorrem normalmente entre Janeiro e Março.

Espécie alvo, potencial, e zonas de pesca. Para além da lagosta rosa (*Palinurus charlestoni*) que é a única espécie alvo, as espécies acompanhantes mais frequentes são o gon-gon (*Paramola* sp.), a moreia pintada (*Muraena helenae*), o safio (*Congridae*). O camarão (*Penaeus notialis*, provavelmente), a craca (*Callinectes* sp.), moreia preta (*Lycodontis unicolor*), algumas espécies de caranguejo (*Calappa* sp.) e fanhama (*Scorpaenidae*) são também frequentes nas capturas. Por falta de meios de conservação a bordo, parte desta captura é devolvida ao mar.

O potencial anual do recurso da lagosta rosa foi estimado pela primeira vez em 104 tons (Almada Dias, 1992) mas, entrando em linha de conta com factores de natureza económica e biológica, a captura recomendada foi de apenas 52 tons. Três anos depois, foi realizada uma segunda avaliação que situou a produção máxima sustentável em 50 a 75 tons (Eide, 1996), correspondendo a 35.000-50.000 covos lançados. Esta segunda avaliação, que se baseou num modelo bioeconómico de simulação, recomendou a extensão do período de defeso até Novembro e determinou a produção económica máxima em metade da produção máxima sustentável, ou seja na ordem dos 25-37,5 tons por campanha.

Em 2002, Medina, Correia e Tariche realizaram um diagnóstico preliminar da pescaria da lagosta rosa. Esta avaliação mostrou que o stock se encontra sobrexplorado, mas dando alguns sinais de lenta recuperação. A captura máxima sustentável (MSY) foi estimada em cerca de 41 toneladas, correspondendo a 17% da biomassa virgem¹. Concluiu-se que para atingir essa captura seria necessária uma diminuição do esforço de pesca em aproximadamente 40% do praticado em 1999, correspondendo o esforço máximo sustentável a cerca de 12.000 covos lançados.

Durante as visitas no terreno, constatou-se a existência de uma grande irregularidade na amostragem de lagosta rosa motivada pela insuficiência dos meios à disposição dos amostradores para realizarem o seu trabalho (material, transporte) e à dificuldade de coordenação com o exportador em relação aos desembarques no Sal.

A biologia da lagosta rosa de Cabo Verde não se encontra completamente estudada. Do conhecimento existente em relação a outras lagostas de profundidade, pode, no entanto, deduzir-se com segurança que as larvas de lagosta rosa estão sujeitas a migrações verticais, permanecendo à superfície durante a noite. Esta circunstância permite admitir a possibilidade de existência de um intercâmbio entre as doze zonas de pesca conhecidas, através da acção das correntes, vórtices e contracorrentes. A fixação da lagosta rosa numa zona de pesca ocorre na fase juvenil quando alcança o comprimento de carapaça de 5-10 mm. Ao longo da sua vida, a lagosta rosa realiza movimentos migratórios de grande distância. Na origem destes movimentos estarão a escassez de alimentação ou o sobrepovoamento de uma zona. No caso de Cabo Verde, admite-se que estes movimentos se limitem às plataformas insulares comuns a algumas ilhas, ilhéus e bancos oceânico, excluindo-se a possibilidade que ocorram entre as ilhas separadas por profundidades de 3000-4000 m.

¹ Baseada nos dados oficiais de esforço e captura de 1986-2000 e utilizando uma variante do modelo global de Fox, que assume uma situação de pseudo equilíbrio. Assumiu-se, ademais, uma evolução anual do esforço de pesca igual a 5%.

Embora se saiba que a distribuição da lagosta rosa em Cabo Verde ocorre a partir dos 50 m até aos 300 m ou mais, ela é principalmente capturada no talude insular a profundidades entre 150 e 220 m, onde as temperaturas oscilam entre os 10 e 14° C. No entanto, a profundidade a que se faz a pesca varia ao longo do ano, sendo a partir de Janeiro, segundo alguns mestres, que a lagosta rosa é encontrada a menores profundidades e ovada. A ocorrência de fêmeas ovadas é maior, segundo afirmam, entre Outubro e Dezembro.

As zonas de pesca localizam-se nos taludes insulares de Sto Antão, Sta Luzia, Ilhéu Raso, Ilhéu Bravo, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, banco Nova Holanda, Boavista, Banco Tapadona, Maio, Santiago, Fogo, Brava, Ilhéu Rombo e outras. Através dos dados do período 1995-99 (Cristina Schwarz, 1999), pode concluir-se que as zonas mais frequentadas pela frota lagosteira foram as de S. Nicolau, onde foram colocados 19% dos covos no período, Boavista (11%), Maio (17%) e Santiago (11%).

Capturas actuais e CPUE. No período entre 1995 e 1998, a captura média de lagosta rosa atingiu os 22,5 tons, correspondendo a 18.185 covos lançados e uma captura por covo de 1,2 kg. A produção mais elevada verificou-se em 1995/96 (31,4 tons) e mais baixa em 1996/97 (14,1 tons).

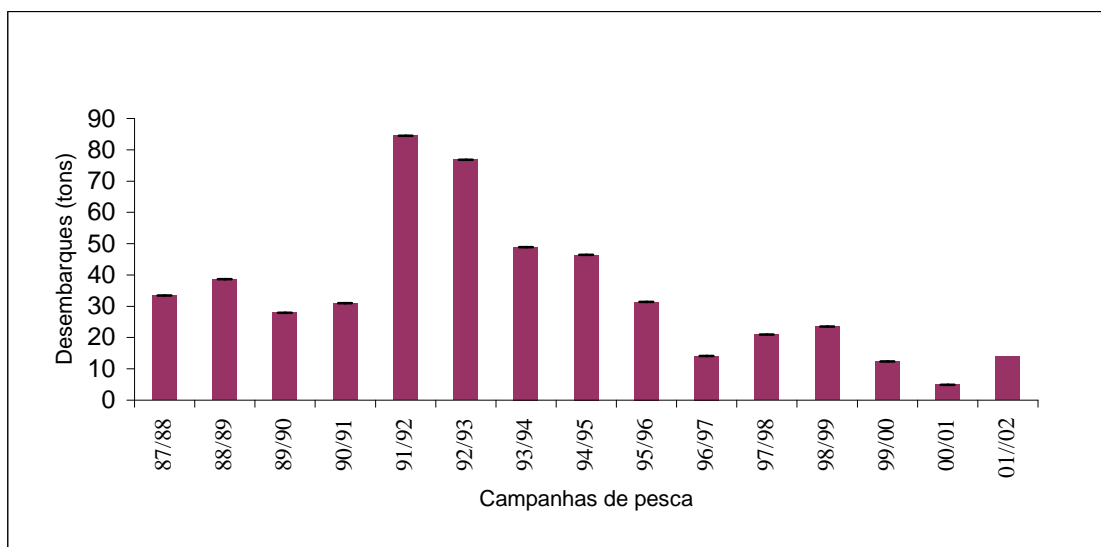


Figura V-7 *Evolução dos desembarques (tons) das campanhas de pesca*

As zonas mais produtivas (com uma captura por covo igual ou acima da média verificada no período) foram: banco Nova Holanda (2,4 kg), Santiago (1,6 kg), Ilhéu Raso (1,5 kg), Sto Antão e outras (1,4 kg), Maio e Fogo (1,3 kg cada). As menos produtivas são Sal e Brava (1,1 kg cada), S. Vicente, Boavista, Tapadona (1,0 kg cada) e S. Nicolau (0,9 kg). As zonas de pesca de Sta Luzia, e dos ilhéus Bravo e Rombo não foram frequentadas durante o período.

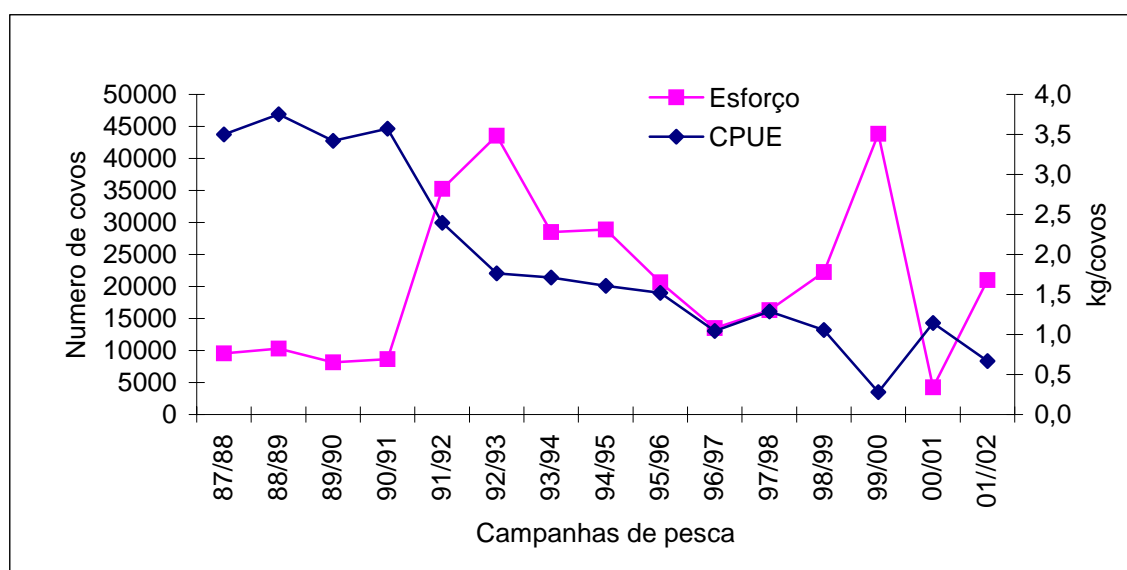


Figura V-8 *Evolução do esforço (covos) e da CPUE (Kg/covos)*

Comercialização. As instalações frigoríficas da empresa 'Bom Peixe' (ex-Salmar) e da 'Interbase' são os principais apoios da frota industrial, respectivamente no Sal e em S. Vicente. Uma outra empresa – a Sal-Sesimbra – opera instalações em apoio da sua própria frota e comercialização.

A primeira destas instalações é a que tradicionalmente tem realizado a conservação da lagosta rosa para exportação, para o que possui viveiros, a par de meios de frio. Este entreposto é vital para as pescarias de lagostas em geral cujas exportações se realizam por regra por via aérea para os mercados do Norte e, mais recentemente, para a África do Sul. A sua aparente paralisação e más condições técnicas foram referidas pelos operadores em geral, especialmente no que respeita ao frio, produção de gelo e tanques de conservação de lagosta rosa. Por outro lado, apurou-se que as instalações não perfazem os critérios sanitários exigidos à obtenção da respectiva autorização por parte da autoridade competente. Em condições idênticas se encontram as instalações da 'Interbase', em S. Vicente, que carecem de uma reabilitação parcial, provavelmente, de uma maior capacidade de produção de gelo. Quanto às instalações da 'Sal-Sesimbra', sofreram beneficiações durante o ano anterior que lhe permitiram atingir os standards exigidos pela autoridade competente, estando apenas dependentes da retirada do embargo a Cabo Verde para poderem exportar para o mercado europeu.

No período entre 1985 e 1998, o valor das exportações de lagostas rosa e costeiras cresceu gradualmente (com um pico provocado pelo aumento do esforço na pescaria de lagosta rosa em 1991 e 1992) até 1998. Em 1999 verifica-se um decrescimento do valor das exportações mas a maior quebra verifica-se em 2000 e, no ano seguinte, como resultado do embargo aos produtos da pesca decretado pela EU. Em consequência, as exportações de lagostas, que tinham representado em 1998 cerca de 8% do valor total das exportações de Cabo Verde, passaram em 2000 a ter um peso de apenas 2%, sendo de esperar que esta percentagem tenha diminuído ainda mais em 2001.

A tentativa de reencaminhar as exportações de pescado cabo-verdiano, nomeadamente das lagostas em geral, para outros mercados alternativos, como sejam os EUA e os mercados africanos, com destaque para a África do Sul, não foi

ainda realizada com sucesso. Informações obtidas junto de um armador que exporta para o mercado africano, permitem estimar que o preço de venda de lagosta rosa viva sofreu uma quebra superior a 29% em relação ao período anterior ao embargo.

Armadores e pescadores. Apenas três armadores se encontravam activos na campanha de 2002-03, dispondo de apenas quatro embarcações, conforme foi já referido. No que respeita à força de trabalho envolvida na pescaria, num inquérito promovido em 1999 (C. Schwarz, 1999) é referido que 30% dos pescadores dos navios lagosteiros do Sal têm uma idade compreendida entre 20 e 30 anos, 35% entre 30 e 40 anos, 30% entre 40 e 50 anos e somente 5% têm mais de 50 anos. Estes pescadores são na grande maioria profissionais da pesca (74%) e somente 8% têm uma segunda profissão. Durante o defeso, 87% dedicam-se à pesca à linha nos navios lagosteiros e em pequenos botes artesanais, normalmente tendo os atuns como alvo. Pouco se sabe sobre as condições sociais económicas destes pescadores e as formas concretas como conseguem superar o período de inactividade a que são forçados durante o defeso.

Medidas de gestão estabelecidas. Em 1972, foram introduzidas as primeiras normas para a exploração da lagosta rosa¹: a interdição da pesca entre 1 de Julho e 30 de Setembro de cada ano, a proibição da captura de fêmeas ovadas em qualquer época do ano e a proibição da captura de exemplares de lagostas rosa com menos de 500 g e inferior a 20 cm de comprimento². A aplicação destas medidas não tem sido objecto de fiscalização regular.

As avaliações do estado de exploração do stock de lagosta rosa, realizadas em 1992 e 1996, esta última através de um modelo bioeconómico de simulação, não produziram quaisquer medidas de gestão.

13.3.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Resumidamente, são os seguintes os principais problemas a resolver na pescaria:

- *A investigação não acompanha sistematicamente a pescaria*, pois o sistema de amostragem e o banco de dados para a pescaria necessitam de melhorias, dado que os recursos humanos e financeiros são insuficientes, o preenchimento e entrega da informação sobre as actividades de pesca pelos mestres e/ou armadores são deficientes, os investigadores têm dificuldade em deslocar-se a um dos locais de desembarque (Palmeira); não existe suficiente experiência para a avaliação deste tipo de stocks e pescaria; e os conhecimentos dos aspectos sociais e económicos da pescaria são insuficientes.
- *As normas de gestão relativamente à lagosta rosa, actualmente em vigor, colocam algumas dúvidas sobre a sua adequação*, pois o período de defeso poderá não ser o mais adequado; a medida sobre a proibição da captura de lagostas rosas ovadas poderá não ser eficaz; a relação peso e comprimentos mínimos legais parece não ser correcta; e não diferencia a lagosta rosa das lagostas costeiras.
- *Os dados actualmente disponíveis não permitem concluir se o stock de lagosta rosa se encontra plenamente recuperado* da situação de sobreexploração ocorrida na primeira metade da década de 90.
- *A acção de fiscalização das medidas de gestão em vigor não se faz sentir*, pois a coordenação entre as Pescas, as Capitánias e Guarda

¹ Decreto-Lei N.º 10/72, Suplemento 3026/72, de 26/6

² Esta relação é posta em causa por A. Dias que aponta que a este peso corresponde na realidade um comprimento de 26-28 cm.

Costeira não é regular; os recursos financeiros e humanos atribuídos à fiscalização, nomeadamente às delegações marítimas e Guarda Costeira, são insuficientes mesmo para a actuação dos meios existentes.

- *Parte da frota encontra-se em más condições técnicas e é inadequada para o aproveitamento das oportunidades de pesca*, pois os armadores não conseguem proceder à manutenção necessária; a situação financeira dos armadores é, segundo dizem, fraca; e as embarcações actuais não permitem fazer o aproveitamento de todo o peixe acompanhante.
- *A comercialização enfrenta problemas*, porque os transportes marítimos e aéreos são caros, por vezes não regulares e fiáveis; o embargo da UE aos produtos da pesca de Cabo Verde tem provocado a diminuição das receitas dos armadores; e os armadores não colaboram entre si para procurar resolver problemas comuns.
- *As infra-estruturas de apoio em terra encontram-se em condições inadequadas*, causando grande mortalidade da lagosta a exportar viva; o gelo é escasso e algumas destas instalações não têm condições para perfazer a curto prazo os requisitos sanitários solicitados pela UE.
- *Existe uma pesca ilegal de lagosta rosa*, que a fiscalização não pode evitar com os meios existentes.

13.3.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria industrial de lagosta rosa com covos tem o seguinte objectivo:

Uma pescaria com o stock alvo em franca recuperação, proporcionando um resultado correspondente a uma produção económica sustentável, traduzindo-se numa maior contribuição para o valor da produção nacional e para a redução do défice da balança de pagamentos de Cabo Verde.

O grupo alvo ao nível do objectivo específico é a população de Cabo Verde.

13.3.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados a seguir enumerados, os quais, por sua vez, são produzidos mediante a realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) **A investigação produzindo avaliações periódicas da pescaria industrial de lagosta rosa com covos**

Actividades requeridas:

- 1.1 Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e da base de dados sobre a lagosta rosa.
- 1.2 Preenchimento dos formulários de bordo pelos mestres/armadores e sua recepção em devido tempo pela investigação.
- 1.3 Estabilização dos investigadores e técnicos que realizam o acompanhamento da pescaria (biologia da espécie, avaliação do estado do stock, engenheiros de pesca, sociólogos e economistas).
- 1.4 Emissão anual de recomendações relativas à gestão da pescaria, baseadas na avaliação, pelo menos cada três anos, do estado de exploração do stock

de lagosta rosa e, tendo em conta o objectivo específico da pescaria, a sua avaliação económica.

2) *Fiscalizadas as medidas de gestão vigentes para a pescaria de lagosta rosa com covos*

Actividades requeridas:

- 2.1 Reforço dos meios humanos e materiais atribuídos à fiscalização (capitanias dos portos ou, alternativamente, criação de um corpo de agentes de fiscalização das Pescas).
- 2.2 Estabelecimento de uma coordenação entre as Pescas, as Capitanias dos Portos e a Guarda Costeira no que se refere à fiscalização das actividades de pesca.

3) *Normas de gestão actualmente em vigor revistas e actualizadas*

Actividades requeridas:

- 3.1 Revisão do período de defeso da lagosta rosa.
- 3.2 Revisão da proibição de captura de fêmeas ovadas de lagosta rosa.
- 3.3 Revisão do tamanho e peso mínimos das lagostas rosas capturadas.

4) *O stock de lagosta rosa em recuperação/recuperado*

Actividades requeridas:

- 4.1 Emissão de recomendações pertinentes de gestão.
- 4.2 Estabelecimento atempado de medidas de gestão (defeso, esforço, malhagem)
- 4.3 Fiscalização eficaz do cumprimento das medidas de gestão tomadas.

5) *Reduzidas/eliminadas as actividades de pesca ilegal de lagosta rosa por parte de navios de pesca estrangeiros*

Actividades requeridas:

- 5.1 Actuação efectiva dos meios de fiscalização existentes.

6) *Melhoradas as condições técnicas da frota lagosteira*

Actividades requeridas:

- 6.1 Promoção de um projecto de melhoramento técnico da frota lagosteira, que tenha em conta a sua maior adequação à estratégia de pesca de lagosta, atum e demersais ao longo do ano e ao aproveitamento maior da fauna acompanhante de profundidade da lagosta rosa.
- 6.2 Apoio às iniciativas dos armadores para obterem recursos financeiros.

7) *Melhoradas e adequadas as condições das instalações de apoio em terra*

Actividades requeridas:

- 7.1 Promoção de acções para o melhoramento das condições de conservação e embalagem da lagosta viva com vista a diminuir a sua taxa de mortalidade.
- 7.2 Promoção de acções para o aumento da produção de gelo a preços razoáveis.
- 7.3 Promoção de melhorias na armazenagem frigorífica do pescado disponível.
- 7.4 Promoção de acções para a adequação das instalações às condições

sanitárias internacionais

8) Melhoradas as condições de comercialização

Actividades requeridas:

- 8.1 Apoio a iniciativas dos armadores com vista à melhoria da organização das exportações de lagosta rosa e outros produtos da pesca.

13.3.4 Medidas de gestão para a pescaria

13.3.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

1)De conservação:

- 1.1 *Fixação do período de defeso da lagosta rosa de Julho até Novembro.*
Parece existir um consenso entre os interessados na pescaria em relação à necessidade de alargamento do período de defeso para a lagosta rosa. A medida parece ser facilitada pela estratégia de pesca praticada pelos armadores ao longo do ano, pela qual vão optando entre a pesca de lagosta rosa, atum e demersais. No período de extensão do defeso os recursos de atum constituem uma opção.
- 1.2 *Fixação do comprimento mínimo de 24 cm para a lagosta rosa capturada.*
Segundo os estudos realizados, este comprimento será aquele que corresponde ao da primeira maturação.
- 1.3 *Eliminação da proibição de pesca de lagostas rosa ovadas.*
O alargamento do período de defeso e o facto de ser considerado que a sobrevivência das lagostas ovadas devolvidas ao mar é muito baixa, justifica esta alteração

2)De gestão:

- 2.1 *Confirmação da reserva da pescaria a navios nacionais.*
Não se trata de uma medida inovadora pois encontra-se já estabelecida legalmente.
- 2.2 *Fixação em 4 do número de licenças de pesca a conceder para a campanha a iniciar em 2004.*

13.3.4.2 Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias

3)Da investigação:

- 3.1 *Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e da base de dados referente ao recurso e à pesca.*
Esta medida abrange a colheita de dados realizada no Sal e em S. Vicente, portos de base e de desembarque da frota lagosteira.
- 3.2 *Preenchimento dos formulários de bordo pelos mestres/armadores e sua recepção atempada pela investigação.*
Esta medida poderá ter que ser precedida de acções de formação junto dos responsáveis pelo preenchimento pela produção da informação. A articulação entre a investigação e a administração em relação aos atrasos na entrega pelos armadores e a eventual penalização pela administração dos

armadores que incorram em infracções persistentes de prazo de entrega é uma condição para a sua efectiva aplicação.

3.3 *Realização de estudos biológicos sobre a lagosta rosa e as principais espécies acompanhantes.*

3.4 *Estabilização e formação dos investigadores ligados ao acompanhamento da pescaria.*

A manutenção por períodos mais extensos dos investigadores ligados à pescaria, que permita a sua adequada formação e aquisição de experiência é indispensável para se garantir o acompanhamento da pescaria. Esta medida abrange também os sociólogos e economistas responsáveis pela avaliação do estado da pescaria.

3.5 *Realização de avaliações do estado do stock e da pescaria de lagosta rosa pelo menos de três em três anos e seguimento com as informações anuais e consequentes recomendações de gestão.*

As avaliações deverão seguir-se da emissão de recomendações de medidas a enviar anualmente em datas pré-fixadas à administração.

3.6 *Análise da situação da pescaria nos últimos três anos no que respeita ao esforço de pesca e recomendação da forma de fixação do número máximo de licenças de pesca a conceder para as campanhas futuras.*

Na impossibilidade de regular o esforço de pesca máximo por motivo de os dados de esforço e captura das últimas campanhas apresentarem algumas incongruências, considerou-se que seria conveniente proceder a uma revisão da proposta de 1996 de limitação do esforço de pesca ao ponto que se estimou deveria corresponder ao da captura máxima económica (17.500-25.000 covos lançados) à luz da recomendação de 2000 de limitação a 12.000 covos lançados.

4)Da administração:

4.1 *Análise das recomendações recebidas da investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão para a tomada final de decisão pelo nível competente.*

De acordo com as competências legais, a administração decidirá ou submeterá à entidade competente as propostas medidas de gestão. Esta acção poderá ser precedida de consultas aos grupos de interessados na pescaria de lagosta rosa, nomeadamente associações de armadores e de exportadores, administração marítima, órgãos do governo responsáveis pertinentes e fiscalização pesqueira.

4.2 *Fixação do número máximo de licenças de pesca a conceder em cada campanha com base na situação da pescaria.*

5)Da fiscalização:

5.1 *Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade e sua execução.*

O desencadeamento desta acção exige muito provavelmente alguns ajustamentos institucionais que reforcem a coordenação entre a administração das Pescas, as capitánias e a guarda costeira e a disponibilização de maiores recursos financeiros. Esta acção deverá incidir sobre a fiscalização do tamanho mínimo e artes de pesca utilizadas nos locais de desembarque e de venda, do período de defeso e das actividades ilegais de pesca conduzidas por navios nacionais e estrangeiros, em zonas pré-determinadas.

13.3.4 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

Entre as medidas de gestão acima referidas, apenas a extensão do defeso por mais dois meses poderá provocar efeitos negativos sobre os resultados das embarcações lagosteiras. No entanto, face à estratégia de pesca que os armadores foram estabelecendo através da sua experiência que se traduz em pescar lagosta rosa, atum à linha e demersais, igualmente à linha, pensa-se que a frota lagosteira, prolongando a sua pesca de atum e, se necessário, a manutenção para os meses de Outubro e Novembro poderá enfrentar favoravelmente os efeitos da medida.

14. As pescarias artesanais

14.1 Pescaria de demersais, tunídeos e afins com linha de mão

14.1.1 Situação da pescaria

14.1.1.1 Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcações. A arte de pesca com linha de mão, a mais antiga de todas as praticadas em Cabo Verde, é comum a todas as comunidades piscatórias do arquipélago, e, segundo Monteiro (1998), a grande maioria (aproximadamente 93%) dos pescadores das múltiplas comunidades piscatórias do país utilizam a linha de mão, sendo esta pesca a que tem maior representatividade na pesca artesanal, tanto em termos de esforço, como em termos de capturas.

Assim, nos últimos cinco anos, segundo os boletins estatísticos do INDP, esta pescaria capturou em média 3.600 toneladas, o que representa aproximadamente 63 % da captura média da pesca artesanal para o mesmo período de tempo. Quanto ao esforço, a média para o mesmo período foi de 143.815 viagens, o que representa 93% do esforço médio do arquipélago para todas as artes de pesca artesanal juntas.

O rendimento desta pescaria, 25 Kg/viagem em média para os últimos cinco anos, é relativamente fraco, sobretudo se comparado ao rendimento de outras artes utilizadas na pesca artesanal como a rede de cerco.

Podem utilizar-se diferentes métodos de pesca à linha: linhas de mão sem ou com cana marítima ou vardasca, linhas fixas, linhas fundeadas ou apoitadas e linhas rebocadas ou de corrico (Mascarenhas, 1985). Muitas vezes ela é utilizada em simultâneo com a rede de praia e a rede de emalhar e a rede de cerco servem normalmente para capturar o isco que é depois utilizado pela linha. A pesca de linha com anzol é dirigida principalmente às espécies demersais de fundo e tunídeos, podendo-se também utilizar para a captura de pequenos pelágicos. Estes pequenos pelágicos servem normalmente de isco para a captura ulterior de atum ou demersais. Os anzóis são normalmente iscados com isca viva ou com isca artificial. Um outro método de pesca a linha pouco utilizado no arquipélago é o palangre.

A pesca à linha com cana dirigida a pequenos pelágicos realiza-se segundo a estação e o período lunar, no início ou durante a noite a profundidades de 10 a 50 metros. Fixa-se um candeio com tocha na parte traseira do bote e a isca, composta por pedaços de peixe, é atirada ao redor da embarcação, constituindo, conjuntamente com a luz, uma fonte de atração-concentração de pequenos pelágicos. A linha (0,8m de comprimento), amarrada à cana (1m de comprimento) e iscada com caranguejo ou isco artificial (plumas), é lançada ao mar com um ou mais anzóis. Os peixes capturados são soltos delicadamente dos anzóis e colocados no fundo da embarcação que, graças a uma pequena abertura, beneficia de uma

circulação permanente da água do mar. Os peixes são assim conservados vivos para serem depois utilizados como isca na captura de tunídeos. Quando houver uma quantidade suficiente (3-5 kgs) a embarcação afasta-se da costa procurando locais favoráveis para a captura de tunídeos (Lozac’hmeur, 1985). As principais espécies capturadas com este método são a cavala e o chicharro.

A pesca aos tunídeos realiza-se já ao amanhecer, a maiores distâncias da costa. Ao localizar um indício de presença de atum, o pescador lança amarrada a uma ou duas linhas a isca viva, podendo ainda atirar a isca, peixe por peixe, à volta da embarcação. Quando o atum morde a linha, dá-se-lhe rédea solta até se cansar. Então é içado para perto da embarcação e é arpoado. Depois espeta-se-lhe um gancho nas guelras, sendo depois manducado até morrer e içado para bordo (*op.cit.*). O comprimento das linhas varia entre 150 e 450 metros e os tamanhos dos anzóis varia em função do tamanho do peixe. As principais espécies capturadas com este método são o gaiado, o albacora e o patudo.

A pesca à linha de mão de fundo, dirigida aos demersais, realiza-se de dia sobre fundos rochosos de 60 a 100m, com a embarcação normalmente ancorada. O comprimento da linha utilizada varia de 100 a 300m e os anzóis têm tamanho diversos. Utiliza-se como isca pequenos pelágicos, cavala e chicharro. As principais espécies capturadas por este método são a garoupa e o salmonete.

A pesca de corrico é praticada de dia. Esta arte, considerada acessória, é normalmente utilizada enquanto a embarcação se dirige para o pesqueiro onde vai efectivamente realizar a pesca (Lozac’hmeur, 1986). A linha, de 100m de comprimento e iscada com chicharro ou cavala ou por vezes com isca artificial, é arrastada pelo bote movido por remos, vela ou motor. As principais espécies capturadas com esta técnica são o serra, a bicuda e o lobo (Rocha, 1985).

O palangre pode ser de superfície, para a pesca de pequenos pelágicos e de atum e espadarte, de meia água e de fundo, para a captura de demersais (*op.cit.*). É de utilização reduzida no arquipélago, tendo-se registado a sua utilização em 1998 apenas nas ilhas de Santiago (Cidade Velha, Achada Santo António) e do Fogo (São Felipe) (Monteiro, 1998). Na ilha de Santiago parece haver captura e consumo de tubarão pescado com palangre e desembarcado no cais de pesca da Praia. Nos finais dos anos 80 e nos anos 90 foram efectuadas várias experiências e campanhas de pesca experimental com palangre para tubarão de profundidade pelo antigo IDEPE e pelo INDP. Esta pesca deu resultados bastante satisfatórios, tendo mesmo sido adoptada por alguns armadores da ilha de S. Vicente (Ramos, 1994). Esta pesca foi abandonada provavelmente porque o recurso alvo, que é muito vulnerável, foi se tornando mais escasso. Aparentemente a razão porque o palangre não foi adoptado pela pesca artesanal seria porque as embarcações são de tamanho reduzido, os recursos numa determinada zona de pesca esgotam-se facilmente obrigando os pescadores a procurar zonas mais longínquas para a pesca, o que dificulta as viagens de regresso devido ao peso das espécies capturadas. A falta de receptividade à carne de tubarão por parte dos consumidores dificultou ainda mais a vulgarização da arte. A única aceitação era para a carne salgada e seca, mas como isso impedia a obtenção de rendimentos imediatos por parte dos pescadores, estes não se entusiasmaram por isso. A não existência de pequenos aladores manuais que facilitassem a utilização deste engenho seria ainda uma outra razão para a pouca divulgação da arte.

A maioria dos botes que pratica a pesca à linha são de boca aberta, de 3 a 9 metros de comprimento, fabricados em madeira, com motores fora de borda de 5 – 8 CV, com uma tripulação que varia de 2 a 5 pescadores.

O mais recente levantamento geral (1999) registou 1.257 botes de pesca artesanal, dos quais 28 são apetrechados com redes de cerco. Assumindo que as embarcações com rede de cerco são maiores e não efectuem a pesca à linha, pode-se estimar o número de botes que praticam a pesca artesanal à linha em 1.229. As embarcações não são autónomas e não dispõem de equipamentos de segurança.

A duração média actual de cada viagem é de 10 horas (INDP, 2000), o que denota um aumento quando comparado com 1995, altura em que era de 7 horas (Tavares, 1999). Isso significa que o pescador necessita de mais tempo para efectuar a pesca, provavelmente porque os pesqueiros têm menos peixe e ainda porque são assim obrigados a procurar pesqueiros mais afastados. Aliás nas entrevistas os pescadores mencionaram esse facto dizendo que agora deslocam-se a pesqueiros mais afastados, que podem exigir-lhes muitas horas (10 a 9 horas) para a viagem de regresso. Por exemplo, os de Santiago dirigem-se a pesqueiros tão distantes quanto João Valente para efectuar a faina. Isto causa um sério problema pois que as embarcações são de reduzida dimensão e muitas vezes não dispõem de equipamentos de segurança e navegação marítima. Os próprios pescadores confessam que nem sequer conservam a bordo os remos ou a vela para utilização em caso de avaria do motor.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. Praticada ao longo de todo o ano tem como alvo dois grandes grupos de espécies: os tunídeos e similares e os demersais. No primeiro grupo, as espécies alvo são a albacora (*Thunnus albacares*) e o serra (*Acanthocybium solandri*), sendo o gaiado (*Katsuwonus pelamis*), o dourado (*Coryphaena hippurus*) e a merma (*Euthynus alletterattus*), outras das espécies pescadas. Dos peixes demersais, as espécies mais desembarcadas são a garoupa (*Cephalopholis taeniops*), as moreias (Muraenidae), o salmonete (*Pseudupeneus prayensis*), o esmoregal (*Seriola* sp.), os sargos (Sparidae). De destacar ainda o chicharro (*Selar crumenophthalmus*), um pequeno pelágico, como uma das espécies mais pescadas com linha de mão.

O potencial de atuns de superfície para a ZEE de Cabo Verde, estimado em 25.000 toneladas (Hallier, 1996) é considerado subexplorado, tendo em conta as capturas totais estimadas e declaradas das frotas nacional e estrangeira. Para os demersais as avaliações apontam para uma situação em que na sua generalidade, as possibilidades de aumento das capturas de demersais de fundos rochosos são extremamente limitadas. Alguns bancos e zonas anteriormente pouco explorados, sobretudo os mais pequenos e costeiros, começam a dar sinais de uma exploração insustentável (Oddson e Monteiro, 1997). Estima-se no entanto que existe um potencial anual considerável por explorar em algumas zonas : Bancos de Boavista, João Valente, Tarrafal e Bancona, com um potencial estimado em 3.000 a 6.500 toneladas (Oddson e Monteiro, 1998) e plataforma arenosa de Boavista – Maio, com um potencial estimado de 700 a 2.800 toneladas (Thorsteisson *et al*, 1994).

A plataforma à volta das ilhas e os bancos de pesca, sobretudo os mais costeiros, constituem as áreas de pesca mais frequentadas. As embarcações mais pequenas (3,5 a 4 metros, com 5 a 8 CV de potência) normalmente não se afastam muito da costa, enquanto que as embarcações maiores (maiores que 5,5 metros, com potência mínima de 15 CV), frequentam bancos de pesca algo mais longínquos. Os pescadores dirigem-se para zonas específicas onde sabem que espécies capturar. Referem ainda que tentam evitar ao máximo que os outros pescadores conheçam os pesqueiros mais produtivos por eles utilizados.

Capturas actuais e CPUE. A nível estatístico, as capturas e o esforço para os diferentes métodos de pesca à linha são todos contabilizados como linha de mão. As capturas totais na última década apresentam uma tendência para o aumento. Nos desembarques da linha de mão predominam as espécies de tunídeos e afins (mais de 50% das capturas totais), se bem que a percentagem dos peixes demersais tem mostrado uma tendência de crescimento. As capturas de pequenos pelágicos não ultrapassam a meia tonelada.

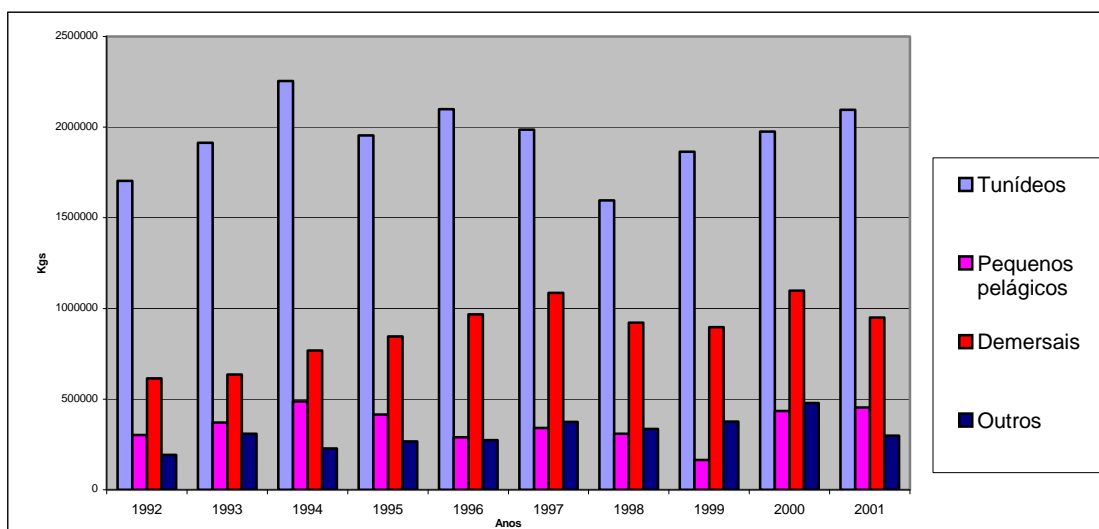


Figura V-9 *Evolução das capturas da linha de mão por grupos de espécies*

O esforço, que tem vindo a aumentar paulatinamente, passou de 105.354 viagens em 1992 para 158.844 viagens em 2000, tendo no entanto sofrido uma baixa em 2001 (140.477 viagens). A CPUE que se manteve relativamente estável entre 1993 e 1997, tendo sofrido uma quebra importante em 1998, devido à diminuição de tunídeos nas capturas, tem vindo a recuperar progressivamente, apesar de não ter alcançado ainda os níveis dos anos anteriores.

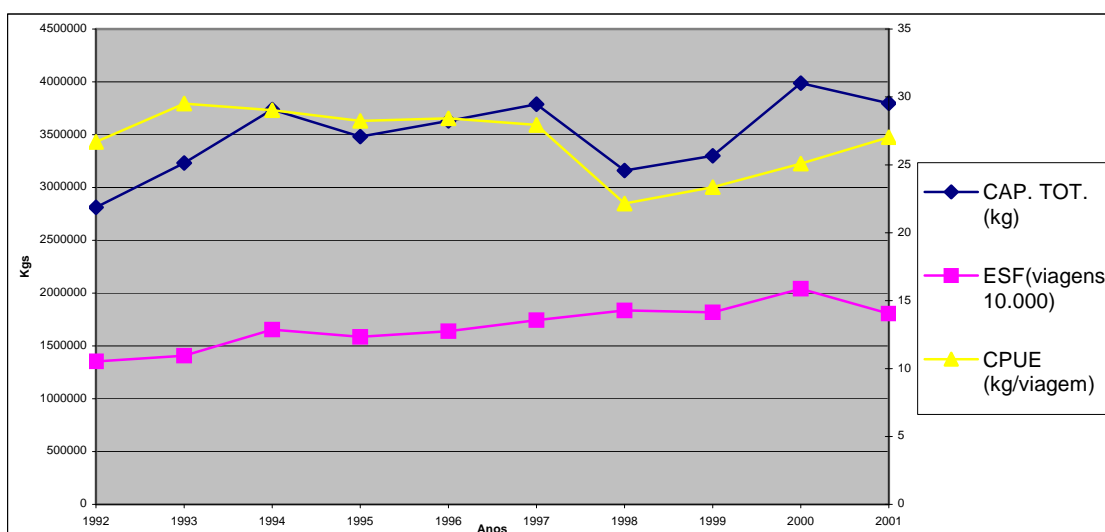


Figura V-10 *Evolução da captura, esforço e rendimento da linha de mão*

Constatam-se diferenças significativas entre as ilhas, tanto em termos de capturas que de CPUE. Estas diferenças estariam ligadas ao facto que ao redor de algumas das ilhas os recursos seriam menos abundantes, agravado pela natureza rochosa do fundo (Santiago e Fogo) ou pelas altas pressões de pesca que se exercem a nível de certas zonas (Sal). Essas diferenças podem ainda existir numa mesma ilha, de uma comunidade de pesca a outra.

Quadro V-9 Comparação das capturas, do esforço e da CPUE por ilhas em 2001

	SA	SV	SN	SL	BV	MA	ST	FG	BR
Captura (Kgs)	335.345	557.989	377.868	81.326	130.661	525.891	1.143.109	280.901	369.681
Esforço (viagens)	11.863	14.074	7.121	6.066	4.572	13.780	57.394	18.294	7.282
CPUE (kg/viagem)	28	40	53	13	29	38	20	15	51

Fonte: Boletins estatísticos do INDP

Devido à sazonalidade da abundância de tunídeos em águas de Cabo Verde, a captura de tunídeos alterna com a captura de demersais. No entanto, se bem que a pesca de demersais enfraquece na época em que os atuns são mais abundantes, não chega a desaparecer de todo, e vice-versa. Muitas vezes os pescadores saem para a faina apetrechados para os dois tipos de pesca, levando consigo anzóis de tamanhos e linhas de espessuras diferentes, pescando assim numa mesma viagem espécies de um e de outro grupo.

A captura de tunídeos na pesca artesanal com linha de mão é fraca nos seis primeiros meses do ano, com uma média de 120 toneladas por mês. Elas aumentam entre Julho e Novembro (com uma baixa em Setembro) passando a uma média de 200 toneladas por mês. Em Dezembro a captura média é de 140 toneladas por mês (Monteiro, 2000). As espécies mais capturadas pela linha de mão são o albacora (em média 36% da captura total dos últimos cinco anos) e o serra (12,6%). O lobo e a merma aparecem em quantidades menos significativas (em média 1,4% e 1,3% respectivamente). O gaiado, que estava diminuindo nas estatísticas de captura teve aumentada em duas vezes e meia a sua captura em 2001. O patudo, que aparecia em quantidades menos importantes nas capturas tem vindo a diminuir e em 2001 desapareceu das estatísticas de capturas. Isto é confirmado pelos pescadores. Existem no entanto variações importantes em termos de composição das capturas de tunídeos de ilha para ilha. Por exemplo, para a ilha do Fogo a espécie de tunídeos mais representada nas capturas para o período em análise é o serra.

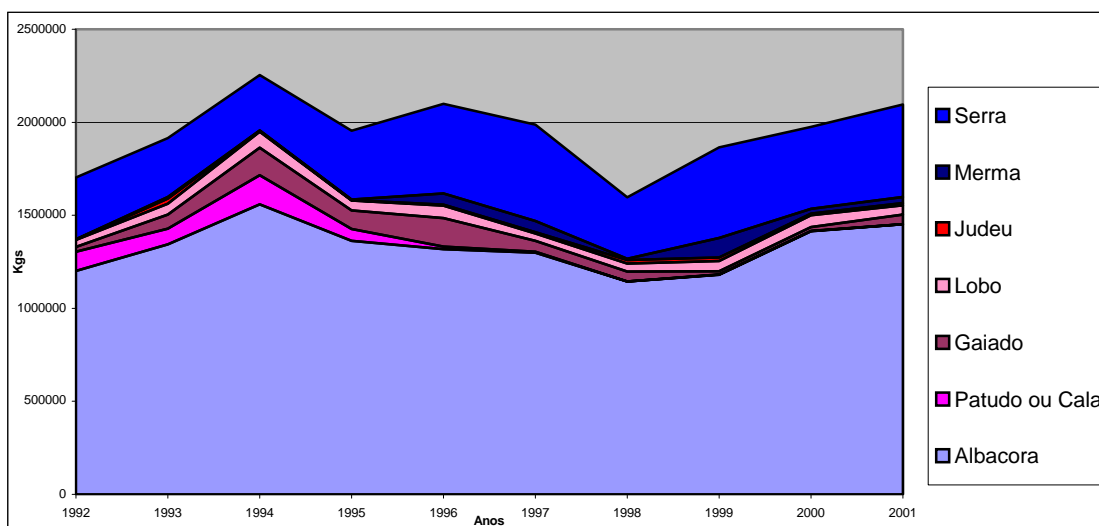
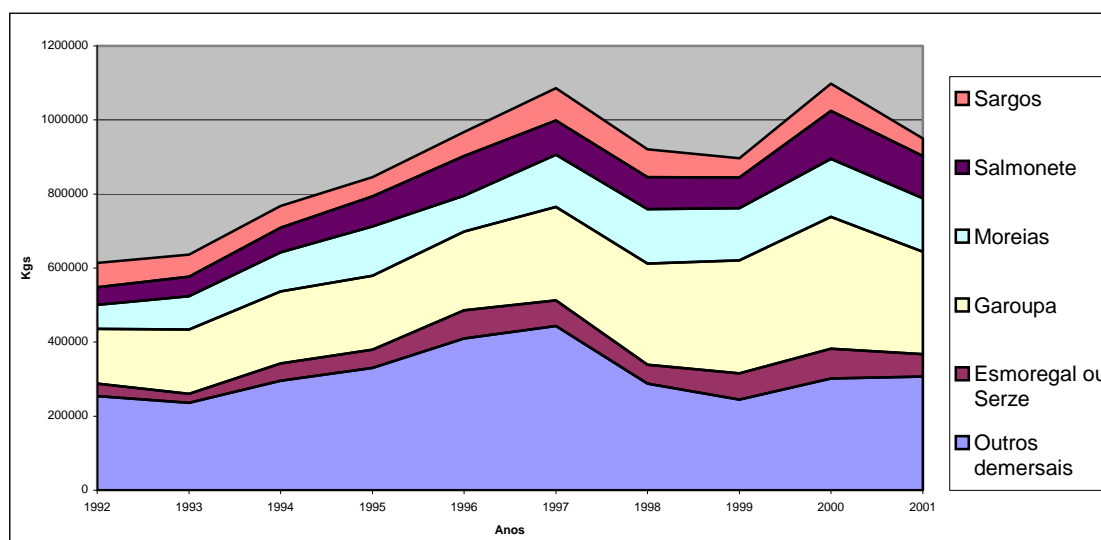


Figura V-11 *Evolução das capturas de tunídeos pela linha de mão*

Quanto aos demersais, as espécies mais capturadas foram a garoupa (em média 8,1% para os últimos cinco anos), as moreias (4%), o salmonete (2,8%), os sargos (1,9%), o esmoregal ou serze (1,8%), seguidos pela bica de rocha, o bidião e a façola (com 1% para cada espécie). Aqui também existem variações significativas entre ilhas e mesmo de uma comunidade de pesca à outra. Assim, para o período em análise, a espécie mais importante para a ilha de S. Nicolau foi o esmoregal com perto de 4% dos desembarques, para as ilhas de Santiago e S. Vicente foi o salmonete (6% e 5% respectivamente), para as ilhas da Boavista, do Maio e do Sal foram os sargos (9%, 4% e 3% respectivamente).

**Figura V-12** *Evolução da captura de demersais pela linha de mão*

No que diz respeito aos pequenos pelágicos, a espécie mais representada é o chicharro (em média 5,4% para os últimos cinco anos), seguido pelo voador (1,3%) e pela cavala preta (1%). Em algumas ilhas outras espécies podem adquirir importância, como o voador na ilha do Fogo (4%).

Comercialização. A pescaria artesanal à linha é um dos principais meios de subsistência em muitas das comunidades piscatórias do país, dependendo dela um grande número de agregados familiares. Destinada principalmente ao mercado interno, constitui uma fonte de proteína animal para uma parte significativa da população e uma importante fonte de abastecimento de restaurantes e hotéis. Os demersais e tunídeos e similares são comercializados quase que exclusivamente frescos, salvo nalgumas épocas em que se vende atum congelado nalgumas regiões do arquipélago. Devido principalmente à falta de meios financeiros, o gelo é pouco utilizado para a conservação, com a exceção dos casos em que as capturas são realizadas em zonas longínquas e a faina de pesca dura mais do que um dia, como por exemplo na pesca de demersais em Santa Luzia e ilhéus, realizada por pescadores de Salamansa (São Vicente), Santo Antão e São Nicolau, os da ilha da Brava que vão pescar nos ilhéus, ou ainda os de Santiago quando vão para pesqueiros mais longínquos.

A comercialização é feita por grupos diversos. Geralmente, os pescadores não desempenham qualquer papel a este nível. Entregam o pescado às esposas ou vendem-no a outras peixeiras, que por sua vez o vendem às rabidantes ou, em

alguns casos, a clientes particulares, como donos de hotéis e restaurantes. No sistema de venda de pescado, consoante as relações existentes entre o pescador e a peixeira, adopta-se a modalidade de pronto pagamento ou de venda a crédito. De notar no entanto que na ilha do Fogo existe um número importante de pescadores que procedem eles próprios à comercialização de pescado (Monteiro, 1998). As rabidantes vendem o peixe nos mercados municipais, nalguns casos nos mini-mercados, ou de porta em porta nas comunidades, vilas e cidades, directamente ao consumidor, transportando o peixe à cabeça. Existe comercialização inter-ilhas, efectuada maioritariamente pelas rabidantes, destacando-se os pontos receptores de São Vicente (que recebe pescado de Santo Antão), Sal (de São Nicolau e Boavista) e Santiago (de Boavista, Maio, Brava, Fogo e até São Vicente). As peixeiras e rabidantes são geralmente mulheres relativamente jovens, com idade entre os 25 e os 44 anos. A margem de benefícios das peixeiras é boa, entre 10 a 35% (*op. cit.*), apesar de no entanto dizerem que obtêm um fraco rendimento médio diário.

Outros grupos se dedicam à comercialização de peixes demersais e atum, como é o caso de pequenas empresas familiares (Rabipesca, na Brava), pequenos grupos associativos de peixeiras (Maio, Santiago, São Vicente), grupos de comerciantes do pequeno comércio, entre outros exemplos.

Os pescadores. A pesca artesanal é, normalmente, uma actividade tradicional. O pescador se inicia na pesca entre os 11 e os 13 anos. A idade média dos pescadores estimada por Monteiro (1998) era de 25 a 34 anos. O pescador está muitas vezes inserido numa família onde pode haver 2 ou mais membros envolvidos na actividade de pesca. O tamanho do agregado familiar é grande (5 a 7 membros). O número de pescadores artesanais mostra uma tendência geral de aumento, se bem que nalgumas ilhas se terá verificado ligeiras diminuições, o que resulta das crescentes migrações entre as ilhas e da transferência para outros sectores de actividade.

As condições habitacionais e de vida dos pescadores são difíceis e possuem um fraco nível de formação escolar. De uma maneira geral as comunidades tem escassez em termos de infra-estruturas de base e equipamentos sociais, excepto no que diz respeito aos estabelecimentos escolares e postos sanitários, cuja distribuição pode ser considerada como razoável (*op. cit.*). A maioria dos pescadores não são proprietários das embarcações em que pescam, podendo esta pertencer à família ou a um patrão.

O rendimento médio semanal do pescador varia entre os 2.500 escudos e os 20.000\$00. Esses rendimentos são utilizados para a manutenção da família, a compra de material de pesca e a melhoria das embarcações. A nível dos rendimentos obtidos da pesca existem diferenças notórias consoante as comunidades a que pertencem os pescadores. Assim os pescadores de algumas comunidades da ilha de Santiago (Porto Mosquito, Cidade Velha, Achada Ponta) e os das ilha do Fogo onde os recursos em demersais são mais escassos, e onde a CPUE é fraca, têm um baixo rendimento. Este fraco rendimento estaria ainda ligado à dimensão mais reduzida das embarcações e às taxas de motorização mais baixas (Boletim estatístico nº10). Ainda neste grupo podemos enquadrar os pescadores do Sal. Os pescadores de ilhas como S. Vicente, S. Nicolau e Brava, obtêm rendimentos mais elevados. As embarcações são de maiores dimensões, as taxas de motorização são mais elevadas, e aparentemente os recursos estão mais disponíveis. Numa categoria intermédia vamos encontrar os pescadores da Boavista, do Maio e de Sto. Antão. No entanto é necessário considerar isto com muita prudência pois no seio de uma ilha existem diferenças significativas. Assim em Santiago temos pescadores que podem auferir rendimentos importantes. São

sobretudo os que vamos encontrar a nível do Cais de pesca, que assumem já um papel quase que de empresários de pesca, que são proprietários das suas embarcações e por vezes de mais do que uma embarcação. A nível da ilha do Maio podemos também encontrar essa categoria de pescadores.

A repartição dos rendimentos processa-se da seguinte forma: depois de retiradas as despesas (alimentação, combustível, isco), o restante é repartido em partes iguais entre os pescadores, o bote e o motor. Os fracos rendimentos auferidos não permitem a acumulação de grandes poupanças, para além do facto de não existir uma tradição nessa área. Os pescadores aprovisionam-se sobretudo a nível dos estabelecimentos comerciais (*op. cit.*).

Apesar da maioria dos pescadores dedicar-se exclusivamente à pesca uma percentagem significativa exerce outras actividades complementares da actividade de pesca. É sobretudo a nível da ilha de Santiago que vamos encontrar tal situação, enquanto que em S.Vicente essa percentagem é extremamente reduzida. Dentre as actividades complementares podemos destacar a agricultura, a pecuária, o comércio e a construção civil (*op. cit.*).

Embora exista uma percentagem razoável de estruturas ou grupos organizados em quase todas as comunidades piscatórias, é fraca a percentagem de pescadores que pertençam ou tenham algum vínculo com as mesmas.

Existem muitos conflitos entre os pescadores da pesca a linha entre si e entre estes e a frota industrial, na captura do isco para a pesca, quando feita nas baías e zonas abrigadas junto à costa. Em Tantom e Portete, na ilha Brava, em Preguiça, na ilha de S. Nicolau, e no Porto Novo, na ilha de Sto. Antão, esses conflitos atingiram proporções significativas. Na ilha da Brava, os problemas com a frota da pesca industrial foram ultrapassados visto que por união dos pescadores artesanais, essa frota foi afastada. No entanto, persistem os problemas entre os próprios pescadores artesanais, alguns capturando o isco nas baías e zonas abrigadas à revelia dos outros. Houve uma tentativa no sentido da instalação de viveiros comunitários para isco, mas aparentemente isso não foi bem sucedido.

Existem ainda conflitos entre a pesca à linha e a pesca de mergulho, pois que os mergulhadores entram muitas vezes em directa concorrência capturando o peixe logo por debaixo da embarcação que está pescando. Podemos ainda mencionar os conflitos entre os botes na faina do atum por não serem respeitadas as distâncias entre as embarcações (INDP, 1999).

Um outro tipo de conflito existente diz respeito à extracção de areia das praias. Os pescadores das ilhas de Santiago (Porto Mosquito, Cidade Velha, Ribeira da Barca), do Fogo e da Brava dizem que a extracção de areia tem afectado de tal forma as praias que a areia praticamente desapareceu das mesmas deixando muitas vezes somente rochedos e estabelecem uma correlação directa entre este facto e a diminuição dos recursos na zona. Ironicamente, muitas vezes são as mulheres dos próprios pescadores que fazem essa extracção. No Fogo essa extracção afecta a própria segurança das embarcações que, por falta de areia, arriscam-se a embater nos rochedos quando o mar está mais agitado. Os pescadores dizem ainda que a multa prevista para a extracção de areia de praias proibidas é muito baixa, não tendo qualquer poder de dissuasão.

Medidas de gestão estabelecidas. As medidas para os tunídeos dizem respeito ao peso mínimo de 3,2 kgs para a captura de albacora e patudo. Relativamente aos demersais podemos assimilar a estes a medida de gestão relativa à reserva da

capturas das espécies sedentárias da plataforma continental à frota nacional. Relativamente aos pequenos pelágicos existe a medida regulamentar relativa à apanha do isco vivo para a pesca do atum adoptada por uma circular do Capitão dos Portos de Cabo Verde em 12 de Outubro de 1972, que estabelece 6 cm como tamanho mínimo para a captura de isco, o período que vai de 1 de Julho a 15 de Agosto como período de defeso para a pesca de chicharrinho. Estabelece ainda a interdição de pesca para esta espécie. Relativamente a esta circular existe alguma ambiguidade quanto ao seu valor como diploma, visto que foi uma medida adoptada anteriormente à independência do país, mas aparentemente é uma medida que está sendo seguida pelos agentes de fiscalização da Capitania dos Portos.

14.1.1.2 Problemas a resolver na pescaria

(Neste ponto pretende-se referir de forma sucinta os problemas que se encontram mencionados ao longo do texto do parágrafo anterior e que se encontram sistematizados na árvore do problema)

Os principais problemas a resolver na pescaria são os seguintes:

- *Os stocks de demersais apresentam em certas zonas indícios de sobreexploração*, devido à alta pressão de pesca e ao facto que são recursos com um ciclo de vida longo e, portanto, um índice de recuperação lenta
- *Não existem propostas de medidas de gestão para a pescaria por insuficiência de conhecimentos*. Isso seria devido ao facto que a investigação não acompanha suficientemente a pescaria e as amostragens são insuficientes e não contínuas. A monitorização por cruzeiros é insuficiente, assim como as capacidades de avaliação.
- *O potencial disponível de tunídeos não é suficientemente explorado pela frota artesanal*, pois as tecnologias de pesca utilizadas são bastante limitativas e as embarcações são pouco seguras por causa das suas características (reduzido tamanho, boca aberta e motor fora de borda) e da falta de utilização de equipamentos de segurança marítima e de navegação e do respeito das normas por parte dos pescadores.
- *Existem problemas de comercialização devido à falta de disponibilidade em contentores de conservação de pescado, das infra-estruturas de frio, de gelo e dos preços dos dois últimos, considerados elevados pelos pescadores*. O facto de os preços obtidos em alturas de excedente de pescado serem muito baixos reduz a rentabilidade da pescaria.
- *Existem problemas de aprovisionamento em equipamentos e materiais*, que nem sempre estão disponíveis, muitas vezes são de fraca qualidade e têm um preço considerado elevado pelos pescadores. Há ainda o problema do corte do subsídio de combustível para a pesca artesanal que foi introduzido pela Portaria nº9/2003.
- *Conflitos de diversa ordem*, com outras embarcações, com outros tipos de pesca e com outras actividades ligadas à orla marítima, complicam a situação da pescaria.
- *Os pescadores têm recursos financeiros reduzidos*, o que é agravado pelas fracas capacidades de gestão e de poupança e por um sistema pouco eficaz de acompanhamento do crédito concedido, e ainda pelo reduzido rendimento da pescaria.
- *A falta de organização da classe profissional é outro entrave ao desenvolvimento da pescaria*.

- *A falta de clarificação entre o conceito de pesca artesanal e pesca industrial é um outro problema que afecta pescaria.*

14.1.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria de demersais, tunídeos e afins com linha pode ser definido da seguinte forma:

Uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, em especial no que respeita aos demersais, visando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local.

Grupo-alvo: As comunidades de pescadores artesanais que praticam esta arte de pesca

14.1.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados a seguir enumerados, os quais por sua vez são produzidos mediante a realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) A investigação acompanhando sistematicamente a pescaria

Actividades requeridas:

- 1.1 Aperfeiçoamento e alargamento do sistema de amostragem e do banco de dados sobre demersais, de modo a torná-lo eficiente e contínuo
- 1.2 Procura da sustentabilidade da amostragem feita actualmente em todas as ilhas ou procura de alternativas menos custosas
- 1.3 Realização de estudos socio-económicos sobre a pescaria
- 1.4 Aquisição de experiência em avaliações e acompanhamento

2) Stocks de demersais em recuperação nas zonas sobre-exploradas

Actividades requeridas:

- 2.1 Estudo sobre a pesca nas zonas que apresentam indícios de sobre-exploração

3) Captura de tunídeos aumentada

Actividades requeridas:

- 3.1 Análise da problemática da reduzida vulgarização das tecnologias de pesca alternativas já promovidas
- 3.2 Introdução de embarcações mais seguras, de maior porte e motor interno

4) Reduzidos os conflitos com outras embarcações, com frotas industriais e outras actividades da orla marítima

Actividades requeridas:

- 4.1 Estudo para o estabelecimento de zonas de pesca à linha de mão reservadas às comunidades
- 4.2 Acções visando a criação de uma zona reservada no interior das 3 milhas náuticas às actividades das pescarias consideradas artesanais a nível do presente plano.
- 4.3 Informação/sensibilização sobre a legislação relativa às regras a respeitar na faina da pesca e a outras leis.
- 4.4 Reforço da fiscalização da orla marítima e aplicação das sanções previstas.

5) Promovida a melhoria das condições de comercialização

Actividades requeridas:

- 5.1 Promoção de reflexões conjuntas com o sector dos transportes marítimos no sentido da regularização e adaptação das vias marítimas para escoamento do pescado entre as ilhas
- 5.2 Promoção de acções de formação em gestão e manutenção de meios de conservação/produção de gelo
- 5.3 Promoção da transferência da gestão e da manutenção dos meios de conservação/produção de gelo e centros técnico-sociais já existentes nas comunidades para operadores ou associações pertencentes à comunidade

6) Promovida a melhoria do aprovisionamento em equipamentos e materiais

Actividades requeridas:

- 6.1 Acção para o restabelecimento do subsídio para combustível
- 6.2 Promoção de acções comunitárias de formação para manutenção dos equipamentos e materiais de pesca

7) Promovida a melhoria das capacidades financeiras dos operadores do sector

Actividades requeridas:

- 7.1 Promoção de acções comunitárias de formação sobre poupança, gestão e crédito
- 7.2 Promoção da criação de mutualidades e caixas de poupança e crédito
- 7.3 Reflexão conjunta com instituições financeiras para abertura de linhas de crédito bonificadas específicas a serem geridas pelas mutualidades e caixas de poupança e crédito ou associações comunitárias

8) Aumentada a segurança das embarcações

Actividades requeridas:

- 8.1 Sensibilização dos pescadores à necessidade de utilização de equipamentos de navegação e segurança marítima
- 8.2 Promoção da aquisição dos equipamentos mínimos de navegação e segurança marítima
- 8.3 Reforço da fiscalização e aplicação efectiva de sanções em caso de não respeito das normas de navegação e segurança marítima

9) Promovida a organização da classe profissional

Actividades requeridas:

- 9.1 Promoção de acções de informação/sensibilização sobre as vantagens da organização da classe profissional

10) Clarificada a diferenciação entre pesca artesanal e industrial

Actividades requeridas:

- 10.1 Estudo para definição dos critérios de delimitação da pesca artesanal da pesca industrial
- 10.2 Regulamentação da definição da pesca artesanal e da pesca industrial

14.1.4 Medidas de gestão

14.1.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão para a pescaria

1) Medidas de conservação:

1.1 *Manter as medidas de conservação relativas à interdição de captura de exemplares de albacora e patudo de peso inferior a 3,2 kgs.*

Esta é uma medida de conservação adoptada pela ICCAT (recomendações 72-1 e 79-1) e pela nossa legislação que importa manter e cujo respeito é necessário reforçar. Sobretudo que se constata que uma gama importante dos indivíduos capturados encontra-se no estado de pré-adulto, de 60 a 120 cm para o albacora e de 80 a 122 cm para o patudo, portanto provavelmente acima dos 3,2 kgs. Para o patudo esta medida não teria impactos negativos sobre a frota pois que já não é contabilizado nas capturas estatísticas de pesca actuais. Para além disso os pescadores dizem que respeitam normalmente a medida.

2) Medidas de gestão:

2.1 *Reserva de uma zona exclusiva para as actividades das pescarias artesanais no interior das 3 milhas náuticas*

Esta medida visa solucionar os conflitos existentes entre esta pescaria e as frotas industriais na captura do isco. Ela visa também ajudar na solução do problema de segurança marítima por excessivo afastamento da costa por parte das embarcações desta pescaria. Esta zona de reserva poderia por exemplo ser delimitada no interior das 3 milhas náuticas.

14.1.4.2 Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão da pescaria

3) Da investigação

3.1 *Alargamento do sistema de recolha estatístico actual à colecta de dados relativos à primeira venda do pescado*

Esta medida permitiria aprofundar os conhecimentos sobre a pescaria e avaliar a sua rentabilidade e a sua importância e valor, bem como acompanhar de perto a evolução dessa rentabilidade. Trata-se de uma acção que era realizada de maneira rotineira nos anos anteriores e que foi abandonada, podendo ser perfeitamente retomada.

3.2 *Aperfeiçoamento do sistema de recolha estatístico actual para complementos de informação sobre o esforço dirigido aos diversos grupos de espécies visadas por esta pescaria*

Esta medida permitiria conhecer melhor a CPUE segundo os grupos de espécies, o que forneceria um precioso indicador de abundância que poderia ser utilizado para um acompanhamento mais fino da pescaria, aumentando o período necessário à realização de cruzeiros de avaliação

3.3 *Compilação e tratamento das informações socio-económicas existentes sobre a pescaria.*

Foram realizados diversos estudos sobre esta pescaria, em particular os diagnósticos das comunidades de pesca artesanal. No entanto falta a esses estudos um tratamento que permita sistematizar por comunidades os dados recolhidos e introduzi-los num banco de dados acessível a

consultas tanto por parte dos elementos da investigação, como por parte das outras instituições do sector

3.4 *Realização de um estudo para clarificação dos critérios de definição da pesca artesanal e da pesca industrial*

Esta medida pretende resolver o problema de delimitação clara dos conceitos da pesca artesanal e industrial e da classificação das embarcações.

3.5 *Estudo para implementação de um sistema sustentável amostragem em todas as ilhas para as principais espécies de demersais capturadas.*

Existe já um sistema de amostragem implementado pelo INDP e reforçado pelo projecto FOPESCA. Trata-se de estudar e implementar a melhor forma de garantir a continuação dessa amostragem depois da retirada do projecto prevista para 2004. Esta medida permitiria ainda a melhor identificação das zonas de pesca que apresentam indícios de sobreexploração e o acompanhamento da evolução da situação nessas zonas

3.6 *Realização de estudos socio-económicos complementares sobre a pescaria.*

Esta medida viria na sequência da medida acima indicada e permitiria completar o banco de dados com outras informações socio-económicas relevantes sobre a pescaria. A este nível importaria analisar questões de cariz social e de formas de gestão tradicionais das comunidades de pesca, visando identificar as possíveis formas de co-gestão de zonas de pesca reservadas às comunidades.

3.7 *Melhoria das capacidades existentes em avaliações*

Esta medida visa a que os investigadores que trabalham com a pescaria aperfeiçoem e actualizem periodicamente os seus conhecimentos.

4) Da administração

4.1 *Proposta de regulamentação da delimitação da pesca artesanal e da pesca industrial*

Esta medida viria na sequência dos resultados do estudo para clarificação dos critérios de definição da pesca artesanal e da pesca industrial a ser realizado pela investigação

4.2 *Informação/sensibilização sobre a legislação das pescas*

Esta medida é necessária para aumentar os conhecimentos dos pescadores sobre as normas a respeitar na faina da pesca de maneira a reduzir os conflitos existentes

4.3 *Proposta de medidas de gestão actualizadas à medida que os conhecimentos sobre a pescaria vão evoluindo.*

5) Da fiscalização

5.1 *Reforço da fiscalização e aplicação de sanções em caso de não respeito das normas de segurança e de navegação marítima*

14.1.5 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

A medida de reserva da zona de pesca às actividades das pescarias artesanais pode provocar reacções negativas por parte dos operadores da frota industrial de tunídeos e afins com linha/vara, que eventualmente utilizam essa zona para a captura do isco. A possibilidade de ser a frota artesanal a fornecer o isco e a promoção de métodos de pesca alternativos poderiam representar medidas mitigadoras dos efeitos da medida de gestão atrás referida.

14.2 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco

14.2.1 Situação da pescaria

14.2.1.1 Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcações. Não obstante a prática de pesca com redes de cerco ter-se iniciado há muitos anos atrás com a pesca do atum, a nível artesanal a pescaria de pequenos pelágicos com rede de cerco só ganhou expressão no final dos anos 80 com a intervenção de alguns projectos de apoio à pesca artesanal, nomeadamente o PAPASA financiado pelo governo holandês, o SUD-UILL financiado pelo governo italiano e, mais recentemente, o FOPESCA financiado pelo governo alemão.

O impacto das redes de cerco na pesca artesanal foi notório principalmente por ter contribuído para erradicar a pesca nociva com explosivos em algumas ilhas. Porém na ilha de Santo Antão em algumas comunidades continuam com a prática de pesca com explosivos. Para além disso, a introdução das redes de cerco aliada à promoção do uso de gelo na comercialização de pescado contribuiu sobremaneira para a melhoria do abastecimento das comunidades rurais, principalmente na ilha de Santo Antão.

Conforme ilustra o gráfico a seguir, de 1990 à 1995 registou-se uma evolução positiva do número de redes de cerco artesanais no país. As ilhas que mais aderiram ao engenho foram Santiago, S. Vicente e Santo Antão. De 1995 à 1998 houve uma diminuição de 53 para 18 do número de redes existentes no país. Esta diminuição foi motivada por uma ausência total das redes de cerco na pesca artesanal na ilha de Santiago motivada pelo desvio dos operadores da pesca artesanal para a pesca industrial de rede de cerco com a introdução dos barcos de 11 metros.

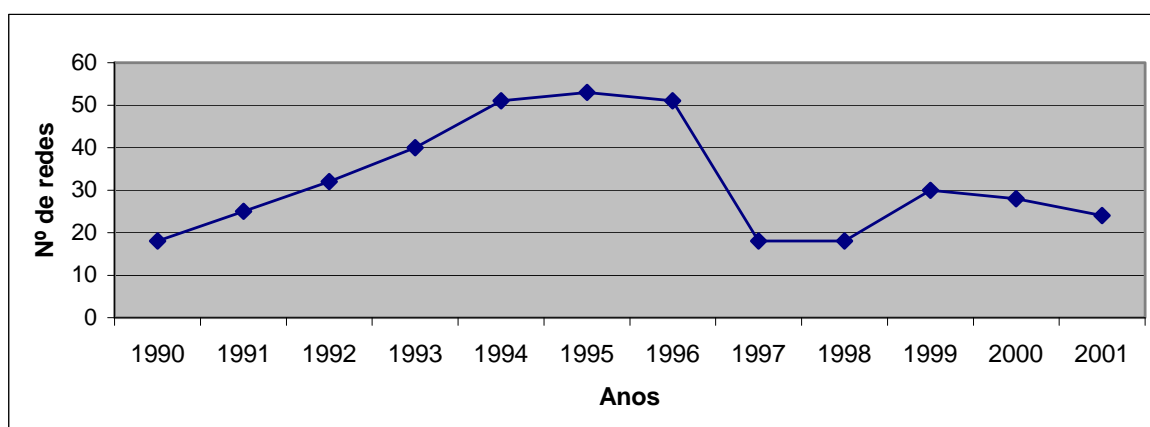


Figura V-13 *Evolução do número de redes de cerco na pesca artesanal*

Actualmente, existem 24 redes de cerco na pesca artesanal em todo o país, dos quais 12 encontram-se em São Vicente, 7 em Santo Antão, 2 no Sal, 1 em Santiago e 2 no Fogo. As redes na ilha do Fogo foram introduzidas em 1998 no quadro das actividades do projecto FOPESCA.

As embarcações artesanais que praticam rede de cerco são de boca aberta com comprimento de 9-10 metros e motor fora de borda de 15-40 CV. Essas embarcações são poucas autónomas, com fracas condições de aprovisionamento,

conservação e segurança pelo que há uma tendência em as substituir por outras melhoradas, com convés fechado e motor interno. As redes utilizadas na pescaria normalmente têm noventa por oito braças de dimensão .

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. A pescaria artesanal de cerco tem como alvo principal o grupo dos pequenos pelágicos: a cavala preta (*Decapterus macarellus*), o chicharro (*Selar crumenophthalmus*). Aparecem em pouca quantidade espécies de pequenos tunídeos como a merma (*Euthynnus alletteratus*). Esses recursos encontram-se distribuídos por toda a ZEE de Cabo Verde, com maior concentração dentro dos limites da plataforma inferior a 200 metros, com pouca probabilidade de serem encontrados em zonas mais profundas (Carvalho e Caramelo 1996). A pesca é feita normalmente em zonas abrigadas, próximas das comunidades dos operadores com interesse na pescaria. Pesca-se ao longo do ano com maior abundância nos meses mais quentes.

O potencial estimado dos recursos alvos é de 6500-8300 tons, sendo 4000-6000 tons de cavala preta, 1000-1500 tons de chicharro e 1500-1800 tons de outros pelágicos.

Capturas actuais e CPUE. De 1997 a 2001 foi capturada uma média de 1159 toneladas de pescado por ano, o que representa 20 % das capturas artesanais e 12% da captura total. Nesse período a cavala preta representou uma média de 68% dos desembarques artesanais com rede de cerco, o chicharro e a dobrada representaram cerca de 7 e 3 %, respectivamente, e a merma 12%.

Até o ano 2000 verificou-se uma evolução positiva das capturas com este engenho, devido a uma crescente captura nas ilhas de São Vicente e Sal. Em 2001 as capturas nesta pescaria diminuíram 28% em relação ao ano anterior, possivelmente devido a uma transferência dos operadores artesanais para as embarcações de oito metros (classificadas como industriais) introduzidas em 2000 no âmbito do projecto de pesca artesanal, financiado pelo BAD.

Quadro V-10 *Evolução das capturas e da CPUE da pescaria artesanal de rede de cerco*

Ilhas	1997		1998		1999		2000		2001	
	CPUE Tons. (Kg/viag)		CPUE Tons. (Kg/viag)		CPUE Tons. (Kg/viag)		CPUE Tons. (Kg/viag)		CPUE Tons. (Kg/viag)	
S. Antão	194	225	319	367	184	211	73	221	207	221
S. Vicente	597	354	659	327	896	467	846	609	385	451
S. Nicolau					62	221	62	221		
Sal	133	222	133	222	154	505	199	272	160	224
Boavista										968
Maio										
Santiago										379
Fogo			163	165			158	165		164
Brava										
Total	924	293	1274	287	1296	299	1338	361	752	277

Fonte: Boletim estatístico do INDP

O quadro geral das capturas varia de ilha para ilha. No período analisado, as únicas ilhas que registaram desembarques sistemáticos com rede de cerco artesanal foram Santo Antão, São Vicente e Sal. No Maio e na Brava não se registaram desembarques com essa arte de pesca. Nas restantes ilhas os desembarques foram esporádicos.

A captura média por unidade de esforço (CPUE) para o país, no período analisado, foi de 303 kg por viagem. A sua evolução comportou uma tendência crescente até o ano 2000. Em 2001 sofreu uma quebra significativa devido a uma redução tanto do esforço como das capturas, apesar de neste ano terem-se registado desembarques nas ilhas de Santiago e da Boavista, o que não vinha acontecendo nos anos anteriores. A maior CPUE foi registada em 2001 na Boavista com 968 kg/por viagem. De realçar que a ilha de S. Vicente registou em todos os anos do período em análise uma CPUE acima da média nacional.

Comercialização. O produto das capturas com rede de cerco artesanal é destinado ao consumo das populações. A comercialização é feita normalmente por mulheres que procedem à sua venda nos mercados municipais ou de porta em porta, transportando o pescado à cabeça. Para zonas mais distantes, utilizam carros para transportar o pescado, muitas vezes sem condições adequadas de conservação. A falta de gelo, de materiais adequados para o manuseamento e a conservação de pescado e as dificuldades no transporte são os principais problemas mencionados na comercialização.

Armadores e Pescadores, Não se sabe exactamente qual o número de pessoas que depende exclusivamente da pesca artesanal com rede de cerco. Considerando uma média de 8 pescadores necessários para a faina de cada embarcação, estima-se que cerca de 260 pescadores operaram na pescaria em 2001. Estima-se que nos anos anteriores o número de operadores envolvido na pescaria era maior. Como já foi referido esta redução tem a ver com a transferência de operadores artesanais para a pesca industrial. Deduz-se que a maioria dos pescadores não dispõe dos meios de produção própria, pelo que se associam, mediante acordos pré estabelecidos quanto a forma de repartição dos rendimentos, a armadores que regra geral são também pescadores. A repartição de rendimentos não difere muito entre as comunidades que praticam esta pescaria e normalmente é feita da seguinte forma: retirados os custos da faina, o rendimento é repartido em partes iguais para tripulantes, bote, motor e rede.

Medidas de gestão estabelecidas. Não existem medidas de gestão relativamente aos recursos alvo da pescaria. Uma vez que as espécies alvo quando juvenis são capturadas para isco vivo, é de mencionar a circular do Capitão dos portos de Cabo Verde de 12 de Outubro de 1972 que fixa a dimensão mínima do peixe que pode ser utilizado como isco vivo em 6 cm, medidos desde a raiz da cauda até à outra extremidade. A mesma circular fixava ainda um período anual de veda da pesca do chicharro pequeno (melãozinho) entre 1 de Julho e 15 de Agosto e proibia mesmo a sua captura, desde que não fosse destinado a isco.

Após a Independência, estas normas deixaram de ser aplicadas de facto. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 17/87 de 18 de Março referente aos princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, o qual definia as competências em relação ao estabelecimento de medidas de gestão, aquelas medidas deixaram de ser aplicadas *de jure*.

14.2.1.2 Problemas a resolver na pescaria

De forma sintetizada, os problemas que afectam a pescaria são os seguintes:

- *Investigação não acompanha sistematicamente a pescaria, (deficiência nas amostragens, estudos sobre a situação da exploração e conservação*

das espécies desactualizados, fracos conhecimentos socio-económicos sobre a pescaria);

- *Inexistência de medidas de gestão para a pescaria;*
- *Frota com poucas condições de segurança e aprovisionamento;*
- *Problemas de comercialização interna (baixos preços praticados, dificuldades de transporte, escassez de gelo, produto com baixo valor acrescentado);*
- *Deficiente funcionamento das infra-estruturas de apoio em terra;*
- *Fraca organização dos operadores de pesca.*

14.2.2 Objectivo específico da pescaria

A pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco tem o seguinte objectivo:

Uma pescaria desenvolvida cautelosamente, a níveis sustentáveis, proporcionando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local contribuindo para a segurança alimentar.

O grupo-alvo ao nível do objectivo específico são as comunidades de pescadores que praticam esta arte de pesca e a população de Cabo Verde.

14.2.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

Para alcançar o objectivo específico da pescaria é necessário produzir os resultados que se seguem, mediante a realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) A investigação produzindo avaliações periódicas da pescaria e recomendações sobre a sua gestão.

Actividades requeridas:

- 1.1 Melhoramento do sistema de amostragem das capturas e da armazenagem de dados;
- 1.2 Formação e estabilização dos investigadores que realizam o acompanhamento da pescaria (biólogos, engenheiros de pesca, sociólogos e economistas);
- 1.3 Actualização dos estudos sobre o estado de exploração das diferentes espécies de pequenos pelágicos;
- 1.4 Elaboração de estudos sócio-económicos sobre a pescaria;
- 1.5 Emissão periódica de recomendações relativas à gestão da pescaria, baseadas nos estudos referidos anteriormente

2) Estabelecidas e fiscalizadas as medidas de gestão para a pescaria de pequenos pelágicos

Actividades requeridas:

- 2.1 Estudos sobre os tamanhos mínimos das diferentes espécies para comercialização;
- 2.2 Estudos sobre a pertinência da fixação de um período de defeso dos principais recursos alvo (cavala e chicharro);

- 2.3 Regulamentação do tamanho das malhas das redes de cerco, em função dos resultados do estudo mencionado em 2.2;
- 2.4 Regulamentação dos tamanhos mínimos das diferentes espécies para comercialização;
- 2.5 Reforço dos meios humanos e materiais atribuídos à fiscalização (capitanias dos portos e agentes de fiscalização das Pescas);
- 2.6 Estabelecimento de uma coordenação entre as Pescas, as Capitánias dos Portos e a Guarda Costeira no que se refere à fiscalização das actividades de pesca.

4) *Promovida a melhoria e adequação das condições das instalações de apoio em terra*

Actividades requeridas:

- 3.1 Promoção de acções para o melhoramento das instalações de conservação;
- 3.2 Promoção de acções para o aumento da produção de gelo;
- 3.3 Promoção de reflexões conjuntas com o sector dos transportes com vista à melhoria das vias de acesso a algumas comunidades e do transporte marítimo entre as ilhas;
- 3.4 Promoção de acções de formação em gestão e manutenção de meios de conservação de frio

5) *Melhoradas as condições de comercialização*

Actividades requeridas:

- 4.1 Acções visando a melhoria das condições de transporte;
- 4.2 Promoção de acções para o aumento da disponibilidade de meios adequados para manuseamento e conservação do pescado;
- 4.3 Formação e seguimento dos operadores de pesca em matéria de conservação e manuseamento de pescado;
- 4.4 Promoção da transferência da gestão e da manutenção dos meios de conservação/produção de gelo e centros técnico-sociais já existentes nas comunidades para operadores ou associações pertencentes à comunidade.

14.2.4 Medidas de gestão

14.2.4.1 *Medidas imediatas de conservação e gestão para pescaria*

Por se considerar as informações disponíveis relativamente à pescaria artesanal de cerco para pequenos pelágicos insuficientes, não se recomendam medidas de conservação e de gestão de aplicação imediata.

14.2.4.2 *Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias*

1) *Da investigação:*

- 3.1 *Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e de tratamento das informações;*

Para os pequenos pelágicos desde há muito tempo foi implementado um sistema de amostragem na Praia e no Mindelo. É necessária a introdução de melhorias paulatinamente, com vista a um melhor conhecimento dos recursos alvo da pescaria.

- 3.2 *Actualizar os estudos sobre a avaliação dos stocks de pequenos pelágicos e emitir recomendações periódicas ao organismo encarregue da gestão;*
- 3.3 *Alargar o sistema de recolha de dados estáticos actual para outros indicadores de natureza sócio- económica*
- 3.4 *Estudo para a definição do tamanho mínimo das espécies comercializadas e dos tamanhos das malhas das redes utilizadas na pescaria.*
- 3.5 *Elaboração de estudos sócio-economicos sobre a pescaria*

Esta medida permitiria um melhor conhecimento sobre aspectos das comunidades de pesca e em complementaridade com os estudos referidos em 2.2 constituiria uma importante ferramenta de análise para tomada de decisões;
- 3.6 *Estudar a pertinência de estabelecimento de período de defeso, na época de reprodução, para algumas espécies de pequenos pelágicos nomeadamente cavala preta e chicharro.*

O período de desova da cavala decorre de Abril a Setembro com um pico em junho (Almada E. 1997). De acordo com alguns operadores nesta altura a espécie é vulnerável tornando-se uma presa fácil;
- 3.7 *Estabilização e formação dos investigadores ligados ao acompanhamento da pescaria*

A estabilização dos investigadores ligados à pescaria, permitiria a sua adequada formação e aquisição de experiência indispensável para se garantir o acompanhamento da pescaria. Esta medida abrange não apenas os investigadores encarregados da avaliação do estado do stock, mas também os sociólogos e economistas responsáveis pela avaliação do estado da pescaria.

2) Da administração:

- 4.1 *Análise dos resultados da investigação e sua materialização em medidas regulamentares de gestão para a tomada de decisão pela administração.*

De acordo com as suas atribuições legais, a administração decidirá, se for competente para isso, ou submeterá à entidade competente as propostas de medidas de gestão. Esta acção poderá ser precedida de consultas a outras instituições com interesses na pescaria de pequenos pelágicos.
- 4.2 *Elaboração de uma proposta regulamentar dos tamanhos da malha de rede de cerco utilizada na pescaria*

2) Da fiscalização:

- 5.1 *Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade e sua execução*

O desencadeamento desta acção exige muito provavelmente alguns ajustamentos institucionais que reforcem a coordenação entre a administração das Pescas, as Capitánias e a Guarda Costeira e a disponibilização de maiores recursos financeiros.

14.2.5 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

Não se propõe medida de gestão para a qual se vislumbre a necessidade de qualquer medida mitigadora.

14.3 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de emalhar

14.3.1 Situação da pescaria

14.3.1.1 Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcação. Embora o exercício da pesca tenha longa tradição em Cabo Verde, verifica-se que há uma tendência para se conservar os hábitos e práticas que se vão adquirindo e transmitindo através de gerações, com pouca abertura para assimilar novas tecnologias. Assim, as linhas, até data relativamente recente, constituíam quase que o único engenho usado no país.

O primeiro censo realizado em 1977 pela então Direcção Nacional das Pescas registou, num universo de 761 botes, um total de 70 redes que se presume serem redes de praia. Desde então outros engenhos têm sido experimentados na tentativa de serem introduzidos.

Em 1984 a empresa SOMAR Lda foi autorizada a fazer uma campanha experimental com o barco português “Patrão Lagoa” com utilização de rede de emalhar e corrico (27/03/84 a 17/04/89) tendo sido os resultados considerados negativos (Vieira, 1985). Foram realizadas três viagens nas zonas de Boavista e Maio, NW de Santo Antão e ilhéu Branco e a única espécie capturada em quantidades apreciáveis foi o cação.

Os primeiros trabalhos de divulgação das redes de emalhar no país iniciaram-se em 1987 pelo IDEPE, Instituto vocacionado para a promoção da pesca artesanal, em colaboração com o projecto PNUD/FAO CVI 028/006, na ilha de Santiago e graças aos resultados obtidos essa técnica foi rapidamente assimilada pelos pescadores locais. Tudo leva a crer que na pesca artesanal as redes de emalhar tiveram uma aceitação razoável.

As redes de emalhar, artes bastante selectivas no que se refere à espécie alvo, e ao tamanho capturado, são artes de pesca constituídas por um pano (redes de emalhar propriamente ditas) ou por três panos (redes de tresmalho) rectangulares, que são posicionadas verticalmente, dentro da água e nas quais as espécies ficam emalhadas pelo opérculo ou enredadas. Podem ser artes fundeadas, de fundo ou de meia-água, ou derivantes, de superfície, de meia-água ou de profundidade.

A sua eficácia depende de vários factores, de entre os quais, a dimensão e a abertura da malha, tensão dos lados das malhas, relação flutuação lastro e das condições do meio ambiente, em particular a corrente e as vagas (Ramos, 1994). De uma maneira geral, essas redes em outras latitudes são colocadas ao anoitecer e recolhidas ao amanhecer do dia seguinte, ficando na água por um período de oito a dez horas.

Esta experiência em Cabo Verde demonstrou uma alta taxa de danificação devido à abundância de tubarões, facto que levou a uma mudança de estratégia na utilização deste engenho.

Actualmente esta modalidade é exercida com um bote de cerca de 6 metros, por cerca de cinco a oito pescadores-mergulhadores dos quais dois ou três mergulham para pesquisar a área e logo que detectam um cardume, levantam a mão assinalando o achado e de imediato a rede é lançada para interceptar e cercar o cardume; a parte de baixo é então fechada e a rede retirada. Trata-se de uma operação que pode ser realizada em pouco tempo se as condições do mar estiverem boas (uma a quatro horas). De referir que os mergulhadores utilizam uma embarcação motorizada e vão equipados com fato de mergulho e garrafa.

A rede geralmente usada em Cabo Verde consta de um pano que varia entre 100 metros de comprimento por 5 metros de altura e 100 metros de comprimento por 10 metros de altura, com uma abertura de malha de 30-40mm (permite a passagem de quatro dedos segundo os pescadores) em que cada bote arma três a quatro panos em série ou caçada. O tempo de vida útil das redes é relativamente curto, entre um ano a ano e meio e o preço varia entre 16 600 \$ 00 a 20 000 \$00 (dezasseis mil e seiscentos escudos a vinte mil escudos).

A pesca com rede de emalhar é conjugada com outras modalidades, nomeadamente a pesca de mergulho, em particular quando a oferta de cavala e chicharro é grande pois trata-se de uma concorrência em que a dobrada entra em desvantagem.

A primeira vez que a rede de emalhar aparece no censo da pesca artesanal é no Boletim Estatístico referente a 1989 onde se regista a existência de 16 redes (10 em Santiago e 6 em S. Vicente). No período de 1989 a 2001 nota-se um aumento progressivo até 1993 (Fig. 14.3.1) e a partir de então há alguma oscilação para a qual não encontramos explicação (Fig.14.3.2)

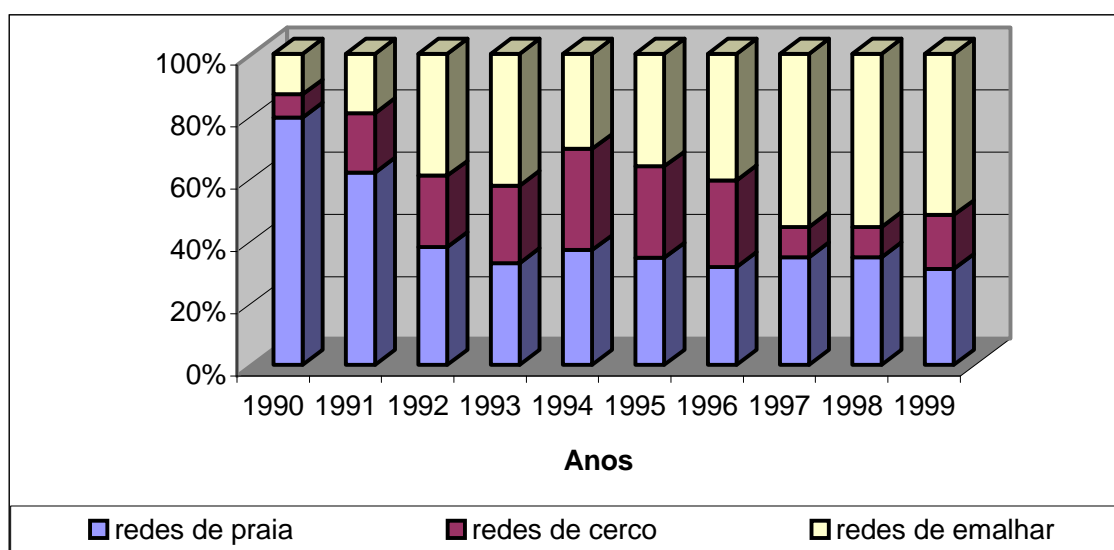


Figura V-14 *Evolução comparativa das redes de praia, de cerco e de emalhar*

Embora a rede de emalhar tenha prevalecido desde o primeiro momento em Santiago, verifica-se que à excepção da ilha do Maio, ela chegou a todas as ilhas em maior ou menor medida. Assim de 1989 a 1992 havia redes apenas em S. Vicente e Santiago; entre 1993 e 1995, para além destas duas ilhas chega também a Santo Antão; entre 1996 e 1997 chega também a S. Nicolau e Sal e em 1999 chegou ao Fogo e Brava.

Em 1999, altura do último levantamento, operaram 84 redes sendo 11 na zona de Barlavento e 73 na zona de Sotavento, das quais 77% estão localizadas na ilha de Santiago.

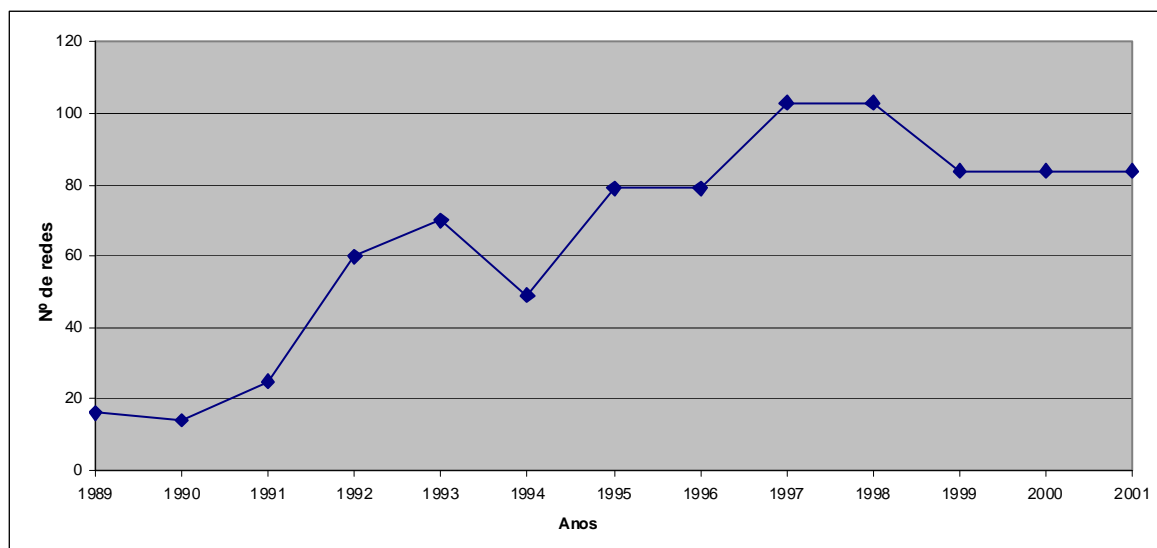


Figura V-15 Evolução do número de redes

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. A pesca é realizada principalmente de dia, geralmente durante o período da manhã, podendo acontecer todos os dias à excepção dos domingos. A área de actuação é nas cercanias da ilha onde estão baseados os pescadores, sem se distanciarem muito da costa (entre 100 e 300 metros).

A principal espécie capturada com a rede de emalhar é a dobrada (*Spicara melanurus*) que nos últimos 10 anos representou em média 85% das capturas deste engenho. A dobrada é uma espécie costeira que se distribui na zona litoral sobre a plataforma continental cujo tamanho máximo referenciado nas fichas de identificação da FAO é de 20 cm, mas normalmente comum até 15 cm. Contudo é de se referir que as amostragens realizadas pelo INDP, no quadro do estudo da dobrada revelam a presença de tamanhos maiores nas nossas capturas (tamanho máximo verificado 41 cm).

A análise da composição específica desta pescaria demonstra que as redes de emalhar capturam praticamente as mesmas espécies que a pesca de arrasto de praia mas ao contrário desta, é mais selectiva e capaz de evitar a captura de juvenis, que se encontram em águas menos profundas, junto da costa.

Até recentemente não havia nenhum programa de recolha de dados dirigido especificamente para a espécie alvo desta pescaria, a dobrada pelo que não existe uma estimativa do potencial para esta espécie. Iniciativas já foram desenvolvidas para estudar a espécie e nomeadamente, em 2002, no quadro do projecto com o Japão, foi iniciado um sistema de amostragem direccionada à caracterização morfológica e à biologia reprodutiva da espécie. Em 2003 o levantamento foi alargado ao cais de pesca na Praia.

Capturas actuais e CPUE. Analisando as capturas totais da pesca artesanal no ano 1989 verifica-se que as capturas provenientes da rede de emalhar representavam apenas 1% desse total. Nos dez últimos anos (1992-2001) essa participação vai aumentando paulatinamente alcançando-se uma percentagem de 19% no ano 2000 (a percentagem média no decurso do período é de 8%). No período compreendido

entre 1992 e 1996 a captura esteve em crescimento e após um decréscimo em 1997 retoma a tendência a crescer até o ano 2000, voltando a diminuir em 2001. As capturas variaram entre um mínimo de 109 ton (1993 e 1997) e um máximo de 1323 ton (2000).

Os dados de composição das capturas analisados indicam a clara predominância da dobrada, com ocorrência ainda de outros pelágicos costeiros como chicharro, cavala e voador e demersais como o bidião, salmonete, sargos e outras espécies que pelas quantidades reduzidas podem ser consideradas espécies acompanhantes.

Quadro V-11 Capturas mensais (em kg) nos últimos cinco anos

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1997	7490	16909	27191	7622	5445	235	15369	8155	2342	63	1496	16387
1998	5345	7984	186	715	45673	82664	75988	160063	84557	76633	37064	38762
1999	76425	90547	59850	58254	45250	122411	88771	97670	34518	24945	58788	101010
2000	80593	97995	181041	122736	195914	174132	164527	100324	48834	36856	49213	71007
2001	86040	62392	45539	65099	62827	62813	61332	42030	19248	14144	20558	18806

Fonte: Boletins Estatísticos do INDP

A análise dos dados referentes aos desembarques mensais permite afirmar que a pescaria é activa ao longo de todo o ano (Quadro V-11), com flutuações nos diferentes meses.

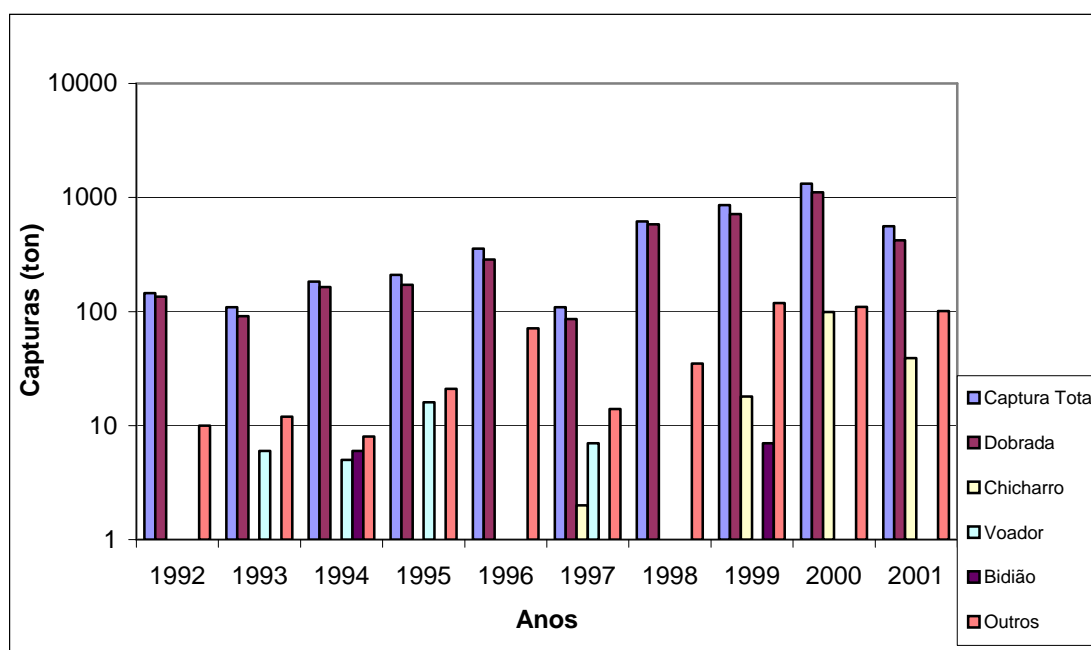


Figura V-16 Evolução da composição das capturas com rede de emalhar (1992 a 2001)

A evolução da CPUE no período em análise mostra uma clara tendência a crescer entre os anos 1992 e 1998, atingindo o seu máximo neste último ano. A partir desta data, está a desenhar-se uma tendência a decrescer pelo que doravante deverá ser cauteloso o desenvolvimento desta pescaria.

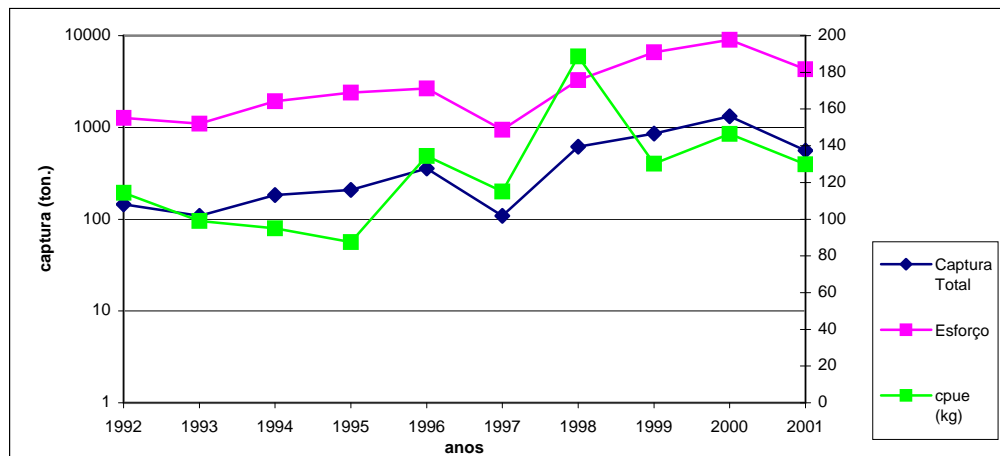


Figura V-17 Evolução da captura, esforço e rendimento (1992 a 2001)

A análise da captura por ilha nos últimos cinco anos (1997-2001) mostra que cerca de 82% da captura foi proveniente de Santiago que detém 77% das redes do país. Segue em proporção S. Vicente e Santo Antão com cerca de 9% do total desembarcado por este engenho (Quadro 14.3.2).

Quadro V-12 Captura e rendimento por ilha nos últimos cinco anos

Ilha	1997		1998		1999		2000		2001	
	C (Ton)	R kg/viag)	C (Ton)	R kg/viag)	C (Ton)	R kg/viag)	C (Ton)	R kg/viag)	C (Ton)	R kg/viag)
Santo Antão	-	-	-	-	66	115	44	112	84	73
S. Vicente	4,9	73	5,7	32	16	62	145	301	128	166
S. Nicolau	5,7	44	-	-	9	58	9	58	-	-
Sal	3	58	3	58	-	-	-	-	-	-
Santiago	95	137	607	200	700	147	1069	141	349	146
Fogo	-	-	-	-	28	58	-	-	-	-
Brava	-	-	-	-	39	112	56	131	-	-
Total	108,6		615,7		858		1323		561	

Fonte: Boletins Estatísticos do INDP

O rendimento médio nacional para este engenho no período em análise variou entre 78kg/viagem e 149 kg/viagem. Comparando os rendimentos por ilha constata-se que a ilha de Santiago apresenta o melhor rendimento médio do período (154 kg/viagem) seguido por S. Vicente com um rendimento de 127 kg/viagem. De referir que são as únicas ilhas cuja série de dados não apresenta interrupções no decurso do período. Nas outras ilhas não se verifica um levantamento estatístico sistemático, apesar de possuírem redes de emalhar segundo os Boletins de estatística (excepto Maio), existindo lacunas na recolha de dados sobre este engenho.

Comercialização. As espécies capturadas por este engenho são geralmente vendidas de imediato, no local de desembarque e tratando-se de pescado de preço

barato é acessível à população. Entretanto quando há abundância de outros pelágicos costeiros como chicharro e cavala, mais apreciados do que a dobrada, acontecem situações de excedente e o pescado é vendido ao desbarato e por vezes deitado fora.

Para o exercício desta modalidade o pescador não leva gelo a bordo dado que a captura e a comercialização se processam no mesmo dia. Todavia quando há excedente de pescado há necessidade de recorrerem ao gelo para conservar o peixe em contentores até poderem comercializar todo o produto em boas condições de salubridade. A questão da insuficiente quantidade de gelo e de contentores foi considerada pelos pescadores como um constrangimento.

Geralmente o pescador usa como intermediário na comercialização as rabidantes/peixeiras que vendem o pescado a outras peixeiras e ao consumidor final. Na distribuição e venda de pescado os intermediários servem-se de carrinhas quando as distâncias são maiores, para se deslocarem aos mercados municipais e a outras localidades para colocação do produto.

Os preços são determinados em função da oferta e da demanda. Em Santiago o pescado é vendido por unidade, num sistema de contagem por pares, sendo um par constituído por cinco peixes.

O produto da venda é repartido pelo sistema de partes entre os pescadores que participaram na operação e a embarcação, depois de retiradas as despesas em gasolina, óleo e garrafa. Como foi referido anteriormente, os pescadores utilizam garrafas de mergulho que são alugadas (500\$ na Praia) e levam fato de mergulho que geralmente são adquiridos em segunda mão.

Tudo indica que a rede de emalhar pode proporcionar um rendimento razoável quando o produto é totalmente absorvido pelo mercado.

Armadores e pescadores. Não se conhece o número real de pescadores envolvidos nesta pescaria; todavia assumindo um máximo de oito pescadores por rede, num total de 84 redes (último censo) pode ser estimado em 672 o número de pescadores que participam nesta pescaria. Não obstante a opinião dos mais velhos de que a adesão dos jovens à profissão tem sido difícil, neste caso, trata-se de uma pescaria exercida por pescadores relativamente jovens que podem também dedicar-se a mergulho quando as condições no mar não permitem o uso da rede de emalhar. De entre os constrangimentos por eles apontados no seu exercício destaca-se a necessidade de disporem dos factores de produção em tempo útil e a preços acessíveis, o fornecimento insuficiente do gelo e a falta de mercado para absorver o pescado capturado.

Medidas de gestão estabelecidas. Não existe nenhuma medida de gestão para esta pescaria visto tratar-se de uma pescaria que se desenvolveu nos anos relativamente recentes.

14.3.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Os problemas identificados para esta pescaria são os seguintes:

- *Um acompanhamento não sistemático da pescaria pela investigação.* De referir que não existe experiência de avaliação dos recursos da pescaria e não existem estudos socio-económicos específicos para a mesma

- *Medidas de gestão inexistentes.* Não se conhece o potencial do stock alvo; os dados existentes são recentes e não permitem a estimativa do potencial
- *Um aprovisionamento deficiente em equipamentos e materiais de pesca.* Os equipamentos e materiais necessários nem sempre estão disponíveis no mercado e os preços praticados são elevados. A qualidade das redes importadas não é boa o que limita o seu tempo de vida útil. Os motores que vêm sendo importados actualmente são marcas consideradas de qualidade inferior pelos pescadores. Acresce o corte recente do subsídio ao combustível que veio encarecer as operações de pesca (a Portaria nº9/2003 determina apenas os operadores da marinha mercante de cabotagem e da pesca industrial como beneficiários do preço especial de combustível)
- *Utilização de meios artificiais (garrafa) como auxílio na localização dos cardumes*
- *Problemas de comercialização interna.* Dado que nesta pescaria se desembarcam quantidades consideráveis de pescado depara-se por vezes com excedente de pescado sem possibilidade de colocação imediata no mercado, implicando preço de venda baixo. Como agravante surge a falta de gelo e de contentores para armazenagem do pescado por um lado aliado à indisponibilidade das câmaras frigoríficas por outro lado
- *Armadores com recursos financeiros reduzidos.* Os armadores nem sempre dispõem de recursos financeiros e têm dificuldade em aceder ao crédito devido à situação dos créditos mal parados no sector, aliado à sua fraca capacidade/hábito de gestão e poupança
- *Falta de organização da classe profissional.* Existe manifesta falta de organização da classe o que dificulta a coesão para defesa dos seus interesses.

14.3.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria artesanal de rede de emalhar tem o seguinte objectivo:

Uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, visando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local.

O grupo-alvo são as comunidades de pescadores artesanais que praticam esta arte de pesca.

14.3.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados, a seguir enumerados, sendo cada um deles produzido pelas actividades indicadas para cada um deles:

1)A investigação acompanhando de forma sistemática e eficaz a pescaria

Actividades requeridas:

- 1.1 Aperfeiçoamento do sistema de amostragem.
- 1.2 Recolha, tratamento e análise dos dados sócio-económicos da pescaria.
- 1.3 Capacitação dos investigadores que realizam o acompanhamento da pescaria com

vista à sua avaliação.

- 1.4 Emissão de recomendações de gestão da pescaria, baseadas no acompanhamento dos principais indicadores do estado do stock, tendo em conta o objectivo específico da pescaria e a sua avaliação económica.

2) Estabelecidas medidas de gestão

Actividades requeridas:

- 2.1 Reforço da recolha, tratamento, análise e disponibilização de dados apropriados para a estimativa do potencial.
- 2.2 Avaliação do potencial.
- 2.3 Estabelecimento de medidas de regulamentação da pesca com rede de emalhar

3) Melhorado o aprovisionamento de equipamentos e materiais

Actividades requeridas:

- 3.1 Promoção de acções para o aprovisionamento de equipamentos e materiais que permita que estejam disponíveis no mercado e a preços acessíveis
- 3.2 Promoção de acções para a importação de motores de melhor qualidade
- 3.3 Promoção de acções para a importação de redes de emalhar com melhor qualidade de malha
- 3.4 Restabelecido o subsídio ao combustível para as actividades da pesca

4) Melhorada a comercialização interna

Actividades requeridas:

- 4.1 Promoção de acções com vista ao aproveitamento do excedente de pescado nomeadamente recorrendo à sua valorização.
- 4.2 Promoção de acções para a melhoria da produção do gelo visando a melhor conservação do pescado
- 4.3 Promoção de acções para a disponibilização de contentores para armazenar o pescado em condições de frescura e higiene

5) Apoiadas acções conducentes à melhoria da situação financeira dos armadores

Actividades requeridas:

- 5.1 Promoção de acções para a melhoria do sistema de crédito para o sector em termos de disponibilidade e acessibilidade
- 5.2 Promoção de esquemas de poupança e de gestão nomeadamente através de mutualidades

6) Apoiadas as iniciativas de organização da classe dos profissionais de rede de emalhar

Actividades requeridas:

- 6.1 Promoção de acções visando agrupar os armadores sem impor superiormente qualquer tipo de organização.

14.3.4 Medidas de gestão para a pescaria

14.3.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

1) De conservação:**1.1** *Não se propõe nenhuma medida imediata.*

Conforme se apurou na caracterização da pescaria vêm sendo usadas redes com dois tamanhos de malha, a saber, 30 e 40 mm. Importa acompanhar o desenvolvimento da pescaria a nível da investigação para se conhecer o tamanho de primeira maturação para a espécie alvo e propor o tamanho de malha que melhor convém.

2) De gestão:**2.1** *Não se propõe nenhuma medida imediata..*

Analogamente à medida anterior, a pescaria deve ser objecto de um acompanhamento cuidadoso a fim de se adquirir maior conhecimento da forma como se desenvolve e ter fundamentação para regular o esforço de pesca em termos de número de redes licenciadas.

14.3.4.2 Medidas a prazo a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias**3) Da investigação:**

- 3.1** *Reforço do sistema de amostragem para a espécie alvo e organização da respectiva base de dados.*
- 3.2** *Realização de estudos de selectividade visando determinar a abertura de malha mais apropriada*
- 3.3** *Emissão de recomendações para regulamentar o tamanho de malha das redes de emalhar.*
- 3.4** *Realização de estudos socio-económicos para caracterizar a pescaria*
- 3.5** *Formação e reciclagem regular dos investigadores que acompanham a pescaria*

4) Da administração:

- 4.1** *Análise das recomendações emitidas pela investigação, ponderação a nível dos intervenientes dos possíveis efeitos.*
- 4.2** *Preparação, apresentação e aprovação do diploma legal da respectiva regulamentação*
- 4.3** *Preparação de um programa para a gradual eliminação do uso das garrafas.*

5) Da fiscalização:

- 5.1** *Estabelecimento de acções de fiscalização programadas com todos os intervenientes do sistema*

14.3.5 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

Não se prevê nenhuma medida mitigadora visto que não foi proposta nenhuma medida a ser desencadeada de imediato.

14.4 Pescaria de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia

14.4.1 Situação da pescaria

14.4.1.1 Caracterização da pescaria

Artes de pesca e embarcação. A pesca com rede de arrasto de praia é uma das mais antigas artes de pesca praticadas em Cabo Verde. Na sua origem esteve a necessidade de capturar pequenos pelágicos para abastecer a pesca de isco da pescaria de salto e vara de tunídeos. A sua utilização era, no entanto, restrita a esta finalidade. Após a Independência, em 1975, esta restrição foi eliminada de facto e a captura desta arte passou a visar igualmente o abastecimento das comunidades de pescadores e adjacentes.

A pesca com rede de arrasto de praia é realizada à noite ou de manhã em enseadas e baías de margens espraçadas e fundos arenosos. As redes são de pequena dimensão, com 30 a 160 metros de comprimento e 3 a 6 metros de altura, com malhas muito pequenas, de 20 mm nas pontas e 16 mm na parte central e saco (Lozac’hmeur e Mascarenhas, 1985). Quando é detectado um cardume junto da praia, a rede é lançada com o auxílio de um bote a remos, sendo deixada na praia uma das pontas do cabo de sirga, circundado o cardume, largada gradualmente a rede, e trazida a outra ponta da corda para terra de onde a rede é puxada por dois grupo de pescadores com um total de 8-10 pessoas.

Os resultados dos dois últimos censos de 1997 e 1999 dão conta de uma diminuição do número de redes de 64 para 50.

Apesar de ser menos custosa do que a rede de cerco, é considerado o menos indicado dos métodos para a captura da isca viva pelos traumatismos que causa ao peixe.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. As principais espécies capturadas com a rede de arrasto para a praia são o chicharro (*Selar crumenophthalmus*), a dobrada (*Spicara melanurus*), o arenque (*Sardinella maderensis*) e a cavala branca (*Decapturus punctatus*) que, no seu conjunto, representaram, em média, 65% das capturas ocorridas com este método de pesca no período 1997-2001. No entanto, o chicharro, por si só, representa cerca de um terço dessas capturas. A cavala preta (*Decapturus macarellus*), a merma (*Euthynnus alletteratus*), o barbo (*Galeoides decadactylus*) e o corcovado (*Selenis dorsalis*) ocorrem igualmente com alguma frequência, representando, no seu conjunto, cerca de 17% da captura média anual do mesmo período.

O potencial anual de pequenos peixes pelágicos está estimado em 6.500-8.300 tons. Não existem estimativas de potencial para as outras espécies. Existe uma convicção mais ou menos generalizada de que o arrasto de praia é prejudicial ao estado dos recursos de pequenos pelágicos e pequenos peixes demersais de fundos arenosos.

Parte da captura é constituída por juvenis e, pelo menos no caso da cavala preta, sabe-se que o seu comprimento é geralmente inferior a 15 cm, tamanho que não corresponde ainda ao da primeira maturação sexual, estimado em 19-22 cm (Almada, 1997). No caso do chicharro o comprimento correspondente à primeira maturação é de 18-19 cm. Nada se sabe em relação às restantes espécies capturadas.

Constata-se, no entanto, que não existe qualquer sistema de acompanhamento da pesca das principais espécies capturadas nesta pescaria, que captura anualmente cerca de 200 tons de pequenos pelágicos, mesmo que maioritariamente juvenis. Sendo o alvo da pesca os pequenos peixes pelágicos e, acessoriamente, pequenos demersais de fundos de areia, as zonas de pesca são aquelas onde esta arte de arrasto é viável. As áreas propícias são as praias de fundos macios que não causem danos à rede. Dada a grande distribuição dos recursos de pequenos pelágicos, em princípio, qualquer praia abrigada em pequenas enseadas constitui uma zona propícia para este tipo de arrasto artesanal.

Os cardumes de juvenis encontram-se junto das baías, enseadas e das praias as condições de protecção de espécies predadoras e de obtenção de alimentação que necessitam para o seu crescimento. Ficam assim ao alcance dos pescadores artesanais que delas necessitam para servirem como isco de tunídeos e de peixes demersais. Acessoriamente, constituem uma fonte de alimentação para os pescadores e as comunidades vizinhas, em especial em alturas em que o mau estado do tempo impede a saída para o mar e ainda na época após a desova de pequenos pelágicos, em especial juvenis de chicharro (chicharrinho).

Em 1999, ano do último censo realizado à pesca artesanal, foram recenseados um total de 50 redes de arrasto de praia, sendo as zonas onde esta arte se encontrava mais divulgada Porto Novo (6 redes) e Tarrafal (3), em Sto Antão, São Pedro (4), em S. Vicente, Tarrafal de S. Nicolau (2), Palmeira (2), no Sal, Sal Rei (2) e Sta Mónica (2), na Boavista, e Ribeira da Barca (2), Pedra Badejo (3), Rincão (10) e Chão Bom (6), em Santiago. Esta última ilha é pois aquela onde mais se pratica esta arte, com um total de 21 redes (ou seja 42%) de um total de 50 recenseadas. Segue-se-lhe Sto Antão com apenas 9 redes.

Capturas actuais e CPUE. No período compreendido entre 1997 e 2001, as capturas oscilaram entre 101 tons no primeiro daqueles anos e 327 tons em 2000, sendo a média no período de 233 tons. Neste período, 82% das capturas foram constituídas por chicharro (34%), dobrada e pelombeta (9% cada), arenque (7%), cavala (6%) e cavala preta (4%) e ainda merma, barbo, corcovado, sargos e voador (10% no conjunto).

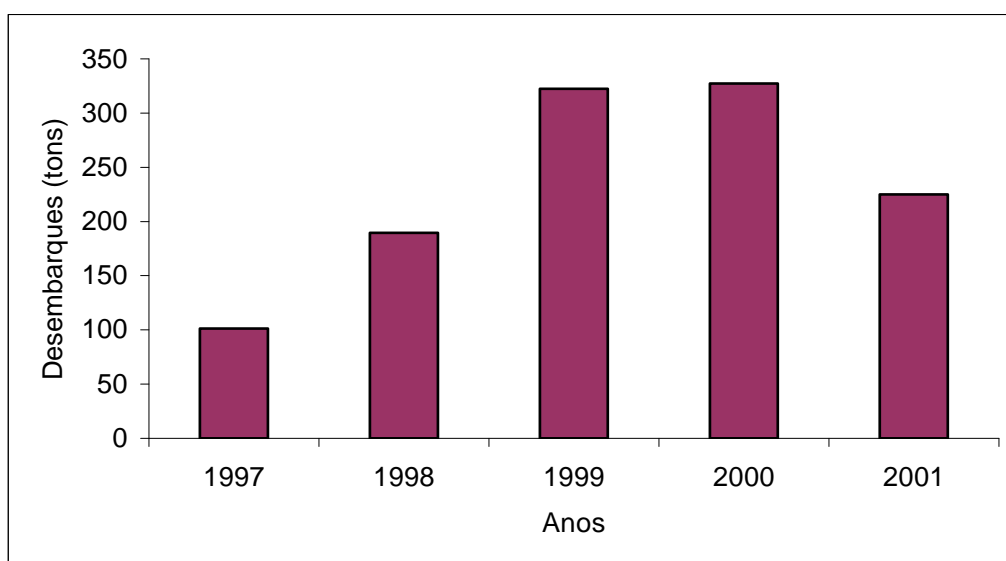


Figura V-18 *Evolução dos desembarques com rede de arrasto de praia de 1997 a 2001*

As capturas distribuem-se pelas ilhas de Sto Antão (30% do total), S. Vicente (3%), S. Nicolau (1%), Sal (1%), Boavista (14-15%) e Santiago (65%). A captura média por unidade de esforço (expresso em viagem) foi de 124 kg, sendo mais elevada nas ilhas de S. Vicente (186 kg), S. Nicolau (134 kg) e Boavista (352 kg), média em Santiago (122 kg) e baixa em Sto Antão (104 kg) e Sal (84 kg). A escassez de dados, nomeadamente a falta de amostragem biológica, não permite retirar conclusões seguras sobre a evolução do estado dos recursos alvo e da pescaria.

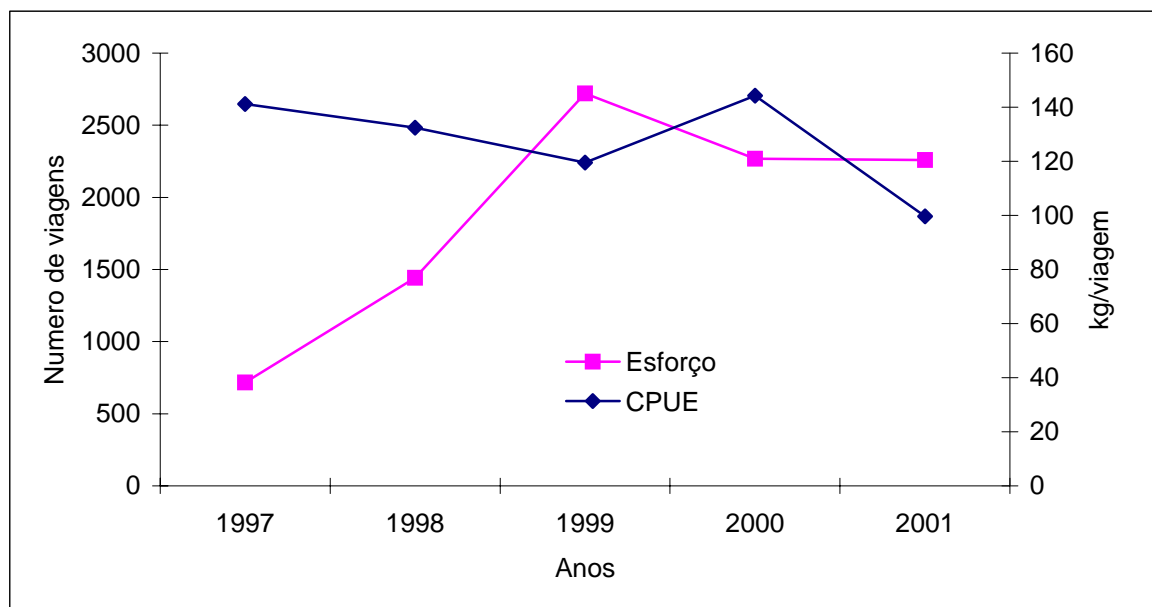


Figura V-19 Evolução do esforço e da CPUE da rede de arrasto de praia

Comercialização. As capturas são destinadas a isco, auto consumo e comercializadas, para consumo da população, no mercado local e vizinhos.

Armadores e pescadores. Desconhece-se igualmente o número exacto de pescadores que depende em exclusivo desta arte de pesca. Não obstante, se se considerar o número de pescadores necessários à operação de uma unidade e o seu número total, pode estimar-se em 400-500 o número de profissionais que, no mínimo esporadicamente, utilizam esta arte de pesca. No entanto, em relação ao seu nível de vida no contexto da sua comunidade e o seu grau de dependência em termos de rendimento familiar desta arte de pesca, nada se sabe.

Medidas de gestão estabelecidas. As únicas medidas reportadas de gestão remontam ao período colonial e dizem respeito à captura de juvenis para isco. Ao tempo, a competência de condicionamento das actividades de pesca encontrava-se atribuída à Capitania do Porto. Assim, uma circular de 12 de Outubro de 1972, emanada do Capitão dos Portos, estabelecia que os exemplares de isco vivo, destinados a serem utilizados na pesca de salto e vara de atum, deveriam ter um comprimento mínimo de 6 cm medidos entre a raiz da cauda e a outra extremidade. A mesma circular fixava ainda um período anual de veda da pesca do chicharro pequeno (melãozinho) entre 1 de Julho e 15 de Agosto e proibia mesmo a sua captura, desde que não fosse destinado a isco, fora deste período. Após a Independência, estas normas deixaram de vigorar *de facto*. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 17/87 de 18 de Março, referente aos princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, o qual definia as competências em

relação ao estabelecimento de medidas de gestão, aquelas medidas deixaram de vigorar *de jure*.

14.4.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Assim, os problemas a resolver são, resumidamente, os seguintes:

- *A pescaria não tem sido acompanhada pela investigação* (avaliações do estado do stock e situação socio-económica da pescaria), pois a amostragem não tem sido realizada nesta pescaria; a informação sobre as actividades de pesca é limitada; os investigadores necessitam de maior formação sobre avaliação dos recursos e sobre as pescarias em geral; e ausência de um contacto técnico regular com a pescaria.
- *A falta de medidas de gestão devido à ausência de acompanhamento e conhecimento sobre a pescaria.*
- *Existem receios sobre o impacto negativo da pescaria em relação ao estado dos recursos alvo, em especial do chicharro*, pois as capturas parece serem dominadas por juvenis; os juvenis não utilizados como isco são comercializados; a pressão deste engenho de pesca em certas zonas de Santiago é elevada; mas o conhecimento existente não permite definir de imediato medidas de gestão para a pescaria.
- *Não se realizam quaisquer acções de fiscalização na pescaria*, pois os meios humanos e recursos financeiros atribuídos às delegações marítimas são escassos; e a coordenação entre as Pescas e as Capitánias dos portos é insuficiente.
- *Existem conflitos com a pesca industrial em relação à captura de isco em zonas de pesca adjacentes a algumas comunidades de pescadores artesanais*, pois não existem ainda medidas de gestão territorial em relação às comunidades; e o aumento das necessidades em isco gera maiores pressões.
- Outros problemas referenciados, comuns a pesca artesanal em geral, dentre os quais as deficientes condições de algumas praias das quais foram extraídas areias.

14.4.1 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria artesanal de arrasto de praia tem o seguinte objectivo:

Uma pescaria mantida a um nível de exploração que não ponha em causa a estabilidade em geral dos recursos alvo, comuns a outras pescarias, adequadamente acompanhada, contribuindo para o fornecimento de isco.

O grupo alvo ao nível do objectivo específico é constituído pelas comunidades de pescadores artesanais das zonas onde se exploram os recursos de pequenos pelágicos.

14.4.2 Resultados e actividades requeridas à sua produção

Numa alternativa de continuidade da pescaria, o seu objectivo específico é alcançado através dos resultados, a seguir enumerados, sendo cada um deles produzido pelas actividades indicadas para cada um deles:

1) *A investigação produzindo avaliações periódicas da pescaria e recomendações sobre a sua gestão*

Actividades requeridas:

- 1.1 Introdução de um sistema de amostragem adaptado à pescaria e organização da respectiva base de dados.
- 1.2 Alargamento da colheita de informação referente à pescaria em geral.
- 1.3 Estabilização dos investigadores responsáveis pelo acompanhamento da pescaria (avaliação do estado do stock, engenheiros de pesca, sociólogos e economistas).
- 1.4 Formação dos investigadores ligados à pescaria.
- 1.5 Avaliação do estado de exploração dos recursos alvo (no quadro da avaliação geral do estado de exploração desses recursos).
- 1.6 Emissão periódica de recomendações referentes ao estado de exploração dos recursos alvo da pescaria (pequenos pelágicos e outras principais).
- 1.7 Estudo socio-económico da pescaria para avaliar o grau de dependência da comunidade em relação a esta arte.

2) *Normas de gestão caídas em desuso revistas e actualizadas à medida que o conhecimento da pescaria for aumentando*

Actividades requeridas:

- 2.1 Regulamentação da pesca de isco (tamanhos mínimos das espécies capturadas, da rede, nomeadamente da malha, zonas e épocas de pesca condicionadas, etc.).
- 2.2 Regulamentação do tamanho mínimo das principais espécies para comercialização.

3) *Fiscalizadas as medidas de gestão vigentes para a pescaria*

Actividades requeridas:

- 3.1 Reforço dos meios humanos e materiais atribuídos à fiscalização (capitanias dos portos).
- 3.2 Estabelecimento de uma coordenação regular entre as Pescas e as Capitanias dos Portos no que se refere à fiscalização das actividades da pescaria.

4) *Reduzidos/eliminados os conflitos com a pesca industrial e outras embarcações de pesca artesanal*

Actividades requeridas:

- 4.1 Estudo da possibilidade de se caminhar no sentido da reserva de zonas de pesca adjacentes às comunidades, onde sejam concedidos direitos de pesca em relação às espécies sedentárias e de isco, num quadro de co-gestão.

14.4.3 Medidas de gestão para a pescaria

14.4.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

1) De conservação:

Não se recomendam medidas imediatas.

As medidas de gestão para esta pescaria estão condicionadas à realização de um estudo prévio que conclua sobre se as consequências que dela advêm para a estabilidade em geral dos recursos alvo justificam ou não a sua gradual desactivação. Não se concluindo por esta alternativa, a pescaria deveria ser limitada ao objectivo de contribuir para o fornecimento de isco e para a alimentação em peixe para a população da comunidade, incluindo o auto consumo.

2)De gestão:

2.1 *Congelamento da introdução de novas redes de arrasto de praia até maior conhecimento sobre o seu impacto sobre o estado dos recursos alvo*

Na impossibilidade de regular o esforço de pesca máximo por os dados de esforço e captura não terem nunca sido objecto de estudo, considerou-se que seria conveniente proceder a uma limitação do esforço de pesca enquanto se não adquiere maior conhecimento sobre a pescaria.

2.2 *Fixação de tamanhos mínimos para isco*

Nos termos da circular de 12 de Outubro de 1972, emanada do Capitão dos Portos, que estabelecia que os exemplares de isco vivo, destinados a serem utilizados na pesca de salto e vara de atum, deveriam ter um comprimento mínimo de 6 cm medidos entre a raiz da cauda e a outra extremidade. A mesma circular fixava ainda um período anual de veda da pesca do chicharro pequeno entre 1 de Julho e 15 de Agosto e proibia mesmo a sua captura, desde que não fosse destinado a isco, fora desse período.

14.4.4.2 Medidas a prazo a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias

3)Da investigação:

3.1 *Introdução de um sistema de amostragem para as principais espécies capturadas.*

A medida abrange a colheita de dados em todas as ilhas, com atenção em Santiago e Sto Antão

3.2 *Estudo dos tamanhos mínimos para as espécies capturadas para isco e comercialização.*

Segundo se apurou, estiveram em vigor até 1975 normas que fixavam os tamanhos mínimos para efeitos de captura de isco. Parece existir um consenso entre os interessados na pescaria em relação à necessidade de limitar a captura de juvenis para efeitos da sua utilização como isco.

3.3 *Estudo do impacto da captura de juvenis na pescaria no estado dos stocks das espécies alvo, nomeadamente do chicharro.*

Uma conclusão positiva é condição prévia para o desenvolvimento da pescaria e aplicação das medidas propostas.

3.4 *Elaboração de recomendações destinadas à regulamentação da pesca de isco e comercialização de juvenis pela administração.*

A iniciativa deve ser da responsabilidade da investigação, sem prejuízo de ser um trabalho conjunto com a administração e de ser esta entidade que irá traduzir as propostas em disposições regulamentares enquadradas na legislação pesqueira vigente (relação com act. 4.1).

3.5 *Estabilização e formação dos investigadores ligados ao acompanhamento da pescaria.*

A manutenção por períodos mais extensos dos investigadores ligados a uma mesma pescaria, que permita a sua adequada formação e aquisição de experiência, é indispensável para se garantir o acompanhamento da pescaria e a

sua continuidade futura. Esta medida abrange não apenas os investigadores encarregados da avaliação do estado dos stocks mas também os engenheiros de pesca, sociólogos e economistas responsáveis pelos estudos e a avaliação da pescaria.

4)Da administração:

- 4.1 *Análise das recomendações recebidas da investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão e submissão para a tomada final de decisão ao nível competente.*

De acordo com as competências legais, a administração deverá forma legal às recomendações de gestão propostas e decidirá (se para isso tiver competência) ou submetê-las-á à entidade como proposta a que tiver essa competência. Esta acção poderá ser precedida de consultas aos grupos de interessados na pescaria, nomeadamente associações de pescadores, administração marítima, órgãos do governo pertinentes e, quando existir, fiscalização pesqueira.

5)Da fiscalização:

- 5.1 *Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização do esforço de pesca e sua execução.*

Conforme já referido, o desencadeamento desta acção deverá, muito provavelmente, ser precedido de alguns ajustamentos institucionais que reforcem a coordenação entre a administração das Pescas, as Capitânias dos Portos e a Guarda Costeira. Depende ainda de uma maior disponibilização de maiores recursos financeiros para a fiscalização. Nesta pescaria, esta acção deverá incidir, em princípio, sobre os tamanhos mínimo das espécies capturadas e artes de pesca utilizadas, nos locais de desembarque e de venda do pescado.

14.4.5Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

A definição de tamanhos mínimos para isco e para a comercialização das principais espécies capturadas na pescaria poderão provocar alguns efeitos negativos de menor importância sobre os pescadores e peixeiras dependentes da pescaria. A medida de manutenção do número de redes existente evitará a ocorrência de impactos negativos sobre os pescadores que depenem desta forma de pesca.

Além disso, face à estratégia de pesca generalizada por parte dos pescadores, traduzida na realização de pesca ao longo do ano, é possível que não se manifestem outras consequências negativas. Estes aspectos deverão, no entanto, ser objecto de avaliação e incorporado no estudo a ser realizado antes da tomada das medidas de gestão referidas.

14.5Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho

14.5.1 A situação da pescaria

14.5.1.1 Caracterização da pescaria

Métodos de pesca e embarcações. A pesca de lagostas costeiras deverá ter-se iniciado em meados da década de 60, começando por ser realizada por pescadores utilizando a técnica de mergulho em apneia, sem recurso a meios de reparação artificial e, posteriormente, por navios franceses utilizando redes de emalhar que,

na época, beneficiavam de uma situação de livre acesso. Nos anos 70, com o aumento da procura de lagostas induzido pelo desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e as oportunidades de exportação a partir do aeroporto do Sal, surgiram os primeiros compressores, que vieram intensificar significativamente o esforço de pesca exercido sobre o estoque de lagostas costeiras e búzio cabra.

No caso do mergulho em apneia, a pesca é realizada por grupos de 2-4 mergulhadores artesanais a partir de botes alugados ou de terra, em profundidades até 23 m. Permanecem na zona de pesca 1-2 dias e mergulham durante 4 a 5 horas diariamente. Repartem entre si as despesas de combustível e o custo do aluguer do bote. Para além das lagostas e búzio cabra, capturam lulas e polvos e peixes demersais. A captura das espécies alternativas às lagostas costeiras é mais intensa durante o seu período de defeso.

No caso do mergulho recorrendo a meios de respiração artificial, a pesca é feita com o apoio de embarcações de 9-10 m, conduzida por um pescador, que apoia a actividade dos mergulhadores. Estima-se que o número de embarcações envolvidas anualmente na pesca de mergulho recorrendo a meios artificiais de respiração seja de 9 a 16 por campanha e o de mergulhadores 45. Estes pescadores permanecem cerca de dois dias na zona de pesca, operando cada um deles com três garrafas.

Segundo inquérito realizado em 2000 a armadores do Sal e Boavista, uma embarcação com 2 mergulhadores equipados com 3 garrafas de ar cada pesca, em média, semanalmente, 70-80 kg de lagostas.

É voz corrente que pescadoras artesanais realizam a captura de lagostas costeiras com as redes de emalhar para peixe. De notar, ademais, que em 1986, no âmbito do projecto PAPASA em Santo Antão, as lagostas costeiras começaram a ser capturadas pelos pescadores artesanais utilizando pequenos covos (100x100x35 cm) iscados, com resultados satisfatórios que correspondiam a 1kg/covo/dia (Dias, 1993). Neste contexto, com intuito de buscar alternativa para substituir a prática de mergulho na pesca de lagostas costeiras, o INDP promoveu em 1999 uma campanha dirigida à lagosta costeira, tendo como objectivo principal de estudar a eficácia de covos na pescaria dessas espécies (Schwarz, 2000). Os resultados foram bastante satisfatórios, mas ficou por estabelecer a rentabilidade desses covos.

Um método de pesca alternativo para o búzio que, pela sua limitada aplicação, se não considerou uma pescaria específica, é o que recorre à utilização de draga ou rocêga. Este engenho consiste numa armação metálica que é arrastada por acção de uma embarcação motorizada em fundos arenosos, é provida de uma lâmina que corta o solo, dele fazendo levantar búzios e outras espécies que nele permaneçam e lançando-os, pela acção do movimento de arrasto, para o interior da armação onde são retidos num saco de rede.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. Existem as seguintes três espécies costeiras: a lagosta verde (*Panulirus regius*), a lagosta castanha (remonta *Panulirus echinatus*) e a lagosta pedra, também designada por cavaco e carrasco (*Scyllarides latus*). Apesar de o alvo principal serem as lagostas costeiras, os mergulhadores dedicam-se igualmente à captura de búzio cabra (*Strombus latus*) e a algumas espécies de peixes demersais e, ainda, polvo e chocos.

O stock de lagostas costeiras foi objecto de uma única avaliação no que respeita à lagosta verde, tendo o seu potencial anual sido estimado em 42 tons (Reis, 1996). Estimativas realizadas antes, sem o recurso a modelos de avaliação de stocks

haliêuticos, situaram o potencial anual em 800 tons (Moal, 1976) e em 300-400 tons (Fouré, 1981). Apesar das difíceis condições em que foi realizada no que respeita à recolha de dados, é a primeira das avaliações referidas que deve ser tomada como credível.

As lagostas costeiras ocorrem em todas as ilhas e podem ser encontradas em fundos rochosos até profundidades da ordem dos 50 m. No caso das lagostas verdes e castanhas, foi referenciado que habitam normalmente as águas costeiras até profundidades de 20 m mas que, no período de reprodução, emigram para profundidades de 40 a 60 m. A biologia destas espécies não é ainda bem conhecida mas supõe-se que, dadas a configuração topográfica do arquipélago e o sistema de correntes, exista um único stock de cada uma das espécies costeiras, repartido por oito zonas de pesca.

O búzio cabra é um gastrópode marinho que habita os fundos arenosos e de cascalho e que pode ser encontrado entre 4 e 100 m de profundidade. O comprimento da sua concha pode variar entre os 60 e 180 mm. Aproximadamente 15% do peso total do animal é comestível (Merino S., em publicação). No arquipélago, a captura do búzio cabra é uma actividade alternativa a que o pescador recorre nas épocas de defeso da lagosta. É praticada com ajuda da draga ou rocêga e do mergulho com garrafa. Este segundo método de pesca surgiu há alguns anos como uma alternativa mais lucrativa, mais selectiva e menos exigente em termos físicos (Mendes Lopes R.C, 2002). Pode dar-se o caso de um bote praticar ambas as técnicas alternadamente, mas nunca ao mesmo tempo.

Apesar do carácter intensivo da pescaria e da crescente importância do recurso no mercado local, a carência de dados estatísticos de capturas até 2000 não permite fazer estimativas do potencial e da abundância relativa do recurso ou avaliar o seu estado de exploração. O primeiro e único estudo sobre a pescaria realizado até à data reporta-se a 2002 e refere-se somente à ilha de São Vicente. Segundo este estudo, os rendimentos de pesca oscilaram entre 1.2 e 2.4 kg/hora de mergulho/pescador, relativamente baixos se comparados com pescarias similares, como a do *Strombus gigas*, nas Caraíbas. (Mendes Lopes R.C, 2002). Apesar de não existirem dados estatísticos que suportem estas afirmações, os pescadores de búzio de São Vicente referem uma diminuição nos níveis de abundância do recurso ao longo dos anos, assim como uma diminuição do tamanho médio nas capturas. Ademais, constataram que a profundidade em que se captura o búzio tem aumentado de profundidades de 5-10 m para maiores de 20 m (Mendes Lopes R.C, 2002). Todos estes factos parecem indicar que o recurso está submetido a um alto esforço de pesca.

Capturas actuais e CPUE. Dados recolhidos para o período 1992-97 por diversos investigadores relativamente à pesca de mergulho em geral não oferecem grande fiabilidade pois apresentam diferenças sensíveis de estimativa para os anos comuns tratados. Os únicos dados fiáveis em relação à pesca de mergulho foram publicados em 2001 no Boletim Estatístico do INDP, ano em que, pela primeira vez, foi feita a sua colheita.

De acordo com esta informação, a captura total da pesca de mergulho foi de 104.1 tons e o número de viagens da pesca de mergulho foi de 3.868, o que representa uma captura de 27 kg por viagem. Esta captura por viagem situou-se acima da média nos meses de Junho, Julho e Novembro.

A captura de lagostas costeiras pela pesca artesanal ascendeu a 21.3 tons, sendo 18.7 tons provenientes da pesca de mergulho, estando aqui abrangidos quer o

mergulho com o recurso a meios artificiais, quer o mergulho em apneia. Para além das lagostas costeiras, a pesca de mergulho capturou uma tonelada de pequenos pelágicos (bonito, chicharro e voador), 41 tons de demersais (23 tons de budião, 6.8 tons de garoupas, 3.9 tons de sargos, 2.7 tons de moreias e outros), 38.3 tons de búzio e 2.3 tons de polvo.

Os recursos de lagostas costeiras têm estado sujeitos a uma intensa exploração por parte não apenas dos mergulhadores profissionais mas igualmente por mergulhadores amadores que, muitas vezes, não se distinguem na sua actuação dos profissionais pois, a par da captura de lagostas e peixes demersais para consumo próprio, na falta de uma fiscalização eficaz, os vendem igualmente à indústria hoteleira.

Não é possível mostrar a evolução da captura por unidade de esforço de lagostas costeiras mas tudo indica que tenha diminuído drasticamente desde a década de 80, embora de forma desigual para as diferentes zonas de pesca. Embora não existam estudos sistemáticos de acompanhamento da pescaria e, particularmente, do estado de exploração dos recursos de lagostas costeiras, são por mais evidentes os indícios da sua sobreexploração, evidenciados pela captura de exemplares cada vez menores e a redução das capturas. Esta situação é particularmente grave no Sal e preocupante na Boavista e Maio. Apesar disso, alguns pescadores afirmam que, na ilha do Sal, ocasionalmente, se efectuam alguns mergulhos para captura de lagosta verde para satisfazer pedidos pontuais. Dada a expansão turística muito rápida que se está a verificar na ilha da Boavista, é de prever que a situação do recurso se agrave. A ilha do Sal constitui um ponto de exportação e um mercado importante devido ao turismo, servindo actualmente como ponto de desembarque de lagostas provenientes de capturas efectuadas noutras ilhas, nomeadamente Boavista, Maio, Fogo e Brava.

Em relação à ligação da pescaria às diferentes ilhas, constata-se que em 2001 a ilha de Santo Antão contribuiu com perto de 38% dos desembarques totais da pescaria, S. Vicente com 25%, Santiago com 19% e Fogo e Brava com perto de 9% cada uma. No caso de Sto Antão, 80% dos desembarques foram constituídos por búzio. Em S. Vicente, cerca de 33% dos desembarques da pesca de mergulho corresponderam ao budião e 21% ao búzio. Em Santiago mais da metade das capturas foram de budião, e ainda 13% de garoupa, sendo menos de 3% ao búzio. No Fogo, 40% são de lagostas costeiras, 33% de budião e 17% de garoupa.

A nível nacional, os desembarques de búzio são efectuados principalmente em Janela e Porto Novo, em Sto Antão, em S. Pedro e Mindelo, em S. Vicente e no Tarrafal de Santiago (Merino S., em publicação). Segundo as estatísticas de 2001, das aproximadamente 40 toneladas de búzio cabra capturado, 84 % corresponderam à ilha de Santo Antão e 14% à ilha de São Vicente.

Os mergulhadores realizam ainda a captura de peixes demersais complementarmente às capturas de lagostas costeiras e de búzio cabra. Não se conhece como têm evoluído estas capturas e qual o peso relativo nas capturas totais da pesca de mergulho. As únicas informações estatísticas disponíveis referentes a esta pescaria provêm do Boletim Estatístico do INDP do ano 2001, no qual figuraram pela primeira vez. Segundo esses dados, a nível de Cabo Verde, pescaram-se de mergulho 36.5 toneladas de peixes, sendo o budião a espécie mais desembarcada (22% dos desembarques), seguida da garoupa (7%), sargos (4%) e moreias (3%). Em Sto Antão, no ano analisado, a pesca de mergulho de peixes demersais não teve grande expressão. Já em S. Vicente, Santiago e Fogo, os peixes demersais constituíram respectivamente 64%, 71% e 50% das espécies capturadas de mergulho, sendo o budião a espécie mais representativa.

Comercialização. A comercialização das lagostas costeiras realizada pelos mergulhadores ‘artesanais’ é efectuada pelo próprio pescador ou um familiar e encaminhada preferencialmente para restaurantes, hotéis e consumidores regulares. Em 2000, os preços de venda de lagosta morta a restaurantes e a exportadores, obtidos pelos proprietários de embarcações de mergulho situavam-se nos 1300-1400 ECV. Segundo algumas informações recolhidas durante o levantamento da situação na pescaria, nos últimos anos, o preço pago pela indústria hoteleira tem ultrapassado o obtido junto de exportadores. Em consequência do embargo aos produtos do mar de Cabo Verde decretado pela EU, a exportação das lagostas costeiras atravessa a partir de 2000 idênticas dificuldades às enfrentadas pela lagosta rosa.

Nas últimas décadas, devido ao incremento da população e com o desenvolvimento crescente do turismo, a demanda de búzio cabra tem aumentado, o que se traduziu numa intensificação da sua exploração. Com o aumento da demanda, o seu preço tem aumentado, oscilando actualmente ao longo do ano entre 300 e 800 ECV/kg (Merino S., em publicação). A comercialização é feita essencialmente por mulheres peixeiras, nos mercados e de porta em porta.

Armadores e pescadores. Ainda segundo o inquérito já referido, em 2000, estariam envolvidos na pesca de mergulho na pesca das lagostas costeiras, búzio e demersais com garrafas cerca de 45 mergulhadores, ao qual se acrescentava o pessoal de apoio que permanece nas embarcações. Não se conhece quantos mergulhadores trabalhando em apneia estão envolvidos na pescaria.

Dado o potencial depredador que a pesca de mergulho representa, com a captura de exemplares juvenis, seria aconselhável que se encontrassem alternativas que permitissem, gradualmente, a conversão dos profissionais para outras actividades. A pesca com o recurso a meios de respiração artificial encontra-se proibida na grande maioria dos países, pelos danos que causa aos recursos e aos riscos que envolve para a saúde dos profissionais. Esta situação parece ser agravada em Cabo Verde pelos fracos conhecimentos técnicos que uma parte dos mergulhadores, nomeadamente acerca da segurança da descompressão, que varia com o tempo e a profundidade do mergulho. Têm ocorrido alguns acidentes devido ao não respeito pelas normas de descompressão.

Estas consequências prejudiciais sobre a saúde das pessoas que praticam intensamente a pesca de mergulho manifestam-se através do envelhecimento precoce e doenças crónicas, fazendo com que sejam obrigados a terminar a actividade por volta dos 40 anos de idade. A partir daí, convertem-se em pescadores em embarcações de pesca artesanal ou industrial.

Medidas de gestão. As lagostas costeiras encontram-se sujeitas às medidas de gestão estabelecidas em 1972¹ referentes a tamanhos e pesos mínimos (500 g e 20 cm de comprimento), proibição de captura de fêmeas ovadas e período de defeso entre Julho e Setembro que abrangem igualmente a lagosta rosa. Tal como acontece com a lagosta costeira, estas medidas não tem sido objecto de acções regulares de fiscalização nos locais de desembarque ou de comercialização.

Em 1998, foi estabelecida a proibição de mergulho com o recurso a compressor e mangueira². Os mergulhadores passaram a utilizar garrafas de ar, tendo o governo apoiado esta reconversão através de uma linha de crédito. Segundo alguns

¹ Decreto-Lei N.º 10/72, Suplemento 3026/72, de 26 de Junho

² Portaria N.º 34/98, de 14 de Maio.

armadores, esta reconversão veio aumentar o esforço de pesca de mergulho incidindo sobre os stocks de lagostas e de búzio cabra pois, segundo eles, o investimento num compressor, sendo muito mais elevado, constituía um factor de contenção do esforço de pesca.

As consequências nefastas da pesca de mergulho em geral mas, muito particularmente, do mergulho com o recurso a meios de respiração artificial, estão a levar à delapidação do recurso de lagostas costeiras e de búzio cabra.

14.5.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Assim, os problemas a resolver são, resumidamente, os seguintes:

- *A investigação não acompanha a pescaria*, pois não existe um sistema de amostragem e um banco de dados organizado, principalmente devido a falta de recursos humanos e financeiros requeridos para a sua implementação e manutenção, às dificuldades em conseguir a colaboração dos pescadores e à irregularidade e dispersão dos desembarques nesta pescaria; os poucos dados existentes não permitem realizar estimativas dos stocks das espécies alvo da pescaria; os estudos socio-económicos até agora realizados não estão focalizados na pescaria; e não existe suficiente experiência para a avaliação deste tipo de stocks e pescaria.
- *Os stocks de lagostas costeiras e de búzio cabra apresentam indícios de sobreexploração*, nomeadamente nas ilhas mais ligadas ao turismo, pois existem zonas que foram abandonadas pelos operadores por se ter tornado inviável a exploração de lagostas costeiras; o uso de meios de respiração artificial, autorizado por lei, potencia o esforço e a captura juvenis, com efeitos nefastos sobre os recursos; a utilização da draga na captura do búzio aparenta igualmente ter um efeito nefasto não apenas sobre este recurso mas igualmente sobre o sistema ecológico pelos danos que causa na primeira camada do fundo marinho; a pesca desportiva ou a pesca comercial encoberta de desportiva contribuem para esta situação; o que é agravado pela falta de uma fiscalização suficiente e, no caso do búzio cabra, pela falta de quaisquer normas que visem a conservação do stock.
- *As normas de gestão existentes relativamente às lagostas costeiras poderão não ser as mais adequadas*, pois consideram um período de defeso igual ao da lagosta rosa quando a desova das espécies costeiras se realiza ao longo de todo o ano; peso e comprimentos mínimos legais iguais aos da lagosta de profundidade, que é uma espécie diferente; não diferenciando, por conseguinte, as diferentes espécies.
- *A fiscalização das medidas de gestão em vigor é muito limitada*, pois a coordenação entre as Pescas e as Capitánias não é regular; os recursos financeiros humanos atribuídos à fiscalização, nomeadamente às delegações marítimas, são limitados; e os procedimentos estabelecidos para o licenciamento da actividade de mergulho não estão a ser inteiramente seguidos.
- *A utilização de meios de respiração artificial tem um efeito nocivo sobre a saúde dos profissionais de mergulho*, agravados se não forem seguidas as normas de segurança aconselhadas.

14.5.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pescaria de mergulho de lagostas costeiras tem o seguinte objectivo:

Uma pescaria com os stocks em franca recuperação, mantida a um nível de exploração sustentável, adequadamente acompanhada, fazendo uso de métodos de mergulho sem recurso à respiração artificial e a outros métodos de pesca alternativos

O grupo-alvo ao nível do objectivo específico é constituído pelos membros das comunidades dos pescadores artesanais de mergulho que têm por alvo as espécies capturadas na pescaria de lagostas costeiras, búzio cabra e peixes demersais por mergulho.

14.5.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

São os seguintes os resultados requeridos para que seja atingido o objectivo específico visado pela pescaria:

1) ***Realizado um acompanhamento da pescaria através de indicadores básicos.***

- 1.1 Melhorado o sistema de amostragem e constituição de uma base de dados sobre as espécies alvo da pescaria.
- 1.2 Acompanhamento da pescaria com os dados de base recolhidos e emissão de recomendações periódicas de gestão para as espécies principais (lagostas e búzio)
- 1.3 Realização de estudos sócio-económicos para estimar o grau de realização dos objectivos da pescaria e emissão de recomendações periódicas.
- 1.4 Estabilização dos diversos investigadores no acompanhamento da pescaria.
- 1.5 Formação dos diversos investigadores envolvidos na pescaria

2) ***Estabelecidas medidas selectivas para a contenção e diminuição do esforço de pesca que incide sobre as lagostas costeiras e o búzio cabra.***

- 2.1 Proibição ou condicionamento da pesca em zonas que evidenciem um estado de sobreexploração.
- 2.2 Gradual proibição dos meios de respiração de artificial à pesca de mergulho.
- 2.3 Fiscalização reforçada das actividades na pescaria.
- 2.4 Regulamentação da pesca desportiva.

3) ***Revistas e actualizadas as medidas de gestão para a pescaria.***

- 3.1 Estudo e estabelecimento de um eventual período de defeso ajustado à actual situação do recurso de lagostas costeiras nas diversas ilhas.
- 3.2 Estabelecimento de medidas de conservação e gestão em relação ao búzio.

- 3.3 Estudo e definição dos tamanhos mínimos para as principais espécies da pescaria.

4) *Fiscalizada regularmente a aplicação das medidas em vigor sobre a conservação e gestão das lagostas costeiras e búzio cabra e realizada a sua eventual actualização como consequência do acompanhamento da pescaria.*

- 4.1 Estabelecimento de uma coordenação regular entre as Pescas, Capitánias dos Portos e a Guarda Costeira.
- 4.2 Reforçados os recursos humanos e financeiros para a fiscalização, nomeadamente das delegações marítimas.
- 4.3 Melhoramento do sistema de licenciamento.
- 4.4 Actualização dos valores das coimas aplicadas a infracções de medidas de gestão.

5) *Ensaiados e divulgados métodos alternativos de captura das lagostas costeiras*

- 5.1 Prosseguimento das experiências de pesca com covos e outros métodos alternativos de captura de lagostas costeiras.
- 5.2 Avaliação do impacto ambiental do uso da draga de búzio e ensaio de métodos alternativos de captura.

6) *Preparado e em execução um projecto de reconversão das actividades dos profissionais de mergulho e consequente desactivação do mergulho com meios artificiais de respiração*

- 6.1 Preparação e execução do programa na sequência do resultado 5.

14.5.4 Medidas de gestão para a pescaria

14.5.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

1) De conservação:

- 1.1 *Congelar, até à finalização dos estudos mencionados em 3, as medidas vigentes relativas a ao período de defeso, comprimentos e pesos mínimos e exemplares ovadas de lagostas costeiras capturadas.*

2) De gestão:

- 2.1 *Congelar o esforço ao nível existente na pesca de mergulho de lagostas costeiras, búzio cabra e peixes demersais.*

Na impossibilidade de limitar as capturas de lagostas costeiras e búzio cabra, considerou-se que seria cauteloso proceder ao congelamento do esforço não licenciando mais mergulhadores e dragas enquanto não se dispuser de um conhecimento mais detalhado do estado da pescaria.

- 2.2 *Congelar o esforço ao nível existente na pesca de búzio cabra com draga e circunscrito às comunidades de S. Pedro e Tarrafal de Santiago.*

Na impossibilidade de limitar as capturas de búzio cabra com draga, considerou-se que seria cauteloso proceder ao congelamento do esforço não licenciando mais aparelhos enquanto não se dispuser de um conhecimento mais detalhado do estado do recurso.

2.3 *Confirmação da reserva da pescaria a nacionais.*

Não se trata de uma medida inovadora pois encontra-se, já regulada, mas violada nalgumas situações detectadas.

14.5.4.2 Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias

3) Da investigação:

3.1 *Aperfeiçoamento do sistema de amostragem e das bases de dados referentes à pescaria.*

3.2 *Realização de estudos referentes a defeso, comprimentos e pesos mínimos e exemplares ovadas de lagostas costeiras capturadas.*

Seria importante proceder a estudos nestes domínios para se analisar da necessidade, e viabilidade, de se condicionar a pesca deste recurso nas zonas onde haja indícios suficientes de sobrepesca para certas zonas ou gerais.

3.3 *Realização de estudos referentes a defeso, comprimentos e pesos mínimos de búzio cabra capturado.*

Parece existirem razões para a eliminação do período de defeso igualmente aplicado à lagosta rosa por as lagostas costeiras terem a sua desova ao longo de todo o ano. Por outro lado, os comprimentos e pesos mínimos a estabelecer deveriam corresponder às características destas espécies.

3.4 *Realização sobre a biologia das lagostas costeiras e búzio cabra.*

3.5 *Avaliação do estado do stock de lagostas costeiras, seguimento com as informações anuais e emissão de recomendações de gestão do stock.*

As avaliações deverão seguir-se da emissão de recomendações de medidas a enviar anualmente em datas pré-fixadas à administração.

3.6 *Avaliação do estado do stock de búzio cabra e seguimento com as informações anuais e emissão de recomendações de gestão do stock.*

As avaliações deverão seguir-se da emissão de recomendações de medidas a enviar anualmente em datas pré-fixadas à administração.

3.7 *Experimentação de métodos alternativos ao mergulho para a captura de lagostas costeiras e búzio cabra e preparação de um programa para a sua gradual desactivação.*

No caso de se não encontrarem alternativas tecnicamente viáveis à pesca de mergulho, como por exemplo através de covos, o método de mergulho aceite deve restringir-se ao mergulho em apneia. Conjugadamente com a congelação de esforço, licenciamento com base nas garrafas, proibição de compressores a bordo, poderia, por exemplo, restringir-se a importação do equipamento de mergulho a clubes desportivos ou introduzir direitos aduaneiros mais elevados.

3.8 *Realização de estudos tendo em vista a tomada de decisão sobre a reserva de áreas de pesca para as comunidades de pescadores artesanais.*

Tal como para os peixes demersais, seria de considerar a possibilidade de os recursos de lagostas costeiras, de búzio cabra e outros serem afectos em certas áreas adjacentes às comunidades de pescadores artesanais, de preferência utilizando métodos alternativos ao mergulho em apneia, num quadro de co-gestão.

3.9 *Estabilização e formação dos investigadores ligados ao acompanhamento da pescaria*

A manutenção por períodos mais extensos dos investigadores ligados à pescaria, que permita a sua adequada formação e aquisição de experiência é indispensável para se garantir o acompanhamento da pescaria. Esta medida abrange não apenas os investigadores encarregados da avaliação do estado do stock mas

também os sociólogos e economistas responsáveis pela avaliação do estado da pescaria.

4) Da administração:

- 4.1 *Análise das recomendações recebidas da investigação e sua tradução em medidas regulamentares de gestão para a tomada final de decisão pelo nível competente.*

De acordo com as competências legais, a administração decidirá ou submeterá à entidade competente as propostas medidas de gestão. Esta acção poderá ser precedida de consultas aos grupos de interessados na pescaria de lagosta rosa, nomeadamente associações de armadores e de exportadores, administração marítima, órgãos do governo responsáveis pertinentes e fiscalização pesqueira.

- 4.2 *Ajustamento do valor das multas aplicáveis às infracções cometidas na pescaria de lagostas costeiras.*

Os valores em vigor tornaram-se um factor não dissuasor do cumprimento da lei. No entanto, não bastará esta alteração mas igualmente a concretização da acção 5.1.

- 4.3 *Proibição da utilização de compressores a bordo das embarcações e limitar o número diários de garrafas por mergulhador.*

Trata-se mais de uma questão de esclarecimento interpretação da lei vigente e de fiscalização.

- 4.4 *Revisão e regulamentação das formas de licenciamento na pescaria.*

As licenças de pesca devem ser concedidas por garrafa, única forma de controlar o esforço de pesca.

- 4.5 *Análise das propostas tendo em vista a gradual desactivação da pesca de mergulho com o recurso a meios artificiais de respiração.*

- 4.6 *Interdição da pesca de mergulho na ilha do Sal.*

A medida carece de uma avaliação prévia no terreno mas trata-se de uma decisão que parece consensual e destinada a facilitar a recuperação do recurso.

5) Da fiscalização:

- 5.1 *Estabelecimento de uma acção programada de fiscalização por parte das entidades a quem cabe esta responsabilidade e sua execução.*

O desencadeamento desta acção exige muito provavelmente alguns ajustamentos institucionais prévios entre a administração das Pescas, as capitánias e a guarda costeira e a disponibilização de maiores recursos financeiros. Esta acção deverá incidir sobre a fiscalização de tamanhos e pesos mínimos nos locais de desembarque e de venda, do período de defeso e das actividades ilegais de pesca conduzidas por operadores não licenciados.

- 5.2 *Esclarecimento aos operadores sobre a proibição da instalação de compressores de enchimento de garrafas a bordo das embarcações de apoio aos pescadores se aplicar às garrafas de ar e realização de uma acções de fiscalização específicas.*

A medida visa a contenção do esforço e a diminuição do número excessivo de horas de mergulho por pescador que hoje, em alguns casos, se verifica.

14.5.5 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

De imediato, não se prevê a necessidade de quaisquer medidas mitigadoras dado que as medidas de gestão propostas não afectam os operadores existentes. No

futuro, com uma eventual desactivação da pesca de mergulho com meios artificiais de respiração, será necessário estabelecer um projecto de apoio a esta reconversão que incida sobre os operadores e profissionais afectados.

15.A pesca estrangeira

15.1. Situação da pescaria

15.1.1 Caracterização da pescaria

Arte de pesca e embarcações. A frota estrangeira licenciada opera na Z.E.E. de Cabo Verde com base em acordos ou contratos de pesca. Paralelamente verifica-se que também opera há várias dezenas de anos nesta zona uma frota que é composta essencialmente por atuneiros, cercadores, caneiros, e palangreiros de superfície, (40 anos para os caneiros e palangreiros e 20 anos para os cercadores) (Hallier, 1999). As embarcações pertencem na sua maioria a países da União Europeia e asiáticos. A frota japonesa de pesca já em 1965 utilizava o porto de Mindelo (Lima, 1985) o que parece indicar que operaria nas águas de Cabo Verde. Segundo os dados declarados à ICCAT, a frota estrangeira opera na zona compreendida entre 10° a 20° N e 20° a 30° W, que engloba a Z.E.E. de Cabo Verde (Vieira, 1994). As capturas dos caneiros seriam sempre fracas nas nossas águas, razão pela qual frequentariam muito pouco essas águas. Os cercadores também realizariam capturas fracas e o interesses destes pela Z.E.E. de Cabo Verde seria moderado, não utilizando nunca completamente a totalidade das possibilidades oferecidas no quadro dos acordos de pesca.

Os palangreiros de superfície licenciados, de nacionalidade espanhola apresentam em média um comprimento de 23 metros e 108 em Tonelagem de arqueação bruta (T.A.B.); os cercadores espanhóis apresentam um comprimento médio de 57 metros e 1117 em T.A.B.; para os cercadores franceses o comprimento médio é de 62 metros e 898 em T.A.B.; para os palangreiros portugueses verifica-se em média 29 metros de comprimento e 223 de T.A.B. e para os palangreiros japoneses 54 metros de comprimento e 462 em T.A.B.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. A análise dos pedidos de licença das embarcações estrangeiras mostra que geralmente indicam como espécies visadas os tunídeos. De uma maneira geral as espécies mais capturadas pela frota estrangeira são os tubarões, o patudo, o espadarte e a albacora.

Os palangreiros asiáticos pescam a albacora e o patudo. Os palangreiros europeus pescam normalmente espadarte e albacora (Vieira, 1994). Tudo parece indicar que a zona norte de Cabo Verde (acima de 15° N) seria menos produtiva do que a zona sul e sobretudo a zona sudeste (Hallier, 1999). Isto estaria ligado aos processos de enriquecimento e/ou às condições oceanográficas que favorecem a abundância de tunídeos tropicais em superfície estendendo-se esse efeito mais profundamente a ponto de determinar igualmente a presença de atuns profundos de palangre (Hallier, 1999).

Excepto para os tunídeos, mais facilmente identificáveis, não há uma identificação clara das espécies capturadas pela frota estrangeira. Os armadores utilizam normalmente os nomes vulgares em espanhol ou em inglês. Assim, para muitas espécies apenas se consegue indicar a família a que pertencem. No que tange ao fornecimento de dados estatísticos e à declaração das capturas apenas algumas

embarcações da União Europeia, de nacionalidade espanhola e francesa declaram as capturas efectuadas.

Quadro V-13 *Tentativa de identificação das espécies constantes das capturas da frota da União Europeia e japonesa.*

<i>Nome inscrito no formulário</i>	<i>Frota</i>	<i>Família</i>	<i>Espécies possíveis</i>
Albacora	Japão	Scombridae	Thunnus albacares
Atum	UE	Scombridae	Thunnus albacares Thunnus alalunga Thunnus thynnus
Atum voador	Japão	Scombridae	Thunnus alalunga
Atum blue fin	Japão	Scombridae	Thunnus thynnus
Bill fish	Japão	Istiophoridae	Tetrapturus angustirostri Tetrapturus pfluegeri
Carcharhinidae	UE	Carcharhinidae	
Espada	UE	Xiphiidae	Xiphias gladius
Espadarte	Japão	Xiphiidae	Xiphias gladius
Gaiado	Japão	Scombridae	Katsuwonus pelamis
Jaqueton	Japão	Carcharhinidae	Carcharinus falsiformis
Kornuda	UE	Sphyrnidae	Sphyrna lewini Sphyrna mokarran Sphyrna zygaena
Lamniade	UE	Lamnidae	
Marrajo	UE	Lamnidae	Isurus oxyrinchus Isurus paucus Lamna nasus
Merlin	UE	Istiophoridae	Tetrapturus angustirostris Tetrapturus georgei Makaira indica
Patudo	Japão	Scombridae	Thunnus obesus
P. Velo	UE	Istiophoridae	Istiophorus albicans
Quella	UE	Squalidae	Centrophorus granulosus Centrophorus squamosus

A albacora (*Thunnus albacares*) é uma espécie que está distribuída nas águas tropicais e sub-tropicais dos três oceanos onde ela se agrupa em cardumes importantes. Os tamanhos explorados vão de 30 a 170 cm de comprimento furca. Os juvenis que formam bancos associados com o gaiado e o patudo só se encontram nas águas próximas da superfície ao passo que os grandes peixes podem encontrar-se nas águas próximas da superfície e sub-superfície (ICCAT, 2003). Os dados do programa de marcação de albacora em 1985 na pesca desportiva em

América do Norte revelaram que as albacoras são frequentemente recapturadas no Atlântico Oeste e maioritariamente no Atlântico Este. Tendo em conta a migração transatlântica indicada pela marcação postula-se a existência de um único stock para todo o Atlântico como hipótese admissível (Jornada de Estudo sobre a Albacora, Tenerife, 1993 in ICCAT op. cit.).

Segundo a análise dos dados de captura de uma série temporal de 40 anos dos palangreiros, as albacoras estão repartidas sem discontinuidade em todo o Atlântico tropical (ICCAT, op cit.). Este facto pode justificar a presença de frotas no Atlântico ao longo de todo o ano. A pesca palangreira captura principalmente albacoras de um tamanho maior que 70 cm. Entretanto os palangres de profundidade, que entraram em actuação nos inícios dos anos 1980, visam sobretudo o patudo.

O Patudo (*Thunnus obesus*) tem igualmente uma área de distribuição geográfica ampla, compreendendo a quase totalidade do Oceano Atlântico entre as latitudes 50° N e 45° S. Esta espécie frequenta águas mais profundas que os outros tunídeos, o que indica uma grande mobilidade vertical. Os juvenis agrupam-se em cardumes, nos quais se juntam outros tunídeos de tamanho similar, nomeadamente a albacora e o gaiado. Esses cardumes estão muitas vezes associados a objectos flutuantes, a tubarões-baleia e a picos submarinos, associação que vai diminuindo à medida que a espécie vai crescendo.

O tamanho das espécies capturadas varia de acordo com os engenhos utilizados; os palangreiros capturam exemplares médios a grandes, os caneiros pescam pequenos a grandes e os cercadores e outros caneiros pescam espécies pequenas.

Um dos problemas abordados pelos pescadores nacionais é a presença de embarcações ilegais exercendo a actividade na nossa ZEE; afirmam que detectam que estão em ilegalidade porque afastam-se logo que se apercebem da aproximação de embarcações nacionais. A nível do Atlântico, as actividades de pesca ilícita, não declarada e não regulamentada de palangreiros que arvoram bandeiras de conveniência parece ter começado no início dos anos 1980 e desde então esta pesca vem-se desenvolvendo cada vez mais (ICCAT, op cit). No caso de Cabo Verde não dispomos de elementos suficientes provenientes das operações de fiscalização que permitam a analisar esta problemática. Contudo, à laia de informação, verificou-se numa missão experimental de vigilância marítima realizada na ZEE caboverdeana, efectuada conjuntamente pela Força Aérea Portuguesa e a Guarda Costeira Nacional, nos dias 02 e 03 de Julho 2003, a presença de duas embarcações em actividade de pesca sem licenciamento. De referir que as embarcações estrangeiras licenciadas no quadro dos acordos e contratos nunca são submetidos a um processo de vistoria para verificação das características apontadas no formulário de pedido das licenças.

Os tubarões que igualmente são parte da captura da frota estrangeira, não constituem uma pescaria em Cabo Verde apesar das tentativas, nos inícios dos anos 90, para a sua introdução. Trata-se de espécies de crescimento lento, maturidade sexual tardia, ciclo reprodutivo longo com uma fecundidade fraca, características que fazem deles espécies muito sensíveis à sobre-exploração. Por outro lado, dado ao facto de as barbatanas dos tubarões serem produtos considerados muito valiosos a nível mundial, particularmente no mercado asiático, muitas espécies de tubarões encontram-se ameaçadas por se praticar a captura de tubarões unicamente para retirar as barbatanas, sendo o corpo inteiro rejeitado ao mar.

Tratando-se os tunídeos de pelágicos que realizam grandes migrações no Atlântico, explorados por vários tipos de engenhos e várias frotas, a determinação do potencial de cada espécie é feita a nível da ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico), para a globalidade do Atlântico. A estimativa do potencial de pesca para uma zona restrita deste percurso de migração deve ser tomado com um máximo de precaução (Hallier e Vieira, 1998). Contudo é sempre preferível ter alguma indicação do disponível que deve servir de orientação ao desenvolvimento da pescaria. As estimativas mais recentes do potencial de tunídeos (albacora, gaiado e patudo) para a zona de Cabo Verde foram dadas por Fonteneau (1985) que estimou o potencial em 35 000 TM, Diouf (1992) que determina 25 000-30 000 TM e Hallier (1996) que chegou a 25 000 TM. A nível do Atlântico, tanto a albacora como o patudo estão reconhecidos pela comunidade científica como sobreexplorados (ICCAT, 1995 in Hallier op cit). Tendo em conta o carácter altamente migratório destas espécies que desempenha um papel importante na sua repartição e dado ao facto que Hallier e Vieira (1996) admitem a possibilidade de existir uma sub-população local de albacora que se reproduz em Cabo Verde e que poderia não estar directamente submetido à baixa da diminuição do stock do Atlântico Este, sugerem que estes factos poderão assegurar uma abundância sustentada desta espécie nas águas de Cabo Verde. Importa referir que desde a última avaliação feita por Hallier, passaram-se já sete anos.

Quanto aos tubarões não existem dados sistemáticos sobre as espécies existentes e não se dispõe de estimativas do potencial. A nível do INDP foram feitas algumas campanhas experimentais dirigidas aos tubarões e Soares (1999) descreve as espécies encontradas nas nossas águas bem como alguns aspectos sobre a valorização das espécies pescadas.

Capturas actuais. A evolução do número de licenças concedidas às embarcações estrangeiras nos últimos anos mostra um aumento contínuo (Quadro 15.2). A diminuição verificada a nível das licenças concedidas no ano 2000 é devido a que nessa altura encontrava-se em processo de negociação a renovação do protocolo com a U.E.

Durante o ano 2002 foram licenciadas 106 embarcações estrangeiras, sendo 96 da União Europeia e 8 do Japão.

Quadro V-14 *Evolução do número de licenças concedidas de 1997 a 2002*

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
União Europeia	40	68	66	6	94	96
Japão	14	6	14	14	8	8
Outros	1	6		4	2	2
Total	55	80	80	24	104	106

Fonte: DGP

O Protocolo do Acordo de pesca com a União Europeia obriga os navios licenciados a declarar as capturas efectuadas, porém uma percentagem muito reduzida declara efectivamente as suas capturas. Das 96 embarcações licenciadas em 2002 (Quadro 15.2) apenas 10 cumpriram com relação à declaração de capturas (9,4% do total), e destes a maioria não o fez no formulário previsto no Acordo.

Quadro V-15 *Evolução das capturas (ton) declaradas pela frota estrangeira*

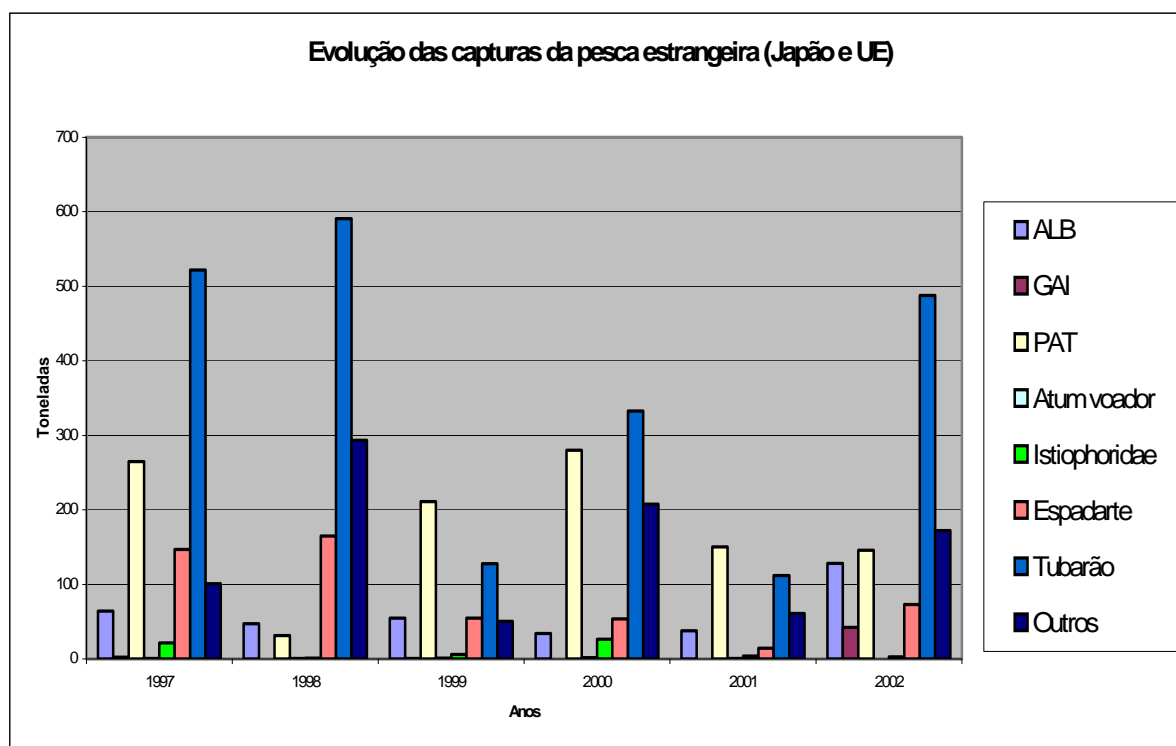
Fonte: DGP

		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Palang. surfperf	90	0	0	20	342	1.002	631	215	589	141	852
U. E.	Cercadores	0	0	871	30	26	0	0	0	0	0	0
	Caneiros	0	0	25	191	0	0	0	0	0	0	0
Japão	Palang. surfperf						366	86	291	347	194	199
Senegal												
América Latina												
Outros												
Total		90	0	896	241	368	1.142	1.088	506	936	335	1051

De acordo com essas declarações as embarcações da União Europeia (Quadro 15.3) realizaram uma captura de 852 toneladas, constituída por tunídeos, tubarão e espadarte e as Japonesas efectuaram uma captura de 199 toneladas de tunídeos, espadarte e istioforídeos. De notar que no período em análise foram licenciadas em média duas embarcações do Senegal e duas da América Latina que nunca declararam as capturas efectuadas (Quadro 15.4).

Quadro V-16 *Evolução do número de navios estrangeiros que declararam suas capturas*

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Nº total licenças concedidas aos navios estrangeiros	55	79	80	23	104	106
Nº total navios estrangeiros que declararam capturas	11	15	4	9	8	10

**Figura V-20** *Capturas declaradas pela frota estrangeira entre 1997 e 2002*

Comercialização. A comercialização decorre completamente fora do país pois nenhuma percentagem da captura é desembarcada. Contudo o protocolo do acordo

com a União Europeia prevê o desembarque de pelo menos 5% das capturas efectuadas pela frota de palangreiros de superfície o que até esta data não aconteceu.

Armadores e Pescadores. Não se conhece a caracterização dos armadores e pescadores intervenientes nesta pesca sabendo-se apenas que, os principais navios licenciados são de nacionalidade espanhola, francesa, portuguesa e japonesa.

15.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Os principais problemas a resolver na pescaria são os seguintes:

- *A investigação não acompanha sistematicamente a pescaria.* Verifica-se que os dados fornecidos pelos beneficiários das licenças não são analisados nem conferidos com as Instituições de investigação dos países envolvidos. Não existe experiência/capacidade de avaliação dos recursos da pescaria. Não existem estimativas dos potenciais de alguns dos stocks-alvo.
- *Uma fiscalização deficiente.* Devido aos recursos financeiros reduzidos, as operações de fiscalização não são efectuadas em número suficiente. Acresce ainda a existência de meios de fiscalização que nem sempre estão operacionais o que dificulta o cumprimento das acções de fiscalização planificadas entre as entidades responsáveis por esta problemática.
- *A inspecção é inexistente.* Não existe um corpo de inspectores de pesca que possa actuar nas acções de fiscalização em concertação com a Guarda costeira. Por outro lado os navios licenciados não são vistoriados em nenhum momento quando isso deveria ser uma actividade administrativa de rotina.
- *Esta pescaria aparentemente está em concorrência com a frota nacional.* Não existe uma análise prévia/avaliação dos potenciais impactos da pescaria estrangeira sobre as pescarias nacionais.
- *Os navios licenciados não respeitam as condições estabelecidas nos acordos/contratos.* Os dados fornecidos pelos beneficiários da licença são incompletos, pouco fiáveis e muitos não utilizam o formulário anexo ao protocolo; outros há que não fornecem dados nunca. O embarque de marinheiros nacionais que está previsto no acordo com a EU não vem acontecendo. O desembarque de parte das capturas (5% dos palangreiros) que é uma possibilidade prevista, nunca aconteceu.
- *Um acompanhamento deficiente da pescaria por parte da administração.* Não são implementados mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos. Não são aplicadas as sanções previstas face ao não cumprimento das condições de exercício. Observadores de bordo raramente são utilizados.
- *Inexistência de uma estratégia definida claramente para a pesca estrangeira.* Devido à inexistência de um plano de gestão dos recursos da pesca não está definido/conhecido as possibilidades de pesca para as espécies a serem disponibilizados à frota estrangeira. Não existe um

programa de concessão de licenças. Não existem medidas de gestão para a pescaria.

15.2 Objectivo específico da pescaria

O objectivo da pesca estrangeira é o seguinte:

Uma pescaria utilizando as disponibilidades não aproveitadas pela frota nacional, gerida e fiscalizada de forma eficaz, proporcionando um resultado económico máximo sustentável, traduzindo-se numa maior contribuição para a redução do défice da balança de pagamentos de Cabo Verde

O grupo-alvo a nível do objectivo específico é a população de Cabo Verde.

15.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados a seguir enumerados, os quais, por sua vez são produzidos mediante a realização das actividades indicadas para cada um deles:

1) A investigação acompanhando de forma sistemática/eficaz a pescaria

Actividades requeridas:

- 1.7 Análise e confrontação dos dados fornecidos com as instituições envolvidas no acompanhamento da pescaria.
- 1.8 Formação de investigadores capazes de realizar a avaliação dos recursos-alvo da pescaria.
- 1.9 Realização de avaliações dos recursos-alvo e emissão de recomendações de gestão da pescaria

2) Fiscalizada a pescaria

Actividades requeridas:

- 2.1 Reforço dos meios humanos, materiais e sobretudo financeiros atribuídos à fiscalização.
- 2.2 Ajustamento do valor das multas referentes à infracção das normas de gestão vigentes.
- 2.3 Estabelecimento de uma coordenação entre a administração das Pescas, as Capitánias dos Portos e a Guarda Costeira no que se refere à fiscalização das actividades de pesca e planificação das actividades de fiscalização.

3) Inspeccionados regularmente os navios de pesca estrangeira

Actividades requeridas:

- 3.1 Criação de um corpo de inspectores da pesca.
- 3.2 Dotação em meios materiais e financeiros para a realização das inspecções.
- 3.3 Obrigação da acostagem de todos os navios licenciados para vistoria antes da realização das operações de pesca na Z.E.E.

4) Uma pescaria exercendo as suas actividades sem entrar em concorrência com a frota nacional

Actividades requeridas:

- 4.1 Realização de análises prévias/avaliações dos potenciais impactos do acesso aos recursos nacionais por navios estrangeiros.

5) Respeitadas as condições dos acordos/contratos pelos navios estrangeiros licenciados

Actividades requeridas:

- 5.1 Preenchimento correcto e entrega atempada dos formulários de bordo pelos mestres/armadores de todos os navios licenciados.
- 5.2 Embarque de marinheiros nacionais a bordo dos navios estrangeiros licenciados
- 5.3 Desembarque no país de uma percentagem das capturas feitas pelos navios estrangeiros licenciados.

6) Administração acompanhando eficazmente a pescaria

Actividades requeridas:

- 6.1 Implementação atempada dos mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos/contratos de pesca estabelecidos.
- 6.2 Utilização regular de observadores de bordo nas embarcações de pesca estrangeira licenciadas.
- 6.3 Aplicação das sanções previstas em caso de não respeito das condições dos acordos/contratos

7) Definida claramente uma estratégia para a pescaria estrangeira

Actividades requeridas:

- 7.1 Definição/conhecimento das disponibilidades para a pescaria.
- 7.2 Emissão e aplicação das medidas de gestão para a pescaria.
- 7.3 Elaboração e implementação de um programa de concessão de licenças para a pescaria, com base em análises prévias/avaliações dos potenciais impactos do acesso aos recursos nacionais por navios estrangeiros.

15.4 Medidas de gestão para a pescaria**15.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão****1) De conservação:**

- 1.1 *Manter a proibição de captura de exemplares de albacora e de patudo com menos de 3,2 kgs de peso.*

A ICCAT recomenda que para o albacora e o patudo sejam tomadas as medidas necessárias para proibir qualquer captura ou desembarque de exemplares de peso inferior a 3,2 kg (recomendação 72-1 e 79-1), aceitando uma margem de tolerância de 15% sobre o número de indivíduos de peso inferior desembarcados. Essa recomendação já está integrada na actual lei das pescas e deve ser mantida.

- 1.2 *Eliminação da possibilidade da pesca de isco vivo pela frota estrangeira a partir das linhas de base devendo ser concedido para além das 12 milhas marinhas a partir das linhas de base.*

Essa medida justifica-se atendendo à carência de isco vivo para a própria frota nacional que enfrenta dificuldades nesta matéria e ainda dado ao facto que a declaração das capturas da frota estrangeira revela ausência de capturas de caneiros desde 1996 e isto constitui um argumento de peso na altura das negociações.

1.3 Proibição de qualquer possibilidade de pesca de demersais pela frota estrangeira.

Sendo os recursos de espécies demersais muito sensíveis a grandes pressões de pesca justifica-se perfeitamente a interdição desses recursos à frota estrangeira tanto mais que estão distribuídos na plataforma insular que é muito reduzida.

1.4 Proibição de captura de exemplares de espadarte de com menos 125 cm de comprimento (da ponta do maxilar inferior à furca) (recomendação da ICCAT 95-10).

Esta medida tem o objectivo de proteger os espadartes de pequeno tamanho por via de proibição da captura e desembarque de exemplares com menos de 125 cm de comprimento (equivalente a 25 kg de peso).

1.5 Interditar em toda a ZEE de Cabo Verde, a prática da pesca de tubarões para se retirar apenas as barbatanas.

Em decorrência da pratica de se usar apenas as barbatanas, rejeitando o corpo inteiro ao mar, mesmo não dispondo de dados suficientes, é oportuno aplicar o princípio de precaução, interditando esta pratica.

2) De gestão:

2.1 Fixação prévia do número máximo de licenças anuais (ou T.A.B) a serem concedidas nas negociações para a renovação dos acordos e contratos de pesca.

A ICCAT recomenda para a albacora que o esforço não deve ultrapassar o nível de 1992 (recomendação 93-4 de 1994). No nosso caso, os dados de esforço existentes referem-se à totalidade das espécies capturadas.

No caso do patudo a ICCAT recomenda manter os níveis de captura dos anos 1991 e que não ultrapasse as 2100 toneladas métricas (recomendação ICCAT 00-1, 2001). É de se ter em conta que as nossas capturas permitem ainda alguma margem de expansão face ao potencial estimado para os tunídeos nessa zona, e aliás, os nossos acordos são negociados principalmente com base no pressuposto da disponibilidade em tunídeos. Todavia deve-se procurar manter o nº de embarcações licenciadas actualmente nas próximas negociações a fim de evitar o aumento da pressão sobre o recurso que, pese embora existir ainda alguma disponibilidade, face às estimativas disponíveis na nossa zona, a nível do Atlântico estão sobreexplorados.

2.2 Implementação dos mecanismos de acompanhamento previstos nos Acordos.

Esta medida não é mais do que a aplicação de algo que está previsto nos acordos e que não vem sendo cumprido.

2.3 Exigência do envio dos formulários de capturas para todas as embarcações, com os nomes científicos das espécies.

Esta medida justifica-se já que apenas algumas embarcações fornecem dados sobre as operações que realizam e inscrevem no formulário nomes vulgares que dão aso a confusão pois diferem de país para país.

15.4.2 Medidas a prazo, a desenvolver pelo sistema de gestão da pescaria

3) Da investigação

3.1 Introdução de um sistema de seguimento da pescaria através dos formulários, confrontados com informações colhidas nas instituições de investigação congéneres, junto da ICCAT, e nos relatórios dos observadores de bordo e inspectores de pesca..

3.2 Acompanhamento da pescaria de espadarte

A ICCAT recomenda que para o espadarte se façam esforços no sentido de registar as capturas por tamanho, por sexo se possível e se produzam estatísticas anualmente, mesmo quando não se prevêem avaliações analíticas do stock (recomendação 96-7, de 1997).

Além disso, a recomendação 99-2 da ICCAT estabelece quotas individuais para os países, reservando 498 TM para os outros países que não constam na lista dos que detêm uma quota, como é o caso de Cabo Verde. Cabo Verde não tem tradição de pesca de espadarte mas a pesca estrangeira vem declarando alguma captura dessa espécie que também é alvo da pesca desportiva. Convém portanto fazer um acompanhamento de perto do recurso, através de uma recolha de dados para que haja elementos mais consistentes sobre a mesma para se poder caracterizar a situação e propor eventuais medidas.

3.3 Acompanhamento das capturas de tubarões a fim de facilitar a recolha de informação necessária para se traçar a estratégia de conservação e gestão dos stocks de tubarões.

No quadro do preceituado no Código de Conduta para uma Pesca Responsável, a FAO, acordou com as partes, o Plano de Acção Internacional para a Conservação e Gestão de Tubarões (IPOA-Sharks) cujo objectivo é assegurar a conservação e gestão dos tubarões e seu uso sustentável a longo prazo. Apesar da implementação deste plano ser voluntário os Estados são encorajados a aplicá-lo.

3.4 Integração na nossa legislação das medidas de conservação previstas no Programa de Conservação de Tubarões da FAO, quando adaptáveis à situação do país.

Tendo em atenção que os tubarões estão bem representados nas capturas da pesca estrangeira e visto que os stocks de tubarões são muito sensíveis à sobre-exploração, esta medida afigura-se necessária.

3.5 Realização de um estudo para avaliação da ocorrência ou não de captura accidental de aves marinhas nas pescarias pelágicas de palangre a fim de determinar da necessidade de implementação de um programa nacional para redução da captura accidental de aves marinhas nas artes acima mencionadas.

As aves marinhas estão a ser capturadas acidentalmente em várias pescarias comerciais de palangre o que levou a FAO a elaborar um Plano de Acção Internacional (IPOA-Seabirds) visando reduzir a mortalidade das aves marinhas nas pescarias na qual essas aves são acidentalmente apanhadas. A nível nacional o palangre não é muito usado mas a nível da pesca estrangeira sim e convém ter informações sobre esta problemática.

4) Da administração

4.1 Auscultar regularmente a investigação, analisar as recomendações de gestão e sua tradução em diplomas legais.

4.2. Criação do corpo e reforço do programa de formação de observadores de bordo.

A ICCAT recomenda que os observadores tenham experiência suficiente para identificar as espécies e os engenheiros tenham capacidade de navegação, um conhecimento suficiente das medidas de conservação da ICCAT, a capacidade para realizar tarefas científicas elementares como recolha, observação e registo de amostras, um conhecimento satisfatório da língua do país da bandeira do navio no qual estão trabalhando (recomendação 99-1 da ICCAT de 1999).

4.3 Criação de um corpo de inspectores de pesca.

4.4 Concertação com a DGMP no sentido de implementar uma vistoria sistemática das embarcações estrangeiras antes de iniciarem as operações na ZEE de Cabo Verde.

4.5 Colocação de observadores em pelo menos 25% dos caneiros, cercadores e palangreiros a serem licenciados.

Desde 1991 os cercadores desenvolveram a pesca à volta dos DCP; por outro lado os caneiros senegaleses e das ilhas Canárias desenvolveram a pesca utilizando a própria embarcação como dispositivo de concentração de pescado o que melhorou o seu rendimento.

No seguimento desse facto a ICCAT recomenda para uma rápida aquisição de informação que se estabeleça um programa nacional de observação de 25% dos caneiros cercadores e palangreiros que pescam nos DCP para determinação do período/estratos zonais em que os juvenis de tunídeos estão associados com os DCP (Patudo e albacora). Recomenda ainda para esse mesmo programa a observação de 5% das embarcações utilizando outros métodos de pesca a fim de obter dados da composição das capturas sobre o recrutamento segundo as zonas e estações de pesca. (Recomendação nº 96-1, 1997)

4.6 Formação dos administradores visando a melhoria das capacidades de planificação e gestão estratégica dos recursos da pesca..

5) Da Fiscalização:

5.1 Estabelecimento e execução de um programa de fiscalização concertado com as entidades concernentes e aproveitamento das oportunidades de acções de fiscalização que se realizam no quadro do projecto de fiscalização (AFR 013) dos países da Comissão Sub-regional das Pescas.

15.5 Medidas de mitigação

Tratando-se de uma actividade exercida por embarcações estrangeiras não se prevê nenhuma medida mitigadora.

16.A pesca amadora

16.1 Situação da pescaria

16.1.1 Caracterização da pescaria

Correntemente se verifica que o termo pesca desportiva vem sendo usado em lugar de pesca amadora. O termo pesca desportiva não aparece *ipsis verbis* na nossa legislação, estando o seu enquadramento dentro da pesca amadora. A pesca amadora em Cabo Verde era uma actividade pouco praticada mas, com o desenvolvimento do turismo, vem sendo alvo de uma procura cada vez mais intensa. Todavia, esta actividade precisa ser revista e regulamentada dado que a legislação sobre a mesma contém algumas indefinições que importa serem resolvidos. O artigo 5º do Decreto Lei 17/87 de 18 de Março que aprova a lei de base da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, diferencia os tipos de pesca em função da sua finalidade em pesca amadora, comercial e de investigação científica. A pesca amadora é definida como aquela que é exercida a título recreativo, competitivo ou de subsistência, tendo neste último caso, por finalidade essencial a obtenção de espécies comestíveis para consumo do pescador e de sua família. O n.º 2 do artigo 22º do mesmo Decreto Lei dispõe que serão definidas por regulamento as circunstâncias em que a pesca amadora fica sujeita a licença. O Decreto n.º 65/90, de 18 de Agosto, regulamenta o exercício da pesca amadora. Contudo remete para posterior definição, através de portaria, as medidas necessárias para a implementação do sistema de licenças de pesca individual e as normas relativas às convenções. Efectivamente o país precisa de uma regulamentação clara e abrangente sobre esta matéria por forma a disciplinar o exercício dessa modalidade.

O que distingue a pesca amadora das outras modalidades de pesca é o seu aspecto recreativo, de subsistência ou competitivo, não podendo ser exercido com fins comerciais o que implica que o produto da pesca não pode ser vendido. Entretanto o n.º 2 do artigo 2º do Decreto n.º 65/90 determina que a proibição da comercialização não se aplica aos casos em que ela é exercida no quadro das convenções de pesca referidas no artigo 8º deste mesmo Decreto que prevê a autorização para o exercício da pesca amadora no âmbito de uma convenção celebrada entre o Ministério responsável pela pasta do turismo e entidades de pesca amadora tais como clubes, associações desportivas, empresas turísticas ou outras que assegurem o enquadramento e/ou a filiação dos pescadores amadores. Ainda a propósito da venda do produto da pesca desportiva, é voz corrente que muitos turistas exercem a pesca desportiva e vendem o peixe aos hotéis, rentabilizando desta forma a sua viagem. Neste caso está-se a usar a capa de pesca desportiva num exercício de carácter comercial.

Uma das questões que esta problemática coloca é a concorrência com os pescadores da pesca artesanal. Isto acontece particularmente na pesca submarina conhecida como safari ou pesca grossa que é uma pesca à deriva nos pesqueiros de alto mar, dirigida a peixes de grande porte. Esta prática interfere com a dos pescadores artesanais que normalmente frequentam os mesmos pesqueiros.

Há deveras uma necessidade urgente de um trabalho sério nesta área no sentido de usar responsabilmente os recursos e as potencialidades da zona costeira. Em todo o Cabo Verde há um mundo submarino constituído por imponentes formações geológicas e em muitos sítios a vida marinha é abundante (Almeida, 1988) e os recursos nacionais devem ser encarados como um valor económico de longo prazo. As ilhas com grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico, particularmente Sal, Boavista e Maio se vêm bastante afectadas pela prática deste

tipo de pesca que vem-se desenvolvendo de forma desordenada devido às lacunas existentes na legislação.

Almeida, (1988) descreve um conjunto de locais interessantes para mergulho na ilha do Sal, a saber, Ponta do Farol, Tchuklasta, Destroços de Santo Antão, Destroços de Demfior, Buracona, Salão Azul, Ferro Fundo, Peixe Greja, Braco da Casa Branca, Pedra Furada, Bahia da Parda, Agua Doce, Ponta Casaca, Farol da Fiura, Ponta Preta, Morro Leste, Desfiladeiro, Regona, Pisqueiro Ti Clao, Braco de Cachorro, Ponta de Fontona, Junquintinha, Ilheu de Rabo Junco, Murrinho das Pedras, Braco de Santcha, Quisidore Inforca, Bahia do Algodoeiro, Paredão.

Os mergulhadores podem situar-se na categoria dos que gostam de estar em contacto com a vida marinha, talvez para fazer videos e fotografias; existem aqueles que mergulham livremente para caçar um peixe ou lagosta e cozinhar e comer o que pescou; outro grupo que, segundo Almeida (op. cit.) está interessado em desenvolver suas capacidades físicas e astúcia mental para caça em profundidade; outro grupo há que está interessado no tamanho e na quantidade de peixes que apanha Almeida, (op. cit). Para poder satisfazer o desejo de todos será necessário haver regras claras para disciplinar toda a actividade e assegurar tanto a protecção do ambiente marinho e a durabilidade dos recursos como a viabilidade económica do turismo que explora essa vertente.

Artes de pesca e embarcação. Os tipos de pesca considerados dentro da pesca amadora de acordo com a lei vigente é a pesca de superfície (pesca à linha, com arpão ou fisga impulsionados a mão) e caça submarina (pesca exercida por amador munido ou não de arma quando em flutuação na água ou submerso nesta em apneia) (Decreto nº 65/90).

A caça submarina é praticada perto das costas em todas as ilhas, a profundidades de 5 a 20 metros. O equipamento de mergulho limita-se geralmente às barbatanas, máscaras e tubo, para mergulho livre ou apneia. Este método de pesca é utilizado pelos pescadores seja a partir da costa ou de um bote de 4 a 5 metros (Lozac'hmeur, 1986). Às vezes os pescadores são equipados de roupas isotérmicas, cinto de lastro, detentor de uma ou duas garrafas; alguns pescadores têm pequenos compressores (2KVA) para enchimento das garrafas de ar comprimido. Além do equipamento de mergulho, os pescadores levam frequentemente objectos cortantes, pequenos ganchos, hastes de ferro arredondado na extremidade no qual se fixa um anzol sem farpa, ou hastes de ferro redondo achatado na sua extremidade a fim de poder desalojar dos buracos os crustáceos. Os pescadores dispõem para a recolha de sacos de redes amarrados a seus corpos, ou a uma bóia que fica na superfície da água (Lozac'hmeur e Mascarenhas, 1985). Actualmente usam como instrumento para caça submarina para além do acima mencionado, facas, tridentes, vareta, e arpão.

Espécies alvo, potencial e zonas de pesca. As principais espécies capturadas na caça submarina são as lagostas verde e castanha, e no que tange a peixes aparecem os meros, outros serranídeos, budião (Lozac'hmeur, op. cit). Aparentemente esta pesca está cada vez mais activa e actualmente ouve-se que são pescados polvos, moreias, enfim tudo o que aparece pela frente.

Por outro lado existem amadores de pesca de superfície, que se dirigem para o espadarte e istioforídeos (conhecidos como marlines).

Capturas actuais e CPUE. Não existem estimativas das capturas efectuadas por esta modalidade.

Destino das capturas. O Decreto sobre a pesca amadora em vigor preceitua a proibição da comercialização do produto da pesca amadora salvo no caso em que ela é exercida no quadro das convenções de pesca. Contudo comenta-se que, na verdade, as espécies capturadas por via desta prática são geralmente vendidas nos hotéis, restaurantes, bares e similares.

Operadores e pescadores. Os pescadores desta modalidade podem ser os nacionais afeccionados pela pesca desportiva bem assim os turistas que aproveitam as férias para prática de desportos aquáticos de sua preferência.

Medidas de gestão estabelecidas. Não existe nenhuma medida de gestão específica para esta pesca. Contudo, o artigo 5º do Decreto 65/90 submete os pescadores amadores à observância das medidas de protecção dos recursos em vigor, nomeadamente, as medidas definidas no Decreto-Lei nº 17/87 e respectivos diplomas regulamentares, assim como a observância das outras medidas regulamentares de protecção dos recursos definidos no referido diploma ou que poderão vir a ser definidos.

Os caçadores submarinos de acordo com a lei em vigor, não podem exercer a sua actividade a menos de 50 metros das praias de banho e a menos de 20 metros dos locais já ocupados por outros caçadores salvo acordo entre si. Deverão ainda respeitar normas eventualmente adoptadas pela autoridade marítima relativas à navegação marítima.

16.1.2 Problemas a resolver na pescaria

Os problemas identificados para esta pescaria são os seguintes:

- *A actividade não está regulamentada e vem sendo exercida sem a respectiva licença*
- *A administração não acompanha esta pesca*
- *A investigação não acompanha esta pesca e não existem dados sobre a mesma.*
- *A fiscalização não é actuante.*
- *Esta pesca entra em conflito com os pescadores profissionais que dependem dela para sua subsistência.*
- *Existem conflitos com outras embarcações, com outros tipos de pesca.*
- *O número de presas a colher pelo pescador amador não está limitado pela lei e isto constitui uma debilidade.*
- *Os praticantes desta modalidade vêm comercializando as capturas.*

16.2 Objectivo específico da pescaria

A pesca amadora tem o seguinte objectivo:

Uma actividade desenvolvida de forma compatível com as outras modalidades de pesca e servindo como factor de atracção turística.

O grupo-alvo é a população em geral e a pesca comercial em particular.

16.3 Resultados e actividades requeridas à sua produção

O objectivo específico da pescaria é alcançado através dos resultados, a seguir enumerados, sendo cada um deles produzido pelas actividades indicadas para cada um deles:

1)A Administração acompanhando de forma eficaz esta pesca

Actividades requeridas:

- 1.1 Estabelecimento de um sistema de acompanhamento da pesca
- 1.2 Estabelecimento de uma adequada articulação/coordenação entre a administração das pescas e a administração turística.

2)Estabelecidas/Fiscalizadas medidas de gestão

Actividades requeridas:

- 2.1 Implementação do Licenciamento para a pesca amadora.

3)A investigação acompanhando de forma sistemática e eficaz a pescaria

Actividades requeridas:

- 3.1 Alargamento do sistema estatístico existente à pesca amadora.

16.4 Medidas de gestão para a pescaria

16.4.1 Medidas imediatas de conservação e gestão

9) De conservação:

- 1.1 *Aprovação do novo diploma que regulamenta a pesca amadora.*

Tendo em conta que a nível da administração está em fase final a preparação de um novo diploma justifica-se esta medida.

- 1.2 *Interditar completamente a comercialização do produto desta modalidade de pesca, de forma directa ou indirecta..*

Esta medida justifica-se perfeitamente porque verifica-se que a coberto da pesca amadora se vem desenvolvendo uma pesca comercial, a que urge pôr cobro.

- 1.3 *Proibição do uso dos meios de respiração artificial, nomeadamente garrafa ou escafandro autónomo.*

Esta medida justifica-se tanto mais que aparentemente esta practica é usada apenas em Cabo Verde.

10) De gestão:

- 2.1 *Implementação do sistema de concessão de licenças para a pesca amadora.*

- 4.2 *Estabelecimento de um sistema de articulação/coordenação entre a administração das pescas e a administração turística para o acompanhamento da actividade.*

16.4.2 Medidas a prazo a desenvolver pelo sistema de gestão das pescarias

11) Da investigação:

- 3.1 *Introdução de um sistema de acompanhamento da pesca amadora e organização dos dados básicos em termos de capturas e espécie recolhidas.*

12) Da administração:

- 4.1 *Análise das recomendações emitidas pela investigação, ponderação a nível dos intervenientes dos possíveis efeitos e propostas de medidas de gestão.*

13) Da fiscalização:

- 5.1 *Disponibilização de meios humanos e financeiros necessários aos responsáveis da fiscalização para que as acções sejam realizadas de acordo com um programa regularmente estabelecido. Em caso de infracção as sanções deverão ser aplicadas para desencorajar outras acções similares.*

16.5 Medidas mitigadoras dos efeitos das medidas de gestão

Não se prevê nenhuma medida mitigadora dado que é uma actividade que se exerce com fins recreativos, de lazer ou competição e não com fins económicos.

17. Factores Externos

A fim que se possam atingir os objectivos específicos atribuídos às diversas pescarias, é necessário que ocorram conjuntamente com os resultados referidos os seguintes factores externos:

- *Um maior engajamento por parte das instituições envolvidas em geral no sistema de gestão das pescarias*
- *Uma maior motivação por parte dos pescadores no sentido de se tornarem mais produtivos, encarando a pesca como uma actividade económica a ser exercida a tempo inteiro e não temporariamente apenas para satisfazer as suas necessidades momentâneas de rendimentos*
- *A necessidade de uma coordenação/articulação da acção de fiscalização das actividades de pesca*
- *O aumento dos recursos atribuídos pelo Governo à função de fiscalização, administração e investigação*
- *Os proprietários dos navios e das instalações em terra se empenhem na melhoria das suas condições técnicas e higio-sanitárias*
- *Os armadores se empenhem na constituição de poupanças para aplicação em investimentos nas pescas, e na aplicação cabal dos recursos que lhes são concedidos no sector*
- *Uma maior motivação por parte dos armadores e pescadores para uma maior organização e cooperação no sentido de juntos ultrapassarem os constrangimentos da classe*

- *Uma maior cooperação entre a administração e a classe de operadores para juntos ultrapassarem os problemas da pesca.*
- *Uma motivação por parte das instituições financeiras no sentido da disponibilização de recursos*
- *Um bom funcionamento das associações/mutualidades criadas no seio das comunidades*
- *Os armadores dos navios de pesca industrial assumam uma atitude colaborante em relação à informação a prestar sobre as suas actividades de pesca e condições técnicas e sanitárias das suas embarcações.*
- *Melhoria das principais vias de acesso a algumas comunidades e dos transportes entre as ilhas.*
- *Melhorias nas condições de regularidade, disponibilidade de condições e fiabilidade dos transportes aéreos e marítimos em relação aos produtos da pesca.*
- *Decisão favorável da EU em relação ao levantamento do embargo aos produtos da pesca de Cabo Verde.*
- *Os pescadores assumam uma atitude colaborante em relação às medidas que vierem a ser adoptadas nas pescarias.*
- *As comunidades sejam receptivas a soluções de co-gestão.*

18. Espécies marinhas ameaçadas e protegidas

Como consequência da manifestação da sua insularidade e sob a influência de um clima tropical seco – onde os ecossistemas se regeneram muito lentamente – , a flora e fauna de Cabo Verde estão representadas por um numero relativamente baixo de espécies que existem em forma de populações pequenas e de limitada diversidade genética, sendo muito susceptíveis a acção humana e relativamente ricas em espécies endémicas. O arquipélago cabo-verdiano faz parte, ademais, da rota migratória de numerosas espécies protegidas e de interesse científico a escala mundial. Sob este ponto de vista, entende-se a necessidade de proteger algumas espécies cujo estado actual levanta sérias preocupações.

O Decreto regulamentar No. 7/2002 de 30 de Dezembro estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde (B.O. 37). Como anexo II, o supracitado decreto estabelece uma lista das espécies da fauna que requerem regime especial de protecção. A maioria das espécies incluídas na lista são terrestres. Vinte e duas espécies marinhas fazem parte da lista, delas, cinco espécies de tartarugas, nove de cetáceos e oito de aves marinhas.

Tartarugas marinhas. A nível mundial, as sete espécies de tartarugas marinhas existentes (família CHELONIIDAE) são alvo de uma protecção especial, estando todas incluídas no apêndice I da CITES¹ , e seis delas, com excepção da *Natator depressus*, fazendo parte do apêndice I da CMS². Classificadas dentro do grupo das

¹ CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, em português, Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies em Perigo

² CMS – Convention on migratory Species, em português, Convenção sobre as espécies migratórias

espécies em perigo de extinção, a sua captura e comercialização são proibidas pelas leis internacionais.

São cinco as espécies referenciadas para Cabo Verde:

- *Caretta caretta* - tartaruga vermelha
- *Chelonia mydas*) - tartaruga verde
- *Eretmochelys imbricata* - tartaruga de casco levantado
- *Dermochelys coriacea* - tartaruga parda
- *Lepidochelys olivacea* - não tem nenhum nome vulgar conhecido

A tartaruga vermelha parece ser, das que visitam o arquipélago, a única espécie que aqui se reproduz, utilizando para esse fim as praias de Boavista, onde a população reprodutora/ nidificante estima-se ser, em média, cerca de 2000 fêmeas (López-Jurado, 2001). Outras ilhas onde a espécie se reproduz são Sal, Maio, São Vicente, Santa Luzia e Ilhéu Branco. (Merino *et al*, 2001). Cabo Verde é reconhecido como o mais importante local de reprodução de *Caretta caretta* no continente africano (López-Jurado, 2001).

As tartarugas verde e de casco levantado vêm a esta zona para alimentar-se. As outras duas espécies são pouco frequentes em águas de Cabo Verde, mas o arquipélago está no caminho da sua rota migratória.

Seguindo os critérios internacionais e reconhecendo a importância destas espécies ameaçadas mundialmente de extinção, o governo cabo-verdiano estabeleceu no Decreto 97/87, no Capítulo III, no Artigo 17º um período de defeso da pesca das tartarugas, de um de Julho ao fim de Fevereiro, no qual se proibia a captura, posse, simples detenção ou aquisição, desembarque e comercialização de tartarugas durante esse período. A partir de 2002, o Decreto regulamentar No. 7/2002 estabeleceu a protecção total deste grupo de espécies, proibindo a sua captura ao longo de todo o ano. Dada a fraca fiscalização, esta lei é frequentemente contornada.

Mamíferos marinhos. Os cetáceos constituem outro grupo de espécies protegidos internacionalmente, estando as baleias e golfinhos incluídas nas convenções CITES e CMS. Em Cabo Verde, a pesca de baleias foi iniciada como uma actividade artesanal de pequena escala, cobrando auge a mediados do século XVIII com o aparecimento de baleeiros de Europa e América do Norte, atraídos pela abundância de baleias nestas águas. (Hazevoet & Wenzel, 2000). No século XIX, baleeiros de Nova Inglaterra capturavam grandes quantidades de *Megaptera novaeangliae* (baleia de bossas) entre os meses de Fevereiro a Maio, explorando o golfo da Guiné, outra área importante, de Junho a Setembro. De Outubro a Março, em águas de Cabo Verde se privilegiava a captura do cachalote. (Hazevoet & Wenzel, 2000). Neste período de florescimento da indústria baleeira, em Cabo Verde foram fundadas empresas de pesca em Brava, São Nicolau e Sal, que se dedicavam à captura e a produção de óleo. A actividade da frota estrangeira cessou nos finais do século XIX, uma vez que as populações de baleias estavam praticamente exterminadas e a pesca deixara de ser rentável. Em 1914 o governo colonial português, numa tentativa tardia para restituir os stocks, decretou a proibição da captura de indivíduos imaturos, e impôs uma captura máxima de 6000 indivíduos, mas esta medida não teve o impacto positivo que dela se esperava. (Hazevoet & Wenzel, 2000).

Para as águas de Cabo Verde se encontram registadas 18 espécies de cetáceos e se conhece que ao menos uma, a baleia de bossas, se reproduz nesta zona.

A Lei 17/87 de 18 de Março de 1987, no seu Artigo 12º, decretou a protecção total dos mamíferos marinhos em Cabo Verde, proibindo a sua caça e captura no espaço marítimo sob a jurisdição nacional, a sua caça e captura por embarcações nacionais no alto mar ou em águas de outros Estados, assim como o seu uso ou processamento por qualquer instalação situada em território nacional. O Decreto regulamentar No. 7/2002 estabelece a proibição da captura de nove espécies, classificadas como espécies em perigo de extinção. Estas espécies são:

Família DELPHINIDAE:

Tursiops truncatus – golfinho corvineiro, bottlenose dolphin

Stenella frontalis – Chic jote, golfinho manchado

Stenella attenuata – toninha, golfinho tropical

Delphinus delphis – golfinho comum

Globicephala melas – boca de panela, baleia piloto

Globicephala macrorhynchus – baleia piloto

Orcinus orca – orca comum

Família BALAENOPTERIDAE

Balaenoptera musculus – baleia azul

Megaptera novaeangliae – baleia de bossas

Outras espécies de cetáceos não estão incluídas na lista de espécies ameaçadas, mas deverão ser incluídas:

Família DELPHINIDAE

Grampus griseus – golfinho cinzento

Peponocephala electra – falsa orca

Stenella coeruleoalba – golfinho riscado

Stenella longirostris – golfinho de focinho comprido

Steno bredanensis – golfinho de dentes rugosos

Família BALAENOPTERIDAE

Balaenoptera edeni – baleia de Braide

Balaenoptera physalus – baleia comum. Foi revista e identificada como

Balaenoptera cf. borealis.

Família PHYSETERIDAE

Physeter macrocephalus – cachalote

Família ZYPHIIDAE

Ziphius cavirostris – zifio ou baleia bicuda

A pesar da proibição, e dada a fraca fiscalização existente, não é rara a captura e o abatimento de golfinhos encahados, assim como a comercialização de carne de golfinhos nalguns mercados, principalmente Santiago.

Aves marinhas/litorâneas. As ilhas de Cabo Verde revestem-se de uma importância ecológica grande para as aves, estando na rota migratória de pelo menos 130 espécies e abrigando sazonalmente umas 40 espécies de aves que neste arquipélago nidificam. (Barone, T. R, 2000). Para Cabo Verde estão reportadas 15 aves marinhas / litorâneas, algumas das quais correm um perigo iminente de extinção, dada a acção depredadora do homem, que não só as captura, como também colecta os ovos e filhotes nos ninhos.

Fazem parte da lista de espécies ameaçadas nove espécies marinhas/ litorâneas, das quais oito são protegidas a nível de todo o arquipélago, enquanto que uma é protegida localmente:

Protegidas a nível nacional

Em perigo crítico:

- *Fregata magnificens* – rabil, uma das espécies mais raras, apenas se reproduz nos ilhéus Curral Velho e Baluarte, da Boavista, sendo estes os únicos locais de reprodução de toda a África. Em 1993 a sua população não ultrapassava os cinco casais. (Hazevoet C.J, 1993)

Em perigo:

- *Phaethon aethereus* – rabo de junco
- *Calonestris edwardsii* – cagarra, espécie endémica

Vulnerável:

- *Pterodroma feae* – gon-gon, espécie que somente nidifica em Cabo Verde e em ilhéus perto da Madeira. A população total não deve ultrapassar algumas centenas de indivíduos.
- *Sula leucogaster* – alcatraz

Indeterminado:

- *Puffinus boydi* – pedreiro, espécie endémica

Raro:

- *Pelagodroma marina* – pedreiro azul
- *Bulweria bulwerii* – João-preto

Protegidas a nível local

- *Oceanodroma castro* – pedreirinho, classificado como raro em Ilhéu Branco e vulnerável em Ilhéus dos Rombos

Outras espécies. Outras espécies marinhas não fazem parte da lista de espécies ameaçadas, mas dada a sua importância a nível mundial e local, ou o estado preocupante em que as suas populações se encontram, precisam de protecção imediata.

Corais

As condições climáticas e os sistemas de correntes muito específicos em Cabo Verde não propiciam a formação de recifes coralinos como tradicionalmente se formam nos trópicos, surgindo, de este modo, recifes de formas e características inusuais, capazes de adaptar-se a amplas variações de temperatura (Laborel, 1974). Dada a sua reconhecida importância ecológica, seja como lugar de recrutamento de juvenis ou como zonas de alta concentração, por excelência, de biodiversidade marinha, ou pelo seu papel de abrigo e protecção de espécies comercialmente importantes, as espécies coralinas do arquipélago deverão gozar de uma protecção especial. Algumas zonas, tais como Palmeira, Baía da Murdeira, Santa Maria (Sal), a costa ocidental de Boavista, Baía das Gatas (São Vicente), ilhéu de Santa Maria em Santiago, são conhecidas pela alta concentração de corais. (Merino *et al.*, 2002). Outras zonas, como Pedra de Lume (Sal), Praia da Laginha e Baía de Salamansa (São Vicente), foram reportadas por Moses em 2002.

Oito são as espécies referenciadas para Cabo Verde:

- *Millepora alcicornis*
- *Siderastrea radians*
- *Porites porites*
- *Porites astreoides*
- *Favia fragum*
- *Schizoculina africana*
- *Madrasia pharensis*
- *Tubastrea sp.*

Cones

O grupo de moluscos da família Conidae exhibe um das maiores percentagens de endemismo: 97% das espécies de *Conus* que habitam em Cabo Verde são exclusivas deste arquipélago. Muitas dessas espécies ocorrem em áreas muito limitadas, e somente em algumas ilhas, sendo as populações muito reduzidas e por conseguinte, susceptíveis a extinção, ao serem colectadas como conchas de colecção e ao serem degradadas as áreas onde habitam. Revestem-se de um grande interesse científico como exemplos vivos para estudos de evolução e especiação em ilhas e para o estudo e acompanhamento da degradação do ambiente marinho.

Seláceos

O grupo dos seláceos inclui os tubarões e as raias, recursos muito sensíveis, limitados, com estratégias complexas de reprodução, sendo altamente vulneráveis a níveis altos de exploração. A nível mundial, o incremento das capturas de tubarões e o estado actual das populações suscitam uma preocupação geral crescente. Como resultado, alguns organismos internacionais (FAO, CSRP¹) elaboraram planos de acção para a conservação desses recursos.

Dado que em Cabo Verde não existe uma pesca dirigida a estes recursos, e não possuindo séries de dados estatísticos oficiais das capturas, deveria admitir-se que os stocks de seláceos estão sub-explorados, mas deve ter-se em conta a fragilidade da fiscalização nacional e as possibilidades das capturas estrangeiras não declaradas na ZEE de Cabo Verde. Frequentemente, raias e tubarões formam parte

¹ CSRP – Comissão Sub-Regional das Pescas.

das capturas acessórias da pesca de pala, as quais não são quantificadas. Na sub-região Oeste Africana, estes recursos encontram-se intensamente sobre-explorados, o que propicia uma tendência para o aumento do esforço de pesca na nossa ZEE por parte de navios que operam na sub-região.

Acções imediatas a promover

1. Adesão de Cabo Verde as Convenções internacionais que promovem a conservação de espécies ameaçadas, tais como a CMS e a CITES, no quadro das quais podem ser obtidas ajudas, consultorias e financiamento para execução e implementação de programas de conservação
2. Actualização da lista das espécies ameaçadas, com a inclusão de todas as espécies de corais, cones e mamíferos marinhos existentes
3. Elaboração e implementação imediata de um Plano de Acção Nacional para a conservação e gestão de tubarões e raias.
4. Co-gestão ou gestão participativa na protecção de espécies ameaçadas
5. Implementação de Áreas Marinhas Protegidas
6. Sensibilização da população para a conservação das espécies, divulgação ampla da lista de espécies protegidas
7. Fiscalização eficiente das normas.

19. Aproveitamento de novas oportunidades

Alguns dos principais recursos pesqueiros estão sendo pescados perto ou para além dos limites sustentáveis de exploração. Ao mesmo tempo, existem recursos pouco ou não explorados que poderiam ser alvo de pescarias alternativas e/ou complementares às existentes. Deste modo, o aproveitamento dessas oportunidades deverá ser encarado como uma necessidade e uma prioridade do desenvolvimento do sector das pescas em Cabo Verde. Nesse sentido, a prospecção de novos recursos através de campanhas exploratórias, o teste e vulgarização de engenhos não utilizados pela frota nacional e o cultivo de espécies marinhas poderão ser importantes alternativas de desenvolvimento, numa tentativa de aliviar a pressão exercida sobre os recursos tradicionalmente explorados pela via da diversificação da pesca e do aproveitamento pleno dos recursos marinhos existentes.

19.1 Aproveitamento do potencial de tunídeos e espécies afins com palangre, rede de cerco e corrico

O aproveitamento do potencial de tunídeos e afins na ZEE de Cabo Verde poderá constituir uma das principais alternativas de desenvolvimento da pesca para o país. A gradual passagem da pescaria à vara - limitada tecnologicamente- para uma pescaria não dependente da presença/ abundância/ sazonalidade do isco vivo em águas cabo-verdianas assim como o desenvolvimento de pescarias de espécies de alto valor comercial deverão constituir os maiores desafios para a frota nacional atuneira.

Uma das possíveis soluções poderá ser a utilização de redes de cerco por um cercador de tamanho médio para a captura de gaiado (Hoogesteger, 1997) e do palangre de superfície para a captura de espécies de atum e afins de alto valor comercial, tais como albacora, espadarte e patudo, que têm uma maior cotação no mercado internacional se comparado com o gaiado. Para viabilizar esta pescaria seria imprescindível apostar no desenvolvimento de produtos de valor acrescentado, que geram maiores ingressos e emprego em terra (especialmente no caso da albacora, desenvolvendo o processamento em lombos e bifes embalados em vácuo e congelados) e introduzir a garantia de qualidade, sendo esta última condição obrigatória para a entrada no mercado europeu. (Hoogesteger, 1997)

Neste sentido, considera-se prioritário a realização de campanhas experimentais para avaliar a vulnerabilidade das espécies alvo, a eficácia do engenho e a rentabilidade económica de uma pescaria nacional desenvolvida em águas de Cabo Verde. À partida, é importante assinalar que algumas das frotas atuneiras estrangeiras desenvolvem as pescarias de palangre na ZEE de Cabo Verde. Segundo estimativas de Hoogesteger (1997), no período de 1992-1995, a frota estrangeira terá capturado em média cerca de 900 toneladas/ ano de patudo e 1211 toneladas/ ano de albacora. O mesmo autor estimou o valor das capturas da frota palangreira japonesa nesse período como sendo, no mínimo, de US\$ 30 milhões/ ano.

Uma outra alternativa de interesse poderia ser a captura de grandes pelágicos migratórios, tais como o dourado e o serra, com a utilização do corrico. A rentabilidade económica desta pescaria deverá ser determinada.

19.2 Aproveitamento do potencial de espécies demersais e de profundidade (peixes e crustáceos) com palangre e covos

A maioria da pesca demersal em Cabo Verde é dirigida actualmente a espécies de habitats costeiros de profundidades que não ultrapassam a batimétrica dos 200 metros. Dadas as suas características próprias, as espécies demersais são muito vulneráveis à sobre-exploração e acredita-se que com o aumento da pressão exercida sobre estes recursos, nalgumas zonas alguns stocks estarão sendo sobre-explorados ou pescados perto dos limites sustentáveis.

Uma alternativa à pesca de peixes demersais com linha de mão poderá ser a exploração destas espécies utilizando o palangre-de-fundo, arte de pesca que se mostra propícia à exploração de peixes em ecossistemas insulares de limitada plataforma insular e com as características topográficas de Cabo Verde, tal e como demonstrado pela experiência de países como os Açores. A grande extensão da ZEE de Cabo Verde e o tamanho relativamente grande da área entre os 200 e os 1200 metros de profundidade na orla das ilhas, apesar da existência de relativamente poucos bancos e montes submarinos, parece ser à partida promissor quanto à potencialidade da pesca demersal de profundidade neste arquipélago.

Um Cruzeiro de Investigação com palangre de fundo dirigido aos recursos demersais e de profundidade de Cabo Verde, foi realizado em Outubro – Novembro de 2000, com a participação do INDP e o DOP¹ (UA²). A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que existem relativamente poucas espécies demersais com abundâncias significativas, distribuindo-se as mesmas principalmente até a profundidade dos 300 metros. Algumas espécies distribuídas até os 800 m, tais como o salmonete do alto (*Polymixia nobilis*), garoupa de madeira (*Helicolenus*

¹ DOP – Departamento de Oceanografia e Pescas

² UA – Universidade dos Açores

dactylopterus) e fanhama(*Pontinus kuhlii*), apresentam algum potencial de pesca. À excepção do tubarão gata (*Centrophorus granulosus*), não se registaram espécies piscícolas com potencial de exploração até a profundidade dos 1200 metros. A campanha demonstrou que poderão existir perspectivas de desenvolvimento, em Cabo Verde, de pescarias demersais com palangre-de-fundo, dirigidas a um reduzido número de espécies; contudo, estes recursos poderão não suportar um esforço de pesca semelhante ao que é aplicado nos Açores devido não só a uma menor área disponível, como também a uma maior fragilidade das populações (Menezes *et al.*, 2001).

Seria conveniente a prospecção de maiores profundidades (até 2000 metros) para determinar a existência ou não e as potencialidades de uma pesca dirigida a recursos comercialmente importantes de grandes profundidades tais como o peixe espada preto (*Aphanopus carbo*) e o tamboril (*Lophius vaillanti*).

Uma outra alternativa poderá ser a pesca de profundidade com covos. Uma campanha de prospecção com a utilização de covos especializados para captura de peixes e crustáceos e covos para camarões de profundidade foi realizada em Agosto de 2003. Muito preliminarmente os resultados parecem ser positivos, tendo sido capturadas espécies de peixes e crustáceos (caranguejos e camarões) de profundidade de interesse comercial. Estabelecida a existência destes recursos e a possibilidade de desenvolver uma pesca dirigida, será preciso realizar campanhas de avaliação do potencial dos recursos e de determinação da rentabilidade de uma possível pescaria.

19.3 Aproveitamento do potencial de peixes demersais do banco da Boavista com artes alternativas

Segundo a avaliação de demersais de areia feita em 1994, existe um potencial destes recursos que está sendo pouco explorado na plataforma insular da ilha de Boavista e que fora modestamente explorado no passado com o arrasto de fundo. Dado os impactos que a pesca de arrasto geralmente causa ao ecossistema marinho e tendo em conta o potencial estimado, engenhos alternativos para a exploração dos demersais de fundos arenosos (tais como rede de emalhar e covos para peixes) deverão ser devidamente estudados, desenhados e testados.

19.4 Cultivo de espécies marinhas

A aquacultura é uma actividade bastante exigente desde o ponto de vista do investimento financeiro necessário dado o custo elevado dos materiais, equipamentos e pesquisas, a qualificação necessária do pessoal investigador, os possíveis impactos ambientais e de mercado que pode trazer. É uma actividade de alto risco económico, cujo sucesso depende em grande medida de investigações a longo prazo. Sob esta óptica, a pertinência e os objectivos específicos da introdução dessa actividade em Cabo Verde deverão ser minuciosamente analisados antes de qualquer empreendimento. A actividade de cultivo a nível comercial se justificaria somente se existisse uma demanda para o produto ou desde o ponto de vista científico, se se aproveitasse a experiência e os convénios de colaboração com países de tradição no ramo da aquacultura. No caso específico de Cabo Verde e segundo Merino (1999), o cultivo de espécies marinhas não terá provavelmente como objectivo primário a solução imediata da escassez do peixe nem a conquista do mercado internacional, no qual dificilmente poderá competir. Mas tendo em conta que o turismo poderá vir a ser uma das principais vias de desenvolvimento do

país e com o objectivo de abastecer as demandas nacionais, que com o aumento de turismo irão crescer também, as perspectivas de desenvolvimento da aquacultura em Cabo Verde deverão passar pelo aproveitamento da experiência de países como Espanha (Canárias) no que se refere ao cultivo de espécies indígenas de valor comercial, tais como o esmoregal (*Seriola sp.*) e o pargo (*Sparus pagrus*). Todo empreendimento nesta área de investigação deverá estar planificado a médio e longo prazos e respaldado por uma estratégia de financiamento, formação e convénios de cooperação internacional.

VI. ASPECTOS TRANSVERSAIS

20.Aspectos gerais

No presente capítulo encontram-se reunidos alguns aspectos que influenciam o sucesso da implementação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, a saber:

- Questões relacionadas directamente com a gestão das pescarias, mencionadas ao longo do capítulo V para diversas delas e que são básicas para que os seus objectivos sejam alcançados com sucesso. Neste âmbito, apenas se referem as questões mais importantes relacionadas com a investigação e a administração.
- Questões específicas, igualmente mencionadas de forma dispersa no capítulo V e que são importantes para o sucesso de algumas opções em termos de sustentabilidade e desenvolvimento da pesca artesanal. Dentre delas, a co-gestão é o aspecto mais importante.
- Questões relacionadas com o desenvolvimento das Pescas, referidas na análise de contexto das Pescas (no capítulo III, parágrafo 7) e, dispersamente, ao longo da análise de contexto realizada para as diversas pescarias. Referem-se aquelas que, embora se situem fora do âmbito do Plano de Gestão dos Recursos das Pescas, assumem uma maior importância para que sejam alcançados os objectivos económicos e sociais das diversas pescarias. Neste âmbito, são referidas questões de infraestruturação, transformação, comercialização, crédito e formação.

21.Aspectos de base relacionados com as investigações haliêutica e ambiental e análises socio-económica das pescarias

O objectivo da investigação relacionada com as pescarias é formular recomendações para a exploração óptima e sustentável dos recursos aquáticos vivos com vista a se alcançarem os objectivos económicos e sociais estabelecidos na política de desenvolvimento. A investigação haliêutica e ambiental e os estudos sócio-económicos são, assim, um instrumento de grande importância para o desenvolvimento das Pescas.

Melhoria e manutenção dos bancos de dados haliêuticos, ambientais e socio-económicos em geral. Dentre as atribuições requeridas à investigação em geral, a recolha e organização em bancos de dados da informação, constitui uma actividade de base, sem a qual não é possível produzir, assentes em bases científicas, as avaliações do estado de exploração dos recursos e das pescarias e as consequentes recomendações de gestão. Esta informação de base abrange não apenas os dados biológicos sobre as diferentes espécies alvo nas diferentes pescarias, mas igualmente os dados ambientais em geral e os relacionados com as diferentes pescarias em particular, como sejam os relacionados com as actividades de pesca e os socio-económicos das diversas pescarias.

A colheita desta informação de base é normalmente assegurada por intermédio do sistema de amostragem biológica, da inquirição, igualmente por amostragem, das actividades de pesca artesanal e da colheita dos dados da pesca industrial, nomeadamente através dos formulários preenchidos a bordo das embarcações, e ainda pelos censos da pesca. São igualmente fontes de informação de base, os dados obtidos em cruzeiros de investigação, com o n/i “Islândia” e outros navios de investigação estrangeiros, e os recolhidos junto de organizações internacionais ou

de terceiros países que realizam ou coordenam acções de investigação relacionadas com a ZEE de Cabo Verde. Sendo uma tarefa complexa e custosa, deverá ser dimensionada às necessidades reais de utilização e às capacidades de produção dessa informação e obtida com o mínimo possível de custos.

A manutenção destas actividades relacionadas com a colheita de informação de base e sua armazenagem em bancos de dados, constituem actividades de rotina da investigação em geral, para as quais deverão ser prioritariamente assegurados os recursos para a sua realização. Consequentemente, estas tarefas não deverão ficar dependente da angariação de receitas pela instituição responsável. Sendo essencial para a qualidade e eficácia das acções do sistema de gestão das pescarias, a sua sustentabilidade deveria ser assegurada pelo Estado.

Navio oceanográfico. A primeira condição para se assegurar uma recolha de dados ambientais na ZEE de Cabo Verde tem a ver com a disponibilidade de um navio de investigação. O navio de investigação “Islândia” chegado a Cabo Verde no ano de 1994, embora originalmente tivesse sido previsto que fosse equipado para cobrir a colheita de dados oceanográficos físicos, químicos e biológicos, por razões orçamentais, não o chegou a ser. Na altura da sua recepção, foi estimado que o equipamento para investigação oceanográfica ascenderia a cerca de 54,000 USD. Desde a sua chegada, o navio tem tido uma utilização maioritária comercial, destinada a angariar receitas para o funcionamento corrente da instituição que o opera e menos em pesca exploratória ou pesquisa oceanográfica. Actualmente, o navio encontra-se inoperacional, necessitando de recursos financeiros para se proceder à sua reparação. Por outro lado, devido à reconversão técnica ocorrida em relação aos oceanógrafos formados, Cabo Verde não possui presentemente qualquer capacidade afecta ao INDP, que permita a esta instituição desenvolver uma pesquisa oceanográfica.

A questão do recrutamento de um oceanógrafo e de um técnico auxiliar (se possível dois) destinados a retomar o trabalho oceanográfico, deve preceder quaisquer outros planos de trabalho para esta área. Algo idêntico se pode dizer em relação à reparação do navio “Islândia” e ao seu aparelhamento com os instrumentos requeridos para recolha de dados oceanográficos. Os comentários e propostas feitas em 1994 por Roalf Saetre em relatório realizado¹ são, na sua maioria, ainda pertinentes e deverão ser considerados em futuros programas de investigação no que respeita à componente de oceanográfica.

Se estas questões prévias forem resolvidas, o trabalho neste domínio deve priorizar a recolha de dados oceanográficos físicos e excluir, numa primeira fase, os relacionados com a produção primária e os processos de recrutamento referentes às diferentes espécies.

Este trabalho deverá conduzir ao estabelecimento de um banco de dados oceanográficos constituído pela informação referente às estações oceanográficas da ZEE de Cabo Verde. Esta informação representará um valioso contributo para a investigação oceanográfica pesqueira que venha a ser realizada no futuro.

A obtenção de dados oceanográficos com vista à organização de bancos de dados oceanográficos referentes à região onde se situa Cabo Verde pode igualmente ser conseguida junto de organismos internacionais, como é o caso de “World Oceanographic Data Centre”, e de países terceiros, como a Noruega (do trabalho realizado pelo N/I “Fridtjof Nansen”), e o Senegal.

¹ Ver relatório “Oceanographic Research in CV, por Roalf Saetre. Doc nº. 12, do Projecto FAO GCP/CVI/033/NET. Janeiro de 1997.

Finalmente, a formação científica e técnica dos membros de uma pequena equipa oceanográfica que venha a ser constituída, com recurso a acordos de cooperação com outros países, e a sua estabilidade, deverão constituir prioridades a ter em conta após o seu recrutamento.

Estabilidade e orientação científica dos investigadores e outros técnicos ligados ao acompanhamento das pescarias. Ao se passar em revista os esforços de investigação haliêutica em Cabo Verde, constata-se a existência, em geral, de uma grande instabilidade dos investigadores em relação ao objecto do seu trabalho científico. As razões são diversas mas fundamentam-se, num grande número de casos na falta de atractivos que a carreira oferece (traduzida em casos de abandono) ou de saída para cursos de formação no exterior, muitas das vezes sem que representem uma necessidade lógica em relação ao trabalho até aí realizado pelo investigador ou uma prioridade da investigação. A questão da carreira dos investigadores, em relação às quais deveria estabelecer-se um paralelo com a carreira dos docentes universitários poderá contribuir para a resolução do problema da instabilidade até hoje verificada no corpo de investigadores em geral.

Por outro lado, é notória ao longo do tempo a falta de uma orientação científica que possa motivar os investigadores a progredir dentro da sua carreira. Infelizmente, das duas primeiras gerações de investigadores existentes em Cabo Verde, nenhum prosseguiu (ou pode prosseguir) a sua carreira de tal forma que tivesse atingido um nível que permitisse enquadrar as gerações mais recentes de investigadores.

Constata-se assim que a investigação se encontra actualmente confiada maioritariamente a investigadores jovens e que não beneficiam de um enquadramento científico das gerações de investigadores anteriores.

A realização dos trabalhos de avaliação de stocks, recomendados para todas as pescarias, pressupõe que esta questão encontre uma solução.

Finalmente, constata-se que o número actual de investigadores é insuficiente para as tarefas previstas no Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. Não sendo possível ampliar o seu número, seria desejável que a sua distribuição pelos diferentes stocks se fizesse de acordo com as prioridades indicadas no parágrafo 5 e a sua formação tivesse em conta as prioridades e necessidades de investigação.

Âmbito das estatísticas das Pescas. O sistema estatístico vigente foi consolidado ao longo de mais de uma década e constituiu um importante sucesso do trabalho desenvolvido neste domínio no INDP. Esta circunstância contribuiu certamente para que esta instituição fosse considerada a responsável pela produção das estatísticas do sector das Pescas.

No entanto, a abordagem por pescaria, proposta no Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, encerra em si diversos desafios aos quais as estatísticas deverão responder de forma consequente. A abordagem por pescaria, adoptada no presente Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, não significa apenas que os dados estatísticos passem a ser reestruturados segundo as três pescarias industriais, cinco artesanais e ainda a pesca estrangeira e, se possível, amadora.

É necessário que as estatísticas permitam igualmente a sua agregação por ilha, porto de desembarque (se não a totalidade, pelo menos os centros principais e secundários e os principais centros terciários), espécies pescadas (pelo menos para as principais espécies alvo das diferentes pescarias), zonas de pesca e a repartição do esforço das embarcações licenciadas pelas diferentes pescarias e zonas de pesca.

Para além destas diferentes visões agregadoras, é indispensável que o sistema estatístico estenda a sua colheita aos dados sócio-económicos, em particular no que respeita às pescarias artesanais. Este alargamento da colheita de informação deve visar, entre outros objectivos, a estimativa dos rendimentos dos pescadores e peixeiras e permitir uma percepção sobre a origem desse rendimento das diferentes actividades de pesca (pescarias) e de outras para além das de pesca, evidenciando a estratégia de sobrevivência individual ou das diferentes comunidades de pescadores.

Avaliação económica das pescarias. Nos termos de referência para o estudo para a preparação do PGRP figura a indicação de que deveriam ser realizadas “análises de custos e benefícios” para as diferentes pescarias. O sentido exacto desta indicação foi esclarecido, posteriormente, como visando uma avaliação de cada pescaria em termos de rendimento nacional e justificar as medidas de gestão propostas com base na contribuição que proporcionavam para esse efeito.

Analizada a disponibilidade de dados sobre as pescarias e, em particular, sobre as frotas que nelas operam, a conclusão foi de serem insuficientes para se realizarem a análises pretendidas. A avaliação em termos de rendimento nacional pressupõe que, para além da recolha de informações financeiras e comerciais sobre as frotas operando numa pescaria, os respectivos preços financeiros sejam convertidos em valores de rendimento nacional. Não existindo à partida estas informações, seria impossível recolhê-las e processá-las dentro do prazo atribuído ao estudo.

Nesta base, depois de debatida a questão com a equipe coordenadora do PANA, foi decidido que a sua realização futura teria de ficar prevista no conjunto de medidas de gestão a propor.

Esta avaliação económica de uma pescaria poderá ser realizada em termos de análise de um simples fluxo de custos e benefícios expressos em termos de valores de rendimento nacional para um período de tempo determinado (histórico ou previsional) ou num momento do tempo. Nesta óptica, proporciona a informação sobre a actividade económica da pescaria no seu todo e permite retirar conclusões sobre se ela estará ou não a contribuir positivamente para o desenvolvimento económico do país. A situação de exploração em que a pescaria se encontra (ou encontrará) está assim implicitamente apenas considerada na análise.

Outra forma de realizar a avaliação da pescaria, reportada à sua situação até ao presente, é utilizar um modelo de produção global ao qual se acopla um modelo económico da pescaria (modelo bioeconómico) e concluir sobre a sua situação em relação à produção máxima sustentável e à produção económica máxima. É assim possível retirar algumas conclusões sobre a situação em que a pescaria se encontra e daí deduzir medidas de gestão adequadas.

Finalmente, uma terceira abordagem – a qual dá resposta plena ao pretendido dos termos de referência – consta da elaboração de um modelo biológico de simulação, dinâmico, que permita a inserção de parâmetros de gestão (esforço de pesca, nomeadamente por frotas alternativas, períodos alternativos de defeso ou veda, malhagem alternativa das redes, zonas de pesca alternativas, etc.) e estimar os seus efeitos sobre a biomassa, recrutamento e captura. A este modelo deverá acoplar-se o modelo económico, proporcionando-se assim uma informação em termos de rendimento máximo a alcançar com a conjugação de medidas alternativas de gestão.

Para realizar estas análises bioeconómicas é necessário um sistema estatístico proporcionando a informação acima sugerida e a formação de bioeconomistas no quadro dos programas de formação para os investigadores em geral.

22. Actividades de base da administração das pescarias

O licenciamento das actividades de pesca e operações conexas da pesca constitui a base do trabalho da administração e dela decorre um conjunto de atribuições de base, as quais devem constituir a rotina de trabalho da administração e serem asseguradas antes de quaisquer outras.

Estas consistem principalmente na definição dos termos nos quais as licenças devem ser emitidas no seguimento das respectivas actividades de pesca ou actividades conexas de pesca.

De uma forma geral, existe o sentimento de que o licenciamento vigente das actividades de pesca e conexas da pesca não tem sido feito em moldes que possibilitem o seu acompanhamento administrativo. Em parte este facto deve-se a que o sistema de licenciamento, tal como se encontra previsto na lei em vigor, carece de ser ajustado de forma a incidir mais directamente sobre o esforço de pesca efectivo em cada pescaria.

Por outro lado, as responsabilidades em relação ao processamento da informação operacional das embarcações licenciadas poderá ser objecto de uma diferente repartição entre a investigação (a quem cabe *em geral* a responsabilidade pelas colheitas e processamento estatístico do sector das Pescas) e a administração que tem responsabilidades sobre parte dessa informação, nomeadamente no que respeita à sua atempada entrega pelas embarcações licenciadas.

Seja qual for a repartição de responsabilidades que venha a ser estabelecida, a publicação dos dados num boletim estatístico único para o sector deveria ser assegurada. Estão neste caso, nomeadamente, as informações relativas às exportações de produtos de pesca e às actividades da indústria de transformação de pescado, mas igualmente das actividades das instalações de apoio em terra, como são os casos dos frigoríficos e dos cais de pesca.

As normas actualmente vigentes em termos de medidas de gestão das pescarias deveriam ser revistas, nomeadamente a fixação das características das artes de pesca e das embarcações de pesca, do esforço de pesca a aplicar cada ano na pescaria e na fixação dos totais admissíveis de captura (TACs) para as diferentes espécies alvo; bem como a classificação da frota de pesca, à luz de critérios de promoção do desenvolvimento.

Sendo proposto no presente Plano de Gestão dos Recursos da Pesca um estudo para implementação de um esquema de co-gestão, cuja aplicação se traduz na prática na delegação de poderes de administração e, eventualmente, até mesmo na concessão de direitos sobre determinados stocks haliêuticos e de fiscalização, para comunidades de pesca ou grupos de pescadores, é indispensável que a lei abra possibilidades para a eventual implementação dos referidos esquemas de co-gestão. Com base numa experiência inicial, poderia estabelecer-se posteriormente uma regulamentação detalhada.

23. A co-gestão – a gestão baseada na comunidade

No Capítulo V, quando se abordam as medidas de conservação e gestão das pescarias artesanais de espécies sedentárias – casos das lagostas costeiras e dos peixes demersais –, foi proposto um estudo para implementação de arranjos de co-gestão ou, o que é o mesmo, de gestão baseada na comunidade.

A co-gestão é uma parceria entre o governo e uma comunidade de utilizadores dos recursos da pesca, com destaque para os pescadores, mas podendo agregar outros interessados locais, que partilham a responsabilidade e a autoridade em relação à tomada de decisões sobre a gestão de determinadas actividades de pesca. Através deste tipo de arranjo, os utilizadores assumem um papel activo na gestão e administração dos recursos pesqueiros. Os arranjos de co-gestão podem variar entre a simples consulta à comunidade pelo governo antes de tomar uma decisão sobre medidas de gestão até a uma situação em que os pescadores, com o conselho do governo, concebem, implementam e asseguram o cumprimento de determinadas medidas de gestão em relação às quais obtiveram competência.

Na situação vigente em Cabo Verde na qual os recursos de lagostas costeiras e peixes demersais se encontram em geral sujeitos a uma intensa exploração, não apenas das comunidades que tradicionalmente os exploram, mas igualmente de outros pescadores que viram melhorados os seus meios de pesca e, conseqüentemente, a sua mobilidade, seria interessante lançar experiências de co-gestão entre algumas das comunidades de pescadores artesanais. Entre os recursos objecto de uma reserva para a comunidade poderia incluir-se igualmente a pesca de pequenos pelágicos destinados a servirem como isco, não apenas para os pescadores da própria comunidade, mas também para outros pescadores artesanais e industriais.

Seria mesmo de considerar a possibilidade dos recursos de lagostas costeiras e de peixes demersais serem reservados exclusivamente à pesca artesanal e, até mesmo, de não ser permitida a sua exportação, privilegiando-se o abastecimento do mercado interno e da indústria do turismo.

Antes de se concederem direitos de gestão e do uso dos recursos de uma determinada zona deveria proceder-se a um levantamento das normas tradicionais existentes e das práticas de pesca prevalentes não apenas na comunidade visada mas igualmente nas comunidades vizinhas.

Cada esquema de co-gestão a estabelecer deveria evoluir gradualmente (ou imediatamente, consoante as circunstâncias) para a afectação dos recursos de uma determinada área marítima ao seu uso por uma comunidade. Esta área deveria estender-se, por exemplo, a um máximo de 3 milhas náuticas da costa. Os limites laterais deveriam ter em conta os arranjos tradicionais estabelecidos com as comunidades vizinhas ou, não existindo, basear-se na prática recente. Os arranjos a adoptar variarão certamente de comunidade para comunidade e poderão ser o resultado de um processo gradual de transferência de competências de gestão para uma comunidade.

O arranjo de co-gestão poderá ser gradual no que respeita à extensão das competências que são conferidas à comunidade: poderá começar por basear-se numa consulta pela administração à comunidade antes desta tomar decisão sobre medidas de gestão que a afectam, para passar a basear-se numa cooperação

através da qual alguma contribuição é prestada pela comunidade à administração para a tomada de decisões por esta ou, depois, basear-se numa troca de informação nos dois sentidos, sendo as preocupações locais incorporadas em planos de gestão, ou, ainda, os pescadores aconselham a administração sobre as decisões a tomar e esta (desde que aprove) endossa-las à comunidade, ou, basear-se numa tomada de decisão conjunta entre duas partes iguais (a comunidade e a administração) ou, finalmente, o poder de decisão sobre as medidas de gestão ser atribuído à comunidade e esta informar a administração das suas decisões.

Em última instância, espera-se que os arranjos de co-gestão poderão, se aceites e adequados às necessidades de subsistência das comunidades beneficiadas, contribuir para a sustentabilidade da exploração dos recursos, através da associação clara que os utilizadores podem estabelecer entre o seu comportamento enquanto pescadores e as consequências que da sua actividade advêm.

Deve ainda ter-se em conta que a lei e regulamentos vigentes não acomodam arranjos de co-gestão. Seria importante que esta possibilidade fosse aberta a título experimental e que, com base na experiência recolhida sobre as vias mais adequadas para a sua adopção em Cabo Verde, se realizasse futuramente a regulamentação detalhada.

24.A promoção do desenvolvimento das pescas

Sendo de natureza sócio-económica os objectivos últimos de desenvolvimento das Pescas e especificados para cada pescaria, a eficaz gestão dessas pescarias não se circunscreve somente a medidas de conservação e gestão dos stocks haliêuticos.

Em conformidade com o método adoptado na preparação do presente Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, para além dos aspectos relacionados com a sustentabilidade dos stocks, o quadro sócio-económico que é o seu contexto pressupõe que sejam adoptadas medidas complementares com vista ao seu efectivo aproveitamento.

A separação entre gestão e desenvolvimento das pescarias. Esta dualidade que foi induzida pelos termos de referência e que condicionou as opções metodológicas para a elaboração do presente PGRP deverá, no futuro, ser objecto de uma reflexão. Com efeito, embora sendo possível a separação entre a gestão das pescarias e o seu desenvolvimento, o certo é que sendo os seus objectivos de natureza sócio-económica, a gestão jamais se pode desligar desse contexto.

Deveria pois, futuramente, encontrar-se a alternativa de se definirem planos conjuntos de gestão e desenvolvimento, embora separando com clareza aquilo que compete a cada um dos sistemas.

No caso do sistema de desenvolvimento, a iniciativa e coordenação é realizada pelo Ministério de tutela das Pescas através do seu órgão de planificação. Algumas instituições do sector das Pescas têm desempenhado funções de promoção de desenvolvimento, designadamente o INDP, que mantém na sua orgânica departamentos de planificação e de promoção do desenvolvimento com estes objectivos expressos, e o FDP, que actua no âmbito do crédito aos operadores do sector.

Infraestruturas gerais e de apoio às Pescas. A estratégia estabelecida para a resolução dos problemas das Pescas nem sempre tem tido em consideração uma

graduação dos problemas e as prioridades nas respectivas soluções. A experiência recolhida e a actual situação do sector aconselham a que se faça um esforço no sentido de concentrar os esforços da administração das Pescas na resolução dos problemas fundamentais e aguardar que, com a sua superação, se resolvam outros que deles dependem. Esta abordagem deveria, além do mais, ser acompanhada de esforços para se assegurar a utilização mais vantajosa dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das Pescas. Para que seja possível adoptar uma tal abordagem, é indispensável estabelecer uma visão da estrutura da pesca tal como hoje se apresenta em Cabo Verde.

No país, existem *três centros principais* de pesca industrial (onde têm base igualmente actividades de pesca artesanal) induzidos pela existência de infraestruturas de apoio e de transformação de pescado e, principalmente, pelo acesso que proporcionam aos mercados interno e/ou externo. Estes três centros principais são a Praia, o Mindelo e a Palmeira. Além disso, S. Vicente e Sal têm servido como saída de exportações, enquanto que a Praia raramente desempenhou esse papel.

Outros *centros secundários*, onde predomina largamente a pesca artesanal, assumem alguma importância pelas fortes ligações que mantêm com aqueles três centros principais, pelo que estes representam mercados de consumo de pescado e ainda fontes de apoio técnico às suas actividades de pesca. São eles: Porto Novo, Monte Trigo/Tarrafal, Tarrafal de S. Nicolau, em relação ao Mindelo; Sal Rei em relação à Palmeira; e Tarrafal de Santiago, Ribeira da Barca, Pedra badejo, Vila do Maio, S. Filipe e Furna.

Um outro conjunto de centros de pesca que denominaremos de *centros terciários*, localizados em todas as ilhas, são quase totalmente dedicados a actividades de pesca artesanal. Muito embora se encontrem fortemente ligados aos mercados locais de consumo de pescado e, na medida das disponibilidades, do aprovisionamento, possuem fortes ligações – e são em grande medida deles subsidiários – com os centros secundários e, por vezes directamente com os principais, para onde, ou através dos quais, canalizam excedentes e obtêm insumos.

Em Cabo Verde, as *ligações de transporte entre os diversos centros* existentes em cada ilha realiza-se normalmente por estrada, as quais são construídas e mantidas pelo Estado. Num contexto de insularidade, as ligações aéreas e, principalmente, as marítimas, devem ser encaradas como o equivalente num Estado continental, à rede primária de vias de transporte. Em Cabo Verde, estas ligações aéreas e marítimas da rede primária cobrem e unem entre si os centros principais de pesca e estes com os secundários.

Os centros secundários estão ligados entre si pela rede de transportes que poderíamos denominar de secundária, a qual, se exceptuarmos a extensão territorial de Santiago, é quase sempre aérea ou marítima.

Finalmente, uma rede de transportes, que denominaremos de terciária liga os centros terciários de pesca aos secundários – a maior parte das vezes – por estrada.

A insuficiente frequência e regularidade do transporte nestas redes primária e secundária, tantas vezes assinaladas pelos armadores e pescadores, é um das questões que determinam que as actividades económicas – e não apenas as de pesca – se desenvolvam harmoniosamente ao longo de todo o território do país e atinjam mais facilmente patamares de viabilidade económica. Esta questão, sendo

de transcendente importância para toda a economia em geral, somente pode ser tratada nos planos de desenvolvimento do país. Nesta acepção e embora de vital importância, é um factor externo às Pescas e aos seus planos de desenvolvimento, pelo que é conveniente assinalá-lo num contexto de prioridades nacionais.

Não obstante, da melhoria da rede primária dos transportes marítimos e aéreos dependerá a circulação dos excedentes da pesca para os mercados de consumo nacionais e externos. Igualmente, a resolução das carências de transporte marítimo na rede secundária condiciona decisivamente a transferência de excedentes. O Governo tem, assim, de considerar a resolução desta questão como de vital importância para a viabilização das actividades de pesca e, sem que tal ponha em causa a sua política de desintervenção, graduá-la de acordo com as diversas circunstâncias de cada rede e ligação.

Uma visão estratégica em relação às infraestruturas de apoio em terra deveria basear-se nesta estrutura do sector das Pescas. No que respeita à pesca industrial, não será possível obter quaisquer resultados positivos se as questões da *disponibilidade de instalações frigoríficas operacionais* e de *gelo em quantidades suficientes*, obedecendo aos requisitos sanitários estabelecidos por lei, não forem resolvidos. A sua resolução na Praia, Mindelo e Palmeira é prioritária e, tal como para os transportes, o Governo deverá encontrar soluções urgentes que correspondam à sua política de desengajamento das actividades produtivas mas, não sendo possível, analisar a possibilidade de promover soluções transitórias de economia mista, de preferência com parceiros nacionais, que possam gradualmente evoluir para uma total desintervenção.

No caso da pesca artesanal, é igualmente indispensável definir-se um conceito ou estratégia para a resolução dos problemas de infraestruturas de apoio que a afectam. Sem prejuízo de uma reflexão que seria conveniente fazer-se, e das lições que daí sejam aprendidas, a questão da produção e abastecimento de gelo deveria ter uma solução diversa da adoptada até agora, que consistiu na desconcentração. A localização da capacidade de produção de gelo (e por vezes até de conservação frigorífica) junto de cada uma das comunidades de pescadores artesanais foi inviabilizada quer pela falta de capacidade técnica dos operadores dessas instalações quer pela falta de quantidades de pescado ou pelas duas razões em simultâneo.

Assim, a *produção de gelo poderia ser concentrada na rede secundária de centros de pesca* (que muitas vezes coincide com o local de colocação dos excedentes) e esperar-se que, tal como o pescado circula na sua direcção com a intervenção de intermediários, o mesmo aconteça no sentido inverso com o gelo. Esta maior concentração da produção de gelo (e em alguns casos de capacidade de conservação frigorífica) possibilitaria a utilização destas instalações para outras finalidades (comércio, população em geral) e assim conseguir-se-ia uma mais fácil viabilização da actividade.

A forma de *tomada das decisões de investimento em infraestruturas de apoio*, não apenas financiados por recursos públicos, mas igualmente por donativos e créditos externos, deve ter por base a realização de uma avaliação, não no sentido financeiro (embora esta, referente a preços de mercado, sendo a óptica do operador, também deva ser feita), mas económico, em termos de valores de Rendimento Nacional, estimando-se em que medida o novo investimento poderá gerar um rendimento acrescido para a comunidade.

Nesta perspectiva são considerados como benefícios e custos, para além dos directamente derivados do investimento infraestrutural, todos aqueles induzidos pelo investimento sejam eles tangíveis ou intangíveis. Estes benefícios e custos são convertidos em valores de rendimento nacional a partir dos preços de mercado. Assim, aquilo que se avalia é realmente um efeito geral resultante do investimento em termos de Rendimento Nacional.

Todos os investimentos que se verifique que não contribuem para o aumento do Rendimento Nacional deverão ser, em princípio, rejeitados, mesmo que financiados por donativos externos, e priorizados aqueles que proporcionam essa contribuição. Esta canalização dos recursos para alvos de investimento economicamente mais rentáveis poderá ser facilitada através da manutenção de uma carteira de projectos devidamente fundamentados em termos económicos e financeiros.

Transformação e comercialização. A transformação e a comercialização são ramos de actividade que se situam a jusante do sector da captura e que determinam a tendência de evolução do mesmo. São esses dois ramos de actividade que vão decidir do fraco ou do alto rendimento que se pode tirar da exploração dos recursos, mesmo quando estes existem em grande abundância. Um exemplo flagrante desse caso é o da ilha da Boavista onde aparentemente existem recursos em grande quantidade, mas o sector da captura é pouco desenvolvido por não haver uma possibilidade de utilização para as espécies capturadas. Essa influência torna-se ainda mais preponderante num país onde os recursos haliêuticos são relativamente reduzidos, como é o caso de Cabo Verde.

A reduzida diversificação da indústria nacional de transformação é um factor limitativo da expansão do sector da produção. Efectivamente, constata-se que, se excluirmos a introdução das conservas de cavala e merma, os produtos que são laborados hoje são praticamente os mesmos que os que eram laborados há cinquenta anos atrás. Importa portanto a este nível promover uma maior diversificação da indústria de transformação.

Por outro lado foram feitas várias tentativas de vulgarização de novos produtos a nível do consumidor que redundaram em insucessos. Aqui seria necessário uma maior agressividade para tentar fazer com que o consumidor adopte novos hábitos de consumo.

Existe para além disso uma grande oportunidade de comercialização a nível nacional, pois que se constata que as importações de pescado subiram em flecha tendo ultrapassado, desde 2000, o volume das exportações. Aqui há que ponderar o facto que se as exportações representam entradas de divisas, as importações representam saídas dessas mesmas divisas e em quantidades maiores. As acções de promoção deveriam por isso se centrar a nível da comercialização interna, onde parece existir um mercado cada vez maior que parece ser desconhecido da indústria e dos exportadores. Até a presente as acções de desenvolvimento e promoção preteriram o ramo da comercialização interna. Seria necessário agir de maneira agressiva a este nível, pois que o desenvolvimento deste ramo poderia trazer grandes benefícios económicos para o país, sem implicar forçosamente dispêndios em recursos para se tentar colocar ao nível dos mercados visados e da concorrência aí existente. Não se deve por outro lado descurar o papel que a fiabilidade e a regularidade dos transportes internos, sobretudo rodoviários e marítimos, desempenham a nível do desenvolvimento da comercialização interna.

Para além disso interessa frisar a necessidade de uma organização da classe profissional no sentido de ultrapassar constrangimentos que são inerentes a um país onde a produtividade da pesca é reduzida.

Crédito ao sector das pescas. Com o objectivo de assegurar o suporte financeiro para renovação e expansão das actividades produtivas dos operadores do sector de pesca, ao longo dos anos foram concedidos créditos formais e informais pelas instituições financeiras nacionais, projectos de desenvolvimento e organizações não governamentais. De uma forma geral os créditos concedidos pelas instituições bancárias (Banco de Cabo Verde, Banco Comercial do Atlântico, Caixa de Crédito Rural e Caixa Económica de Cabo Verde) foram utilizados para aquisição de factores de produção nomeadamente embarcações e motores, para preparação de campanhas de pescas e para expansão da indústria transformadora, enquanto que os concedidos pelas ONG's (Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV, Associação de Apoio a auto promoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI, Centro de Investigação e Tecnológico Intermediária Para o Habitat CITI-HABITAT, Cooperativa para o Desenvolvimento Internacional – ACDI/VOCA, etc.) são pequenos montantes destinados maioritariamente ao apoio às vendedeiras de pescado na actividade comercial.

Em relação aos financiamentos concedidos pelas ONG's por serem pequenos montantes e devido a um acompanhamento de perto com acções de formação em matéria de gestão, a taxa de retorno é elevada, na ordem dos 90-95%.

Relativamente aos créditos financiados pelas instituições bancárias a situação é diferente, a quase totalidade dos créditos concedidos não tiveram retorno, motivado por uma série de factores nomeadamente períodos de amortização desajustados à realidade do sector das pescas¹, deficiente acompanhamento da utilização dos créditos concedidos, avarias nas embarcações, sistema de seguro dos factores de produção desadaptado², dificuldades de conservação e comercialização do pescado, má preparação dos mutuários em matéria de gestão, etc.

A situação de incumprimento levou a um total descrédito do sector das pescas perante os serviços bancários, impondo enormes dificuldades para financiamento de projectos propostos por operadores do sector. Tal como qualquer actividade produtiva é lógico que o sector das pescas carece de meios financeiros para se desenvolver em termos tecnológicos e para expansão da actividade transformadora e comercial.

Urge portanto, repensar o sistema de crédito para as pescas e definir uma estratégia de financiamento que seja ajustada ao sector. O desenvolvimento de formas de captação de fundos nomeadamente sistemas mutualistas de poupança e crédito para o auto financiamento e uma melhor organização nas comunidades de pescadores, poderão ajudar na resolução do problema. É necessário para isso realizar campanhas educativas sobre a necessidade de poupança por objectivo, informar e sensibilizar sobre os procedimentos e as condições de financiamento.

Contudo, o acesso a meios financeiros por si só não chega para a melhoria do sistema de financiamento. Paralelamente há que estabelecer programas de

¹ Regra geral as amortizações das dividas contraídas deveriam ser feitas com montantes fixos e regularmente por períodos pré definidos, independentemente da época de pesca for alta ou baixa. O facto da actividade de pesca possuir um carácter altamente sazonal aliado aos poucos hábitos de poupança dos operadores criam algumas dificuldades no solvimento das dividas nas épocas baixas de pesca.

² Os elevados prémios e franquias praticadas pelas companhias seguradoras desencorajem os operadores a segurarem os factores de produção.

seguimento dos créditos concedidos e formação em diferentes áreas que permitem uma maior assunção e rentabilização das actividades.

Formação Profissional. A capacitação humana tem sido um dos aspectos eleitos como eixo do desenvolvimento do país, conforme expresso nos sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento. No que concerne ao sector das Pescas, na quase totalidade dos documentos produzidos, constata-se a necessidade de se investir na capacitação dos diferentes agentes, sejam operadores de pesca sejam técnicos de instituições ligadas ao sector das pescas.

Ao longo dos anos foram ministradas centenas de acções de formação, organizadas por diferentes instituições, dentro e fora do país, dirigidas aos pescadores, mestres, motoristas, peixeiras e outros em materiais como tecnologia de pescado, tecnologia de pesca, manutenção e reparação de motores marítimos, segurança e sobrevivência no mar, legislação marítima, navegação e detecção de pescado, planificação etc. Verificou-se igualmente uma dinâmica de formação direccionada aos técnicos das instituições ligadas à pesca, nomeadamente em oceanografia, controle de qualidade, valorização dos produtos da pesca, gestão de infra-estruturas de pesca, economia de pesca, segurança no mar, entre outros.

Não obstante essa dinâmica e a pluralidade de instituições (INDP, DGP, Isecmar, Câmaras Municipais, ONG's, para além de vários projectos no âmbito do sector) que vêm intervindo em diferentes áreas de formação, tem havido falta de articulação entre as mesmas no que se refere à organização das acções de formação. Não existe um plano de referência que pudesse servir de guia às diferentes instituições de formação, assim como, tem faltado uma certa continuidade nas diferentes acções levadas a cabo.

De salientar que, mesmo em relação às instituições de apoio à pesca, na maior parte das vezes, as formações destinadas aos seus técnicos ficam na dependência das ofertas e não de acordo com um plano de formação estratégico devidamente programado. Ainda que, em algumas dessas instituições os planos existem, muitas vezes não são executados ou então são deficientemente executados por falta de financiamento.

Estabelecer acções programadas de formação, em diversas áreas de forma concertada entre as instituições que, de uma forma ou de outra, têm responsabilidades para o desenvolvimento das pescas, é uma das condições necessárias para alcançar o objectivo preconizado no presente plano de gestão. Atendendo ao dinamismo do sector das pescas, a sua complexidade e pelo facto da maioria dos operadores de pescas possuir baixos níveis de escolaridade, as actividades em matéria de formação profissional não devem ser acções isoladas. Devem constituir um processo contínuo, que contempla todas as categorias profissionais dentro do sector, passível de avaliações periódicas e adaptado em função das necessidades.

25. Relações internacionais

Desde a independência a esta parte, Cabo Verde vem mantendo relações de cooperação a nível bilateral e multilateral no domínio das pescas com vários países e instituições financeiras que vêm apoiando o seu desenvolvimento. No quadro destas relações vários projectos foram financiados com intervenção tanto no sub-sector artesanal, como no industrial e de apoio institucional, investigação e formação no sector, com a intervenção de vários financiadores nomeadamente do

PNUD, FAO, CEE, BAD, FIDA, BADEA, Japão, Alemanha, Holanda, Itália, França, Suécia, Fundos Nórdicos, Islândia, China entre outros.

A nível da região Oeste Africana somos membros da Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP) que integra ainda a Mauritânia, o Senegal, a Guiné Conakry, a Guiné Bissau e a Gâmbia. A convenção que estabeleceu a CSRP foi assinada em 29 de Março 1985 e foi ratificada através da Lei nº 41/III/88 e tem por objectivo principal, harmonizar a longo prazo as políticas dos estados membros na preservação na conservação e exploração dos recursos haliêuticos em proveito de suas populações respectivas. No quadro da CSRP foram assinadas as Convenções relativas à determinação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da CSRP, 1993 e a Convenção sobre a cooperação sub-regional na prática do direito de perseguição marítima, 1993. Recentemente a CSRP adoptou um “Plano de Acção Estratégico” para os anos 2002 – 2009 que basicamente pretende promover a sustentabilidade da utilização dos recursos haliêuticos na região e estabelecer uma política coordenada de regulação do acesso aos recursos da região.

A nível da região pertence ainda à Conferência Haliêutica dos Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico que agrupa 22 países, de Marrocos até à Namíbia. Esta Convenção foi adoptada na 2ª sessão da Conferência Ministerial a 5 de Julho de 1991. Os objectivos principais da Convenção são promover uma cooperação activa e organizada no domínio da gestão e do desenvolvimento das pescarias na região, e promover a auto-suficiência alimentar graças a uma utilização racional dos recursos haliêuticos, no contexto duma abordagem integrada que englobaria todas as componentes do sector das pescas

Em 1995 foi institucionalizado a Conferência de Ministros Responsáveis pelas Pescas dos Países de Língua Portuguesa visando o estreitamento das relações no domínio das pescas entre os sete países membros.

No tocante a acordos estabelecidos de referir que Cabo Verde tem acordos de pesca com o Senegal desde Março de 1985, com a Guiné Conakry desde Abril de 1989, com a União Europeia desde Abril de 1991 e com a Guiné Bissau desde Junho de 1995. No âmbito dos acordos com os países da subregião funciona o princípio da reciprocidade, ou seja, de acesso mutuo aos recursos pesqueiros de cada um. Com a União Europeia o acordo fixa as possibilidades de pesca e o acesso aos nossos recursos, mediante uma compensação financeira destinada entre outros à formação técnico científico, financiamento de programas de investigação e de fiscalização. Com a Mauritânia Cabo Verde assinou uma Convenção no domínio marítimo, em Novembro de 1995.

Com Angola foi assinado um Protocolo de Cooperação, em Setembro de 1995. Em 2002 no quadro dinamização da cooperação, foi assinado um Protocolo entre o INDP (Cabo Verde), o Instituto de Investigação Marinha de Angola, e a Direcção Geral das Pescas de Cabo Verde, visando a cooperação nas áreas de formação, prospecção do ambiente marinho, avaliação e gestão das pescarias, tecnologia de processamento, controle de qualidade e certificação dos produtos da pesca, informação técnico-científica e no domínio da legislação pesqueira.

No âmbito da cooperação a nível da fiscalização Cabo Verde assinou um Protocolo relativo às modalidades práticas de coordenação das operações de vigilância e de perseguição marítima com o Senegal (17 Novembro 1994) e outro similar com a Mauritânia (26 Abril 2000).

Existe um Acordo Especial de Cooperação Técnica no domínio das pescas com Portugal desde Agosto de 1995, que contempla os domínios da investigação e de desenvolvimento tecnológico, o da valorização dos recursos humanos, de formação e o da cooperação empresarial.

No quadro da cooperação científica Cabo Verde é membro da ICCAT, Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (adesão através do Decreto n.º 131/85 de 16 de Novembro), organização que agrupa um conjunto de países que pescam no Atlântico e que estudam essas espécies migratórias no seu conjunto. Ainda a nível da investigação existem relações estabelecidas com o IPIMAR (Portugal), com o Centro de Investigação Oceanográfica de Dakar – Thiaroye (CRODT) do Senegal, com o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA) da Guiné Bissau e com o Centro Nacional de Oceanografia e Pescas da Mauritânia.

O país aderiu e ratificou algumas Convenções Internacionais das quais se destaca a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei n.º 17/III/87 de 3 de Agosto), a adesão à Convenção Internacional de 1973 para prevenção da Poluição pelos navios (Decreto n.º 7/96 de 10/12/96), a adesão à Convenção de Basileia sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e a sua eliminação (Resolução n.º 7/IV/94 de 21 Outubro da Assembleia Nacional) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (Resolução n.º 73/IV/94 de 20 Outubro da Assembleia Nacional).

Cabo Verde aderiu recentemente ao PRCM, Programa Regional de Conservação Marinha e sua estratégia de gestão integrada das áreas marinhas protegidas e zonas costeiras dos países da sub-região oeste africana que perspectiva a utilização durável dos recursos dessas zonas a longo prazo.

O estabelecimento das relações de cooperação à escala bilateral, sub-regional, regional e internacional deve ser encarado como um meio de alargar os conhecimentos e as possibilidades de intervenção do país a nível das próprias pescarias nacionais. É essa a visão que deve prevalecer e para tal Cabo Verde deve reactivar e dinamizar as suas relações de cooperação através do estabelecimento de parcerias e do intercâmbio de conhecimentos e experiências nos vários domínios de interesse para o sector.

26. Questões ambientais

Existe uma estreita interacção pesca – ambiente: por um lado a pesca, enquanto actividade humana, gera impactos sobre o ambiente; por outro lado, a saúde e qualidade do ambiente em que a pesca se desenvolve influencia e até pode determinar a produtividade dos recursos pesqueiros e de todo o sistema pesca. No âmbito da elaboração do Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA), esta interacção é objecto de análises aprofundadas e propostas de projectos específicos em ao menos dois Planos Ambientais Intersectoriais (PAIS): “pescas e ambiente” e “conservação, gestão e uso durável da biodiversidade”. No âmbito deste Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, são apenas mencionados o contexto legal, as questões ambientais que afectam a actividade pesqueira, o impacto da pesca no ambiente e as medidas imediatas, a médio e longo prazo que, no âmbito deste plano de gestão, seriam recomendadas para mitigar esses impactos.

De salientar que a tendência mundial é cada vez mais a substituição paulatina da gestão baseada em avaliações por espécies e pescarias por modalidades de gestão

ecossistémicas, reconhecendo que será necessário conservar a integridade dos ecossistemas e o ambiente que suportam as pescarias, em que o recurso ou espécie é somente uma das suas componentes. A gestão ecossistémica reconhece que o ecossistema marinho tem importância e valores que vão mais além do suporte das pescarias comerciais, tais como o seu papel na preservação da biodiversidade marinha, na prevenção da erosão costeira, na regulação do clima, na acumulação de nutrientes, etc.. Por outro lado, o meio marinho é afectado por outras actividades para além da pesca, tais como o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento costeiro, a aquacultura, o turismo, os desportos náuticos, o transporte marinho, o êxodo rural, a crescente pressão demográfica. Deste modo, o declínio do rendimento de uma pescaria poderá ser provocado não exclusivamente pelo esforço de pesca, mas também pela deterioração do ambiente marinho, ou porque as interacções inter-específicas estão desequilibradas. Neste caso, os sistemas de gestão e as regulações pesqueiras tradicionais não funcionarão de modo eficiente nem trarão os resultados esperados, ao não ter-se tomado em conta a interacção do sistema pesca com os aspectos ambientais. A gestão ecossistémica é uma modalidade em que a avaliação e os modelos mono-específicos continuam a ser o eixo, mas que inclui explicitamente as interacções tróficas entre as espécies, o impacto dos engenhos de pesca no habitat e o ecossistema, assim como variáveis ecológicas e ambientais.

Lei de Bases da Política do Ambiente. A Lei No. 86/IV/93 de 26 de Junho, define as bases da política do ambiente, adoptando como princípios gerais o direito dos cidadãos a um ambiente são e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. Define, ademais, o objectivo da política ambiental, que é de otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento sustentável. Dos princípios específicos, destacam-se neste contexto o princípio de prevenção, que advoga a prioridade da antecipação das actuações com efeitos imediatos sobre o ambiente; o princípio de recuperação, que defende a tomada de medidas urgentes para limitar os processos de degradação nas áreas onde ocorrem e a promoção da recuperação das mesmas; assim como o princípio de responsabilização, que aponta para a assunção pelos agentes das consequências da sua acção directa ou indirecta sobre os recursos naturais. Neste sentido, conta-se com o respaldo legal necessário para a implementação de medidas que persigam a diminuição ou mitigação dos efeitos da pesca sobre o ambiente, assim como medidas que persigam a qualidade e saúde ambiental necessárias para a continuidade da produção pesqueira.

Impacto ambiental da actividade da pesca

Sobre-exploração dos recursos e impacto na biodiversidade marinha. O impacto principal e mais imediato da pesca sobre o ambiente é a influência directa sobre o tamanho das populações pesqueiras, que se traduz maioritariamente na redução dos stocks de recursos vivos explorados. Deste modo, todas as medidas que visem a exploração e a preservação da abundância dos recursos a níveis sustentáveis terão uma vertente e um impacto ambiental. As causas da sobre-exploração podem estar ligadas ao excesso do esforço de pesca sobre os recursos, inadequado ao potencial dos recursos e à sua capacidade de renovação natural (como no caso da sobre-exploração das lagostas costeiras e rosa) ; à exploração da porção imatura do stock (como no caso da pesca de juvenis de pequenos pelágicos e alguns demersais, efectuada nas baías utilizando as redes de arrasto de praia) ; à utilização de práticas e engenhos de pesca pouco selectivos e/ou nocivos (como no caso das práticas de arrasto e dragagem).

A redução das populações pesqueiras afecta outros recursos ligados aos recursos alvo da pesca através das interacções, maioritariamente tróficas. A pesca, e mais

especificamente a sobre-exploração dos recursos marinhos, leva ao fenómeno conhecido como “fishing down marine food webs”, ou “desgaste da cadeia trófica pela pesca”, conceito introduzido por D. Pauly. A pesca remove gradualmente do ecossistema as espécies maiores e de ciclo de vida mais longo, que são substituídas paulatinamente por espécies menores de níveis tróficos inferiores, as quais geralmente têm menor aceitação e valor comercial, com algumas excepções, como o caso dos crustáceos. Ao mesmo tempo, a pesca remove dos stocks os indivíduos maiores e de crescimento mais rápido, mudando as características evolutivas das populações induzindo, provavelmente, mudanças irreversíveis no pool genético e afectando, deste modo, a biodiversidade marinha.

Destruição de habitat. As práticas de pesca nocivas ao ambiente e destruidoras de habitat é outro dos impactos ambientais mais sérios e preocupantes da pesca. No caso de Cabo Verde, destacam-se a utilização de explosivos, ainda persistente nalgumas localidades de Santo Antão, o arrasto de fundo (actualmente não praticado por embarcações nacionais, mas sim por embarcações estrangeiras, segundo relatos de armadores de pesca) e uso da draga ou rocega na pesca do búzio-cabra. A estratégia da redução do impacto ambiental destas práticas passa, necessariamente, pela fiscalização eficiente no caso do uso do dinamite e da pesca estrangeira de arrasto, punindo severa e atempadamente as infracções, assim como pela busca de alternativas de pesca que permitam a substituição gradual e paulatina da prática de dragagem na pesca do búzio.

Pesca “by catch” ou de espécies que não são alvo de pesca. Muitas espécies sem interesse comercial, mas que têm o seu papel ecológico bem determinado no ecossistema em que habitam e na teia trófica da qual fazem parte, são pescados como fauna acompanhante, com maior incidência nas pescarias com engenhos pouco selectivos como o arrasto e a dragagem. As espécies sem interesse comercial são frequentemente rejeitadas ao mar e essa rejeição não é quantificada. Algumas espécies ameaçadas de extinção e protegidas internacionalmente, como tartarugas, golfinhos e aves marinhas são ocasionalmente pescadas com palangres, redes e outros engenhos. A estratégia da redução do impacto ambiental neste caso deverá passar necessariamente pela introdução de engenhos de pesca melhorados e mais selectivos, assim como a procura de alternativas de utilização da fauna acompanhante, como no caso da pescaria da lagosta rosa.

Pesca fantasma com engenhos perdidos. Alguns engenhos passivos, tais como covos e redes de emalhar têm a faculdade de continuar a pescar após perdidos, provocando uma pesca conhecida pelo nome de “pesca fantasma”. Apesar de não existirem estudos nem estatísticas, os relatos de pescadores e armadores assim como as evidências das perdas de covos e redes de emalhar apontam para a existência de pesca fantasma em águas de Cabo Verde. Neste sentido, deverá ser desenvolvida toda uma estratégia que inclua acções de investigação (estimação da magnitude do problema, do numero de engenhos perdidos, desenvolvimento de engenhos adequados ou adaptação dos existentes), medidas de prevenção (formação de mestres e pescadores, sensibilização) medidas de gestão (estipulação da obrigatoriedade da utilização de balizas sinalizadoras de engenhos e de materiais biodegradáveis na confecção dos engenhos).

Impacto ambiental da aquacultura. A aquacultura é geralmente vista como uma das possíveis soluções à escassez de espécies de alta demanda e de grande interesse comercial quando estas não podem ser suficientemente providos pela pesca. No entanto, alguns autores (Pauly et al., 2002) argumentam que as técnicas modernas de aquacultura são dificilmente sustentáveis, pois consomem maior quantidade de recursos naturais dos que são capazes de produzir, são

extremamente vulneráveis à poluição e causam efeitos nocivos ao ambiente marinho. A aquacultura pode causar, directa e indirectamente, impactos ambientais através da introdução de espécies exóticas, que pode ter impactos ecológicos imediatos incluindo mudanças na competição interespecífica e nas relações de predação, perdas de raças locais, degradação genética do stock indígena, mudanças na natureza do próprio ambiente (através da eutrofização) e introdução de organismos patogénicos. No caso de Cabo Verde, o impacto negativo de qualquer actividade económica sobre os stocks naturais, incluindo a aquacultura, se verá agravado pelo facto da plataforma insular ser bastante reduzida - o que faz com que suporte biomassas relativamente pequenas- e que as águas possuem uma produtividade primária relativamente baixa. Dado que nem todos os potenciais usos do ambiente marinho são compatíveis com o desenvolvimento local da aquacultura marinha e dados os riscos que esta actividade acarreta, é essencial que seja desenvolvido um regime legal apropriado e que a aquacultura, como parte de outras actividades costeiras, seja planificada e gerida dentro do âmbito de uma Gestão Integrada das Zonas Costeiras.

Questões ambientais que afectam a produtividade da pesca

Algumas actividades, ao modificar ou afectar o ambiente marinho, afectam de modo indirecto a produtividade da pesca. Estas actividades são:

Extracção de inertes. A extracção de inertes das praias e do mar para a construção civil – incidindo mais nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Maio – assim como para a decapagem dos barcos com jactos de areia, é outra das práticas que destroem o ecossistema costeiro. As zonas costeiras são, por excelência, abrigos para a reprodução e crescimento de juvenis, pelo que a destruição do ecossistema costeiro afecta o recrutamento dos stocks pesqueiros, e por conseguinte, as potencialidades da pesca. O Decreto-Lei No. 69/97 de 3/11/97 proíbe a extracção e a exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores

Poluição marinha. Existem diversas fontes de poluição do ambiente marinho, tais como hidrocarbonetos e óleos usados, esgotos públicos, pesticidas e fertilizantes usados nas práticas agrícolas, despejos de zonas industriais, actividades de construção e reparação de barcos, tintas que contêm TBT, etc. Neste sentido, será essencial legislar e implementar algumas medidas que visem a protecção do ambiente marinho que é o receptáculo final de toda actividade humana e ao mesmo tempo, cenário da actividade de pesca. Neste sentido, será preciso legislar, entre outros, a entrada e aplicação de tintas de navios, proibindo aquelas que contêm TBT; a recolha, armazenamento e remoção de óleos usados; o tratamento obrigatório das águas residuais industriais e dos esgotos públicos antes de serem vertidos no mar; a obrigatoriedade da realização de avaliações do impacto ambiental de todo projecto desenvolvido na faixa costeira. A Lei No. 86/IV/93 de 26 de Junho constitui o respaldo legal para a implementação destas medidas, que visam a qualidade e saúde ambiental necessárias para a continuidade da produção pesqueira.

VII. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA

27.O sistema de gestão das pescarias e ajustamentos requeridos – a investigação, a administração e a fiscalização

Conforme já foi por várias vezes referido ao longo do presente documento e, em especial, no parágrafo 9 referente aos ‘Problemas gerais a serem resolvidos nas Pescas’, a existência de um *sistema de gestão das pescarias* é uma pré-condição para a implementação do presente Plano de Gestão de Recursos das Pescas.

Como já foi também referido ao longo do presente documento de plano, a implementação do conjunto de medidas de conservação e gestão dos recursos haliêuticos constitui uma condição necessária mas não suficiente para se alcançarem os objectivos pretendidos – adicionalmente, são requeridas medidas de desenvolvimento.

Um sistema de gestão das pescarias é normalmente constituído por *três funções* de cuja acção e interligação depende, em grande medida, o grau de sucesso para se conseguirem atingir os diversos objectivos sociais e económicos atribuídos às pescarias. Este sistema de gestão das pescarias é constituído pelas funções de *investigação, administração e fiscalização*.

Em termos sucintos, cada um destes elementos do sistema deve perseguir objectivos próprios embora concorrentes para propósitos e metas comuns:

- A *investigação*, preocupa-se em produzir a informação de base sobre os recursos e as pescarias em geral e formular recomendações de medidas de gestão baseadas no estado dos stocks;
- A *administração*, preocupa-se que o estado de exploração dos stocks haliêuticos se mantenha a níveis de sustentabilidade, tendo em conta os objectivos estabelecidos para a pescaria, em particular definindo as normas reguladoras do acesso dos operadores de pesca aos stocks haliêuticos nas diferentes pescarias; e
- A *fiscalização*, tem como fim assegurar que as acções de pesca levadas a cabo pelos operadores se realizem no respeito pelas normas de acesso estabelecidas através de leis e regulamentos da pesca.

Assim, para que a *investigação* atinja o objectivo que lhe está confiado, as principais atribuições são: recolher as informações referentes ao ambiente, à biologia das espécies alvo nas diferentes pescarias, bem como às actividades de pesca, às tecnologias aplicadas e aos aspectos sociais e económicos relevantes ; proceder à sua organização em bancos de dados e tratamento, a fim de estimar o estado de exploração dos recursos haliêuticos bem como a situação geral das diferentes pescarias ; traduzir estas conclusões em recomendações (as quais irão fundamentar as medidas) referentes à gestão dos stocks e das pescarias em geral e enviá-las à administração; e, ainda, promover acções de pesca exploratória e experimental.

Quanto à *administração*, as suas principais atribuições são: analisar as recomendações recebidas da investigação, incorporar-lhes os aspectos relacionados com a sua própria experiência e traduzi-las em propostas de medidas de gestão, as quais, depois de decididas ao nível competente, assumem um carácter de leis, regulamentos ou simples normas específicas; realizar o licenciamento das actividades de pesca e conexas da pesca; certificar sanitariamente as embarcações de pesca e conexas da pesca, assim como, estabelecimentos de processamento, conservação e manipulação de pescado; recolher, organizar e tratar os dados

referentes às actividades de pesca, nos aspectos abrangidos pelas suas atribuições; decidir, ao seu nível de competência, em relação a sanções destinadas a penalizar infracções praticadas no sector das Pescas; transmitir à fiscalização as informações pertinentes à sua actividade; e, ainda, realizar ou apoiar a negociação de acordos internacionais de pesca.

Para desempenhar estas atribuições, a administração terá de estender a sua acção a todo o território nacional. Tal não significa, no entanto, que deva necessariamente criar uma rede própria, a qual pode representar custos elevados. A solução de delegar noutras entidades já implantadas no terreno – como é o caso da administração marítima (capitanias e delegações) – determinadas atribuições administrativas e até mesmo de fiscalização em relação a uma zona territorial ou às actividades de pesca de determinados operadores (como é já o caso da pesca artesanal) poderia ser combinada com uma presença nos centros de pesca principais, já referenciados anteriormente (Praia, Palmeira e Mindelo).

Finalmente, a *fiscalização* tem como atribuições: assegurar que as actividades de pesca e conexas da pesca se realizem em conformidade com as disposições das leis, regulamentos e normas de gestão das Pescas; sancionar, ao nível da competência que lhe seja atribuída, as infracções cometidas no decurso de actividades de pesca e conexas; e proceder a inspecções sanitárias.

O facto de se dividirem as atribuições administrativas e de fiscalização relativas às condições sanitárias das instalações e embarcações de pesca e dos produtos da pesca, não pressupõe que devam estar separadas pelas duas funções do sistema de gestão das pescarias. É solução corrente que estas atribuições estejam numa entidade – autónoma ou não – que é parte do sistema de gestão das pescarias.

Como se pode verificar do exposto, a administração ocupa uma posição central no sistema de gestão das pescarias, articulando-se na sua actividade corrente quer com a investigação quer com a fiscalização. Em contrapartida, a investigação e a fiscalização não têm, em princípio, contactos regulares. Embora não seja essa a razão para o afastamento entre as duas funções do sistema, é importante que a investigação se demarque da fiscalização e salvguarde a sua posição de independência e isenção, procedendo ao seu trabalho junto dos operadores numa base de confiança e de garantia de confidencialidade. Estas circunstâncias colocam a administração numa posição privilegiada para assegurar a *coordenação do sistema de gestão das pescarias*.

Independentemente da *articulação entre a investigação e a administração* se dever realizar de uma forma corrente, poderá estabelecer-se um momento – por exemplo, em meados de cada ano – no qual deverão ser transmitidas pela investigação as conclusões retiradas a respeito do estado de exploração dos recursos e das pescarias em geral, assim como as respectivas recomendações de gestão a serem analisadas pela administração. É desejável que a forma de transmissão destas informações e propostas se realize através de um documento sobre “o estado das pescarias”, a analisar pelas três funções do sistema de gestão das pescarias numa reunião conjunta.

Uma vez analisadas as recomendações pela administração, esta deverá traduzi-las em *propostas de medidas de gestão* referentes às diversas pescarias. Este trabalho poderá ser realizado mediante consultas adicionais à investigação e à fiscalização ou através de um trabalho conjunto com estas entidades. As medidas deverão, por fim e depois de aprovadas, assumir uma natureza legal.

A fim de se conseguir potenciar a operacionalidade no sistema de gestão das pescarias, a competência da decisão por parte da administração deverá, sempre que possível, ser ampliada no que se refere às decisões sobre a sua gestão corrente.

No que respeita à *articulação entre a administração e a fiscalização*, ela carece de uma solução institucional clara pois encontra-se actualmente dispersa por mais do que uma entidade executora pertencente ao sector. Embora as Pescas detenham a competência em matéria de fiscalização das Pescas, o seu exercício tem sido partilhado com as Capitánias dos Portos e respectivas delegações, implantadas em todo o território, e a Guarda Costeira, que detém e opera os meios de intervenção aéreos e navais existentes. A ligação entre estas entidades no que respeita à fiscalização de actividades de pesca carece, actualmente, de uma *coordenação permanente* – por exemplo, através do estabelecimento de uma “comissão conjunta” coordenada por uma inspecção das Pescas, cuja criação foi já decidida em bases de estreita relação com a administração.

A criação dentro do sistema de gestão das pescarias de uma *ligação com os operadores da pesca* é uma outra questão que deveria igualmente ser resolvida. Esta ligação é importante, não somente para facilitar a canalização de opiniões por parte dos diversos agentes económicos do sector às três componentes do sistema de gestão das pescarias, mas igualmente para que estas tenham um meio para realizar consultas sobre questões que considerem fulcrais ou sensíveis. Exemplos destas questões são: novas leis e regulamentos pesqueiros, medidas diversas de gestão, planos de gestão das pescarias em geral ou de um recurso ou pescaria em especial, programas de atribuição de quotas, planos de investigação, etc. A forma institucional de se concretizar esta ligação poderia ser, por exemplo, através do previsto ‘Conselho Nacional das Pescas’, que terá funções consultivas e está previsto que seja presidido pelo Ministro das Pescas. A inclusão destas questões na agenda do referido órgão consultivo poderia servir para recolher uma experiência sobre a forma mais adequada para o seu tratamento. Posteriormente, se assim for considerado adequado, poderá, por exemplo, constituir-se uma sessão especial daquele órgão de consulta para tratar especificamente das questões relacionadas com a gestão das pescarias. Estas sessões poderiam ter lugar em ocasiões pré-estabelecidas ao longo do ano e, quando necessário, extraordinariamente. É importante que participem nestas discussões representantes da administração, da investigação e dos diversos agentes de fiscalização, das associações de armadores, pescadores artesanais e indústria de transformação e ainda outras entidades ligadas às actividades de pesca cuja participação permanente ou específica se entenda útil.

Uma última questão a ser tomada em consideração, é a do *peso relativo dos sistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento* em relação ao sector das Pescas em geral. A implementação do Plano de Gestão permitirá, por um lado, uma utilização mais eficaz dos recursos existentes mas, inevitavelmente, alguns gastos adicionais. É pois essencial não perder de vista a adequação da dimensão da administração das Pescas em geral à produção gerada pelo sector. Será, em princípio, admissível que o custo total de funcionamento do sistema não ultrapasse os 5% do valor da produção total. No entanto, sendo Cabo Verde um país pequeno, com recursos haliêuticos ainda não completamente aproveitados, é de admitir que esta percentagem possa ser, numa fase inicial, maior. Para que seja possível assegurar-se mais facilmente a sua sustentabilidade, é importante, no entanto, que o peso do funcionamento dos dois sistemas se situe tanto quanto possível dentro do limite sugerido. Uma forma de se alcançar esta sustentabilidade poderá ser a de “consignar” ao funcionamento da administração das Pescas em geral parte (ou mesmo a totalidade) das receitas geradas pelos serviços prestados

pelas instituições do sector aos operadores e outros interessados e ainda pelas taxas de licenciamento das actividades da pesca, conexas da pesca e de inspecção sanitária de pescado, instalações e embarcações de pesca e actividades conexas da pesca. Poderiam igualmente ser “consignadas” ao financiamento do funcionamento dos dois sistemas as contribuições da comunidade internacional que visem especificamente o apoio institucional. A revisão das taxas de licenciamento e de inspecção sanitária das actividades de pesca e outras actividades complementares poderia ser efectuada de tal forma que, tendo em conta a evolução da produção e da situação concreta do sector em geral, permitisse uma convergência gradual para a sustentabilidade financeira do funcionamento da administração das Pescas em geral.

28.Procedimentos de coordenação entre o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 e os diversos instrumentos de planificação de prazo mais curto

Planos bianuais execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 (PGRP). A administração, enquanto entidade coordenadora, deverá promover anualmente a preparação de um plano bianual de execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14. Concretizando o quadro orientador do Plano de Gestão dos Recursos das Pescas 2004-2014, os planos bianuais deverão definir objectivos específicos para um prazo de dois anos, assim como os objectivos de cada uma das suas componentes e ainda os resultados e actividades correspondentes. O primeiro dos anos deste plano bianual deverá ser objecto de uma previsão cuidada e as suas actividades deverão assumir um carácter obrigatório pois estarão, em princípio, cobertas pelos recursos requeridos para a sua implementação. No ano seguinte, a previsão daquele que foi o segundo ano será objecto de uma revisão detalhada, sendo igualmente projectado o (novo) segundo ano. O processo deverá ser repetido rotativamente em cada ano. O primeiro plano bianual poderá abranger os anos de 2004-05, o que permitirá o acerto de prazo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2003-05. Os planos bianuais deverão ainda determinar os recursos requeridos para a sua implementação (na forma de orçamento). Adicionalmente, cada componente deve evidenciar os factores externos associados ao respectivo objectivo, resultados e actividades e proporcionar, sempre que possível, indicadores de medida dos efeitos de cada componente (objectivos e resultados). Os planos bianuais de execução do PGRP deverão ser constituídos pelo menos por três componentes – administração, investigação e fiscalização – as quais deverão ser devidamente compatibilizadas quanto a objectivos, resultados e actividades.

Compatibilização com outros instrumentos de planificação. No caso de serem formulados planos, programas, projectos ou ainda orçamentos de investimento de execução do PND, as linhas gerais para a sua preparação assim como dos planos bianuais de execução do PGRP deverão merecer uma compatibilização e discussão entre as entidades componentes dos sistemas de gestão das pescarias e as da promoção do desenvolvimento. As acções previstas nos planos de desenvolvimento e de gestão são, conforme já foi repetidamente referido, complementares, e concorrem para os mesmos objectivos de desenvolvimento das Pescas. Esta compatibilização deve estar neles reflectida.

Programa de concessão de licenças. A ser possível realizá-lo no quadro de um plano indicativo, este programa estaria circunscrito ao ano de 2004 (primeiro ano), já que

é de prever que se altere com o progresso verificado no conhecimento do estado de exploração dos recursos e da situação da pescaria em geral.

Esta dificuldade não atinge, no entanto, todas as pescarias por igual. Casos há em que as medidas recomendadas condicionam de imediato a concessão de licenças de pesca e pode, assim, considerar-se que o “programa” estava implicitamente proposto:

- na pescaria industrial de lagosta rosa, recomenda-se o congelamento imediato do número de embarcações (tudo indica que a quatro);
- na pescaria de lagostas costeiras, recomenda-se o congelamento imediato do número de garrafas de ar comprimido e a restrição do uso de um número máximo por mergulhador (o que exige alguns ajustes na forma de licenciamento);
- no caso particular do búzio cabra, recomenda-se o congelamento imediato do número de dragas e a sua circunscrição às duas comunidades que as utilizam;
- na pescaria de arrasto para a praia recomenda-se igualmente o congelamento das redes existentes.

Nos restantes casos – pescaria industrial de vara/linha de atum e afins, pescaria industrial de cerco de pequenos pelágicos, pescaria artesanal de cerco de pequenos pelágicos, pescaria artesanal de linha de demersais/atum e pescaria artesanal de emalhe de pequenos pelágicos, a questão é mais complexa.

Tomemos o seguinte exemplo da pesca industrial:

- a captura total em 2001 na pescaria industrial de linha/vara foi de 836 tons correspondendo a um esforço de pesca de 1.371 dias de mar.
- a captura total na pescaria industrial de cerco de pequenos pelágicos foi de 2.329 tons correspondendo a 1.085 dias de mar.
- a captura total de lagosta rosa com covos foi de 26 tons (?), correspondendo a ... covos lançados ou ... dias de mar.
- no ano de 2001 foram licenciados 64 embarcações industriais – todas elas de forma múltipla – das quais 59 para linha/cerco, 4 para linha/covos e uma para linha/cerco/covos.

Mas qual o esforço dispendido em cada pescaria (linha/vara, cerco, covos) por cada uma das embarcações? Não é possível saber. Quantas licenças foram efectivas e quantas não foram utilizadas por cada embarcação? Esta informação só parcialmente parece estar disponível. Em que zonas exerceram o seu esforço? Não se sabe.

Sem se ter resposta a estas perguntas, como é que se pode saber que número de licenças se devem conceder para cada pescaria? E para que zonas?

Assim, a resposta para as pescarias referidas acima passa por se dispor de informação que hoje ou não existe ou não se encontra explícita entre os *outputs* do sistema estatístico actual. A sua obtenção decorre tanto de um processamento e de uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos pela investigação, em particular a identificação das zonas de pesca e a quantificação do esforço por espécies ou grupos de espécies, como das actividades **qualificadas como de rotina da administração** : o **licenciamento em novos moldes**, incidindo por pescaria e sobre o esforço ; o **acompanhamento das actividades operacionais** das

embarcações licenciadas, em particular através da recolha atempada dos formulários de bordo. Propõe-se assim para estas últimas pescarias o livre acesso, mediante concessão de licenças, enquanto não se puder dispor das informações acima referidas.

Recursos financeiros requeridos. Conforme foi já referido no parágrafo em que se abordam as questões de metodologia, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 é de carácter indicativo. O facto da situação futura das diferentes pescarias depender – de forma mais ou menos decisiva – da recuperação dos stocks haliêuticos conjugadamente com determinadas intervenções de desenvolvimento que pressupõem a afectação de recursos, torna qualquer previsão orçamental impossível para um período tão longo. A existência prévia de uma informação – mesmo que indicativa – sobre os recursos financeiros disponíveis facilitaria o exercício de planificação da gestão das pescarias assim como a compatibilização entre as duas intervenções.

Assim, apenas uma previsão das necessidades financeiras, a um prazo menos longo, conforme é sugerido anteriormente, parece ser possível. Esta determinação poderá por conseguinte ser realizada numa base bianual. A disponibilidade de uma informação prévia sobre os recursos financeiros disponíveis evitará cortes de actividades ou até mesmo de resultados que poderão gerar efeitos em cadeia em relação a outros elementos nas diversas componentes e nos planos de execução.

VIII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA

A dimensão e o impacto pretendidos do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 justificam a nomeação de um *coordenador permanente* a partir do momento em que se inicie a sua implementação. A este coordenador caberá efectuar o acompanhamento do Plano e promover acções com vista a facilitar a sua execução por parte das entidades responsáveis. Este elemento faria ainda a ligação com o PANA II, no caso de ser estabelecido um gabinete de coordenação permanente.

Durante o primeiro trimestre, o coordenador, em ligação com as instituições executoras do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, deverá proceder à elaboração de um *relatório anual* sobre o seu progresso, que forneça as informações que permitam identificar o grau de realização das actividades em comparação com as que tinham sido programadas nos planos bianuais de execução do PGRP e concluir acerca dos progressos realizados na direcção dos objectivos do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14.

Os progressos registados e as orientações para o período subsequente serão analisados conjuntamente pelo(s) órgão(s) do Governo enquadrador(es) da execução e as instituições responsáveis pela execução e serão utilizadas na preparação do plano bianual de execução do PGRP seguinte.

No decorrer do período de dez anos de duração do Plano, prevê-se a realização de *duas revisões*, nos anos 2006 e 2010, anos que coincidem, em princípio, com o início de legislaturas do Governo. Estas duas revisões deverão analisar em que medida as acções realizadas no quadro do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-14 produziram os resultados esperados e como é que estes contribuíram para a realização do seu objectivo específico. Deverão igualmente efectuar uma avaliação da contribuição dada até então para se atingir o objectivo geral. Estas revisões deverão permitir, nomeadamente, analisar a pertinência dos objectivos do ao Plano de Gestão dos Recursos da Pesca em relação às políticas estabelecidas, recomendando eventuais ajustamentos.

Os progressos verificados e as medidas correctivas resultantes das revisões deverão ser analisadas conjuntamente entre as entidades responsáveis pela execução do PANA II e do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

No penúltimo ano da duração do projecto deverá proceder-se à sua avaliação. O trabalho de avaliação deverá ser conduzido por uma equipe de consultores independentes.

BIBLIOGRAFIA

Almada Dias, J.M. 1992. Estudo da pescaria da lagosta rosa (*Palinurus charlestoni* Forest e Postel 1964) do arquipélago de Cabo Verde. Relatório de estágio de licenciatura do curso de Biologia Marinha e Pescas. Universidade do Algarve. 1992. 62 p + Anexos.

Almada Dias, J.M. 1993. Contribuição para o estudo de pescarias de lagostas do arquipélago de Cabo Verde. INDP. Mindelo.

Almada, E. O., 1992. Variação sazonal da dinâmica das águas da zona das Canárias. Tese do diploma em Oceanologia. Odessa

Almada, E. O., 1994. Caracterização Oceanológico das Zonas de Pesca da ZEE do Arquipélago de Cabo Verde, in Boletim-Científico nº0 do INDP. Mindelo 1994. (pedir)

Almada, E. O., 1997. Life history of *Decapterus macarellus* in the waters off the Cape Verde Islands. MSc tese. MRI, Reykjavick.

Almeida, R. 1998. Turismo, Gestão da área costeira e um parque marinho para a ilha do Sal. Relatório não solicitado preparado por Ray Almeida, Dive Cape Verde.

Anónimo, 1959. Notas sobre a pesca e indústrias derivadas. In : Cabo Verde, 11 (123), 1959, p.28-32.

Anónimo. 1976. Relatório definitivo sobre as investigações do navio “Ernst Haeckel” nas águas de Cabo Verde de 4-10 a 14-10-1976.

Barone, T. R, Castro, D.G and del Castillo Andersen, M.F. 2000. La avifauna nidificante del archipelago de Cabo Verde. *Macaronesia*, No 2, pp 43-55. Islas Canarias, Espanha.

Bellemans et al., 2000. Revue du système statistique pour la pêche artisanale dans l’archipel du Cap Vert. Rapport de mission. Ref. FAO/GCP/CVI/033/NET-042. INDP, Mindelo.

Bettencourt, H. 1982. O sector das Pescas em Cabo Verde. Relatório Interno

Boletim Oficial nº42 – I série de 3 de Novembro de 1997

Bravo de Laguna, J. 1985. Plateaux insulaires et Zone Economique Exclusive de la République du Cap Vert. FAO/CVI/82/003/Rapp/Tech/6

Carvalho, Edelmira, 2000. Profil des Pêches au Cap Vert

Chantre João e Tenreiro de Almeida J., 1996. Algumas condições para a viabilização da pesca do tubarão de águas profundas em Cabo Verde.. In Reunião sobre Investigação e Gestão Haliêuticas. INDP.

Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement, 1999. Profil de vulnérabilité du Cap Vert

Conselho de Ministros, 1996. Programa do IIº Governo Constitucional da IIª República.

Diouf, T. 1992 – Etudes des ressources halieutiques et de leur niveau d'exploitation du Cap Vert. *Restructuration de la Pêche Industrielle au Cap Vert. Rapport final*. Tome 2 Annexe II. SEPIA International.

Eide, A., Chantre, J., Alfama, P. 1996. A bioeconomic stock assessment of the pinky spiny lobster on the continental shelf of Cape Verde. *Actas da Reunião sobre Investigação e Gestão Haliêuticas, Dezembro de 1996*. INDP, Mindelo. 1999.

Faria Amiro, 2003. Dissertação em torno de alguns problemas das Pescas em Cabo Verde. Notas do autor. 2003.

Forest André, 1995. Proposition de cahier d'objectifs (période 1995/96). Nº 9 da Documentação do Projecto “Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (GCP/CVI/033/NET)”. FAO e Governo da Holanda. 1996.

Forest, André, 2000. Rapport de participation au Conseil Scientifique de l'Institut National de Développement des Pêches (INDP), 8-9 décembre 1999. Ref. (GCP/CVI/033/NET)-043. INDP, Mindelo.

Hallier, J.P. 1996. Le potentiel thonier dans les îles du Cap Vert. *Actas da Reunião sobre Investigação e Gestão Haliêuticas, Dezembro de 1996*. INDP, Mindelo.

Hazevoet C.J, 1993 . Aves de Cabo Verde. BirdLife International e INIDA.

Hazevoet, C.J. and Wenzel, F.W. 2000. Whales and dolphins (Mammalia, Cetacea) of the Cape Verde Islands, with special reference to the Humpback Whale *Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781) in Contributions to Zoology, 69 (3) 197 – 211 (2000). SPB Academic Publishing.

Hoogesteger, J.N. 1997. Uma estimativa das actividades da frota estrangeira do atum na ZEE de Cabo Verde. Projecto Integrado de Desenvolvimento das Pescas. ICEIDA. NDF.

IFADAP, 1997. Cabo Verde: Apoio Institucional ao Fundo de Desenvolvimento das Pescas, Acção 1 – Relatório de Missão.

INDP, 2000. Boletim Estatístico nº8

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha de Santiago, Documento 1: Diagnóstico das Comunidades, Dezembro de 1998-Março de 1999.

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha de S. Nicolau, Diagnóstico e Fichas de Projectos para as Comunidades, Novembro de 1999 e Abril de 2000.

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha de S. Vicente, Diagnóstico e Fichas de Projectos para as Comunidades, Novembro de 1999 e Abril de 2000.

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha de Maio, Documento 1: Diagnóstico das Comunidades, Março de 2000.

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha de Santo Antão. Documento 1: Diagnóstico das Comunidades, Dezembro de 1999.

INDP, 2000. Estudo do Sector da Pesca Artesanal na Ilha do Sal, Documento 1: Diagnóstico e Fichas de Projectos para as Comunidades, Abril de 1999.

INDP, 2000. Évaluation de la performance de l'Institut National de Développement de la Pêche (INDP) et orientation future suggérée.

INDP, 2000. Jornadas de Reflexão sobre a “Sustentabilidade do INDP”.

INDP, 2001. Estudo do Impacto Sócio-económico dos Projectos de Pesca Artesanal em Cabo Verde.

IPIMAR, INDP. 1997. Campanha de Oceanografia e avaliação de pequenos pelágicos na ZEE de Cabo Verde, Junho/ Julho 1997- N/I “Capricórnio” . Relatório Científico Técnico.

Jardim, J.E. 1995. Contribuição para o estudo da pescaria de cavala preta (*Decapterus macarellus*) no arquipélago de Cabo Verde. Relatório da disciplina de estágio. Universidade do Algarve.

Laborel, J. 1974. West African Reef Corals: an Hypothesis on their Origin. Proceedings of the Second International Symp. 1: 425-443. Great Barrier Committee, Brisbane.

Latrouite D. e Carvalho M. Edelmira M., 1992. Análise dos dados da campanha de pesca experimental da lagosta rosa (*Palinurus charlestoni*) – Abril 1991 a Abril 1992. INDP. 1992.

Lima Joaquim V. M. O. et al., 2001. As Pescas em Cabo Verde – Diagnóstico Sectorial. Ministério da Agricultura e Pescas.

Lima, M. 1985. Intervenção de abertura. In: Reflexões sobre a Pesca em Cabo Verde, Secretaria de Estado das Pescas 1985.

Lopes, J. A, 1994. Novas tecnologias e o seu efeito sobre a rentabilidade das embarcações de pesca e alguns apontamentos de apoio à elaboração e gestão dos projectos de investimentos para o sector das Pescas. In: I Encontro de Pesca Responsável. INDP

López-Jurado, 2001. Estudio sobre la reproducción de la tortuga común (*Caretta caretta*) en la Republica de Cabo Verde.

Lozac’hmeur, J. E A. Mascarenhas, 1985. Engenhos e métodos de pesca artesanal. In: Reflexões sobre a pesca artesanal em Cabo Verde.

Lozac’hmeur, J. 1986. Catalogue des engins et techniques de pêche au Cap Vert. CVI/82/Rapp/Tech/19.

Magnússon J. and Magnússon J.V.V. 1985. ICEIDA / Cape Verde Islands Fisheries Project Survey of Demersal Fish Resources in the Waters of Cape Verde Islands in May/ June 1984. II. Report. May 1985. Reykjavik.

Medina, A.; Tariche, O. and Correia S. 2002. Diagnostic préliminaire de la pecherie de la langouste rose *Palinurus charlestoni* (Forest and Postel, 1964) dans l’archipel

du Cap-Vert. Trabalho apresentado no Symposium “Pêcherie maritime, écosystèmes et sociétés en Afrique de l’ouest : un demi siècle de changement”.

Mendes Lopes, R.C. 2002. Caracterização da pesca de búzio-cabra (*Strombus latus* Gmelin, 1791) na ilha de São Vicente, Cabo Verde. Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Biologia marinha e Pescas.

Menezes G., Tariche O., Pinho R., Fernandes A. and Duarte P. 2001. Cruzeiro de investigação de recursos demersais de profundidade de Cabo Verde: resultados preliminares. UA e INDP.

Merino, S. 2000. A aquacultura: perspectivas do seu desenvolvimento. *Boletim Técnico – Científico do INDP*. Mindelo.

Merino, S., Moses, C., López-Jurado, L.F., Jann, B. and Rolan, E. 2001. Marine Biodiversity in Cape Verde Islands, Importance and needs for Conservation. Trabalho Apresentado no IV Simpósio sobre a Fauna e a Flora das Ilhas Atlânticas.

Ministério da Coordenação Económica, 1996. Estudo Nacional de Perspectivas a Longo Prazo “Cabo Verde 2020”, IIª Fase: Construção da Base de Estudos.

Ministério da Coordenação Económica, 1997. As Grandes Opções do Plano 1997-2000, Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

Ministério da Coordenação Económica, 1997. Plano Nacional de Desenvolvimento

Ministério das Finanças e Planeamento, 2001. Programa de Acção Nacional para o Decénio 2001-2010.

Ministério do Mar, 1996. Diagnóstico dos sectores das Pescas e da Marinha e Portos.

Ministério do Mar, 1997. Privatização do Complexo de Pesca do Porto da Praia.

Ministério do Turismo, Transportes e Mar, 1999. As pescas em Cabo Verde, Sustentabilidade e Estratégias de Desenvolvimento.

Ministério do Turismo, Transportes e Mar, 1999. Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, Balanço de Execução a Meio Percurso

Ministério do Turismo, Transportes e Mar, 2000. Indicadores de resultados, Período 1995-2000

Moniz, M.E. e Caramelo, A.M. 1995. Avaliação do estado da pescaria da cavala preta e do chicharro em Cabo Verde. *Actas da Reunião sobre Investigação e Gestão Haliêuticas, Dezembro de 1996*. INDP, Mindelo.

Monteiro, César Augusto, 1998. Caracterização do sector das pescas nas ilhas de Santo Antão, S.Vicente, S.Nicolau, Fogo e Santiago. Vol. I, Vol. II, Vol. III, Vol. IV

Monteiro, 2000. A pesca do atum em Cabo Verde e no Oceano Atlântico in *Boletim-Científico nº1 do INDP*. Mindelo 2000

Oddsson, G. and Monteiro, V.M.S. 1998. The demersal small-scale resources of the Republic of Cape Verde, West Africa. II. Assessment. Final Report. February 1999. Mindelo and Reykjavik.

Pálsson O.K. 1989. A Random Stratified Survey of demersal Fish Species in the Waters of Cape Verde 1988. Reykjavik, Iceland.

Panayotou, T., 1983. Concepts d'aménagement applicables à la petite pêche : considérations économiques et sociales. FAO, Doc. Tech. Pêches, (228):61p.

Pauly, D., Christensen, V., Guenette, S., Pitcher, T.J., Sumaila, U., Walters, C., Watson, R. and Zeller D. 2002. Towards sustainability in world fisheries. *Nature*. Vol. 418.

Pereira, José Autilio Gomes, 2000. Levantamento dos Sistemas de Crédito Informal e Formal existentes no sector da Pesca Artesanal em Cabo Verde e suas caracterizações.

Ramos, J.M., 1994. Novas artes e tecnologias utilizadas em cabo Verde – Resultados de experiências. In : I Encontro de Pesca Responsável, INDP.

Saetre Roalf, Outubro 1994. Oceanographic Research at Cape Verde, in Nº 12 da Documentação do Projecto “Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (GCP/CVI/033/NET)”. FAO e Governo da Holanda. 1997.

Schwarz Cristina, 2000. Análise dos dados das campanhas de pesca comerciais de lagosta verde (*Panulirus regius*) de 95/96 e 97/98. INDP. 2001.

Schwarz, Cristina, 2000. A pescaria da lagosta verde *Panulirus regius* em Cabo Verde (breve compilação e análise das informações disponíveis). Versão preliminar. INDP.

Soares, M. R., 1999. Espécies de tubarões existentes em Cabo Verde. In : Investigação e Gestão Haliêuticas em Cabo Verde. Actas da reunião realizada em Mindelo, 10 e 11 de Dezembro 1996, INDP.

Stromme, T. Sundby e Satersdal, C. 1982. A survey of the fish resources in the coastal waters of the Republic of Cape Verde – November 1981. Reports on surveys with the R/V “Fridjot Nansen”. Institute of Marine Research. Bergen.

Tariche, O. 2000. A investigação dos recursos de peixes demersais: situação actual e futuras linhas de trabalho. *Boletim Técnico – Científico do INDP*. Mindelo.

Tariche, O. 2003. Life history and stock assessment of the African hind *Cephalopholis taeniops* (Valenciennes, 1828) in São Vicente – São Nicolau insular shelf of the Cape Verde archipelago. Marine Research Institute. Reykjavik.

Tavares, M., 1999. O desenvolvimento da Pesca e a sua modernização recente. In: Investigação e Gestão Haliêuticas em cabo Verde. Actas da reunião realizada em Mindelo, 10 e 11 de Dezembro 1996, INDP.

Tenreiro de Almeida, J., 1995. Análise financeira da actividade de estabulação de chicharro e avaliação do seu impacto sobre a pesca à vara de gaiado. In Reunião sobre Investigação e Gestão Haliêuticas.

Tenreiro de Almeida, J., 1995. Textos de apoio: Análise económica de projectos de desenvolvimento. Nº 21 da Documentação do Projecto “Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (GCP/CVI/033/NET)”. FAO e Governo da Holanda. 1996.

Thorteinsson, V. and Barros T.P. 1992. Relatório sobre a disponibilidade em demersais nas ilhas de Cabo Verde. Análise da informação existente sobre as campanhas de avaliação, experiências com arrasto de fundo e rede dinamarquesa. Estatísticas de Captura. INDP.

Thorteinsson, V., Monteiro V.M.S, and Almada E.O. 1995. Ground fish survey in the waters of Cabo Verde 1994. November 1995, Reykjavik, Iceland, ICEIDA.

Vieira, M.H. 1985. A Investigação dos recursos haliêuticos, situação actual e perspectivas.

Vieira e Hallier, 1999. A pesca dos Scombrideos e seu enquadramento no Atlântico, in Investigação e Gestão Haliêuticas em Cabo Verde. INDP. Mindelo 1999

Xavier, J. 2000. Relatório de actividades do FDP referente ao ano de 1999.